

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DOUTORADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

VOZ VERBAL: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA

NERCI TEREZINHA D'AVILA

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ELSA MARIA NITSCHKE ORTIZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem

Porto Alegre, 2006

À neta Sophia, que trouxe mais luz e
beleza à minha vida.

A língua é, antes de tudo, o lugar da intersubjetividade: é o espaço onde o *eu* encontra o *tu*, que o constitui e pelo qual é também constituído.

AGRADECIMENTOS

À professora Dr.^a Elsa Nitsche Ortiz, que acompanhou todas as etapas da realização deste trabalho, mostrando-me, dedicada e sabiamente, os caminhos.

Ao professor Dr. Valdir Flores, conselheiro e companheiro desta caminhada.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, pela acolhida e oportunidade de troca de idéias.

Às amigas Alba Olmi e Dercy Akele, colegas do Departamento de Letras da UNISC, que sempre me incentivaram à realização deste trabalho.

Aos demais colegas da UNISC e aos da Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo José Kliemann que me apoiaram ao longo da árdua jornada.

Aos amados esposo, filhos e neta, que souberam compreender minhas ausências e que me prestaram, cada um a sua maneira, ajuda irrestrita.

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
RESUMEN.....	10
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
I PARTE	
1 UMA ABORDAGEM CRÍTICO-COMPARARATIVA DAS VOZES VERBAIS NOS ESTUDOS DA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA.....	22
1.1 Voz ativa.....	24
1.2 Voz passiva.....	25
1.3 Voz reflexiva ou média.....	29
1.4 Voz neutra.....	33
1.5 Síntese parcial.....	33
2 ESTUDOS DE TRANSIÇÃO.....	40
2.1 Voz ativa.....	41
2.2 Voz passiva.....	42
2.3 Voz reflexiva ou média.....	44
2.4 Síntese parcial.....	46
3 GRAMÁTICAS LINGÜÍSTICAS.....	50
3.1 Uma descrição fundamentada em princípios da lógica formal.....	50

3.2 Uma abordagem baseada em pressupostos gerativistas.....	53
3.3 Uma abordagem funcionalista.....	58
3.4 Uma descrição de cunho estruturalista.....	59
3.5 Síntese parcial.....	61
4 ESTUDOS LINGÜÍSTICOS.....	63
5 REFLEXÕES CRÍTICAS E CONCLUSÕES PARCIAIS.....	81
II PARTE	
1 A TEORIA DE BENVENISTE SOBRE A ENUNCIÇÃO.....	92
1.1 A pessoa e a não-pessoa: a subjetividade, a intersubjetividade e a sui-referencialidade....	95
1.1.1 A solidariedade da forma verbal com a instância enunciativa.....	104
1.2 Forma e sentido na linguagem: signo, palavra e frase.....	107
1.3 Da dupla interpretância da língua à unidade de significação.....	114
2 A SINTAXE NA ENUNCIÇÃO.....	121
3 AS VOZES VERBAIS NA ENUNCIÇÃO.....	139
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	146
4.1 Sobre o <i>corpus</i>	146
4.2 Sobre a análise do <i>corpus</i>	147
5 ANÁLISES DO CORPUS.....	151
5.1 Análises de construções verbais com o pronome <i>se</i>	152
5.1.1 Construções com traço [+ativo].....	153
5.1.2 Construções com traço [-ativo].....	160
5.1.3 Construções com traços [+ativo] e [-ativo].....	165
5.2 Análises de construções verbais com a forma ativa.....	170
5.3 Análises da forma passiva canônica.....	174
5.3.1 Construções sem mitigação.....	174

5.3.2 Construções com mitigação.....	178
5.4 Análises de nominalizações.....	182
5.5 Análises de frases nominais.....	182
5.6 Análises de outras construções.....	184
6 FECHANDO AS ANÁLISES.....	187
CONCLUSÃO.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194
REFERÊNCIAS DO <i>CORPUS</i>.....	204

INDICE DE QUADROS

1 ESTUDOS TRADICIONAIS

Quadro 1 – Classificação das vozes verbais.....	34
Quadro 2 – Critérios de classificação das vozes verbais.....	35
Quadro 3 – Caracterização da voz ativa	36
Quadro 4 – Caracterização da voz passiva.....	37
Quadro 5 – Caracterização da voz reflexiva.....	37

2 ESTUDOS DE TRANSIÇÃO

Quadro 1 – Classificação das vozes verbais.....	46
Quadro 2 – Critérios de classificação das vozes verbais.....	47
Quadro 3 – Caracterização da voz ativa	47
Quadro 4 – Caracterização da voz passiva.....	48
Quadro 5 – Caracterização da voz reflexiva.....	48

6 FECHANDO AS ANÁLISES

Quadro 6 – Formas verbais, nominalizações, frases nominais imperativas e respectivos traços detectados na língua em funcionamento.....	190
--	-----

RESUMO

O presente estudo aborda as vozes verbais na perspectiva da enunciação. Apresenta um panorama de estudos de gramáticas e de algumas publicações a respeito do assunto. A partir de pressupostos estabelecidos por Émile Benveniste, lingüista da enunciação, propõe uma metodologia para análises de enunciados. Utiliza, como *corpus* para essas análises, uma tipologia textual variada, contemplando situações enunciativas diversas. Orienta-as no sentido da verificação das relações mórfico-sintático-semânticas que o locutor promove nos enunciados a fim de atribuir referência à sua situação de discurso. Conclui que a voz verbal, vista sob a perspectiva da enunciação, é dêitica, ou seja, é categoria do discurso que resulta do sujeito que enuncia. Conseqüentemente, seu sentido não se submete, totalmente, ao critério de uma forma estabelecida *a priori*: resulta de uma sintaxe que se manifesta na enunciação, em decorrência do contexto e da atitude do sujeito frente a ele.

RESUMEN

Este estudio aborda las voces verbales en la perspectiva de la enunciación. Presenta un panorama de estudios de gramáticas y de algunas publicaciones sobre el asunto. A partir de presupuestos establecidos por Émile Benveniste, lingüista de la enunciación, propone una metodología para análisis de enunciados. Utiliza, como *corpus* para esos análisis, una tipología textual variada, contemplando situaciones enunciativas diversas. Las orienta en el sentido de la verificación de las relaciones morfológico-sintáctico-semánticas que el locutor promueve en los enunciados a fin de atribuir referencia a su situación de discurso. Concluye que la voz verbal, vista a partir de la perspectiva de la enunciación, es deíctica, o sea, es categoría del discurso, que resulta del sujeto que enuncia. Por consiguiente, su sentido no se sujeta, totalmente, al criterio de una forma determinada *a priori*: resulta de una sintaxe que se manifiesta en la enunciación, en razón del contexto y de la actitud del sujeto frente a él.

ABSTRACT

This paper approaches the verbal voices under the perspective of enunciation. It presents a review of grammar studies and some publications on the subject. Based on the concepts of Émile Benveniste, a enunciation linguist, the article considers a methodology for analyzing products of the enunciation. It uses, as corpus for these analysis, a varied textual typology, contemplating several different enunciative situations. It orients them in the sense of verification of morphological-syntactic-semantic relations that the locutor promotes in the products of the enunciation in order to attribute reference to its situation in the speech. In conclusion, the verbal voice, in the perspective of enunciation, is deitica, meaning that it is a speech category resulting from the subject that enunciates. Consequently its sense is not submitted, totally, to previously defined criteria: results from a syntax manifested in the enunciaton, according to the context and attitude of the subject presented to it.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é sobre as vozes verbais. Abordar esse tema pode parecer, a princípio, desnecessário, já que todas as gramáticas do português tratam desse assunto. Mas é preciso considerarmos, também, o fato de que qualquer leitura dessas gramáticas – inclusive das ditas “modernas” – revela dissonância e incompletude quanto à conceituação dessa categoria verbal. Com efeito, os conceitos de voz aí apresentados, além de variarem segundo o critério estabelecido pelo autor – a forma, a significação do verbo ou, ainda, o tratamento do processo verbal em relação ao sujeito –, muitas vezes, apresentam idéias inconsistentes ou contraditórias.

A questão é tão complexa, que inclusive compêndios gramaticais de um mesmo autor apresentam, também, divergências e contradições na abordagem do tema. Assim, diferentemente das outras categorias verbais – modo, tempo, pessoa, número e aspecto –, que se encontram definidas com precisão por nossos gramáticos, as vozes verbais são conceituadas e exemplificadas, pela maior parte deles, de forma vaga ou incoerente.

O problema já foi apontado por Amini Boainain Hauy em *Da Necessidade de uma Gramática Padrão da Língua Portuguesa* (1983) e, posteriormente, em *Vozes Verbais*.

Sistematização e Exemplário (1993). Nessas obras, a autora, além de acusar a multiplicidade de análises do tema devido à diversidade de critérios adotados e de enfatizar a necessidade de uma revisão de nossa teoria gramatical, sistematiza e exemplifica as vozes verbais a partir de um só critério, o formal, na tentativa de estabelecer coerência e uniformização dos conceitos e, dessa forma, auxiliar professores e alunos no estudo de tão complexa estrutura gramatical.

Nossa abordagem do tema ultrapassa, porém, a apresentação e comentário das definições e dos exemplos apresentados pelos gramáticos. Além disso, não visa a apresentar critério(s) de classificação das vozes. O que propomos é descrever as vozes verbais a partir de seu uso, em cada situação particular, verificando os sentidos que aí se produzem. Cremos, portanto, que essa forma de desenvolvimento do trabalho, além de nos assegurar uma certa singularidade na análise do assunto, possibilita afirmar que o trabalho é útil para o estudo das vozes verbais e para a lingüística, já que supre uma lacuna de nossas gramáticas a respeito do tema. Com efeito, em nossas atividades como professores de Português, muitas vezes, deparamo-nos com enunciados cuja descrição foge aos modelos propostos por nossos gramáticos. Assim, o desafio que nos colocamos é o de abordar as vozes verbais de uma forma que contemple o locutor e a instância enunciativa.

Para a realização da tarefa, apesar de não ignorarmos a existência de outros teóricos da enunciação¹, limitamo-nos à teoria enunciativa de Benveniste. De acordo com esse autor, a enunciação é o ato de “colocar a língua em funcionamento” através de um locutor, sendo, portanto, “um ato individual de utilização” (1989, p.84). Os estudos benvenistianos, até a publicação, em 1970, do texto *O aparelho formal da enunciação*, distinguem pessoa e não-pessoa, propondo que *eu*, *tu* e *ele* sejam estudados a partir de *oposições*. Assim, defendem a tese de que *eu*, *tu*, *este*, *aqui* e *agora* são formas lingüísticas *vazias* de significação, que se tornam plenas por intermédio do locutor, que, ao se enunciar *eu*, estabelece um *tu*. Separam, pois, os signos pertencentes à sintaxe da língua – os “plenos” – dos signos referentes às “instâncias de discurso” – os signos “vazios”.

Entretanto, no texto de 1970, o autor promove alteração na sua teoria enunciativa, ao propor que tanto os signos “plenos” quanto os “vazios” estão submetidos à enunciação. Com

¹ Flores (2001, p.13) analisa as teorias dos seguintes teóricos “que tematizam a enunciação e que têm a preocupação de formular um modelo de análise da enunciação”: Charles Bally, Roman Jakobson, Emile Benveniste, Mikhail Bakhtin e Oswald Ducrot. Tece, também, algumas considerações sobre Kerbrat-Orecchioni e Authier-Revuz. Embora reconhecendo que todos esses estudos divergem bastante entre si, advoga “a existência de um eixo comum a todas as teorias da enunciação, a fim de, epistemologicamente, sublinhar um movimento de ultrapassagem da leitura imanentista do *Curso de Lingüística Geral*”. Diz não parecer absurdo pensar que, caso “se considere a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos, há sempre sujeitos, espaço e tempo implicados”.

efeito, na medida em que essa é “o ato mesmo de produzir um enunciado”, é “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (p.82), a distinção entre a sui-referencialidade, única em cada ato de enunciação, e a referência aos termos “que têm na língua seu estatuto pleno e permanente” (p. 86) não mais se sustentam, de forma que toda a língua passa a ser regida por um mecanismo único de referência: o sujeito e sua enunciação. Desfaz-se, desse modo, com esse texto, a oposição entre a categoria de pessoa, que era definida por apresentar referência dêitica, e a categoria de não-pessoa, que, segundo o autor, apresentava referência não-dêitica.

Assim, a opção por essa teoria decorre do fato de que tais estudos, embora vinculados ao quadro saussuriano, na medida em que mantêm a noção de língua como conjunto de signos, recuperam os elementos ditos residuais, permitindo descrever a língua em funcionamento. A razão dessa escolha consiste, então, precisamente no fato de tal referencial teórico contemplar a passagem das relações entre os signos no interior do sistema da língua para as relações entre as circunstâncias de enunciação. As primeiras dizem respeito ao âmbito semiótico, que tem como unidade o signo da vertente saussuriana. As segundas correspondem ao âmbito semântico, o do discurso, ou seja, o da utilização da língua pelo falante. Sob esta perspectiva, a língua é apenas uma possibilidade que adquire concretude no exercício da fala.

Desse modo, as vozes verbais têm, nas gramáticas, um conceito embasado, principalmente, na forma do verbo, definido no âmbito semiótico, o do interior da língua, onde cada signo já possui significação, resultante de relações e de oposições com outros signos. Já, segundo a perspectiva enunciativa, na língua em uso, que pressupõe sujeito e contexto, essa categoria verbal refere uma situação única, instaurada por um *eu, tu, aqui, agora*, integrando, assim, um mecanismo único de referência. Dessa forma, sob tal perspectiva, é possível tratá-la como categoria dêitica, ou seja, submetida ao centro enunciativo do discurso, de modo que apreender o seu sentido implica identificar, no enunciado, produto da enunciação, as marcas deixadas pelo locutor ao assumir-se como sujeito de seu dizer.

A partir desses pressupostos teóricos, definimos as seguintes hipóteses:

- a) A voz verbal é dêitica, ou seja, é categoria do discurso, estabelecida a partir do sujeito que enuncia.
-

- b) O sentido da voz verbal não se submete, totalmente, ao critério de uma forma estabelecida *a priori*: ele é resultante de uma sintaxe que se manifesta na enunciação, em decorrência do contexto e da atitude do sujeito frente a ele.
- c) As vozes verbais podem, na língua em funcionamento, romper com as definições tradicionais, as quais se atêm, predominantemente, ao critério da forma.

Formuladas as hipóteses, definimos o objetivo geral do trabalho: propor uma sintaxe da enunciação que considere o sentido como elemento central no dispositivo sintático da língua, ou seja, constituir uma sintaxe vinculada à enunciação. Assim, propomos chegar ao sentido das vozes verbais ultrapassando a descrição sintática das diferenças formais, mostrando que ele resulta da intenção do locutor que se expressa através do enunciado. Em síntese, objetivamos elaborar um modo de pensar a categoria da voz sob a perspectiva da língua em uso.

Estabelecido esse objetivo, definimos os objetivos específicos do estudo: a) descrever as vozes verbais através da apreensão, no enunciado, dos sentidos produzidos pelos locutores, sentidos resultantes de relações mórfico-sintático-semânticas aí estabelecidas; b) verificar, no enunciado, a atribuição de referência a uma determinada situação, o que pressupõe um *eu, tu, aqui, agora*.

Assim, definidas as hipóteses e determinados os objetivos do trabalho, a fim de darmos conta da tarefa proposta, organizamos um percurso de estudo que se reflete na estrutura global deste trabalho.

Na primeira parte, constituída por cinco capítulos, apresentamos uma síntese e uma análise crítico-comparativa das vozes verbais nos estudos brasileiros. Partimos de estudos de autores ditos tradicionais, passamos pelos de autores cujas obras foram influenciadas pelos estudos lingüísticos atuais e dedicamo-nos, finalmente, a textos de autores que, embora não tenham escrito gramáticas, enfocaram o tema em questão em suas publicações. Mesmo que se possa argumentar que a maioria desses estudos já é bastante conhecida de todos nós, professores de Português, e que, portanto, seria dispensável tão longa exposição, optamos por realizá-la. Tal opção deve-se à certeza de que a retomada de tais estudos, ao mesmo tempo em que permite a apresentação de informações precisas acerca do já consolidado sobre vozes verbais, possibilitando o estabelecimento de relações entre os pontos de vista aí defendidos, também torna possível identificar, nesses estudos, apesar de embasados em referenciais opostos aos nossos, aspectos que, de alguma forma, possam contribuir para a sustentação de

nossas hipóteses. Desse modo, cremos que essas exposições – assim como as leituras por nós realizadas e que as possibilitaram – contribuem para a consecução desta tese, justificando - se, pois, o espaço que a elas destinamos.

Assim, no primeiro capítulo, abordamos estudos, referentes às vozes verbais, de gramáticas reconhecidamente tradicionais, ou seja, obras produzidas independentemente da lingüística. Esse agrupamento não significa, porém, que tais estudos não apresentem componente descritivo. Significa, apenas, que seus autores os classificam como tradicionais. É preciso acrescentar, também, que esses estudos, apesar de sofrerem críticas justamente devido ao fato de apresentarem tal característica, têm o mérito de tratar os fatos da língua com competência e profundidade, a ponto de servirem de referência a quaisquer estudos gramaticais. Integram esse grupo estudos de Mendes de Almeida (1955), de Said Ali (1965), de Bechara (1970), de Rocha Lima (1972), de Chaves de Melo (1975), de Cunha e Cintra (1985) e de Gama Kury (1991).

No segundo capítulo, dando seqüência à exposição do já estabelecido sobre as vozes verbais, apresentamos estudos realizados sob a influência da lingüística. O agrupamento não representa que eles sejam mais descritivos ou mais profundos do que aqueles que compuseram o primeiro capítulo. Indica, somente, que, segundo seus autores, contemplam a evolução dos estudos lingüísticos. Consideramo-los pertencentes a uma fase de transição entre os estudos fundamentados na teoria gramatical e os feitos a partir de teorias lingüísticas. Constituem esse grupo estudos de Mattoso Câmara Jr. (1968), de Luft (1979) e de Bechara (2000).

No terceiro capítulo, analisamos a questão das vozes verbais em gramáticas que abordam os fatos da língua a partir de uma teoria lingüística, de forma que esses estudos se apresentam sob enfoques distintos. Examinamos aí o tratamento das vozes verbais na gramática lógico-formal, de Mira Mateus et al., na gerativa de Mário Perini, na funcionalista, de Maria Helena de Moura Neves, e na obra *A Estrutura Mórífico-Sintática do Português*, de José Rebouças Macambira.

No quarto capítulo, finalizando as exposições sobre o já existente sobre as vozes verbais, dedicamo-nos a estudos de autores que, apesar de não terem escrito gramáticas, têm publicado artigos sobre as vozes verbais. As razões de incluirmos tais textos neste estudo dizem respeito à intenção de mostrarmos o que até aqui foi feito no que tange ao tema e, também, à possibilidade de aproveitarmos alguns elementos desses trabalhos no cumprimento de nossa

tarefa. Compõem esse grupo textos de Duarte (1990), de Nunes (1991), de Furtado da Cunha (1994) e de Camacho (2002).

Desse modo, nos quatro capítulos iniciais da primeira parte, expomos um resumo dos estudos até aqui realizados a respeito das vozes verbais. Após cada capítulo, apresentamos uma síntese parcial acompanhada de um Quadro-Resumo. Essa estratégia nos possibilita organizar os dados coletados, estabelecer relações entre eles, bem como destacar o que realmente contribui à tarefa que nos propomos.

O quinto e último capítulo apresenta, inicialmente, reflexões críticas sobre esses estudos, apontando convergências e divergências e estabelecendo comparações entre eles. Finalizando o capítulo e a primeira parte do trabalho, apresentamos conclusões parciais sobre o tema.

A segunda parte do trabalho também está dividida em cinco capítulos. No primeiro, abordamos a teoria enunciativa de Benveniste, já que nela se inscreve este trabalho. Cumpre, porém, esclarecer que não tivemos a intenção de explorar, exhaustivamente, todo esse campo conceptual, de modo que apenas nos detivemos nas noções e princípios que contribuem para a sustentação de nossas hipóteses. Assim, procedemos a recortes na teoria, destacando a proposta de Benveniste quanto à: a) pessoa, não-pessoa, subjetividade, intersubjetividade e sui-referencialidade; b) expressão da temporalidade, enfatizando a idéia da solidariedade da forma verbal com a instância enunciativa; c) forma e sentido na linguagem: signo, palavra e frase; d) dupla interpretância da língua e reconhecimento, em 1970, da língua como unidade de significação. Os textos selecionados para o estudo estão agrupados em *Problemas de Lingüística I* (1976) e em *Problemas de Lingüística II* (1989), doravante, PLG I e PLG II, respectivamente.

A noção de semântica benvenistiana introduz-nos no domínio da língua em uso, e é justamente nesse âmbito que situamos nossa hipótese: é na enunciação, na língua em funcionamento, que os sentidos das vozes verbais se definem através de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas por um locutor que, imediatamente após se enunciar *eu*, estabelece um *tu*. Essa teoria permite reconhecer, então, que a linguagem é a forma de o homem constituir a sua identidade, situando-se como sujeito de seu dizer. Através dela, proferindo *eu*, ele *se diz* e fá-lo através do *outro*, de um *tu*, que, dessa forma, é, também, constitutivo de sua identidade.

Essa teoria estabelece que cada instância enunciativa é única e que, portanto, cada enunciado, seu produto, também o é. Conseqüentemente, de acordo com esse enfoque, não é

possível estabelecer critérios de classificação ou de atualização das formas da língua. Estas, combinadas umas com as outras para a expressão de uma idéia, rompem com classificações ou sentidos preestabelecidos: a regularidade inexistente na língua em uso.

O segundo capítulo do trabalho focaliza a sintaxe na enunciação. As idéias aí apresentadas fundamentam-se nas leituras que realizamos da obra benvenistiana e também nas que fizemos de textos de Portine e de Lazard a respeito da sintaxe em Benveniste. Baseiam-se, ainda, nas leituras que realizamos de textos de Normand acerca da tentativa, por parte de Benveniste, de dar conta do conceito de significação. Assim, a partir desse referencial teórico, propomos que, embora a expressão do sentido requeira uma sintaxe, esta não pode ser estabelecida *a priori*. Desse prisma, pode-se dizer que apenas a forma do verbo não determina o seu sentido, que será, portanto, ativo ou passivo, não somente em virtude dessa forma, mas também em razão de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor do enunciado. Com efeito, se a enunciação é um acontecimento singular, o enunciado, seu produto, manifesta também uma idéia singular e requer um arranjo único.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda o tema das vozes na enunciação. Agora, retomando idéias apresentadas anteriormente, enfatizamos aquelas que sustentam nossas hipóteses: os sentidos das vozes não dependem, integralmente, da forma do verbo e somente se definem na língua em funcionamento, ou seja, na instância enunciativa, a partir de relações mórfico-sintático-semânticas que então se manifestam, promovidas pelo locutor. Esses sentidos podem ser, pois, detectados no enunciado, de forma que apreendê-los implica identificar as marcas da enunciação nele presentes.

No quarto capítulo do trabalho, apresentamos aspectos metodológicos, especificando os critérios de seleção e de análise do *corpus*. Para a composição desse, ainda que nos tenhamos valido, predominantemente, de textos de jornais e revistas, contemplando uma tipologia variada, reunindo textos de editoriais, de reportagem, publicitários, humorísticos e crônicas, utilizamos, também, textos orais, extraídos de programas e de comercial de TV, bem como de conversas informais, de forma que atingimos situações enunciativas diversas. Cremos que essa variedade de textos oferece uma amostra significativa das vozes verbais nas circunstâncias de uso, ou seja, na língua em funcionamento, que é o objeto deste trabalho.

No quinto e último capítulo, procedemos às análises de enunciados selecionados do *corpus*. A metodologia dessas análises foi definida, tendo como referência o pressuposto de que é a disposição das palavras na cadeia sintática, resultado de uma opção do locutor para a expressão de uma determinada idéia, que determina os traços [+ativo] ou [-ativo] das formas

verbais e, conseqüentemente, o seu sentido. Do mesmo modo, como a categoria de voz mobiliza toda a estrutura do enunciado, pode-se dizer que o arranjo sintático promovido pelo locutor contribui para a definição desse sentido.

Vale enfatizar que esse processo de análises requer a reconstituição do processo enunciativo, já que é na língua em uso que os sentidos se definem, ou seja, é na instância enunciativa que o verbo – ou a nominalização de uma forma verbal, ou uma frase nominal –, a partir de inter-relações com as demais palavras, assume característica ativa, passiva, ou as duas ao mesmo tempo. Mas essa reconstituição só é possível através do enunciado, produto da enunciação, o qual registra as marcas do locutor. Dessa forma, para verificar os sentidos das vozes verbais, analisamos o enunciado, buscando identificar nele as relações mórfico-sintático-semânticas produzidas pelos locutores.

Então, com base na teoria benvenistiana da enunciação, definimos, metodologicamente, princípios norteadores das análises através das quais pretendemos confirmar nossas hipóteses e, dessa forma, atingir os objetivos propostos para este estudo. São eles:

- a) O sentido da voz verbal define-se na enunciação, pois decorre do contexto e da atitude do sujeito em relação a esse contexto, ou seja, resulta das inter-relações, promovidas pelo locutor, do verbo com as demais palavras do enunciado.
- b) A sintaxe que define o sentido da voz verbal não é estabelecida *a priori*: é uma sintaxe que resulta da enunciação.
- c) O sujeito, em face da instância enunciativa, ao promover referência única, atribui às formas verbais o traço [+ativo], o [-ativo], ou os dois ao mesmo tempo, definindo a categoria de voz.
- d) Agenciamento é um arranjo e, como tal, promove sentido, que, por sua vez, fala do locutor.

Desejamos destacar um ponto: o sujeito se marca na língua, mas não é possível estabelecer um quadro enunciativo simétrico das vozes verbais. Com efeito, como temos salientado neste trabalho, conforme a perspectiva enunciativa, não se podem prever critérios de classificação para as inúmeras possibilidades de atualização das formas da língua. Assim, esclarecemos, de antemão, que não é nosso objetivo apresentar, aqui, uma proposta de classificação das vozes verbais em substituição à apresentada pelas gramáticas. Isso, a nosso ver, seria incompatível com o estudo realizado, que, fazendo emergir sujeito e contexto, julga

cada enunciação e cada enunciado, seu produto, únicos. Além do mais, seria repetir os equívocos da gramática tradicional, que, na maioria dos casos, desconsidera a língua em uso.

Desse modo, cabe ressaltar que este trabalho não visa à negação ou à substituição. Todos os gramáticos cujos estudos sobre vozes verbais aqui analisamos, desfrutam de prestígio entre os que se dedicam à tarefa de estudar ou de ensinar Português, e é justamente por isso que escolhemos suas obras para integrarem este estudo. Nesse sentido, é preciso reconhecer que é a partir do que realizaram que temos condições de avançar, de formular hipóteses, de modificar conceitos, de refazer caminhos. Portanto, diferentemente de negar ou de substituir pontos de vista por eles defendidos, até porque o referencial teórico de que nos utilizamos é outro, este trabalho pretende ampliar a visão das vozes verbais até aqui apresentada. Estamos, porém, cientes de que o cumprimento de nossa meta ocorre a partir do muito que já foi feito em relação ao tema.

Cumprido acrescentar, ainda, que não cremos poder a escola prescindir do estudo da gramática, já que esta apresenta um conjunto sistemático dos fatos da língua, os quais o homem usa como meio de expressão. É óbvio, no entanto, que os estudos gramaticais não conseguem dar conta de toda a multiplicidade dos fatos lingüísticos. Com efeito, os gramáticos precisam estabelecer certos limites, de modo que os frutos de seu trabalho refletirão, inexoravelmente, uma postura pessoal em relação ao objeto da descrição. Assim, é utópico esperar que a gramática contemple todas as manifestações da linguagem oral e da escrita. E, na medida em que seu objetivo é predominantemente didático, maiores se tornam esses limites, uma vez que o ensino vernáculo, em face de fatores político-sociais, privilegia determinados usos da língua.

Acreditamos, no entanto, que a gramática se restringe ao estudo da língua, do que é pré-determinado, ignorando o seu uso. Com efeito, os gramáticos, mesmo os que se atribuem uma dimensão mais funcional no tratamento dos fatos da língua, atêm-se a um uso lingüístico resultante das suas regras. Daí a necessidade de complementar esses estudos, ampliando a visão de língua – introduzindo o conceito de língua em uso – através da perspectiva enunciativa. Com efeito, segundo Neves (1990, p.49),

“é imprescindível prover-se uma descrição ampla da língua que sirva de suporte à descrição que se promove em nível pedagógico. [...] A língua em uso oferece complicadores no nível semântico e no nível pragmático-discursivo. E é a língua em funcionamento que tem de ser objeto de análise em nível pedagógico, já que a compartimentação da gramática como

disciplina desvinculada do uso da língua tem sido um dos óbices à própria legitimação da gramática como disciplina com lugar no ensino da língua portuguesa”.

E é justamente isso, portanto, que nos propomos realizar no que diz respeito à categoria das vozes. Desse modo, pretendemos descrevê-la a partir de sua atualização pelo sujeito que a enuncia, mostrando que ela, na medida em que se submete a esse sujeito, é dêitica. Podemos dizer que este estudo encontra amparo nas palavras do próprio Benveniste, que, no texto *A natureza dos Pronomes* (PLG II, p.281), afirma decorrerem todas as variações do paradigma verbal – aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. – da atualização e da “dependência em face da instância de discurso”.

I PARTE

1 UMA ABORDAGEM CRÍTICO-COMPARATIVA DAS VOZES VERBAIS NOS ESTUDOS DA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentamos estudos de vozes verbais² expostos em gramáticas ditas tradicionais. Cabe esclarecer, de saída, que o termo *tradicional* é aplicado, aqui, para qualificar a gramática que descreve apenas o modelo tido como norma culta (preponderantemente em linguagem escrita), mas que não se limita a prescrever regras sem suporte teórico, embasadas em aspectos arbitrários. Esclarecemos, portanto, que esse termo não é usado, neste estudo, como sinônimo de *normativa*, apesar da tendência, entre os estudos gramaticais contemporâneos, para essa identificação.

De fato, é comum ouvir-se que a gramática tradicional se restringe a prescrever, arbitrariamente, com apoio nos textos clássicos ou conforme a simples opinião do gramático, um repertório de estruturas lingüísticas consideradas corretas. Com base nessa definição,

²O termo *voz* (do latim *vocem*), conforme Lyons (1979, p.392), originariamente, foi utilizado pelos gramáticos romanos em duas acepções distintas, mas relacionadas: a) na acepção de “som”, indicando os “sons” produzidos pela vibração das cordas vocais; b) na acepção de “forma” de uma palavra (ou seja, como a palavra soa), em oposição ao seu “significado”. O primeiro dos dois sentidos é corrente, ainda, em Lingüística, na distinção entre “sons”, como unidades fonéticas ou fonológicas. Mas o termo *voz*, no seu segundo sentido, desapareceu da teoria lingüística atual. Por outro lado, desenvolveu-se um terceiro sentido, derivado, em última análise, desse sentido, que se refere às “formas” ativa e passiva do verbo. Em latim, o termo tradicional para esse terceiro sentido era *species* ou *genus*. Gradativamente, *genus* restringiu-se à categoria de “gênero” e à “espécie”. O termo tradicional grego para “voz”, como categoria do verbo, era *diáthesis/estado, disposição, função*, etc. Alguns lingüistas, acrescenta o autor, “preferem usar *diáthese*, em vez de *voz*”. Entretanto, é muito pequeno o risco de confusão entre o sentido fonético ou fonológico de voz e o seu sentido gramatical. O lingüista acrescenta, ainda, que não é só a terminologia gramatical que gera, ou que pode gerar confusão nas questões teóricas de voz: os gramáticos gregos não reconheceram a verdadeira natureza das distinções marcadas pelas flexões verbais às quais eles se referiam como “ativa” e “passiva” (designando o *estado* de “sofrer os efeitos de uma ação”) e “média”, donde vieram afirmações contraditórias sobre o papel da voz, não apenas nas línguas clássicas, mas também nas modernas, cuja descrição tem sido fortemente influenciada pela gramática tradicional.

tradicional seria, portanto, sinônimo de *normativa*. Entretanto, já adverte Cavaliere (2000, p.37-38):

“Uma indesejável imprecisão, comum na avaliação dos estudos gramaticais contemporâneos, diz respeito à pseudo-sinonímia entre *gramática normativa* e *gramática tradicional*. Se entendermos a gramática tradicional brasileira como a que se produz por longo decurso de tempo na pesquisa e no ensino do português, e que, portanto, tem raízes numa *tradição vernácula*, seria mais lícito caracterizá-la como gramática descritivo-normativa, visto que seus estatutos não se limitam a prescrever regras sem apoio teórico, inspiradas na arbitrariedade.”

Da mesma forma, o autor afirma (op. cit., p.38) que qualquer gramática, mesmo a descritiva, sempre apresentará um componente normativo, a não ser que, efetivamente, consiga descrever todos os possíveis usos da língua em todas as suas dimensões. Se tal não ocorrer, a simples seleção dos fatos descritos refletirá uma discriminação do que é, ou não, descritível, isto é, implicará uma norma semelhante à que se encontra, modernamente, no conceito de *aceitabilidade*. Assim, a denominada gramática tradicional, que não descreve *todos os possíveis registros e variáveis do desempenho lingüístico no corpo social*, porém *apenas o registro tido como norma culta*, utilizada por falantes escolarizados mormente em linguagem escrita, apresenta um componente normativo, o que não implica, no entanto, conceituá-la como gramática normativa.

Compartilhamos, pois, da idéia de Cavaliere (op. cit., p. 36), segundo a qual “a descrição dos fatos da língua (...) sempre estará adstrita a uma delimitação necessária dos usos da língua”. Com efeito, parece impossível esperar que uma gramática exponha todas as manifestações da linguagem oral e da escrita, abrangendo todas as suas variantes.

Assim, concordando com o autor, entendemos por *gramática tradicional*, neste trabalho, não aquela que apenas prescreve um conjunto de estruturas lingüísticas consideradas corretas, mas a que também descreve essas estruturas, ainda que tenha optado por prescrever e descrever apenas o registro social dito norma culta.

Em seu sentido mais amplo, conceituamos gramática, também a partir de Cavaliere (idem, p.35), como “*descrição do sistema lingüístico que o homem utiliza como meio de expressão*”³. Conforme o autor, esse conceito substituiu o conceito mais amplo de gramática

³ Cavaliere (op. cit., p.35) diz que o conceito de gramática revela, ainda hoje, a polissemia do termo no final do século XIX. Assim, encontram-se, no cenário dos estudos lingüísticos atuais, os seguintes conceitos de

como *exposição dos fatos da língua*⁴, do qual se distingue em aspecto mais formal que material. Para ele, a substituição é conseqüência do conceito saussuriano de língua como sistema, até hoje aceito por grande segmento da ciência lingüística.

Passaremos, então, agora, a expor os estudos das vozes verbais apresentados em gramáticas que compõem o primeiro grupo, ou seja, os daquelas consideradas tradicionais. Lembramos que semelhante qualificação, conforme a definimos neste trabalho, significa que as gramáticas assim caracterizadas descrevem somente o modelo tido como norma culta, porém sem se limitar à prescrição de regras desprovida de embasamento teórico. Desse modo, enfatizamos, também, que essa divisão não exclui a possibilidade de elas serem tão ou mais descritivas do que aquelas cujos autores se dizem influenciados pelos estudos lingüísticos atuais.

1.1. Voz ativa

Segundo Mendes de Almeida (1955, p.174), a voz situa “o verbo com relação ao sujeito. (...) O verbo de uma oração é *ativo* quando a ação é evidentemente *praticada* pelo sujeito: este, em tal caso, diz-se *agente da ação verbal*. Exemplos: ‘O caçador *matou* o tigre’ – ‘Ele passou de ano’ – ‘Pedro voltará amanhã’ ”.

Conforme Said Ali (1966, p.176), na voz ativa, o sujeito de verbo transitivo é considerado “ponto donde parte a ação”. Assim, diz que “está na voz ativa, ou que tem forma ativa, todo verbo usado nos diversos tempos e modos da conjugação simples”.

Mas o autor acrescenta que essa classificação, se bem que facilite o estudo das formas, não se harmoniza sempre com a significação do verbo. De fato, “*andar, fugir, ir, voar* e outros intransitivos representam atividade em que o sujeito é, como nos transitivos ativos, verdadeiro agente”. Já, em *padecer, adoecer, morrer, envelhecer, durar*, não se revela nenhuma atividade da parte do sujeito:

gramática: *descrição do sistema lingüístico que o homem usa como meio de expressão* (conceito mais restrito que substituiu o de gramática como *exposição dos fatos da língua*), *prescrição de um dado desempenho lingüístico, sistema lingüístico e método de investigação científica*.

⁴ De acordo com o autor (idem, p.37), através de processo metonímico – “corrupção metonímica” –, passou-se a denominar gramática não apenas a exposição metódica dos fatos da língua, mas também o livro que apresenta o produto dessa exposição.

“São atos que nele se consomem, estados pelos quais passa, sem que para isso concorra o seu esforço. A condição do sujeito aqui é a de paciente. Estoutros intransitivos, ainda que tenham forma ativa, aproximam-se, pois, quanto à significação, antes dos transitivos passivos que dos transitivos ativos.”

Já, de acordo com Bechara (1970, p.126), voz ativa é a “forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere *pratica* a ação. A pessoa diz-se, neste caso, agente da ação verbal: eu escrevo a carta, tu visitaste o primo, nós plantaremos a árvore”.

Rocha Lima (1972, p.107), por sua vez, chama voz ativa ao “acidente que indica que a ação verbal é produzida pelo sujeito” .

Para Chaves de Melo (1980, p.83), voz é “o aspecto verbal caracterizado pelo papel do sujeito relativamente à ação expressa. Se o sujeito é visto como praticando a ação, a voz se diz ativa”.

Cunha e Cintra (1985, p.372) afirmam que o verbo está na voz ativa quando o fato por ele expresso é representado “como praticado pelo sujeito: João feriu Pedro”.

Em Kury (1991, p. 33), lemos que voz ativa “é a forma habitual que reveste o verbo transitivo direto para denotar que o sujeito (claro, elíptico, ou indeterminado) é AGENTE, isto é, **executa** ou **pratica** a ação que exprime: Caim (sujeito = agente) *matou* (ação: verbo na voz ativa) Abel (objeto direto = paciente)...”.

1.2 Voz passiva

Conforme Mendes de Almeida (1955, p174), o verbo passivo é “o que expressa uma ação sofrida, recebida pelo sujeito; o sujeito, nesse caso, diz-se paciente ou recipiente da ação verbal”. O gramático diz que é indiferente dizer “verbo passivo” ou “verbo da voz passiva”, bem como “verbo ativo” ou “verbo da voz ativa”.⁵

Cita, como exemplo de voz passiva, apenas a forma analítica: “Nas orações passivas, a pessoa ou a coisa que pratica a ação aparece sob a forma de complemento, o qual se chama

⁵ Na reflexão crítica dos estudos aqui apresentados, veremos que o autor não deixa clara a idéia de voz passiva e de passividade.

complemento agente (...): O caçador foi morto pelo tigre”. Ensina, também, que os “verbos *intransitivos* não podem passar para a passiva; não é possível apassivar verbos que não têm recipiente” (idem, p.176).

Diz que o português indica a passividade de três maneiras: através dos verbos *ser*, *estar* e *ficar* e o *particípio passado* de certos verbos ativos: *ser visto*, *estar (ficar) preso*, etc.; mediante o emprego do pronome *se* (*partícula apassivadora*): “Alugam-se casas”; através do emprego de verbos ativos que, estando no infinitivo, funcionam como complementos de adjetivos: “Osso duro de roer” (“Osso duro de ser roído”), “Estrada difícil de passar”, etc.

Lembra que o português não possui flexões verbais sintéticas para a voz passiva: precisamos de duas formas para expressá-la. Isso significa, segundo ele, que “não possuímos verbos passivos, mas vozes, isto é, formas passivas”.⁶

Para Said Ali (1966, p.176), na voz passiva, o sujeito de verbo transitivo é considerado ponto para o qual a ação se dirige; neste caso, emprega-se “o verbo no particípio do pretérito combinado com o auxiliar *ser*. Diz-se, então, que o verbo denotador da ação está na voz passiva, e que o sujeito é paciente, como nesta frase – *a ave foi ferida pelo caçador*”.

Bechara (1970, p.126) denomina passiva a “forma verbal que indica que a pessoa *recebe* a ação verbal. A pessoa, neste caso, diz-se *paciente* da ação verbal: A carta é escrita por mim, o primo foi visitado por ti, a árvore será plantada por nós”.

De acordo com ele, a passiva “pode ser *analítica* (formada com um dos verbos *ser*, *estar*, *ficar* seguido de particípio) ou *pronominal* (formada com verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, que se chama, no caso, pronome *apassivador*): A casa foi alugada (passiva analítica). Aluga-se a casa (passiva pronominal)”⁷.

O autor (idem, p.127) ainda distingue *voz passiva* e *passividade*:

“*Voz passiva* é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação: Ele foi visitado pelos amigos. Alugam-se bicicletas. *Passividade* é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A

⁶ Segundo Janete Melasso Garcia (1997, p.35), “numa oração passiva o sujeito é estático e não paciente, o verbo é estático e não passivo e o Ablativo que geralmente aparece não deve ser considerado agente, mas apenas um adjunto adverbial separativo/instrumental”. Para a autora, “a voz passiva reduz a zero o dinamismo da ativa. Quando todos os elementos da oração passiva estão explícitos, o Ablativo que aparece, se indicar ser animado, apenas sugere equivalência com a oração ativa”.

⁷ Adiantamos que, na edição de 2000, cuja seção referente às vozes verbais será apresentada posteriormente, o autor torna a citar, aqui, um exemplo da chamada passiva pronominal (“Alugam-se bicicletas”), mas o faz, como veremos, equivocadamente, já que, nessa edição, ele passa a incluir a passiva pronominal na voz reflexiva.

passividade pode traduzir-se, além da passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: Os criminosos recebem o merecido castigo". [grifo nosso]

Rocha Lima (1972, p.123), por sua vez, diz que a voz passiva se organiza “com o verbo auxiliar *ser*, conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar” (“Sou louvado”, “És louvado”, etc.)⁸

Já Chaves de Melo (1980, p.83), a partir da definição de voz como “aspecto verbal caracterizado pelo papel do sujeito relativamente à ação expressa”, afirma que, se “ele é visto como sofrendo a ação, a voz se diz passiva”. Lembra que não existem, em português, formas especiais para a voz passiva, ao contrário do latim, por exemplo. Assim, para expressá-la, a língua recorre a uma perífrase, “uma combinação, em que figura como auxiliar o verbo *ser*, ficando o verbo principal no particípio passado: sou amado, era amado...”.

O autor ensina terem valor passivo, também, “construções com o pronome pessoal átono coerente com o sujeito: “batizei-me”, “crismei-me” (= fui batizado; fui crismado)”.

Em Cunha e Cintra (1985, p.372), lemos que o verbo está na voz passiva quando o fato por ele expresso é representado “como *sofrido* pelo sujeito: Pedro **foi ferido** por João. Não **se vêem** [= são vistas] rosas neste jardim”. [grifos do autor]

De acordo com os dois gramáticos, “expressa-se a voz passiva com o verbo auxiliar *ser* e o particípio do verbo que se quer conjugar (Pedro **foi ferido** por João) e com o pronome apassivador *se* e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito (Não **se vê** uma rosa neste jardim)”. [grifos do autor]

Finalmente, Kury (1991, p.33) define voz passiva analítica como “a forma composta, com auxiliar, que o verbo transitivo direto assume para exprimir que o seu sujeito é PACIENTE, isto é, **recebe** ou **sofre** a ação: Abel (sujeito = paciente) *foi morto* (ação: verbo na voz passiva) por Caim (agente da passiva)...”. [grifos do autor]

Quanto à passiva pronominal, diz ser construção sintética, “em que à forma do verbo na voz ativa se acrescenta, para indicar passividade, o pronome *se*”. De acordo com o gramático, esta construção requer verbo transitivo direto, agente (sujeito) indeterminado e paciente (objeto direto) representado por um ser inanimado, incapaz de praticar a ação verbal: “*Construíram-se* muitos edifícios” (p.36).

⁸ O autor não é claro quanto à divisão da voz passiva em analítica e sintética.

O autor ainda observa que, “no caso de paciente representado por um ser animado, em vez de passividade, a construção pronominal poderá também indicar flexibilidade, ou reciprocidade: ‘*Salvaram-se* todos nadando’ ”.

Explica que a construção lingüística de um verbo acompanhado do pronome *se*, a princípio, reflexiva, teve estendido o seu emprego, passando a significar passividade, quando com verbos transitivos diretos, em orações providas de sujeito. Entretanto, na evolução da língua, passou-se a usar essa construção extensivamente, com todos os tipos de verbos principais (intransitivos, transitivos indiretos, de ligação), mas em frases sem sujeito determinado: “*Também se morre de amor*”, “*Obedeça-se às prescrições*”, “*Nunca se é excessivamente bom*”.

Ensina, também, que, segundo a tradição da gramática latina, um tanto inadequadamente, denominava-se a essa construção *passiva impessoal*: passiva quanto à forma do verbo (verbo seguido do *se*, como na voz passiva pronominal); impessoal porque desprovida de sujeito.

Nesse sentido, afirma que se poderia classificar a passiva pronominal como *passiva* (com sujeito: “*Ouviam-se amplos bocejos*”) e como *impessoal* (sem sujeito: “*Já não se falava, gritava-se*”) (p.37). Conclui, porém, acrescentando julgar mais adequado dizer, simplesmente, que se trata de uma conjugação pronominal de sujeito indeterminado.

Diz, em seguida, que

“A freqüência do emprego do pronome *se*, para indicar sujeito indeterminado, com verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação – ‘*Vive-se* bem aqui.’; ‘*Precisa-se* de uma secretária.’; ‘*Nunca se é* excessivamente bom.’ –, levou a estender esse uso aos próprios verbos transitivos diretos, desde que empregados com objeto direto preposicionado, ou intransitivamente: ‘*Admira-se a* Bernardes.’; ‘*Começa-se, acaba-se, interrompe-se, adia-se, continua-se* ou *descontinua-se* à vontade e sem comprometimento’ ”. (p.37)

Lembra, ainda (p.38), que o “uso vulgar estende esse emprego até aos verbos transitivos diretos sem objeto preposicionado (‘*Conserta-se* relógios., *Aluga-se* apartamentos.’), construções que contrariam a norma vigente na boa linguagem literária”. Acrescenta que, “apesar disso, já se encontram exemplos literários, como este de Aluísio Azevedo: ‘Como que

se sentia ainda na indolência da neblina as verdadeiras notas da última guitarra da noite antecedente...’ ”.

1.3 Voz reflexiva (média ou medial)

Segundo Mendes de Almeida (1955, p.177), verbo reflexivo é aquele cujo sujeito pratica e, ao mesmo tempo, recebe a ação verbal: “Pedro machucou-se”.

O autor observa que a voz reflexiva é chamada, em grego, *voz média* e que se diferencia da voz passiva por indicar ação feita pelo próprio sujeito, enquanto a passiva indica ação realizada por outro agente.

Para Said Ali (1966, p.177), voz média (ou medial) é a forma cujo verbo é conjugado com o pronome reflexivo. Situa-a como forma intermediária entre a voz ativa e a passiva. Atribui-lhe, entre outras, as funções de reflexibilidade e reciprocidade.

Conforme o lingüista, percebe-se, com facilidade, **que o verbo transitivo, acrescido do pronome se, pode exprimir situações diferentes**⁹. Assim, por exemplo, num enunciado como *Pedro, querendo matar-se, só conseguiu ferir-se*, significarão ambos os infinitivos atos rigorosamente reflexos, atos que, em lugar de se dirigirem para algum ser exterior, seguiram sentido contrário, praticando-os o sujeito sobre si mesmo. Porém, no enunciado *Pedro, atravessando o jardim, feriu-se nos espinhos das roseiras*, “já o ato de ferir não emana do sujeito, e queremos significar apenas que ele ficou ferido”.

Acrescenta que se usam, para “um e outro fim, além de *ferir-se, arranhar-se, molhar-se, sujar-se, machucar-se, afogar-se* e vários outros”.

Muitos verbos, também de acordo com ele,

“têm significação de tal espécie que, conjugados pronominalmente, não se prestam a ser interpretados como se executasse o sujeito algum ato reversivamente sobre a própria individualidade. *Espantei-me, enganei-me, convenci-me, enfadei-me, aborreci-me, zanguei-me*, só podem equivaler a ‘fiquei espantado, enganado, convencido, zangado, aborrecido’ ”. (p.177)

Conforme o autor (1966, p.177), nesses casos, a forma reflexa diz que o mesmo efeito que o sujeito, na condição de agente, “produz em outros indivíduos, produziu-se inversamente

⁹ Grifo nosso.

nele por uma causa qualquer do mundo exterior”. Estes verbos conjugados pronominalmente têm em comum com uma série de verbos intransitivos essencialmente pronominais o fato de significarem sentimento. Assim, segundo ele, “para expressar o sentir zanga, medo, vergonha, piedade, arrependimento, etc., socorre-se a linguagem de verbos pronominais, ora de um tipo, ora do outro: *angustiar-se, enfurecer-se, envergonhar-se, arrepender-se, amedrontar-se, espantar-se, pasmar-se*, etc.”.

Ele acrescenta que o estado da alma pode despertar impulsos, de forma que o sentimento virá a manifestar-se exteriormente por alguma atividade. **Verbos pronominais, nesse caso, apresentam significação ativa**¹⁰, denotando o pronome reflexivo a pessoa vivamente afetada. Tais são: *gloriar-se, vangloriar-se, jactar-se, ufanar-se*, etc.

Na sua opinião, atos materiais, em geral, movimentos, que o sujeito executa em sua própria pessoa, iguais aos que executa em coisas ou em outras pessoas, ou dos quais “resulta efeito idêntico aos destoutros atos, dizem-se dando aos respectivos verbos transitivos a forma reflexa: *levantar-se, sentar-se, atirar-se*, etc.”. Diz que verbos dessa espécie “dispensam por vezes o pronome, como *mudar* ou *mudar-se* (para outro lugar), *ajoelhar* ou *ajoelhar-se*”.

De acordo com ele, nas frases seguintes e em outras semelhantes, cujo verbo, tomado na acepção própria, tem, para sujeito, um nome de coisa, a voz medial significa que a ação se realiza por si mesma, no objeto de que se fala:

“O prédio incendiou-se, a vida extinguiu-se, a luz apagou-se, a água congelou-se, o gelo derreteu-se, o leite estragou-se, a árvore desfolhou-se, o véu rasgou-se, o vestido descoseu-se, a nuvem desfez-se, a parede fendeu-se, a epidemia alastrou-se, a tábua despregou-se, o rochedo despenhou-se, o galho bifurca-se, a flor abriu-se, o tronco partiu-se, a água sumiu-se, o navio perdeu-se, a retina descolou-se, a pupila dilatou-se, a ferida abriu-se.”
(p.179)

Assim – explica –, “é como se disséssemos *ficou incendiado, ficou extinta, apagada, congelada*, etc.”. Acrescenta que, nessas frases,

“os verbos na forma medial denotam atos espontâneos, sem agente ou causa aparente. A linguagem, aproveitando-se desta facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se sabe mencionar. Tal é a origem

¹⁰ Grifo nosso.

de *vendem-se casas, alugam-se quartos, alarga-se a rua, desbarata-se a fortuna*, etc. Mas aqui, sendo latente a noção do agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes, basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa* e *a roupa estraga-se*. E vai-se mais longe. Como se tem em mente o conceito de alguém como agente, como sujeito psicológico, não se põe dúvida em dar ao substantivo caracteres próprios de objeto e se usa o pronome *se* até com verbos intransitivos: (...) *Vive-se à luz da esperança*”. (p.179)

Também segundo Said Ali, alguns dos verbos intransitivos usados, ordinariamente, na forma ativa “admitem, ocasionalmente, a forma medial, acrescentando o pronome reflexivo algum conceito novo ao verbo ou exprimindo ele a ação mais energicamente”. Assim, conforme o autor,

“*Ele ficou-se com a fortuna* significa que o sujeito ficou com a fortuna definitivamente para si, ou que a tomou a outrem sem intenção de a restituir; ao passo que, em *ele ficou com a fortuna*, o verbo tem sentido mais vago, equivalendo porventura simplesmente a ‘coube-lhe em sorte a fortuna’. Ao verbo *ir*, que na forma ativa denota locomoção no sentido geral, damos a forma *ir-se* quando o ato é definitivo, ou violento ou equivale a desaparecimento. Assim distinguimos ‘Antônio foi para o mato’, ‘Antônio foi-se para o mato’ e ‘O dinheiro foi-se.’” (p.180)

Explica que, da forma ativa de *rir* e *sorrir*, diversificam-se “*rir-se* e *sorrir-se* em vir o riso ou sorriso acompanhado de um sentimento íntimo de zombaria, gracejo, contradição, descaso ou descrença. A frase *nesta casa tudo ri* significa a pura manifestação de alegria. Troque-se *ri* em *ri-se*, e entenderemos que a alegria vem com malícia”.

Afirma que **“muitos verbos denotadores de atos em que o sujeito é vivamente afetado dizem-se na voz ativa. É tudo questão de tradição e uso”** (1965, p. 96). [grifo nosso]

Acrescenta, ainda, que a forma medial serve, nos casos em que há dois ou mais sujeitos, para denotar a ação recíproca: “Amamo-nos uns aos outros ou reciprocamente. Honramo-nos a nós mesmos”.

Para Bechara (1970, p.286), voz reflexiva é a “forma verbal que indica que a pessoa é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal”, formada de verbo seguido de pronome oblíquo de pessoa igual à a que o verbo se refere: *eu me visto, tu te feriste, ele se enfeita*”.

De acordo com o gramático, verbos como *atrever-se, indignar-se, queixar-se, ufanar-se* ou *admirar-se* não expressam mais a ação rigorosamente reflexa, mas indicam que a pessoa a que o verbo se refere está vivamente afetada. Segundo ele, essa ação reflexa também é expressa por verbos de movimento ou atitudes da pessoa “em relação ao seu próprio corpo”, como, por exemplo, *ir-se, partir-se, servir-se*. Diz que, nesses casos, o pronome oblíquo empresta maior expressividade à frase e que alguns o classificam, nessas circunstâncias, como *pronome de realce*.

Em Rocha Lima (1972, p.123), tem-se que, na voz reflexiva, os verbos se conjugam como na ativa, acompanhados dos pronomes oblíquos de cada pessoa (“Eu me ajoelho”, Tu te ajoelhas”, etc.)”.

Quanto ao pronome *se*, o autor diz que

“São *reflexivos* os pronomes pessoais átonos (objeto direto e indireto) quando pertencem à mesma pessoa do sujeito da oração: o agente e o paciente são um só, porque o sujeito executa um ato reversivo sobre si mesmo: Os empregados *se* despediram. Eles *se* arrogam o direito de vetar.(...) Quando, porém, o ato não emana do sujeito, que é apenas paciente, temos, no pronome que o representa, a *partícula apassivadora*: Despediram-*se* os empregados faltosos e admitiram-*se* alguns dos antigos candidatos. São *recíprocos* os pronomes que exprimem fato ou ação mútua, recíproca.”
(p.286)

Para Cunha e Cintra (1985, p.372), o verbo está na voz reflexiva quando o fato por ele expresso é representado “como *praticado* e *sofrido* pelo sujeito: João **feriu-se**. **Dei-me** pressa em sair”. Esta voz é expressa “juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos me, te, nos, vos e se (singular e plural): Eu me feri [= a mim mesmo], tu te feriste [= a ti mesmo], ele se feriu [= a si mesmo]”, etc.

Chaves de Melo (1980, p.83), por sua vez, lembra que alguns costumam “acrescentar uma voz ao verbo (e a NGB perfilha esse entendimento), a voz reflexa, que será aquela em que o sujeito é agente e paciente ao mesmo tempo, pratica e sofre a *ação* indicada pelo verbo: Brincando com canivete, Pedrinho feriu-se”. Afirma, porém, preferir dizer que “a voz reflexa

não se distingue da ativa, tanto é verdade que é inteiramente acidental a circunstância de, naquele caso, o paciente se identificar com a pessoa do agente”.

Em Kury (1991, p.38), lemos que, quando “a ação denotada por um verbo transitivo direto é simultaneamente exercida e recebida pelo mesmo ser, diz-se que o verbo, então acompanhado de pronome, está na voz medial ou reflexiva: *Narciso contemplava-se na água*”.

Observa que, “sob a denominação genérica ‘voz reflexiva’, a NGB engloba outros casos diversos, que podemos assim sistematizar: 1) *Voz reflexiva propriamente dita*: (‘*Eu me penteio*’, ‘*tu te penteias*’, ‘*ele se penteia*’, etc.); 2) *Voz medial recíproca*: (‘*Os desafetos cumprimentavam-se publicamente*’, ‘*Carlos e Joaquina amavam-se*’, etc.); 3) *Voz medial dinâmica*: (‘*Afastei-me do fogo* (à semelhança de: *Afastei a criança, o livro, do fogo*)’). Ele *arremessou-se* sobre o inimigo (à semelhança de: *arremessou uma pedra*). A mãe *deitou-se* na cama (à semelhança de: *deitou a criança na cama*)”, “*Ele ria-se à toa.*”, “*Foi-se embora*”, etc.; 4) “*Voz medial pronominal*, em que aparece, integrado no verbo, um pronome fossilizado sem função sintática: “*Queixas-te sem razão*”.

1.4 Voz neutra

Mendes de Almeida (1955, p. 179) cita, ainda, *o verbo neutro*, como, por exemplo, o da frase “O cozinheiro é bom”, definindo-o como aquele cujo sujeito não pratica nem recebe ação expressa pelo verbo, por este não indicar nenhuma ação. Assim, segundo ele, quando se diz que “Carlos é bom”, não se indica nenhuma ação. Para “ser bom, no entanto, Carlos faz ou fez alguma coisa boa, ou seja, alguma ação ele praticou. Esse é o motivo por que se diz que tais verbos indicam resultado de ação”.

Kury (1991, p.40), por sua vez, amplia esse conceito, ao afirmar que “os verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação não têm voz ativa nem passiva: são neutros”.

1.5 Síntese parcial

A análise da forma de abordagem das vozes verbais nas gramáticas incluídas neste capítulo revela um aspecto interessante, que diz respeito à sistematização dessas vozes. Com efeito, o estudo revelou que tais gramáticas apresentam três formas de classificação das vozes:

ativa e passiva; ativa, passiva e reflexiva (média ou medial); ativa, passiva, reflexiva e neutra. O Quadro 1 mostra uma visualização dessa diversidade de classificação.

Quadro 1: Classificação das vozes verbais

	ATIVA	PASSIVA	REFLEXIVA*	NEUTRA
Mendes de Almeida	X	X	X	X
Said Ali	X	X	X	–
Bechara (1970)	X	X	X	–
Rocha Lima	X	X	X	–
Cunha & Cintra	X	X	X	–
Chaves de Melo	X	X	–	–
Kury	X	X	X	X

* Média ou medial.

Outro aspecto que pode ser destacado nesse estudo diz respeito aos diferentes critérios de classificação das vozes utilizados: o da forma, o da significação e o do processo verbal em relação a um sujeito, com destaque para o primeiro.

Quadro 2: Critérios de classificação das vozes verbais

	FORMA	SIGNIFICAÇÃO	PROCESSO VERBAL EM RELAÇÃO AO SUJEITO
Mendes de Almeida	X	–	–
Said Ali	X	–	X
Bechara (1970)	X	–	–
Rocha Lima	X	X	–
Chaves de Melo	X	X	–
Cunha e Cintra	X	X	X
Kury	X	–	–

Também foi constatada, neste capítulo, discordância, entre os autores analisados, com respeito à conceituação de voz ativa e ao fato de ela comportar, ou não, passividade. Com efeito, esses autores citam a possibilidade de ela expressar, além do sujeito agente, passividade, ou de, ao menos, ter o sujeito como ponto de partida do processo. Dois deles afirmam que ela requer verbo transitivo direto. Assim, embora a maioria deles a conceitue apenas em termos da presença de um sujeito agente, alguns a atribuem a um sujeito “de quem, pelo menos, parte o processo”, abrindo espaço para a inclusão, na voz ativa, de verbos com sentido passivo; outros, finalmente, mantendo a idéia de sujeito agente, restringem a voz ativa aos verbos transitivos diretos. Isso pode ser melhor visualizado no Quadro 3.

Quadro 3: Caracterização da voz ativa

	SUJEITO AGENTE	INCLUSÃO DE PASSIVIDADE	SUJEITO COMO PONTO DE PARTIDA DO PROCESSO	VERBO TRANSITIVO DIRETO
Mendes de Almeida	X	–	–	–
Said Ali	X	X	X	–
Bechara (1970)	X	X	–	–
Rocha Lima	X	–	–	–
Chaves de Melo	X	–	–	X
Cunha e Cintra	X	–	–	–
Kury	X	–	–	X

Cumprе enfatizar, ainda, quanto à voz passiva, o fato de a maior parte dos gramáticos analisados estabelecer duas formas, a analítica e a sintética. Mas, em relação a Said Ali, cabe destacar o fato de o autor não distinguir construções com o pronome *se* considerado pela gramática tradicional apassivador, como, por exemplo, *Aceitam-se sugestões*, de construções com o chamado símbolo de indeterminação do sujeito, como, por exemplo, *Vive-se bem* ou *Necessita-se de ajuda*. Para ele, em ambas as construções, “tem-se em mente o conceito de alguém como agente, como sujeito psicológico”.

Já, quanto a Rocha Lima, embora tenhamos optado por assinalá-la, conforme comentaremos no capítulo cinco, não há clareza em relação a essa divisão da voz passiva. O Quadro 4 retoma esses aspectos.

Quadro 4: Caracterização da voz passiva

	FORMA ANALÍTICA	FORMA SINTÉTICA
Mendes de Almeida	X	X
Said Ali*	X	–
Bechara (1970)	X	X
Rocha Lima	X	–
Chaves de Melo	X	–
Cunha e Cintra	X	X
Kury	X	X

* Autor que não estabelece distinção entre o que a gramática denomina pronome apassivador e símbolo de indeterminação do sujeito.

Quanto à voz reflexiva, destacamos o fato de apenas um dos autores analisados – Chaves de Melo – não a reconhecer e de alguns autores incluírem em seu domínio verbos pronominais com significação ativa. Quanto a essa inclusão, convém lembrar que os autores assinalados apenas citam tais verbos, à exceção de Said Ali, que explica que o sentimento pode manifestar-se “exteriormente por alguma atividade”. Verbos pronominais, nesse caso, segundo ele, têm significação ativa, denotando o pronome reflexivo a pessoa vivamente afetada. Entre esses verbos, podem-se citar: “*gloriar-se, vangloriar-se, jactar-se, ufanar-se, etc.*”.

Quadro 5: Caracterização da voz reflexiva

	REFLEXIBILIDADE RECIPROCIDADE	INCLUSÃO DE VERBOS PRONOMINAIS COM SIGNIFICAÇÃO ATIVA
Mendes de Almeida	X	-
Said Ali	X	X
Bechara (1970)	X	X
Rocha Lima	X	-
Chaves de Melo	–	-
Cunha e Cintra	X	-
Kury	X	X

Assim, a apresentação desses estudos mostra que inexistente consenso entre os gramáticos acerca do tratamento dado às vozes verbais. Evidentemente, não se poderia esperar, dada a complexidade do tema, a ausência total de controvérsias. Mas o fato é que essas questões, no que tange às vozes verbais, parecem ser a regra, e não a exceção. Com efeito, com base nesses estudos, dado um enunciado como, por exemplo, *Ele recebeu castigo dos pais*, não se saberá precisar se existe voz ativa ou voz passiva.

Julgamos que esse quadro pode ser atribuído ao fato de os gramáticos, em geral, desconsiderarem, na descrição das vozes, a diferença entre língua como sistema de signos e língua em funcionamento, atendo-se, desse modo, em suas descrições, às formas do verbo.

Propomos, então, tratar as vozes verbais em um quadro teórico diferente do mobilizado pelos autores aqui citados. Acreditamos ser possível descrevê-las como categoria dêitica, uma vez que se veja a dêixis não segundo os parâmetros referenciais da linguagem, que definem os dêiticos como indicadores de uma relação entre um *objeto* (referente) e o próprio enunciado dêitico, mas enquanto categoria enunciativa, que emerge do sujeito que a enuncia, possibilitando-lhe vincular seu enunciado ao seu próprio “dizer”.

Finalmente, desejamos acrescentar que identificamos, nesses estudos, apesar de inscritos numa perspectiva totalmente diversa da nossa, algumas questões que, de certa forma, contribuem para ratificar a tese que defendemos, ou seja, é na língua em uso que os sentidos das vozes verbais se definem, como resultado da situação e da atitude do sujeito frente a ela.

Assim, retomamos, aqui, pontos de vista defendidos por dois gramáticos, Bechara e Said Ali. Quanto ao primeiro, destacamos o fato de, ao distinguir voz passiva e passividade, afirmar poder a passividade “ traduzir-se, além da passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo: Os criminosos recebem o merecido castigo” (1966, p.127).

No que diz respeito ao segundo, destacamos as seguintes afirmações:

- a) a classificação de voz ativa como aquela que diz respeito ao “verbo usado nos diversos tempos e modos da conjugação simples”, embora facilite o estudo das formas, não se harmoniza sempre com a significação do verbo. Assim, verbos como *padeecer* e *adoecer*, apesar da forma, não revelam nenhuma atividade da parte do sujeito (1966, p.176).
- b) o verbo transitivo direto, acrescido do pronome *se*, pode expressar situações diferentes, como percebemos nos enunciados *Pedro, querendo matar-se, só*

conseguiu ferir-se e Pedro, atravessando o jardim, feriu-se. No primeiro, ambos os infinitivos exprimem atos rigorosamente reflexos. Porém, no segundo, o ato de ferir-se já não emana do sujeito e significa somente que Pedro ficou ferido (1966, p.177).

- c) alguns verbos “têm significação de tal espécie que, conjugados pronominalmente, não se prestam a ser interpretados como se executasse o sujeito algum ato reversivamente sobre a própria individualidade”. É o caso de “*espantei-me, enganei-me, convenci-me, enfadei-me, aborreci-me, zanguei-me*, que só podem equivaler a ‘fiquei espantado, enganado, convencido, zangado, aborrecido’”. (1966, p.177)

Desse modo, após a análise desses estudos, é possível chegar a duas conclusões:

- a) Devido à complexidade do tema, inexistem uma unidade de apreensão do fenômeno das vozes verbais por parte desses gramáticos.
- b) Embora utilizando uma abordagem de análise das vozes verbais diferente da nossa, alguns desses autores parecem apontar para a perspectiva enunciativa, uma vez que defendem a idéia de que uma forma verbal ativa pode apresentar sentido passivo. Por parte de Said Ali, podemos destacar, ainda, o fato de, ao distinguir voz reflexiva e passiva, reconhecer que, em decorrência da instância discursiva, uma mesma forma verbal pode expressar situações distintas, bem como o fato de ele afirmar que alguns verbos conjugados pronominalmente apresentam sentido passivo.
- c) Nos estudos apresentados por esses gramáticos, falta rigor no que diz respeito ao sentido. De fato, esses autores mais descrevem do que explicam o fenômeno das vozes verbais, e não conseguem explicá-lo justamente porque isso implicaria preocupar-se com o uso da língua, preocupação que não se faz presente nesses estudos.

2 ESTUDOS DE TRANSIÇÃO

No capítulo anterior, procedemos à exposição dos estudos das vozes verbais apresentados em gramáticas ditas tradicionais. Neste capítulo, examinaremos os estudos das vozes verbais apresentados em gramáticas cujos autores se dizem influenciados pelos estudos lingüísticos. Mas desejamos reiterar que a divisão não significa que tais gramáticas sejam mais descritivas, mais completas ou mais coerentes do que aquelas que compuseram o primeiro grupo. Ela somente significa que os autores identificam nessas obras a influência da lingüística. Consideramos pertencerem esses estudos a um período de transição entre os fundamentados na teoria gramatical e os realizados com base em teorias lingüísticas. Compõem esse grupo gramáticas de Mattoso Câmara (1968), Luft (1979) e Bechara (2000).

Quanto a esses estudos, cabem, ainda, algumas observações. Mattoso Câmara (1980, p.7) diz que sua obra tem o objetivo de “associar intimamente a descrição gramatical à lingüística sincrônica, em seu sentido amplo, e criar afinal uma descrição da língua portuguesa”, não científica, “mas isenta de *parti-pris purista* e normativo, de um lado, e, de outro, distanciando-se de preconceitos nativistas revolucionários”.

Ainda segundo o autor (op. cit., p.10), a codificação, ramo da lingüística descritiva, tem de partir dos resultados obtidos pela lingüística descritiva, como uma técnica de pesquisa e interpretação objetiva e rigorosa.

Luft (1979, p. XIII), por sua vez, destaca ter sido sua gramática influenciada sobretudo por Mattoso e Saussure, além de “muita contribuição moderna – especialmente a devida à Lingüística e à Teoria da Comunicação”.

Finalmente, Bechara (2000, p.19-20) diz que “é de toda justiça lembrar” e que, por isso, a referida edição é a eles dedicada, em primeiro lugar, o “inesquecível mestre e amigo M. Said Ali”, e, não menos presentes, o “teórico profundo e admirável que é Eugênio Coseriu, ao lado de seu ilustre colega de reflexão lingüística, que é J. G. Herculano de Carvalho, e do nosso primeiro lingüista J. Mattoso Câmara Jr., guia seguro desde o lançamento inicial da Moderna Gramática da Língua Portuguesa”.

Destaca que “a obra alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas”. Explica que, na parte relativa à estruturação dos vocábulos e sua formação, pretendeu “trazer para a gramática os excelentes estudos que a lingüística americana tem feito sobre importante capítulo”.

2.1 Voz ativa

Segundo Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1968, p.276-368), a voz ativa “decorre da circunstância de que aí o processo verbal é tratado como uma ação, ou atividade, de determinado ser sujeito, de quem, na representação lingüística, pelo menos, parte *o processo*; ex.: *o homem anda, a estrada sobe pela encosta, o livro ensina, etc.*”. Assim, de acordo com autor, “não há uma relação constante e indissolúvel entre os conceitos metafísicos de *agente* e *ação* e os conceitos gramaticais de sujeito e verbo da voz ativa, onde não raro há, até, imanente, a) a inércia, ou b) a *passividade* do sujeito (ex.: a) *o menino dorme*; b) *o menino apanha uma surra*)”.

Em Luft (1979, p.132), lemos que a voz é ativa “quando o sujeito é agente, ou pelo menos ponto de partida da afirmação (sujeito formal, gramatical): *O lobo ataca, o lobo morre, o lobo recebe (leva) um tiro*”.

Já Bechara (2000, p.222) mantém a classificação da voz ativa apresentada na edição de 1970. Assim, define-a como “a forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação”. A pessoa se diz, neste caso, *agente* da ação verbal: *Eu escrevo a carta, Tu visitaste o primo, Nós plantaremos a árvore*”.¹¹

¹¹ No que diz respeito à edição de 1970, somente o conceito de voz ativa (e a respectiva exemplificação) foi mantido nessa edição.

2.2 Voz passiva

Mattoso (1968, p.276) define voz passiva, em sentido estrito, como “uma formulação dos verbos transitivos em que se inverte a formulação corrente dita voz ativa. É assim uma *transformação* da voz ativa, em que se torna sujeito o que na voz ativa é complemento objetivo”.

Segundo o autor, em sentido lato, há duas construções passivas em português: a) passiva, propriamente dita, também chamada analítica, constituída pelo verbo auxiliar *ser*, em qualquer dos seus tempos verbais e um particípio passado; b) médio-passiva, também chamada sintética, constituída do verbo na 3.^a pessoa da forma ativa combinada com o pronome *se* na função de pronome *apassivador* (ex.: *perdeu-se um relógio*).

Há, porém, na sua opinião, duas diferenças básicas entre esses dois tipos:

1) A chamada voz passiva analítica pode formular-se em qualquer pessoa gramatical (*sou repreendido injustamente – é ouvido com atenção – etc.*), ao passo que a médio-passiva só se formula na 3.^a pessoa gramatical que corresponde à 3.^a pessoa do pronome oblíquo *se*, sendo interpretação inadequada considerar médio-passivas as formas *batizei-me, chamo-me, etc.*

2) A voz médio-passiva não admite a explicitação do agente como complemento no predicado (ex.: *o discurso foi ouvido por todos com atenção*, mas na médio-passiva – *ouviu-se o discurso com atenção*), sendo artificial e esporádica essa explicitação no português clássico.

Além disso, de acordo com Mattoso, essa voz aplica-se aos verbos intransitivos. Como, então, falta um paciente para ser sujeito, o verbo fica sem sujeito ou impessoal, embora alguns gramáticos, dissociando da médio-passiva com verbo transitivo a construção com verbos intransitivos, tenham preferido ver aí um caso de sujeito indeterminado – melhor, *indiferenciado* –, interpretando o pronome *se* como sujeito ou o seu símbolo.

Para o autor, a voz médio-passiva (p.52-53) se aplica a sujeitos correspondentes a seres inanimados e mantidos como tais na representação lingüística e, também, a sujeito animado, quando o contexto mostra claramente que está apresentado como paciente, por exemplo, “*Lê-se a Bernardes com prazer*”.

Ele explica que a degradação da função de sujeito, em proveito da ação verbal, na voz médio-passiva, vai até ao desaparecimento do sujeito: – a) pela regência da preposição

expletiva, numa construção muito favorecida na língua literária; b) pela invariabilidade do verbo, o que se dá sistematicamente na língua popular; c) pela extensão da construção aos verbos intransitivos, onde não há um paciente para se arvorar como sujeito; a) “*a Bernardes admira-se e ama-se*”; b) “*se nota pelos mareantes os perigos do mar*”; c) “*vai-se bem por aqui*”. Assim, no seu entender, chega-se a uma construção passiva de carácter impessoal, que era comum na voz passiva latina e tem raízes mais antigas em indo-europeu, mas em português se limita à voz médio-passiva.¹²

O autor denomina passividade a qualidade de paciente que um sujeito apresenta em relação ao processo verbal. **“Não raro, a passividade decorre da significação do semantema verbal e manifesta-se na própria voz ativa [grifo nosso]: *O meliante apanhou uma surra – Este menino aprende com um bom professor – O funcionário recebeu uma censura.* Muitas vezes, porém, quando o semantema pressupõe, necessariamente, um agente, obtém-se a passividade pela transformação da voz ativa em passiva”.** [grifo do autor]

Assim, para Mattoso, não há coincidência absoluta entre passividade e construção passiva. Por outro lado, segundo ele, na voz médio-passiva de verbos intransitivos, tem-se uma passiva impessoal, em que se considera o processo verbal em si mesmo, sem que haja um paciente para figurar como sujeito passivo.

O autor explica que o particípio passado, ou perfeito, nos verbos transitivos condiciona uma passividade que decorre do seu aspecto permansivo¹³ [.. .], e nos intransitivos apresenta esse aspecto dissociado da passividade (ex.: *homem viajado, homem lido*). Com efeito, no aspecto permansivo, “a idéia de um processo já realizado que ainda se faz sentir no sujeito, frisa espontaneamente dois caracteres próprios da voz passiva: 1) a inércia atual do sujeito diante do que o verbo exprime; 2) a repercussão do processo verbal no sujeito, que é, pois, na realidade, um paciente atual”(1968, p.223).

Para Luft (1979, p.132), a voz é passiva “quando o sujeito sofre a ação, segundo se exprima com ser (estar, ficar, (v)ir...) + particípio ou pronome *se*: *O lobo foi ferido; feriu-se o lobo*”.

¹² O autor (1980, p.187) diz que se pode afirmar que “a essência da voz passiva (sob qualquer de suas formas) é o realce do processo ativo em detrimento do agente, que é omitido ou esporadicamente incluído no predicado. O lugar de sujeito, que ele ocupa na voz ativa, é preenchido pelo de paciente (quando o verbo é transitivo), ou fica vago num tipo de voz impessoal de forma passiva”.

¹³ Segundo o autor (op. cit, p.60), permansivo aplica-se ao aspecto verbal “concluso mas permanente em seus efeitos”.

O autor explica que a voz passiva pode estar representada com auxiliar mais participio: (“Ele é *estimado* pelos colegas”) e com o pronome apassivador *se* junto a verbos transitivos diretos (*Consertam-se* calçados). Em relação a esse caso, o autor diz que

“Mais acertado é considerar ativa essa conjugação – o que corresponde: (1) ao sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* – é como se usa na fala espontânea) e (2) à colocação dos termos (a posição pós-verbal é a do paciente) e (3) evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de “sujeito indefinido”, formalizada no *se*, que pode, pois, tranquilamente, ser analisado como sujeito (Aqui – **se** – trabalha = Aqui – **a gente** – trabalha). A flexão plural do verbo (*vendem-se terrenos*), no padrão culto escrito, pode-se explicar como mera “servidão gramatical” – nem sempre observada – ou por atração.” [Grifos do autor]

Em Bechara (2000, p.222), lemos que voz passiva é a “forma verbal que indica que a pessoa é o *objeto* da ação verbal. A pessoa, neste caso, diz-se *paciente* da ação verbal: *A carta é escrita por mim, O primo foi visitado por ti, A árvore será plantada por nós*”. É “formada com um dos verbos *ser, estar, ficar*, seguido de participio ”.

De acordo com o autor, não se deve “confundir voz passiva e passividade. *Voz* é a forma especial em que se encontra o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação. [...] *Passividade* é o fato de a pessoa receber a ação verbal. **A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo...**” (p.222). [grifo nosso]

2.3 Voz reflexiva (média ou medial)

Mattoso (1968, p.233-234) diz que “a voz medial corresponde em português a uma construção em que à forma do verbo na voz ativa se adjunge um pronome átono, referente à pessoa do sujeito; ex.: *eu me feri, tu te feriste, ele se feriu*, etc.

Explica que a noção gramatical que carrega a voz medial é a de uma integração do sujeito na ação que dele parte; ou, em outros termos, a pessoa do sujeito, sob o aspecto de pronome adverbial átono incorporado no verbo, reaparece no predicado como – 1) o objeto de uma ação verbal transitiva, que parte dele (medial *reflexiva*); 2) o centro de uma ação verbal transitiva, que parte dele, mas que não sai do seu âmbito, eliminando-se assim o objeto sobre que ela

recairia (medial dinâmica); 3) o centro de uma ação verbal intransitiva, que dessa maneira fica mais intensamente relacionada ao sujeito de que parte (medial expletiva): 1) *eu me feri* (onde a construção não-pronominal, com objeto autônomo, mantém inalterada a significação verbal – *eu o feri*; 2) *eu me levantei* (onde a significação não-pronominal, com objeto autônomo, altera a significação verbal – *eu o levantei*, isto é, “*o suspendi*”); 3) *eu me ri* (onde a construção pronominal, sem objeto autônomo, não altera a significação verbal, mas não põe em realce a participação do sujeito na ação que dele parte – *eu ri*. Na medial reflexiva, pode haver uma flexibilidade cruzada, ou medial recíproca, quando um sujeito plural, abarcando dois indivíduos A e B, se disjunge nocionalmente num agente A, que atua sobre B: *os antagonistas se feriram*.

Acrescenta que a voz medial, especialmente quando dinâmica, pode figurar com sujeitos de 3.^a pessoa que, embora, na realidade, seres inanimados, são, na representação lingüística, tratados como sujeitos ativos: *a árvore se agita*, “*a estrada se desdobra, como uma imensa e rutilante cobra*”. É a contraparte, na voz medial, do que se encontra na voz ativa: *a árvore murmura, a estrada sobe pela encosta*.

Lembra que, em antigas línguas indo-européias, como o grego e o sânscrito, a noção gramatical de uma integração do sujeito na ação que dele parte, se assinalava por flexões especiais, diversas da voz ativa, numa construção chamada medial, ou média, pelos gramáticos gregos porque ficava distante do pólo da voz ativa e do pólo da voz passiva: “*eu me solto*”, em contraste com “*eu solto*”.

Diz que há uma relação entre a voz medial, sob qualquer de suas formas, e a voz passiva, no sentido de que a voz passiva tende a se apresentar em construção medial, com a extensão dessa construção a ações verbais em que se integra um ser que, na representação lingüística, não é um sujeito ativo (voz *médio-passiva*). Em português, isso se verifica com o verbo medial, de forma pronominal, na 3.^a pessoa, ficando o pronome átono *se* na função de pronome *apassivador*.

Acrescenta, finalmente, que, muitas vezes, é frágil a distinção entre a médio-passiva e a voz medial, em virtude da possibilidade de, na representação lingüística, tratar-se qualquer sujeito como ativo. A expressão formal da verdadeira intenção da frase repousa precariamente na posposição do sujeito, para o valor médio-passivo, na sua anteposição no valor medial: *nesta cidade as casas se alugam caro, o vaso se quebrou com facilidade*.

Luft (1979, p.132), por sua vez, diz que a voz é reflexiva “quando o sujeito é agente e paciente ao mesmo tempo. Sistematiza-a em: a) simples (machucar-se, ferir-se, conhecer-se, etc.); b) recíproca (abraçar-se, falar-se, etc.); c) dinâmica (rir-se, ir-se, etc.); d) pronominal: (queixar-se, atrever-se, etc.).

Bechara (2000, p.222) define a voz reflexiva como

“forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito), atuar reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), sentido de “passividade com se” e sentido de impessoalidade, conforme as interpretações favorecidas pelo contexto, formada de verbo seguido do pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere: *me visto, tu te referiste, ele se enfeita*. O verbo empregado na forma reflexiva propriamente dita diz-se *pronominal*”.

2.4 Síntese parcial

O estudo dessas gramáticas revela, quanto à sistematização das vozes verbais, diferentemente daquelas que compuseram o primeiro grupo, apenas uma forma de classificação: ativa, passiva e reflexiva (média ou medial), conforme se mostra no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação das vozes

	ATIVA	PASSIVA	REFLEXIVA*
Mattoso	X	X	X
Celso Luft	X	X	X
Bechara (2000)	X	X	X

* Média ou medial.

Constata-se, também, aqui, a existência de três critérios de classificação das vozes : o da forma, o da significação e o do processo verbal em relação a um sujeito, como se pode comprovar no Quadro 2.

Quadro 2: Critérios de classificação das vozes

	FORMA	SIGNIFICAÇÃO	PROCESSO VERBAL EM RELAÇÃO AO SUJEITO
Mattoso	X	–	X
Luft	–	X	X
Bechara (2000)	X	–	–

Outro ponto a ser destacado diz respeito à caracterização da voz ativa. Os autores analisados citam, além do sujeito agente, a possibilidade de ela expressar passividade, ou de, ao menos, ter o sujeito como ponto de partida do processo, com exceção de Bechara, que não cita o terceiro aspecto. Constata-se isso no Quadro 3.

Quadro 3: Caracterização da voz ativa

	SUJEITO AGENTE	INCLUSÃO DE PASSIVIDADE	SUJEITO COMO PONTO DE PARTIDA DO PROCESSO
Mattoso	X	X	X
Luft	X	X	X
Bechara (2000)	X	X	–

Quanto à voz passiva, cabe destacar o fato de Bechara apenas registrar a forma analítica, enquanto os outros autores consideram as duas formas: a analítica e a sintética.

Quadro 4: caracterização da voz passiva

	FORMA ANALÍTICA	FORMA SINTÉTICA
Mattoso	X	X
Celso Luft*	X	X
Bechara (2000)	X	–

*Autor que não estabelece diferença entre o que a gramática denomina pronome apassivador e símbolo de indeterminação do sujeito.

Destacamos, também, quanto à caracterização da voz reflexiva, o fato de dois autores aí incluírem verbos pronominais com significação ativa, enquanto Bechara inclui nessa voz a chamada passiva pronominal, o que se pode comprovar no Quadro 5.

Quadro 5: Caracterização da voz reflexiva

	INCLUSÃO DA PASSIVA PRONOMINAL	INCLUSÃO DE VERBOS PRONOMINAIS COM SIGNIFICAÇÃO ATIVA
Mattoso	–	X
Luft	–	X
Bechara (2000)	X	–

Percebemos, portanto, que o quadro delineado neste capítulo não difere muito do apresentado no anterior. Com efeito, também aqui percebemos dissonâncias nas descrições das vozes verbais. Desse modo, retomamos o que dissemos anteriormente quanto às razões desses problemas. A maioria dos autores não considera, em seus estudos, distinção entre língua enquanto sistema de signos e língua em funcionamento, além de utilizar, preponderantemente, o critério da forma em suas análises.

Assim, lembrando as hipóteses que orientam este estudo – a voz verbal é dêitica, ou seja, é categoria que adquire sentido na enunciação, de forma que esse sentido não se submete a uma sintaxe preestabelecida –, reafirmamos a necessidade de pensar as vozes verbais, com

base na teoria enunciativa benvenistiana, como categoria dêitica, ou seja, como categoria que só pode ser convenientemente descrita com referência ao *emprego* que dela realiza o sujeito falante.

Finalmente, desejamos acrescentar que, à semelhança do que ocorreu em relação aos estudos expostos no capítulo anterior, também nos aqui apresentados, não obstante contemplarem uma perspectiva totalmente diferente da nossa, encontramos algumas passagens que, de algum modo, contribuem para corroborar a tese que defendemos. Entre essas passagens, podem-se citar as seguintes afirmações de Mattoso:

- a) “...não há uma relação constante e indissolúvel entre os conceitos metafísicos de *agente e ação* e os conceitos gramaticais de sujeito e verbos da voz ativa, onde não raro há, até, imanente, a) a inércia, ou b) a passividade do sujeito (ex.: *o menino dorme*; b) *o menino apanha uma surra*)”. (1968, p.276)
- b) “Não raro, a passividade decorre da significação do semantema verbal e manifesta-se na própria voz ativa: *O meliante apanhou uma surra...*”
- c) “...não há coincidência absoluta entre passividade e construção passiva.”(idem, p.223)

Em Luft (1979, p.132), percebe-se, também, um movimento nesse sentido, quando diz que é mais acertado considerar ativa a conjugação da chamada voz passiva sintética, já que a ausência de concordância verbal denuncia o sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* – é como se usa na fala espontânea), a idéia de “sujeito indefinido, formalizada no *se*, que pode, pois, tranqüilamente, ser analisado como sujeito”.

Pode-se dizer, então, que tais pontos de vista defendidos por esses dois autores, de certo modo, endossam nossas hipóteses, segundo as quais a voz verbal é categoria discursiva, que adquire sentido na e pela enunciação. Esse sentido resulta de uma sintaxe resultante das relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor, de forma que expressa uma realidade interna ao discurso, sempre única e irrepetível.

Assim, é possível afirmar que a exposição desses estudos foi importante para a realização deste trabalho, visto que, além de propiciar uma visão bastante clara dos estudos referentes às vozes até aqui realizados, possibilitando apreender os constantes desencontros na descrição dessa categoria e evidenciando a necessidade de uma abordagem que contemple a língua em uso, proporcionou, também, algumas passagens que, de certo modo, contribuem para a sustentação da tese que aqui defendemos.

3 GRAMÁTICAS LINGÜÍSTICAS

No capítulo anterior, procedemos à exposição dos estudos das vozes verbais referentes a gramáticas cujos autores se dizem influenciados pelos estudos lingüísticos. Neste, dedicaremos a estudos dessa categoria em gramáticas modernas, que abordam o assunto sob diferentes enfoques. Dessa forma, analisamos o tratamento dado ao tema na gramática lógico-formal, de Mira Mateus et al., na gerativa de Mário Perini, e na funcionalista, de Maria Helena de Moura Neves. Embora seu autor não a intitule gramática, optamos por incluir, nesta exposição, estudos apresentados na obra *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, de José Rebouças Macambira.

Esses trabalhos, embora embasados em teorias diversas da nossa, são apresentados aqui por descreverem fatos da língua, o que também é nosso objetivo. Outro motivo de os incluirmos neste estudo diz respeito ao fato de ampliarem a visão do tema, podendo, dessa forma, eventualmente, contribuir para nosso estudo.

3.1 Uma descrição fundamentada em princípios da lógica formal

Conforme as autoras, Mira Mateus et al., a *Gramática da Língua Portuguesa* (1989) é de nível universitário e não é normativa. Pretende descrever, de forma ampla, o funcionamento do português contemporâneo a partir de teorias lingüísticas. Resulta de um trabalho coletivo, de forma que cada uma das quatro autoras se responsabiliza pelo desenvolvimento de determinada parte ou seção.

Nessa obra, fundamentada em princípios da lógica formal, as autoras descrevem as construções passivas a partir das frases *O livro foi comprado pelo Luís* e *O livro foi*

comprado. Dizem que essas frases apresentam as seguintes características sintáticas: a ocorrência de uma forma flexionada de *ser* seguida de uma forma participial de um verbo transitivo; a relação gramatical de OD, nas paráfrases ativas, do SN com a relação gramatical de SU; possibilidade de ocorrência de um SN regido por uma preposição – em geral *por* – que, na paráfrase ativa, tem a relação gramatical de SU e concordância, em gênero e número, da forma participial com o SN que tem a relação gramatical de SU¹⁴ (1989, p.222).

Segundo elas, à semelhança dos outros tipos de construções passivas, a passiva de *ser* pode ser considerada “uma estratégia de supressão ou ocultação do agente, que envolve a externalização de um argumento interno do verbo a partir do qual é formado o particípio passado”.¹⁵ Afirmam que essa parece ser a propriedade essencial da passiva e que a alteração pode ser sintetizada do seguinte modo: “o processo morfológico em questão bloqueia a atribuição de função semântica à posição de sujeito”. Assim, não sendo possível a forma participial atribuir caso ao seu argumento interno (uma construção do tipo *Foi comprado-o pelo Luís* é agramatical), “este, para escapar ao Filtro do Caso, tem de deslocar-se para uma posição casualmente marcada”.

Acrescentam que, sendo o verbo *ser* um verbo predicativo, não atribui qualquer função semântica à posição de sujeito de F. Nessas circunstâncias, o argumento interno da forma participial pode deslocar-se para tal posição e aí aceder ao caso nominativo, atribuído sob regência por FLEX. Em tal posição, o constituinte deslocado desencadeia concordância verbal. Denominam as frases assim obtidas “construções passivas pessoais”, exemplificando com a construção *Foram mortos vários assaltantes pela polícia*.

Mas, segundo elas, por ser o português uma língua de sujeito nulo, é igualmente possível que “o argumento interno da forma participial ocorra em posição pós-verbal, acedendo ao caso e determinando a concordância verbal por um processo de co-indexação com a posição vazia de sujeito de F”. Explicam ser tal estratégia usada, de preferência, quando o argumento interno da forma participial é uma expressão indefinida. Classificam as frases dessa forma obtidas como “construções passivas impessoais”, citando, como exemplo, a construção *Foram encontradas bactérias perigosas nos bolos analisados*.¹⁶

¹⁴ Mira Mateus et al. destacam, aqui, o contraste entre as frases “O livro foi *comprado* pelo Luís” e “A pasta foi *comprado* pelo Luís”.

¹⁵ Acrescentam que essa mesma estratégia está presente em construções como “O livro comprado pelo Luís é fascinante é “Assisti à compra do livro pelo Luís”.

¹⁶ De acordo com as autoras, “as construções passivas pessoais e impessoais” distinguem-se pela possibilidade de o argumento interno funcionar “como antecedente de uma categoria vazia” presente em outra oração. Dessa forma, nas primeiras, mas não nas últimas, tal argumento “pode servir como antecedente do sujeito vazio de complementos de infinitivos, de orações gerundivas e de orações participiais”. (p.224)

Para as autoras, a opcionalidade da presença do SPREP, tradicionalmente designado “complemento agente da passiva” nas construções passivas, resulta “da suspensão da atribuição da função semântica de AG à posição de sujeito”. Assim, acrescentam que, estando disponível essa função semântica na estrutura argumental das formas participiais e dos nomes deverbais que ocorrem em tais construções, encontrando-se, porém, impedida a sua atribuição à posição de sujeito, ela pode ser atribuída ao SN dominado por SPREP.

Quanto às construções da “passiva de *se*”, dizem que, apesar de essas frases partilharem a propriedade - considerada por elas “definitória da passiva” -, “suspensão da atribuição da função semântica de AG à posição de sujeito e externalização do argumento interno do predicador”, a propriedade decorre da presença de um clítico, e não de um processo derivacional. Desse modo, dizem que, assim como sucede com qualquer pronome clítico, “*se* passivo absorve um caso – o caso acusativo”. Em tais circunstâncias, o verbo fica impossibilitado de “marcar casualmente o seu argumento interno”. Acrescentam que, concomitantemente, “o clítico suspende a atribuição da função semântica de AG à posição de sujeito”, que, dessa forma, torna-se “local de pouso possível para a regra ‘Mover α ’. Assim, o argumento interno do verbo pode deslocar-se para tal posição e aí aceder ao caso nominativo atribuído, sob regência, por FLEX”.

De acordo com elas, a passiva de *se* distingue-se da passiva de *ser* também “pelo fato de exigir que o argumento interno do verbo seja [+3.^a]”. Assim, destacam o contraste entre frases como “Foste descoberta (pelos teus admiradores)” e “(Tu) descobriu-se (construção agramatical)”.

Além disso, lembram que, no português contemporâneo, a passiva de *se* “distingue-se dos restantes tipos de construções passivas pela impossibilidade de ocorrência de um SPREP com interpretação agentiva”. Chamam a atenção, também, para o contraste entre as frases “O livro foi comprado (pelo Luís)” e “Os livros compraram-se pelo Luís (construção agramatical)”.

Afirmam sugerir tal propriedade que *se* passivo “não se limita a ter como efeito a suspensão da atribuição da função semântica de AG à posição de sujeito, antes suspende a atribuição de tal função a qualquer posição sintática”.

3.2 Uma abordagem baseada em pressupostos gerativistas

De acordo com o autor Mário Perini, a *Gramática Descritiva do Português* (1996) “não tem a finalidade de ser utilizada por alunos de primeiro ou de segundo grau”: destina-se, “em um primeiro momento, aos profissionais da área: professores de primeiro e de segundo grau, alunos e professores dos cursos de Letras”. Segundo ele, essa gramática “deve ser entendida como uma contribuição para a reformulação do ensino gramatical entre nós”. Assim, acrescenta que “o objetivo principal do livro não é tanto dar uma noção completa do que se sabe sobre a estrutura do português; é, antes, discutir pontos relativamente bem compreendidos e, ao mesmo tempo, olhar para a frente, identificando problemas a estudar” (pp.16-17).

Perini (p.265) apresenta, nesse texto, as seguintes regras semânticas para descrever as frases: a) Regra 1 (R1): o objeto direto é interpretado como paciente; b) Regra 2 (R2): o atributo (com a preposição *com*) é interpretado como instrumento; c) Regra 3 (R3): o sujeito é interpretado como agente, instrumento ou paciente (nessa ordem de preferências).

Acrescenta que essas três regras devem ser aplicadas na ordem dada. Esclarece, também, que é necessário que o agente denote “um ente animado”.¹⁷

Enfocando as estruturas passivas, diz constituírem um grupo de construções que requerem um tratamento especial. Afirma que problema principal está relacionado à introdução do agente na representação semântica das sentenças. Explica, assim, que, caso submetamos uma frase como *Meu livro foi rasgado* à aplicação das regras 1 a 3, será preciso atribuímos ao sujeito, *meu livro*, o papel semântico de agente. Mas lembra que, evidentemente, “a interpretação não estaria de acordo com o julgamento dos falantes, para quem o sujeito é claramente paciente”.

Diz que, se, de algum modo, assinalarmos o sujeito do exemplo como paciente, ainda assim, restará um problema: a R3 “atribuirá ao sujeito (meu livro) o papel de instrumento (que tem preferência sobre o de paciente), resultando em outra interpretação errônea”.

Assim, propõe, como solução do problema, elaborar um sistema de interpretação especial para as frases passivas. Explica que o mecanismo de interpretação primeiramente

¹⁷ O autor exemplifica a aplicação dessas regras com a frase “Sueli quebrou a vidraça com este martelo”. Primeiro se aplicam as três regras. R1 marca o OD *a vidraça* como paciente; R2 marca o atributo *com este martelo* como instrumento; já R3 marcará o sujeito *Sueli* como agente – não apenas devido ao fato de esse ser o primeiro papel na ordem de preferências, mas também porque os outros papéis já se encontram ocupados.

inspeciona a estrutura de cada sentença, para verificar qual dos dois sistemas deverá ter a função de interpretá-la.¹⁸ Feito isso, a sentença será submetida às regras 1 a 3 ou, então, caso apresente estrutura do tipo passivo, às novas regras constituintes do sistema paralelo.

Quanto à definição das estruturas, ensina que os dois tipos se distinguem por intermédio da aplicação de um mecanismo de rotulação. Se a estrutura contém predicado composto do verbo *ser* acompanhado de particípio, é uma estrutura passiva. Caso contrário, trata-se de uma estrutura ativa.

Esclarece, então, que cada tipo de estrutura “dará entrada no seu conjunto específico de regras de interpretação”. Assim, as estruturas ativas são interpretadas pelas regras 1 a 3, enquanto, para as estruturas passivas, será preciso formular novas regras.

Apresenta, então, três regras para a interpretação de estruturas passivas (regras P). A Regra 1-P (R1-P) diz que o adjunto circunstancial (com *por*) se interpreta como agente. Já a Regra 2-P (R2-P) prescreve que se introduza “agente não-especificado” na representação semântica das passivas, caso essa representação não inclua “agente”. Finalmente, a Regra 3-P (R3-P) determina que o sujeito se interpreta como paciente.

Mostra que, devido ao fato de tais regras se aplicarem na ordem proposta, na análise da frase *Meu livro foi rasgado*, a definição define a estrutura como passiva, porque seu predicado é composto de *ser* + particípio (este por sua vez se define morfológicamente, pela presença do sufixo característico). Assim, a interpretação se realizará por meio do sistema das Regras-P.

Explica que a R1-P não se aplica nesse caso, já que não há adjunto circunstancial com *por*. Se a frase fosse *Meu livro foi rasgado pelos garotos*, naturalmente *pelos garotos* receberia o papel de agente.

Quanto à aplicação da R2-P, esclarece tratar-se de uma frase passiva, cuja representação semântica não inclui agente. Dessa forma, atribui a essa representação um agente não-codificado.

Acrescenta que R3-P, por sua vez, “interpretará o sujeito, *meu livro*, como paciente”.¹⁹

¹⁸ Perini diz que tal sistema deveria ser integrado ao sistema constituído pelas RI a R3, no entanto, como não sabe como fazer isso, ele se satisfará com dois sistemas paralelos, que se aplicam a dois grupos separados de estruturas.

¹⁹ O autor acrescenta que, enquanto não se encontram meios de integrar a interpretação das passivas no sistema geral de interpretação, é preciso que se recorra a essa “solução provisória”, que, segundo ele, ao menos possibilita “uma descrição razoavelmente adequada dos fatos”.

Enfatiza (p.269) que, em virtude do “**precário estado de nosso conhecimento do assunto**”, as passivas devem ser interpretadas por um sistema separado. Assim, segundo ele, cumpre procurar meios de integrar a sua interpretação no sistema geral de interpretação. [grifo nosso]

Quanto à relação entre a estrutura passiva e a ativa, explica que²⁰, “sempre que houver uma oração formada por um sujeito SN₁, + uma forma do verbo *ser*, + o particípio de um verbo V₁ marcado [+ Pass], + um adjunto circunstancial formado da preposição *por* + SN₂”, existirá, também, “uma oração formada de SN₂ como sujeito, + V₁ no tempo e modo de *ser* na primeira estrutura, + SN₁ como objeto direto”. A primeira estrutura é denominada passiva; a segunda, ativa (p.218).

Exemplifica o processo com a frase *Tomás foi surpreendido pelos detetives*. Demonstra que essa oração contempla a descrição acima: é formada de um sujeito (Tomás) seguido de uma forma de *ser* (foi), seguida do particípio de um verbo [+ Pass] (surpreendido), seguido de um AC com a preposição *por* (pelos detetives). Acrescenta, então, dever existir na língua uma oração aceitável formada de *os detetives* como sujeito, o verbo *surpreender* no mesmo tempo (não necessariamente número e pessoa) de *foi*, seguido de *Tomás* como objeto direto. Confirma-se a previsão, visto ser aceitável a frase *Os detetives surpreenderam Tomás*.

Examina, também, o caso de frases “impessoais”, distinguindo dois tipos, exemplificados pelas seguintes frases: (1) “Quebraram meu relógio” e (2) “Come-se pizza no Natal”.

Quanto à frase (1), esclarece que, por não se tratar de uma passiva, deverá ser interpretada pelo primeiro conjunto de regras, R1-R3. Assim, aplicando-se R1, o objeto direto (*meu relógio*) recebe o papel semântico de paciente. Já R2 não se aplica, pois não existe atributo.

Porém, quanto à aplicação da R3, argumenta que, em virtude de a frase não apresentar sujeito, R3 não se aplica. Como resultado, a representação semântica de (1) não terá agente, porém isso – acrescenta – “vai contra a nossa intuição”. Aqui, portanto, segundo o autor, existe uma falha do sistema desenvolvido até o momento, que ele procura sanar introduzindo mais uma regra.

²⁰ Em relação aos casos de correspondência parcial, Perini afirma ser possível prever a existência, na língua, de uma frase ou sintagma B a partir da existência de outra frase ou sintagma A, porém não vice-versa. Dessa forma, explica que, em face de “uma oração passiva bem formada, sabe-se que “sua” ativa é bem formada”; no entanto, “dada uma ativa”, existe a possibilidade de ‘sua’ passiva não ser “bem formada”.

Introduz, então, a Regra 4, regra de aplicação opcional: “Introduzir ‘agente (não-especificado)’ na representação semântica de frases com NdP na 3.^a pessoa do plural, sem sujeito”. Explica que a aplicação da R4 mostra estar a estrutura “de acordo com a descrição estrutural fornecida na regra: tem o NdP na 3.^a pessoa do plural e não tem sujeito”. Por conseguinte, introduz na representação semântica um agente não-especificado, obtendo a aceção correta, algo como “uma entidade animada não identificada quebrou meu relógio”.

Em relação à frase (2), *Come-se pizza no Natal*, diz que **“esse tipo de oração apresenta a dificuldade de não ter uma análise clara; em especial, não é claro qual é o sujeito: é pizza, ou a oração não tem sujeito?”** (p.271). [grifo nosso]

Atribui essa dificuldade ao fato de haver “muita flutuação entre os falantes (e escritores) sobre o que se deve dizer: (1) *Come-se pizzas no Natal*. (2) *Comem-se pizzas no Natal*”.

Diz que os gramáticos normativos aconselham (2) e que muitos os seguem. Mas acrescenta que isso “deve ser um fenômeno basicamente escolar”. Assim, afirma não crer que existam pessoas “que aprendam nativamente a produzir frases como (2)”. Desse modo, segundo ele, uma gramática do português que registre *Comem-se pizzas* como a única forma aceitável está ocultando fatos. Igualmente, uma gramática que condene *Come-se pizzas*, consignando-a como incorreta, “está perdendo tempo”.

Argumenta, então, que a maneira de incluir (1), *Come-se pizzas*, em sua análise é estender R4, de modo que introduza o agente não-especificado na representação semântica de frases com NdP na terceira pessoa mais *-se*. Mostra que, nesse caso, a interpretação de (1) será: “R1 atribui ao objeto direto (*pizzas*) o papel de paciente; R2 não se aplica, pois não há atributo; R3 tampouco, pois também não há sujeito. Finalmente, R4 introduz o papel de agente (não-especificado). O resultado que se pode esperar é uma interpretação correta”.

Em relação à frase (2), *Comem-se pizzas*, afirma residir a diferença crucial no fato de o paciente (*pizzas*) ser o sujeito (o verbo concorda com ele). Assim, diz que o modo mais prático de interpretar (2) é fazer com que sofra a ação das regras P, especializadas na interpretação das passivas. Acrescenta que isso não implica a inclusão de (2) na definição de “passiva”, o que poderia ser difícil devido à grande diferença formal entre as duas construções. Argumenta, então, que é possível estender a ação das regras P, de forma a se aplicarem não somente às passivas, mas também a construções do tipo *Comem-se pizzas*.

Conclui que, de acordo com essa análise, a semelhança entre “Comem-se pizzas e as passivas – captada pela gramática tradicional quando denomina (2) “passiva sintética” – estaria, principalmente, no fato de o sujeito se interpretar como paciente.

Argumenta que, de acordo com a proposta apresentada, podem-se aplicar a (2) as regras P. R1-P não se aplica, pois não há adjunto circunstancial; R2-P introduz um agente não-especificado; e R3-P atribui ao sujeito, *pizzas*, o papel de paciente. Também, segundo ele, dessa maneira se obtém a interpretação correta.

Quanto à definição da melhor análise, esclarece que depende de que estrutura se está interpretando. Desse modo, verificada, em português atual, somente a existência de (1), a análise correta será a primeira, sendo preciso, portanto, estender R4 para introduzir agente não-especificado também em casos de 3.^a do singular mais *-se*. Mas, no caso da constatação da existência de somente (2), far-se-á necessário estender a ação das regras P a essa construção. Finalmente, lembra que, em caso de descoberta da coexistência, no português hodierno, de ambas as construções, será preciso fazer ambas as modificações: tanto em R4 quanto na ação das regras P.

Adverte não se tratar de decidir qual das duas construções deve ser utilizada. Segundo ele, existe um uso estabelecido, que precisa ser investigado nos textos escritos em português padrão. Essa investigação, por sua vez, deve revelar qual é a forma ou quais são as formas corretas que, portanto, merecem figurar nas gramáticas. Conclui acrescentando que “uma atitude normativa nessa questão, embora tradicional, seria totalmente equivocada”.

Em relação à presença de agente na representação semântica, diz que a análise proposta implicou lidar com agentes oriundos de duas fontes: “em alguns casos, ‘agente’ é o papel semântico atribuído a um sintagma explícito, formalmente presente na estrutura”. Já, em outros casos, explica haver sido o papel de agente introduzido em uma representação sem vínculo direto com nenhum constituinte formal, mesmo que, naturalmente, essa interpretação sempre seja controlada por algum traço formal, por exemplo, pela presença de um NdP sem sujeito e na 3.^a pessoa do plural.

Acrescenta que, em alguns casos, no entanto, não existe a introdução de nenhum agente na representação semântica. Desse modo, atribui-se um agente não-especificado à representação semântica de *Meu livro foi rasgado*, mas não se pode atribuir nenhum agente à representação semântica de *A vidraça quebrou*. Evidentemente, conforme o linguísta, cumpre apontar razões para essa diferença de tratamento.

A primeira razão apresentada é a intuição direta dos falantes. Argumenta estar “razoavelmente claro” que, em *Meu livro foi rasgado*, é possível subentender um agente por trás da ação descrita, pelo menos, “a interpretação mais imediata não é de um rasgamento puramente acidental”, como poderia ocorrer, por exemplo, “durante uma colisão de carros”. Já, em *A vidraça quebrou*, entende ser “a interpretação mais imediata justamente a de um acontecimento cujo agente não existe, ou não tem importância para a mensagem”. Tudo isso, na sua opinião, resulta do fato de “o significado de *Meu livro foi rasgado* focalizar, de preferência, uma ação, e o de *A vidraça quebrou*, um simples acontecimento”.

A outra razão por ele apresentada para distinguir *Meu livro foi rasgado* de *A vidraça quebrou* em termos de presença de um agente em suas interpretações semânticas diz respeito à existência de certos elementos cujo significado é tal que só podem ocorrer se a frase incluir um agente em seu significado. Um desses elementos, de acordo com ele, é a palavra *propositalmente*. Cita, também, as construções *de propósito*, *para me incomodar*, *sem querer*, etc.

Assim, explica que uma frase como *Marília fechou a janela*, que exprime uma ação, aceita o acréscimo desses elementos: *Marília fecha a janela propositalmente (de propósito, para me incomodar, sem querer, etc.)*.

Mostra que, no entanto, na frase *Maria me parece muito gorda*, o acréscimo de *propositalmente* produz um efeito estranho. O estranhamento decorre, no seu modo de ver, da idéia de atribuição “de um propósito a um fato que não depende da decisão de um agente (tanto ‘ser gorda’ quanto ‘parecer-me gorda’)”.²¹

3.3 Uma abordagem funcionalista

Conforme a autora Maria Helena de Moura Neves, a *Gramática de Usos do Português* (2000), segundo informa o respectivo título, procede a uma descrição dos usos do português. Na sua opinião, trata-se de obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil. Para isso, parte dos próprios itens lexicais e gramaticais da língua e explicita o seu uso em textos reais. Diz que a gramática contempla a língua viva, funcionando e que, dessa forma, vai exibindo todas as possibilidades de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para a obtenção do sentido desejado em cada instância.

²¹ Na opinião do autor, pode-se dizer que elementos como *propositalmente* só ocorrem sem estranheza em frases cuja interpretação inclua agente. Classifica tais elementos como *adverbiais orientados para agente*.

Afirma que, apesar de uma gramática de usos não ser, em princípio, normativa, para maior utilidade ao consulente comum, a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar as restrições que tradicionalmente são feitas a determinados usos atestados e vivos.

Diz que a “locução verbal de *voz passiva* é formada com o verbo *ser* e o *particípio* do outro verbo: “*Foi morto* com um tiro na nuca”, mas afirma ser possível a formação de uma voz passiva que indique estado, usando-se o auxiliar *estar*, como por exemplo, em “O Pacaembu *está interditado*”(p.65).

De acordo com ela, “a voz passiva pode ser indicada com o pronome *se* diretamente ligado ao verbo transitivo: *Dá-se* manteiga e leite, alguma carne, roupas necessárias e pronto! Na prática, porém, *viram-se* cenas como os dois rapazes palestinos amarrados sobre o capô dos jipes militares...”

Em relação às construções com o pronome *se*, diz que, “Tipicamente genéricas, isto é, de *sujeito* maximamente *indeterminado*, já que todas as *peçoas* do discurso ficam abrangidas, são as construções de *terceira pessoa do singular* com o pronome *se* do tipo de: ‘*Pensa-se* em reduzir as importações fomentando a produção interna no setor manufatureiro’” (p.465).

Acrescenta que os verbos dessas construções são *intransitivos*, ou *verbos de complemento preposicionado*, uma vez que, “com verbos que se constroem com *objeto direto*, a construção com o pronome *se* tem valor *passivo*. (...): *Entre os papéis, encontra-se um documento sobre a exploração do urânio em Minas Gerais*”.

3.4 Uma descrição de cunho estruturalista

Conforme o autor José Rebouças Macambira, a obra²² *A Estrutura Morfo-Sintática do Português* (1982) é resultado de um trabalho desenvolvido em um curso, *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, à luz da lingüística moderna, promovido pelo Centro de Cultura Portuguesa, da Universidade Federal do Ceará, instalado em 1965.

De acordo com Macambira, o objetivo do livro não é abolir a gramática tradicional, “que tantos e tão bons serviços prestou e vem prestando ao ensino de línguas”. O que urge é auxiliá-la através das conquistas da lingüística moderna, “que já são inúmeras e que se alargam a cada passo”.

²² Segundo o autor, o livro “não é outra coisa” senão a obra “*A Língua pela Língua, refundida e ampliada*”.

O autor (p.255) afirma impossibilita a própria denominação agente da passiva definir-lhe a função sintática exclusivamente sob o aspecto semântico, porque a voz passiva é de base morfológica e, portanto, mórfica, já que supõe o particípio, forma verbal passiva do verbo transitivo-direto (sic), além de preposição, outra forma que necessariamente deve estar presente.

Diz ser preciso não esquecer que “voz passiva é categoria morfo-sintática, e reclama obrigatoriamente três cousas: o particípio, a preposição *por* (ou *de* às vezes) e a passagem à voz ativa: nenhuma das três pode faltar”.

Argumenta que não se pode afirmar que “voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação expressa pelo verbo, pois, em *O povo sofre o jugo da tirania*, não resta dúvida de que o sujeito é que sofre; entretanto, não há voz passiva; pode até haver passividade, não porém no sentido gramatical”.

Afirma haver, em português, duas formas passivas, a participial, formada com o particípio, e a pronominal, formada com o pronome *se*; “a primeira admite a expansão por meio do agente da passiva, enquanto a segunda é normalmente inexpandível, isto é, não comporta o agente da passiva como complemento verbal”²³ (p.256).

Segundo ele, é falsa a definição “Agente da passiva é o termo que denota a ação praticada sobre o sujeito paciente”. Argumenta que, em “*O bandido foi prostrado com dois tiros*, o complemento exprime a ação praticada sobre o sujeito paciente; no entanto *com dois tiros* é adjunto adverbial de instrumento, e não, agente da passiva, porque falta um requisito formal – a preposição *por* ou excepcionalmente *de*”.

Já, sob o aspecto sintático, afirma ser o agente da passiva “o termo que, lida a oração às avessas, se transforma em sujeito da voz ativa. Em *A lei da gravidade foi descoberta por Newton*, *por Newton* é o agente da passiva, porque, lida a oração às avessas, *Newton* pode transformar-se em sujeito”.

Sob o aspecto mórfico, atribui ao agente da passiva a característica de ser “sempre regido de preposição, regularmente *por*, excepcionalmente *de*”.

²³ Parece-nos haver aqui contradição no que tange a sua definição anterior. Comentaremos o fato nas reflexões críticas sobre os estudos apresentados.

3.5 Síntese parcial

Quanto a esses estudos, por apresentarem abordagens bastante diferenciadas das vozes verbais e, também, em virtude do fato de todos eles enfocarem, preponderantemente, a construção passiva, não é possível construir quadros-síntese de classificação e de caracterização das vozes como realizamos nos dois capítulos anteriores. Podem-se, no entanto, apresentar algumas reflexões sobre tais estudos, bem como apontar neles aspectos relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Mira Mateus et al. (1989, p.222-223) afirmam ser possível considerar a passiva de *ser* “uma estratégia de supressão ou de ocultação do agente”. A nosso ver, essa forma de concepção da voz passiva analítica, embora inserida na perspectiva lógico-formal, possibilita um olhar na direção que elegemos para nosso estudo, a perspectiva enunciativa, uma vez que leva em consideração o papel do enunciador.

Perini (1996, p.273), por sua vez, ainda em relação à passiva analítica sem agente expreso, como *Meu livro foi rasgado*, e a construções como *A vidraça quebrou*, diz que parece razoavelmente claro que, no primeiro caso, subentende-se ou pode-se subentender “um agente por trás da ação descrita. (...) Já, em *A vidraça quebrou*, a interpretação mais imediata é justamente a de um acontecimento cujo agente não existe, ou não tem importância para a mensagem”.

Também essa forma de descrição de construções de voz, ainda que fundamentada em pressupostos gerativistas, de certa forma, contribui para corroborar a teoria enunciativa, na medida em que inclui, também, a figura do enunciador para as respectivas análises.

Já, quanto a Moura Neves, é preciso destacar o fato de registrar a forma sintética da voz passiva e de, inclusive, realçar a diferença entre essa forma e a que é constituída com o pronome que a gramática tradicional denomina símbolo de indeterminação do sujeito:

“A voz *passiva* pode ser indicada com o pronome *se* diretamente ligado ao verbo transitivo: DÁ-SE manteiga e leite, alguma carne, roupas necessárias e pronto! (...) VIRAM-SE cenas como os dois rapazes palestinos amarrados sobre o capô dos jipes militares (...) Tipicamente genéricas, isto é, de *sujeito* maximamente *indeterminado*, já que todas as *pessoas* do discurso ficam abrangidas, são as construções de *terceira pessoa do singular com o pronome se* do tipo de: ‘Pensa-se em reduzir as importações fomentando a produção interna no setor manufatureiro’.” (2000, p.65)

Desse modo, no que é possível depreender de seus estudos atinentes às vozes verbais, a autora se coloca na mesma posição dos gramáticos tradicionais, já que, assim como eles, distingue formas, como, por exemplo, *Espera(m)-se sugestões* e *Precisa-se de sugestões*, consideradas, **em razão do uso**, semelhantes por alguns autores, como Said Ali e Luft, conforme apontamos neste trabalho. [grifo nosso]

Então, parece-nos estranho que uma gramática que se diz “de usos do português” desconsidere todas as evidências que apontam para a inexistência, entre os falantes, ou seja, justamente no uso da língua, de distinção entre construções desse tipo.

Quanto à posição de Macambira sobre o assunto (1982, p.255), cabe notar que o autor se atém, exclusivamente, à forma para a classificação das vozes verbais. Com efeito, diz ser impossível afirmar “que a voz passiva é aquela em que o sujeito sofre a ação expressa pelo verbo, pois, em *O povo sofre o jugo da tirania*, não resta dúvida de que o sujeito é que sofre; entretanto, não há voz passiva; pode até haver passividade, não porém no sentido gramatical da palavra”.

Finalmente, estabelecendo a principal distinção entre esses estudos e o nosso, podemos dizer que as diferentes teorias que fundamentam suas descrições concebem, em grande parte, a língua enquanto conjunto de regras, sem vinculação ao sujeito enunciador, atendo-se, pois, à sintaxe das formas, estabelecida *a priori*. Já o referencial enunciativo que sustenta nossas hipóteses, considerando o contexto e os interlocutores, busca ultrapassar a descrição sintática das diferenças formais para chegar à significação das vozes verbais.

4. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

No capítulo anterior, analisamos diferentes abordagens das vozes verbais, presentes em gramáticas modernas. Neste, concluindo os trabalhos de demonstração do que já foi feito sobre vozes verbais, apresentaremos algumas resenhas de textos de autores que, embora não tenham escrito gramáticas, têm publicado estudos a respeito do tema. Trata-se, portanto, também, de trabalhos que se apresentam sob diferentes enfoques. À semelhança do que realizamos nos capítulos anteriores, tentaremos identificar, nesses estudos, aspectos que possam endossar, de alguma maneira, a tese que defendemos: a voz verbal é categoria do discurso, portanto está ligada ao sujeito que enuncia e não resulta de uma sintaxe pré-determinada.

Um dos textos analisados é *Passivas nos Discursos Oral e Escrito*, de Ruth Elisabeth Lopes Moino (1989). A autora estabelece, como objetivos para o trabalho, em primeiro lugar, definir e descrever, resumidamente, os diferentes tipos de estruturas passivas analíticas através do modelo sintático de Regência e Vinculação (Chomsky, 1981). Em segundo lugar, propõe-se, a partir da distinção levantada através da teoria sintática, constatar a distribuição de tais estruturas nos discursos oral e escrito, bem como as estratégias *formais* utilizadas para substituição das mesmas.

Segundo ela, gramáticos e lingüistas têm vacilado entre uma análise mais adjetival ou mais verbal para os particípios passivos. Para a abordagem do tema, opta pela análise proposta por Chomsky (1981), em que o autor assume a divisão entre as passivas lexicais e as sintáticas, as primeiras apresentando nítido comportamento adjetival.²⁴

²⁴ Explica que as *passivas lexicais*, assim como os adjetivos, aparecem no sintagma verbal: a) em posição predicativa pós-cópula: Este tópico *é conhecido*; b) em formas atributivas introduzidas por *como*: Lee Oswald *é*

No que se refere às passivas sintáticas, diz que, segundo Chomsky, os participios passivos dessas estruturas pertencem a uma categoria verbo-adjetiva neutra, marcada com o traço /+V/.

No caso das passivas comuns com objeto direto, afirma ser esse gerado na base em sua posição original pós-verbal, tornando-se sujeito da estrutura superficial pela aplicação de Mover-alpha. Destaca que a movimentação de SN nas passivas não se dá, no entanto, livremente e que, para não violar alguns princípios do modelo, Chomsky postula certas propriedades intrínsecas a essa estrutura: a) /SN,S/ não receba papel temático; b) /SN,SV/ não receba *caso* dentro de SV, pela escolha de SN em SV; c) /ser-DO/ é marcado morfologicamente no léxico como + passivo e passa a absorver *caso*.

Assim, no *SN/CV/foi assassinada Maria*, o SN *Maria* tem que ser deslocado, caso contrário, estaria violando o filtro de *caso*, já que não o recebeu em SV, pois *caso* só é atribuído por elementos marcados /-N/ e o participio passivo apresenta somente o traço /+V/. Dessa forma, é obrigatoriamente removido. Na posição de sujeito, recebe *caso nominativo de flexão* e, também, papel temático através de seu vestígio, princípio previsto pela cadeia funcional, resultando na seguinte estrutura superficial: *Maria foi assassinada*.

Por outro lado, a autora acrescenta haver-se deparado, ao definir o envelope de variação, com a questão da *equivalência*. Desse modo, afirma entender como equivalentes *estruturalmente*, nesse estudo, formas que se substituem em um mesmo contexto lingüístico, abandonando, portanto, a discussão a respeito de tais estruturas possuírem, ou não, o mesmo valor de verdade.

Quanto à metodologia, Moino controlou, como variáveis externas, a escolaridade, a faixa etária e o sexo dos informantes.

Para a análise do *corpus*, tomou como variável dependente a passiva sintática, contrapondo-a às seguintes variantes: a) passiva lexical: “Toda mão-de-obra *qualificada* é...”; b) oração ativa com verbo transitivo direto: “Depois houve a guerra, aquela coisa que *destruiu* tudo”; c) passivas pronominais: “Colheram-se benefícios da recuperação experimentada pela economia.”

tido como *culpado* pela morte de Kennedy; c) como complemento de verbos como “sentir-se, julgar-se, ficar, etc.”: Tânia se sente *derrotada*.

Dentre os fatores lingüísticos que talvez estejam configurando o uso de uma estrutura passiva, a autora analisou: a) o estatuto funcional do SN/paciente (informação nova, inferível, evocada), segundo proposta de Prince (1981); b) traço semântico / \pm humano / do mesmo SN; c) o contexto sintático superficial anterior (passivo/ativo), com uma distância tomada de até cinco cláusulas anteriores à ocorrência da passiva; d) o tipo de oração em que ocorre a estrutura: principal, encaixada, coordenada ou simples.²⁵

Uma das hipóteses iniciais da autora era a de que as construções passivas, independentemente do estilo, deveriam ocorrer predominantemente sem agente explícito, já que a supressão do mesmo parece ser uma das características da estrutura. O resultado obtido demonstra pequena diferença entre as duas modalidades de discurso, sendo a ausência de agente quase que total no oral e com frequência mínima de 67% no escrito.

O segundo fator examinado foi o estatuto funcional do SN/paciente da passiva, sendo hipótese da autora encontrar esse elemento como veiculador de informação nova. Os resultados indicam que, no discurso oral, é alta a frequência de SNs evocados e que, se somados aos inferíveis (ambos informação dada), chegam à cifra de 78,7% para as passivas sintáticas.

Outra hipótese mantida pela autora, com base em Givón (1979), era a de que o SN/paciente deveria possuir o traço semântico /-humano/. Os resultados obtidos não encaminham, no entanto, exatamente nessa direção. Existe uma diferença de comportamento do fator entre os discursos oral e escrito. A primeira modalidade apresenta uma média de ocorrência de 66,5% de SNs / + humano/. Já a segunda mostra uma reversão desse quadro, manifestando uma média de ocorrência de 88,3% de SNs /-humanos /.

A autora analisou, ainda, dentre os fatores lingüísticos, o tipo de oração em que ocorre uma estrutura passiva. De acordo com Givón, em caso de mudança, ela se dará primeiro na oração principal e, posteriormente, na encaixada. Os resultados indicam que, na modalidade escrita, a concentração maior de estruturas passivas é realmente nas orações encaixadas. Já, na oral, há uma distinção no comportamento das passivas lexicais, cujo contexto de ocorrência são as orações simples, e das sintáticas, que apresentam igual percentual de ocorrência em orações simples e encaixadas.

²⁵ Segundo a autora, a motivação para a definição desses fatores encontra-se, principalmente, nos trabalhos de Labov & Weiner (1983) e de Givón (1979).

Moino mantinha fortemente a hipótese de que as passivas sintáticas ocorreriam em frequência bem menor que suas formas de substituição, porém que deveriam ocorrer mais no discurso escrito do que no oral. O resultado mostra, categoricamente, a confirmação da primeira parte dessa hipótese, não confirmando, no entanto, o fato de tal estrutura ser tão marginal no discurso oral quanto no escrito, ou melhor, principalmente nessa segunda modalidade, residindo a diferença na distribuição das demais variantes.

Assim, segundo ela, já que a ocorrência das passivas sintáticas foi percentualmente baixa, é natural a expectativa de uma ocorrência maior das lexicais, principalmente, no discurso oral. Parece, entretanto, existir um estreito relacionamento entre o uso das passivas lexicais e das orações ativas. À proporção que a escolaridade aumenta – acrescenta a autora –, diminui o uso das passivas lexicais e observa-se o comportamento inverso com relação às orações ativas.

Os fatores de maior peso na constatação da distribuição da amostra foram, de acordo com a pesquisa, o estilo e a escolaridade. Dentre os fatos lingüísticos, enquanto configuradores das construções passivas, Moino aponta a ausência de agente expreso como o mais categórico e o estatuto de informação dada do SN/paciente como o menos esperado e nem por isso menos revelador, ao lado do traço semântico / \pm humano/ , variando segundo a modalidade do discurso.

Desse modo, posta essa diferença de configuração dos fatores, além da diferença de uso verificada entre as passivas sintáticas e as lexicais, a autora se interroga no sentido de que sejam essas construções percebidas como semelhantes nos dois estilos. Com efeito, a própria marginalidade das passivas sintáticas parece apontar para uma possível lexicalização da estrutura. Conclui, então, que as já lexicalizadas talvez nem sejam mais percebidas como passivas - pelo menos no discurso oral –, sendo, no escrito, uma realização distinta.

No artigo *As passivas do português e do inglês: uma análise funcional*, Duarte (1990), por sua vez, examina algumas das propostas das passivas mais conhecidas na literatura, aponta suas inadequações e apresenta uma análise alternativa que encontra apoio nos dados empíricos do português e do inglês, em análises formais recentes e em evidências translingüísticas.

A autora atribui a Halliday uma das análises mais completas dos problemas de estrutura e sua relação com as passivas. De acordo com ela, ele viu na natureza da linguagem ligações estreitas com as funções que essa desempenha: **a forma que o sistema gramatical de uma**

língua toma está intimamente relacionada aos propósitos a que serve. Sob esse enfoque, a unidade básica do uso lingüístico não é a palavra ou a sentença, mas o discurso ou o texto, criado pelo falante ou escritor ao fazer uso de um conjunto de opções disponíveis no componente textual e relevantes ao contexto. [grifo nosso]

De acordo com essa concepção, as sentenças podem ser divididas em duas partes distintas, o tema e o rema. O tema, elemento geralmente colocado em posição inicial, é o ponto de partida para a mensagem, e o rema, o elemento que vem em seguida, é a mensagem propriamente dita. Como a posição inicial temática é quase sempre a posição do sujeito, que, por sua vez, desempenha, freqüentemente, o papel de agente, em geral, no inglês, como também no português, tema, sujeito e agente são idênticos.

Duarte diz que, para Halliday, a principal razão para a escolha da passiva está justamente nessa confluência ou coincidência de traços característicos do elemento em posição inicial. De acordo com ela, ele viu nas passivas uma função dissociadora, pois, nesse tipo de sentença, o agente é separado do sujeito e do tema, quer para ser colocado em posição remática ou de foco, no final da sentença, quer para ser totalmente suprimido. No primeiro caso, a passiva seria um meio de dar destaque a esse elemento, como o foco da informação que, na forma ativa, tenderia a veicular a informação dada e, portanto, não passível de proeminência²⁶.

A autora lembra haver Halliday considerado que, mesmo na ordem marcada, o tema é o elemento da perspectiva funcional que ocupa a primeira posição, já que nada tem a ver com informação dada ou menção prévia. Para o autor, as noções de *dado* e *novo* distinguem itens referentes ao discurso, à situação ou à experiência anterior, considerados ou não pelo falante como disponíveis ou presentes na mente do interlocutor.²⁷

Assim, ela argumenta que, ao definir o tema como base de comunicação, ou o elemento de menor dinamismo comunicativo, e o rema, como elemento impulsionador da comunicação, ou de maior dinamismo comunicativo, Halliday explicou a escolha da passiva como um mecanismo capaz de inverter esses elementos, isto é, a passiva pode ser descrita como um processo de tematização de um não-agente, ou de rematização do agente.

²⁶ De acordo com a autora (p.141), Halliday considerou que, mesmo na ordem marcada, o tema é o elemento, considerada a perspectiva funcional da sentença, que ocupa a primeira posição, uma vez que não se relaciona com a informação dada ou menção prévia.

²⁷ Dois pontos foram enfatizados: a) informação dada não diz respeito apenas ao conhecimento comum ao falante e a seu ouvinte, mas também àquela recuperável no contexto lingüístico ou extralingüístico; b) informação nova, por outro lado, não se refere só à informação não-mencionada, mas, sobretudo, à informação que o falante apresenta como recuperável a partir do discurso precedente.

Segundo Duarte, há uma relação muito estreita entre o sujeito e o tópico, sugerindo ser o sujeito um tópico gramaticalizado, posição também adotada, na sua opinião, por Givón, para quem a apassivação consiste num processo pelo qual um não-agente é promovido a tópico²⁸.

A autora cita, ainda, Foley e Valin, que, segundo ela, optaram por duas macrocategorias semânticas, *ator* e *não-ator*, para simplificar a caracterização das passivas, definidas, respectivamente, como participante iniciador e controlador, e participante afetado.²⁹

Para ela, todas as propostas examinadas são inadequadas para caracterizar funcionalmente as passivas do português e do inglês, já que existem evidências de que contrariam as funções básicas para ambas as línguas³⁰. Uma delas é o fato de as passivas pronominais do português apresentarem a posição de sujeito superficialmente vazia, evidenciando, claramente, que a função postulada é incapaz de caracterizá-las, como se comprova em *Vendem-se carros* ou em *Consertam-se relógios*.

Por outro lado, explica que a função de rematização fica também prejudicada, na medida em que, mesmo no português e no inglês, línguas em que a supressão do agente não é obrigatória, encontramos inúmeros casos de passivas nas quais o agente não foi rematizado, mas omitido, como, por exemplo, em *Paulo foi ferido no acidente*. Além disso, acrescenta que, nas construções médio-passivas, o agente nunca é colocado em posição de foco sentencial, a posição final, mas sim recodificado por meio do clítico que se une ao verbo.

Assim, como não há, conforme seu ponto de vista, possibilidade de caracterização de todas as passivas do português e do inglês através das funções mencionadas, a autora postula estar a função básica das passivas, nas duas línguas, diretamente relacionada ao processo de detematização, principalmente por meio da omissão do agente.³¹

²⁸ Quanto a esse aspecto, acrescenta que, em geral, a função primordial das passivas é codificar sentenças no contexto em que o não-agente é mais tópico. Assim, pelo fato de o agente ser menos tópico, ele é removido ou rebaixado da posição inicial.

²⁹ A autora diz que, de acordo com Foley e Valin (1984), as passivas podem ser divididas em dois tipos principais, de acordo com sua função: a) as passivas de obliteração ou de focalização, cuja função é suprimir o argumento *ator*, ou torná-lo um constituinte periférico; b) as passivas de antecipação ou de focalização, cuja função é permitir que um argumento *não-ator* ocorra como argumento central da oração, chamado *pivô*.

³⁰ A autora lembra que são encontradas passivas no português e no inglês para as quais a função de tematização/topicalização/antecipação seria imotivada, já que nenhum argumento foi tematizado, topicalizado ou antecipado, como se comprova pela posição inicial vazia, no português, ou ocupada por um pronome expletivo, sem conteúdo lexical, no inglês: (i) Foi descoberta a cura do câncer. (ii) There was discovered the cure for cancer.

³¹ Quanto a esse termo, Duarte explica que, apesar de ambíguo, propositalmente foi utilizado, não apenas devido ao fato de englobar fenômenos distintos referentes ao processo de apassivação, com a omissão do sujeito/agente, ou a sua recodificação por intermédio de um sintagma preposicional ou do clítico pronominal, mas também em virtude do fato de possibilitar definir a propriedade formal universal das estruturas passivas.

De outro lado, afirma ser, nos textos examinados, a segunda função mais importante das passivas a de tematização do paciente, uma vez que raras foram as sentenças passivas encontradas com a posição inicial vazia ou com pronome expletivo.

Para a autora, os resultados obtidos corroboram duas outras características gerais das passivas já atestadas em outras pesquisas. A primeira delas é que as passivas são muito menos freqüentes nos textos de ambas as línguas do que as ativas. A segunda é que elas são mais comuns nos textos científicos. Duarte salienta, ainda, que, em outros textos, independentemente de registros, as construções passivas foram, majoritariamente, sem agente expresso.

Argumenta que, em contraste com as sentenças ativas, nas construções mediais, o pronome *se* apresenta um grau menor de topicalidade conferido ao agente, mas não tão baixo quanto o conferido às passivas analíticas sem agente³². Considera que o menor grau de topicalidade é corroborado não só pelo fato de que o agente tem referência indeterminada, ou seja, ele é apenas parcialmente identificado, como também pela perda da posição inicial.³³

Duarte diz que Chomsky (1981) observou que a categoria comumente designada por passiva poderia não constituir uma classe natural, quer em uma língua, quer em várias línguas, uma vez que essa noção não parece estar ligada a um único fenômeno e **que o significado passivo tanto pode ser encontrado onde existe a morfologia passiva como quando ela não existe**. Embora reconhecesse a supressão do sujeito como função característica das várias construções categorizadas como passivas, **ele viu apenas uma relação fraca entre o papel funcional do processo e suas propriedades formais**. [grifos nossos]

A autora lembra ter apresentado, em 1987, exemplos de construções passivas e mediais, encontradas no português falado informal do Brasil, **nas quais o SN pós-verbal não**

³² De acordo com a autora, se considerarmos constituírem, no português, as construções mediais, além das passivas, o mecanismo detematizador mais semelhante às passivas analíticas, quer sob o aspecto de suas propriedades estruturais, quer sob o aspecto de suas propriedades funcionais, veremos que, na verdade, a ocorrência de estruturas detematizadoras é maior nos textos escritos do português do que nos do inglês.

³³ Em relação ao uso das construções mediais, Duarte diz que os resultados revelam uma variação na ocorrência dessas estruturas, dependente do tipo de texto examinado, que é inversamente proporcional ao uso das passivas. Enquanto as passivas diminuem dos textos científicos para os jornalísticos, e desses para as peças de teatro, as construções mediais aumentam, ou seja, nos textos científicos, são encontradas quase duas passivas para cada construção medial, ao passo que, nos textos jornalísticos, acontece o oposto: quase duas construções mediais para cada passiva. Para a autora, uma possível explicação para esse último fato pode ser dada com base no grau de indeterminação do agente conferido às passivas analíticas: ele é muito maior nas passivas sem agente do que nas construções mediais. Assim, nos artigos de jornais e revistas, em que a agentividade é de especial relevância, constata-se um pequeno número de passivas analíticas, com mais baixo grau de agentividade, evidenciado pela supressão do agente, e uma proporção maior de estruturas com agente, reunidas aqui não só as passivas analíticas com agente expresso, com também as construções mediais.

manifesta a concordância, uma indicação clara de que não recebeu nominativo: *Vende-se casas*. [grifo nosso]

Sua proposta alternativa é, pois, a de que as construções do português e do inglês manifestam, como função básica, a detematização do sujeito/agente. Essa função detematizadora inclui não apenas a detematização por meio da omissão do agente, mas também a detematização por meio da recodificação do agente, seja realizado por um sintagma preposicional em posição de foco sentencial, seja realizado pelo clítico pronominal nas construções mediais.³⁴

Outro artigo que enfoca a questão das vozes verbais, analisando construções com o pronome *se*, é “*Se*” *apassivador* e “*se*” *indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro*, de Jairo Nunes (1991). Nesse texto, seguindo linha de pesquisa proposta por Tarallo e Kato (1989), o autor rastreia o percurso diacrônico no português brasileiro das construções com *se* *apassivador*, como em *Alugam-se casas*³⁵, e com *se* *indeterminador*, como em *Aluga-se casas*.

Parte da análise já assumida em Nunes (1990), segundo a qual, em construções como “*Alugam-se casas*”, o clítico *se* absorve o papel temático do argumento externo e caso acusativo, e o SN *casas* é detentor do papel temático do argumento interno e recebe caso nominativo em cadeia com o expletivo que ocupa a posição de sujeito. Já, em construções como “*Aluga-se casas*”, há, na posição de sujeito, um pronome nulo referencial, que é indeterminado pelo clítico *se*; o SN *casas* continua detendo o papel temático do argumento interno, recebendo, agora, caso acusativo.

Diz que, pelo menos em relação às construções com verbos transitivos, o português europeu falado praticamente se mantém estável em relação à variação provocada pelo surgimento de *se* *indeterminador*. Ou seja, no português moderno, ainda há maciça preferência pela construção com *se* *apassivador*. Já o português brasileiro vem-se distinguindo

³⁴ A autora acrescenta que a função detematizadora, proposta como função básica das passivas do português e do inglês, foi corroborada por meio de uma análise quantitativa em diferentes textos escritos, em ambas as línguas. A principal consequência da função de detematização proposta evidenciou-se pela omissão do agente, muito embora nem o português nem o inglês exijam uma supressão do agente.

³⁵ Para tanto, foram examinados 1365 dados compondo 4 *corpora*: um *corpus* diacrônico compreendendo o período entre 1555 e 1989, formado por cartas, diários e documentos, em sua maioria, obtidos junto ao Acervo de Linguística Histórica da UNICAMP; um *corpus* sincrônico composto por 13 entrevistas provenientes do Banco de Dados da PUCSP; e dois *corpora* contrastivos: um conjunto de 97 dados relativos a entrevistas do português europeu e, por último, 164 dados arrolando o que a gramática normativa aponta como erro em construções com *se*, encontrados no conjunto de reportagens da revista *Veja*, referentes ao período de maio de 1988 a maio de 1989.

por seguir justamente o padrão oposto, a preferência por construções com *se* indeterminador.³⁶

Segundo ele, as construções com *se* apassivador (com concordância verbal) devem sua sobrevivência na modalidade escrita culta do português brasileiro à renitência da gramática tradicional, que se pauta pela norma européia. Argumenta que a concordância em construções com *se*, no atual estágio do português do Brasil, reflete mais um fenômeno de monitoração da escrita (que, por vezes, conduz a hipercorreções do tipo “Tratam-se desses assuntos”) do que propriamente algo do domínio do vernáculo.

Nunes acrescenta que o estudo conduz à seguinte predição: no curso do português brasileiro, o crescente uso da construção com *se* indeterminador deve ter se dado sob a influência direta da posição ocupada pelo argumento interno em estruturas -S.

Na sua opinião, uma vez que o português passou a admitir construções em que um pronome referencial nulo na posição de sujeito é indeterminado pelo clítico *se*, **seria de se esperar que qualquer verbo – e não apenas os transitivos – que pudesse ter um pronome referencial nulo na posição de sujeito (possuindo o traço [+hum]), pudesse fazer parte de uma construção com *se* indeterminador.** Evidentemente, essa fase constituiria uma expansão do *output* do processo de reanálise, e não do processo em si mesmo, já que, nesse caso, não se tem uma construção com expletivo nulo com *input*. [grifo nosso]

Diz, então, que se pode conjecturar haver a expansão do emprego de *se* indeterminador ocorrido numa ordem semelhante à seguinte: a) verbos transitivos diretos usados intransitivamente (Ex.: *Come-se muito no inverno*); b) verbos intransitivos (Ex.: *Trabalha-se bastante neste lugar*); c) verbos transitivos preposicionados (Ex.: *Precisa-se de empregados*); d) verbos de ligação (Ex.: *É-se feliz quando se é jovem*); e) verbos ergativos (Ex.: *Chegou-se tarde à reunião*); e f) verbos em construções passivas (Ex.: *Aqui se é visto por todos*).

Conclui afirmando que, tendo herdado do português europeu construções com *se* apassivador e indeterminador, o dialeto brasileiro deu seqüência à mudança que vinha ampliando os contextos em que operava *se* indeterminador. Um distanciamento entre os dois dialetos no que se refere a tais construções faz-se, no entanto, evidente, na medida em que, no

³⁶ Acrescenta que, embora o número de dados correspondentes às entrevistas seja insuficiente para fazer qualquer afirmação, o percurso documentado nos textos é claro bastante para separar o dialeto brasileiro do europeu: o português brasileiro, cada vez mais, vem optando pela construção inovadora.

Brasil, está-se dando preferência à construção com *se* indeterminador em detrimento de *se* apassivador.³⁷

Em outro texto, *Ainda o famigerado “se”* (1995), Nunes retoma esse estudo, delineando, diacronicamente, a supressão de clíticos anafóricos no português brasileiro.³⁸ A pesquisa permite-lhe concluir que essa mudança em curso é sensível ao tipo de clítico anafórico, ao tipo de verbo a que o clítico está relacionado e à grade temática desse verbo. Em relação a fatores extralingüísticos, o autor chega à conclusão de que “a elisão de *se* se mostra condicionada em entrevistas por nível de escolaridade, e na escrita contemporânea formal do discurso”³⁹ (p.236).

No artigo *Motivações discursivas para o uso da passiva* (1994), Maria Angélica Furtado da Cunha aborda o tema da influência do discurso no uso das passivas. Examina sentenças passivas do tipo *sujeito - ser - participio* do português, baseada na análise de Weiner & Labov dos fatores sintáticos, a qual determina que a ordenação sintática através das orações é a influência lingüística predominante na escolha entre ativas e passivas sem agente⁴⁰: a co-referência entre o sujeito sintático da passiva e o sujeito das três orações precedentes provou exercer o efeito maior sobre a ocorrência da passiva.⁴¹

A autora diz que estudos realizados por Weiner & Labov, nos quais os autores analisam se a oração passiva sem agente explícito é ou não precedida de uma passiva, independentemente de co-referência, levam-nos a concluir ser a passiva precedente um fator condicionador poderoso e independente, o que corrobora seu ponto de vista anterior de que a escolha de uma passiva sem agente decorre de fatores sintáticos.

Cunha analisou, em seus dados, o efeito do fator “passiva precedente”, estabelecido por Weiner & Labov, sobre a ocorrência de uma passiva no texto, obtendo o seguinte resultado:

³⁷ Segundo o autor, o ponto de maior ebulição nesse contínuo afastamento do dialeto europeu ocorre no século XIX, quando se esboçam as principais características do momento sincrônico.

³⁸ Para tal, o autor diz ter estabelecido 4 *corpora*, num total de 2675 dados, seguindo a metodologia de coleta e quantificação de dados empregada em sociolingüística (Labov (1972)).

³⁹ Nunes esclarece não haver tido o objetivo de prover uma análise teórica para tais resultados. Acrescenta, no entanto, esperar que pesquisadores interessados possam beneficiar-se com seu trabalho e empreender um estudo mais exaustivo dessa questão. Finaliza fazendo referência a Charlotte Galves, que, segundo ele, “certa vez escreveu: ‘o *se* ainda fará correr muita tinta’...” (p.236)

⁴⁰ Segundo Cunha (idem, p.22), para Weiner & Labov, a ocorrência de uma oração passiva é motivada pela tendência de se preservar a estrutura paralela: primeiro, na sucessão de construções passivas; depois, na manutenção da posição estrutural para o mesmo referente em sentenças passivas.

⁴¹ De acordo com a autora, esse pressuposto autoriza-os a tratar ativas e passivas como modos alternativos de se dizer a “mesma coisa”, já que esses modos são condicionados por fatores de ordem formal ou sintática. (p.21)

42 (11%) das 376 passivas da escrita e 53 (14%) das 376 passivas da fala são imediatamente precedidas por uma oração passiva.⁴²

O resultado encaminha, pois, no sentido de que, embora o fator “passiva precedente” seja atuante, ele não parece ser decisivo. Assim, ela conclui não ser possível justificar a ocorrência de uma passiva no texto apelando-se apenas para a condição sintática de passiva precedente.

Outro fator sintático apontado por Weiner & Labov como determinante no uso de uma passiva, a manutenção do papel de sujeito do referente em orações sucessivas, é por ela interpretado como fator discursivo. Com efeito, na sua opinião, o que esses autores medem, nesse caso, nada mais é do que aquilo a que se chama “distância referencial” na literatura especializada. Esse parâmetro mede o grau de continuidade do sujeito SN em termos de quantas orações para a esquerda intervêm entre a última menção do sujeito SN e a nova menção em questão. A distância referencial mede o comprimento da cadeia em que o referente do sujeito passivo funciona como tópico, tomando como ponto final da cadeia a oração passiva em exame.

A autora acrescenta que a passiva, além de promover a mudança de tópico, também é usada para codificar a continuidade, no texto, do tópico da oração anterior. Nesse caso, permite que se continue falando de um participante que não exerce mais a função semântica de agente, ou seja, que é paciente. Desse modo, a retenção da posição estrutural de sujeito para o mesmo referente em orações consecutivas é consequência da pressão discursiva para que a coesão textual seja mantida.

Ela acrescenta que a ocorrência, no texto, de estruturas paralelas em que o mesmo referente ocupa a posição de sujeito, não pode, portanto, ser atribuída a considerações puramente sintáticas, como asseveram Weiner & Labov. Cumpre considerar aspectos de ordem discursiva⁴³: é por ser o tópico de determinada porção do discurso que esse referente desempenha o papel de sujeito nas orações que compõem essa porção.⁴⁴ Diz que, em seus dados, há co-referência entre o sujeito da passiva e o sujeito da oração anterior em 19% das orações passivas na escrita e em 39% na fala.

⁴² Na opinião da autora, tanto na escrita quanto na fala, a frequência de passivas precedentes é baixa, não atingindo 15%.

⁴³ Evidentemente, o termo *discursiva* remete, aqui, a texto, e não a enunciado, como na teoria benvenistiana.

⁴⁴ Cunha acrescenta que, mesmo não se aprofundando na questão, Weiner & Labov parecem admitir a influência do discurso na ocorrência de sujeitos co-referentes, ao mencionarem que as cadeias paralelas também representam escolhas “semanticamente significativas”.

Assim, para ela, parece não haver fatores puramente sintáticos condicionando a ocorrência de uma forma passiva no texto. Sob o enfoque do argumento sujeito, a passiva é discursivamente motivada. A autora discorda, pois, do tratamento que Weiner & Labov dão à ativa e à passiva: modos alternativos de dizer a mesma coisa. Argumenta que o fato de cada uma dessas construções aparecer em ambientes específicos indica que sua distribuição não pode ser predita com base em considerações apenas. A possibilidade de codificação sintática de uma oração semanticamente transmitida como uma forma ativa ou como uma forma passiva depende do contexto discursivo em que essa oração será usada. A escolha entre ativa e passiva está relacionada ao grau de topicalidade dos argumentos agente e paciente de uma oração transitiva.

Ressalta, ainda, que Weiner & Labov estão interessados, exclusivamente, nos traços sintáticos e semânticos que restringem a escolha entre ativa e passiva. Não faz parte do seu objetivo investigar as pressões discursivas que atuam na ocorrência de uma ou outra construção. No entanto, mencionam que, em seus dados, “há ampla evidência de que as duas formas são usadas indistintamente para se referir aos mesmos estados de coisas” (p.25). Isso não elimina a possibilidade de que haja contextos em que não seja assim.

Conclui que, tomando como ponto de partida o pressuposto de que ativa e passiva são semanticamente equivalentes, Weiner & Labov privilegiam a semântica em detrimento da pragmática. Desse modo, afirma haver, entre o trabalho desses autores e o dela, uma diferença fundamental no método (análise de orações isoladas) assim como nos objetivos, o que acarretou uma diferença nos resultados.

Selecionamos, ainda, para integrar este capítulo, o texto *Construções de Voz*, de Roberto Gomes de Camacho (2002)⁴⁵. Nele, o autor afirma que, sob um ponto de vista tradicional, as construções de voz apresentam “uma diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais”. Devido a essa “complexidade gramatical”, a literatura funcional tem optado por definir voz “como um domínio multifatorial, tendo por base alguma caracterização prototípica a partir da qual outros tipos de construção ganham contorno próprio”⁴⁶.

⁴⁵ Segundo o autor, trata-se de um trabalho apresentado e discutido no seminário de pesquisa, realizado em Campo do Jordão, em 1997. Tem como objetivo fornecer uma tipologia das construções de voz do português falado. Para tanto, Camacho realizou um levantamento exaustivo das construções de voz, especialmente, a passiva e a impessoal (passiva sintética), no *corpus* mínimo compartilhado do Projeto da Norma Urbana Culta – Nurc –Brasil, gravado com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

⁴⁶ Para Camacho, o motivo da existência de uma diversidade tipológica de construções de voz reside no fato de que os tipos existentes surgiram diacronicamente de diferentes construções primitivas. Assim, apesar de uma

Para Camacho, elaborar uma taxionomia coerente dessas construções de voz, com base exclusiva em critérios de similaridade estrutural, implicaria agrupar tipos desiguais. A opção pelo enfoque estritamente formal, na sua concepção, significa reconhecer o que tem estado implícito na prática de toda a tipologia gramatical: **entre as línguas naturais, há sempre mais que uma expressão sintática para executar a mesma função comunicativa.**⁴⁷[grifo nosso]

O autor define a ativa como a construção de voz em que o agente é mais tópico que o paciente, que, no entanto, ainda retém considerável topicalidade. Dessa forma, relativamente a essa norma não-marcada, estabelece quatro tipos principais de construções de voz que podem ser definidos como: a) passiva: o paciente é mais tópico que o agente, embora este retenha considerável topicalidade, sendo, por isso, facultativo, na medida em que pode ser mantido ou suprimido, mas enunciá-lo depende unicamente do ponto de vista do falante em relação ao evento, e não de alguma restrição sintático-semântica. b) média/adjetival: o paciente é tópico, e o agente é obrigatoriamente suprimido em virtude de ser extremamente não-tópico; c) impessoal (clítica e não-clítica): o agente é extremamente não-tópico, sendo, por isso, suprimido, mas o paciente, embora mais tópico que o agente, pode ou não adquirir as características de subjetividade⁴⁸.

Assim, em sentido amplo, reconhece a existência de duas construções principais de voz em português: voz *passiva* (a passiva analítica) e voz *impessoal* (passiva sintética)⁴⁹. Quanto a esta, diz ser constituída por um verbo na 3.^a pessoa da forma ativa, combinada com o pronome *se*, na chamada função de apassivador. Trata-se, segundo ele, de uma construção em que predomina a ação verbal reportada ao paciente pelo pronome apassivador. No seu ponto de vista, a supressão do SN agentivo dá a ela uma função diferente da que tem a passiva, na

construção ter a função sincrônica de uma passiva, sua estrutura pode refletir vestígios de ligação de seus pontos anteriores de origem. Exemplo disso é a construção impessoal do português (voz passiva sintética), que, de acordo com ele, claramente se derivou de construções reflexivas.

⁴⁷ Acrescenta que, de acordo com um conceito multifatorial, a voz verbal representa um grande número de valores e de possibilidades de expressão que, segundo Givón (1981; 1994), envolvem três domínios funcionais: a) *topicalidade*: atribui-se a função de tópico a um argumento não-agente; b) *impessoalidade*: suprime-se a identidade/presença do argumento agente, geralmente o sujeito expresso da sentença ativa; c) *detransitividade*: a construção de voz é semanticamente menos “ativa”, mais estativa que a construção ativa correspondente.

⁴⁸ De acordo com Camacho, o exame das construções de voz ativa nos dados do Nurc evidenciou que o português falado culto manifesta uma estrutura SV (O), não-marcada, que deve ser considerada o esquema do predicado canônico. Nesse esquema, o argumento sujeito é pragmaticamente tópico, morfossintaticamente lexical, semanticamente humano e controlador.

⁴⁹ O autor diz haver atribuído à voz passiva sintética o rótulo “impessoal” em razão da tendência semanticamente impessoalizadora das construções médias. Afirma ser essa denominação também adotada na literatura funcionalista.

qual o argumento paciente só aparece como sujeito e há possibilidade de introduzir a representação do agente.

De acordo com o autor (idem, p.280), a *voz passiva impessoal* corresponde a um subtipo da voz média, cujas propriedades semânticas o aproximam da passiva. Explica que, nessa construção de voz, o clítico *se* não apresenta relação anafórica com o SN sujeito, “**estando, antes, em seu lugar**”. Acrescenta que o efeito semântico mais característico desse tipo de construção “**é um caráter desindividualizante ou impessoalizador, com a indeterminação da entidade prototipicamente agentiva**” (p.280). [grifo nosso]

Argumente que, nessa voz, a ausência da função de sujeito em proveito da ação verbal estende-se aos casos de invariabilidade do verbo, o que ocorre mais regularmente na variedade falada informal. Cria-se uma espécie de voz ativa impessoal indeterminadora, em que o argumento paciente não recebe função de sujeito, cuja posição fica marcada formalmente pelo clítico *se*. A impessoalidade inerente a esses casos, em que o evento é prototipicamente transitivo, estende-se a construções com verbos intransitivos em que nem há argumento paciente para se promover a sujeito, como em *Passeia-se pouco*.

Acrescenta que, na passiva, aplica-se, simultaneamente, remoção de sujeito e promoção de objeto, enquanto na impessoal apenas se aplica remoção, ainda que de maneira variável. A construção impessoal desenvolveu, no seu ponto de vista, duas alternativas: uma promotora em que a entidade afetada é claramente o sujeito da sentença, praticamente restrita à modalidade escrita formal, e outra não-promotora, em que se mantém o estatuto de argumento interno do predicado. Na primeira construção, o argumento remanescente mantém pelo menos duas das características prototípicas de sujeito: marcação de caso e controle de concordância. Evidentemente fica faltando a anteposição, que não é característica da voz impessoal.

De acordo com o autor, é possível afirmar que a voz impessoal no português falado tende a ser, de certo modo, duplamente não-promotora: além de não admitir a verbalização de uma entidade agentiva, vem restringindo, também, a promoção pragmática, e, em consequência, sintática, da entidade paciente, do que resulta uma frequência cada vez maior de não-aplicação de concordância sujeito/verbo. Para ele, essa tendência certamente decorre do fato de ser cognitivamente difícil ao falante processar como sujeito um SN posposto ao verbo, posição prototípica de objeto.

Cita a *voz média* – ou *reflexiva* – como outra construção abrangida pelo mesmo domínio funcional. Lembra que, conforme Câmara Jr. (1969), a noção gramatical veiculada por essa

voz⁵⁰ é a de uma integração do sujeito na ação que dele parte. Afirma fazer parte dessa categoria semântica um conjunto de verbos inerentemente pronominais, como *desenvolver-se*, que se aproximam dos depoentes latinos, na medida em que também são construções formais de voz com significação ativa de processo⁵¹. No seu ponto de vista, muitas vezes, é instável a distinção entre construções de voz impessoal e de voz média, devido à possibilidade de tratar-se, na representação lingüística, qualquer sujeito como ativo⁵².

Acrescenta que verbos naturalmente recíprocos, como *casar-se*, por exemplo, admitem várias construções alternativas: a) *Maria casou(-se) na semana passada*; b) *Maria e Antônio se casaram na semana passada*; c) *Maria se casou com Antônio na semana passada*; d) *Antônio se casou com Maria na semana passada*. O valor semântico é o mesmo em todos os exemplos, embora somente a), c) e d) sejam construções de voz média propriamente dita.⁵³ Quando o verbo naturalmente recíproco é bivalencial, ele fornece ao usuário vários recursos de que pode lançar mão quando necessita projetar no evento a perspectiva de um dos participantes. **A seleção de b), c) ou d) vai depender crucialmente de condições discursivas.** [grifo nosso]

Outra construção de voz citada por Camacho é a *adjetival*, cuja propriedade semântica mais identificadora, segundo ele, é o caráter estativo-resultativo do evento, representado, sintaticamente, pela fórmula *estar* mais participio e pela supressão do constituinte agentivo, como se observa nos exemplos: *pra mostrar que a pista (es)tava pintada: de novo; porque senão, eu (es)tou multada na primeira esquina*.⁵⁴

⁵⁰ O autor, citando Lyons (1979, p.394), lembra que, tal como originalmente empregada pela gramática tradicional, a expressão *voz média* designa uma categoria flexional do verbo grego clássico, definida tanto em termos de forma quanto de função. Do ponto de vista formal, “constituía um conjunto paradigmático de sufixos verbais com uma função semântica bem delineada: expressar eventos em que a ação ou o estado afeta o sujeito do verbo ou seus interesses”.

⁵¹ A esse respeito, o autor explica que, em antigas línguas indo-européias, como o grego e o sânscrito, a noção gramatical de uma integração do sujeito na ação que dele parte era assinalada por flexões especiais, diversas das da voz ativa, numa construção chamada média, ou impessoal (por ficar longe do pólo da voz passiva).

⁵² Acrescenta que as construções de voz média integram um vasto domínio semântico, que inclui, de modo regular, nas diversas línguas, os diferentes tipos específicos de estados de coisas: eventos espontâneos, como *originar-se*; ações emocionais, como *lamentar-se*; verbos psicológicos, como *assustar-se*, *impressionar-se*, etc.

⁵³ De acordo com ele, há evidências de que o português falado vem acrescentando à caracterização semântica própria de medialização uma distinção gramatical importante: somente construções médias permitem a omissão do clítico, que é, nesse caso, o morfema marcador: *Maria ajoelhou-se para rezar*; *Maria casou sábado*. Já em verbos prototipicamente transitivos, como *matar*, *ferir*, *cortar*, *machucar*, a presença do clítico é indispensável: *João matou (se) na semana passada (?)*.

⁵⁴ O autor explica que a verdadeira construção adjetival deve apresentar-se como estrutura correspondente à passiva. A construção de estado que tenha como base um verbo de processo inerentemente reflexivo, como *prejudicar-se*, *habilitar-se*, *arrepender-se*, etc., tem, como a adjetival, um valor resultativo, mas não é construção de voz, visto não envolver nenhum dos domínios funcionais, como *detransitividade*, *impessoalidade* e *topicalidade*, que são considerados, na pesquisa, critérios metodológicos para a taxionomia de construções de voz no português falado. Trata-se, em último caso, segundo ele, de variações semânticas na representação de um mesmo estado de coisas.

De acordo com o autor, o estudo revelou a incidência de construções de voz numa proporção de 34/266, isto é, 12,7%, em oposição à incidência de construções ativas, 87/266, ou seja, 33%.⁵⁵ Mas diz que as construções passivas, embora sendo marginais no conjunto das predicções de ação, mantêm incidência majoritária em comparação às construções impessoais. Entre estas, há uma frequência significativamente elevada de construções com o argumento único no singular e mesmo no plural sem acionar concordância, o que pode apontar, na sua opinião, para uma preferência pragmaticamente motivada. Assim, conclui que tanto passivas quanto impessoais representam manifestações sintáticas do domínio funcional da impessoalidade.⁵⁶

Na medida em que, à exceção da passiva, as construções de voz não permitem um SN agentivo, é possível, segundo Camacho, afirmar que a impessoalidade é o domínio funcional que se aplica com mais intensidade na gramática do português. Assim, de acordo com ele, pode-se dizer que a construção impessoal está, gradativamente, deixando de ser semanticamente detransitiva e que o domínio funcional predominante é o da impessoalidade, que, nesse caso, supera a atuação da detransitividade semântica.

Assim, para o autor, a análise possibilita concluir que os tipos de construção de voz não se identificam funcionalmente e, como tal, **constituem diferentes formas de expressão que se acham à disposição do usuário para o exercício de diferentes funções semânticas e pragmáticas**. Permite concluir, também, que é verdadeira a suposição de que esses diferentes tipos não constituem categorias discretas, mas fenômenos escalares, contínuos, tendo por referência um modelo prototípico, do qual se afastam mais ou menos. [grifo nosso]

Podemos, então, dizer que esses autores, apesar de orientarem suas pesquisas sob enfoques totalmente distintos do nosso, apresentam alguns dados interessantes para o desenvolvimento de nosso trabalho, já que consideram em seus estudos atinentes às vozes verbais:

⁵⁵ Na sua opinião, os resultados obtidos, além de apontarem o menor índice relativo de construções passivas, apontam, também, uma considerável representatividade de construção diacronicamente inovadora, denominada, no trabalho, voz impessoal não-clítica, principalmente no registro coloquial.

⁵⁶ Na concepção de Camacho, a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação de constituir um tópico, o que não se aplica à impessoal, cujo processo é apresentado em si mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência, a mesma motivação que dá lugar às frases sem sujeito. Acrescenta que a própria configuração sintática da construção impessoal, argumento único em posição pós-verbal, é um resultado explícito dessa motivação pragmática e, além disso, mantém-se a estrutura predicacional ativo-transitiva na construção impessoal.

- a) ligações estreitas entre a forma que o sistema gramatical de uma língua assume e os propósitos a que serve⁵⁷;
- b) a inexistência de fatores puramente sintáticos condicionando a ocorrência de uma forma passiva no texto;
- c) a possibilidade de significação passiva numa morfologia ativa ou a existência de mais de uma expressão sintática para executar a mesma função, bem como a possibilidade de a voz impessoal (voz passiva sintética) constituir uma espécie de voz ativa impessoal indeterminadora⁵⁸;
- d) diversidade de valores semântico-oracionais e pragmáticos-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais;
- e) marcas da inexistência um sujeito gramatical, manifestas na ausência de concordância verbal⁵⁹;
- f) a possibilidade de qualquer verbo – e não apenas os transitivos – que possa ter um pronome referencial nulo na posição de sujeito (possuindo o traço [+hum]), fazer parte de uma construção com *se* indeterminador⁶⁰;
- g) a existência, entre as línguas naturais, de mais de uma expressão sintática para executar a mesma função comunicativa;⁶¹
- h) o fator crucial que representam as condições discursivas na seleção das construções frasais.⁶²
- i) o caráter desindividualizante ou impessoalizador no caso das construções com o pronome *se*.

⁵⁷ Mesmo que tais propósitos remetam, de acordo com o referencial teórico que sustenta esses estudos, ao sujeito falante ou ao escritor, e não ao locutor, como pressupõe nosso referencial teórico, consideramos aqui a idéia de que a ocorrência de uma forma está ligada a um propósito.

⁵⁸ Ainda que esse dado se insira num contexto diverso do enunciativo, interessa-nos aqui o fato do reconhecimento da possibilidade de um mesmo sentido poder ser expresso por diferentes formas.

⁵⁹ Apesar de a teoria que embasa tais estudos atribuir essas marcas a um sujeito gramatical, e não ao sujeito da enunciação, como faz a teoria que sustenta este estudo, julgamos interessante destacar o fato do reconhecimento de marcas (para nós, enunciativas) no texto (para nós, enunciado).

⁶⁰ Cremos que essa possibilidade, ainda que não contemple o enfoque enunciativo, pelo menos, amplia a perspectiva de análise do enunciado.

⁶¹ Embora esse dado esteja inserido numa perspectiva diversa da nossa, destacamos aqui o fato de ele remeter à idéia, que integra a teoria enunciativa, de que inexistente uma sintaxe definidora de sentido pré-estabelecida.

⁶² Mesmo que o sintagma *condições discursivas* remeta, nesse dado, a *discurso* enquanto texto, e não a *discurso* enquanto enunciado, desejamos destacar o fato da idéia que aí se expressa: a ocorrência de uma forma não é aleatória: ela decorre de um processo.

- j) os tipos de construção de voz constituem diferentes formas de expressão que se acham à disposição do usuário para o exercício de diferentes funções semânticas e pragmáticas.

Assim, vale enfatizar que tais estudos, embora, diferentemente do nosso, não se situem na perspectiva da enunciação, ou seja, mesmo que o sentido atribuído por seus respectivos autores ao termo *discurso* – o texto – seja totalmente diferente daquele que lhe conferimos – o ato enunciativo –, reconhecem a importância de uma instância “discursiva” – incompatível, obviamente, com a instância discursiva que caracteriza nosso estudo – que motiva o uso de uma determinada forma. Da mesma forma, ao registrarem aspectos como estreita ligação entre a forma assumida pelo sistema gramatical de uma língua e os propósitos a que se destina, possibilidade de sentido passivo numa forma ativa, bem como configuração sintática decorrente de diversidade de valores semântico-oracionais e pragmáticos-discursivos, reforçam, de certo modo, nossa tese, segundo a qual é na enunciação, circunstância única, que o sentido das vozes é definido pelo locutor através de uma sintaxe também única, sendo, portanto, também único o sentido que aí se estabelece.

Finalmente, retomando, ainda, o último texto resenhado neste capítulo, de Roberto Camacho, desejamos estabelecer uma relação entre os dados ali apresentados e o *corpus* que selecionamos para as análises que integram esta tese. Corroboramos o ponto de vista que o autor defende, segundo o qual o domínio funcional predominante na nossa língua é o da impessoalidade. Com efeito, nos enunciados que compuseram o *corpus* inicial para as análises desta tese, em se tratando do uso de construções com o *se*, chamado, tradicionalmente, “pronomes apassivador”, e de construções com *se* denominado “símbolo (ou índice) de indeterminação do sujeito”, predominaram construções com esse pronome com sentido impessoalizador, da mesma forma que a maior parte das construções reconhecidas como “voz passiva analítica” pelos gramáticos apresentaram-se desprovidas do sintagma agentivo.

5 REFLEXÕES CRÍTICAS E CONCLUSÕES PRÉVIAS

No capítulo anterior, concluímos a apresentação de estudos sobre as vozes verbais feitos em gramáticas e em alguns artigos. Tal estratégia, ao mesmo tempo em que possibilita uma visão do que até aqui foi feito acerca das vozes verbais, permite, também, análise dos pontos de vista defendidos pelos respectivos autores, permitindo, ainda, dessa forma, o estabelecimento de relações entre esses pontos de vista.

Assim, neste capítulo, retomaremos esses estudos, buscando destacar aspectos que evidenciam a inexistência de unidade, a inconsistência argumentativa e as contradições na abordagem do tema, bem como tentando estabelecer uma relação entre eles.

Mas cabe lembrar que, com essa exposição, não pretendemos somente apontar desencontros e divergências na abordagem dessa categoria verbal, mas também mostrar as diversas formas de tratamento do tema, todas evidenciando a língua como sistema de signos. Desejamos, também, comprovar a inexistência de um estudo que contemple as vozes verbais na perspectiva da língua em uso. Assim, o que, na verdade, estamos tentando demonstrar, aqui, é que, dado esse quadro confuso a respeito das vozes verbais, válida é a iniciativa de buscar uma forma de tratá-las a partir da língua em uso, ou seja, a partir do sujeito que as enuncia.

Procedemos, portanto, ao levantamento dos estudos sobre as vozes verbais com o objetivo de obter informações seguras a fim de apresentar uma visão do que já foi feito em relação a essa categoria e, ao mesmo tempo, indicar as discordâncias dos autores no tratamento do tema, assim como a inconsistência argumentativa de grande parte deles.

Porém, paralelamente, esperávamos encontrar, nesses estudos, passagens que, de alguma forma, pudessem contribuir para a realização deste trabalho. Assim, a esse respeito, cabe destacar o fato de muitos desses estudos constituírem provas convincentes do avanço a que chegaram alguns lingüistas do passado em termos de descrição dos fatos da língua, como, por exemplo, o mestre Said Ali. É preciso, no entanto, lembrar, também, como já manifestamos neste estudo, que essa comprovação vai de encontro à idéia, tão presente entre nós, inclusive, nos meios acadêmicos, de que esses autores se caracterizaram, exclusivamente, pela elaboração de gramáticas “normativas”, as quais “ignoravam” o verdadeiro uso da língua, não se preocupando com a sua descrição, mas apenas com a prescrição de normas de bem escrever e de bem falar: “o aspecto normativo da gramática, assim, cristalizou-se de tal maneira que, na visão do leitor leigo, passava a ser o único, elidindo de vez o aspecto descritivo”⁶³(Cavaliere, 2000, p.50).

Assim, é possível afirmar, com base nesses estudos, que alguns autores, embora considerados tradicionais⁶⁴, apresentam-se coerentes na abordagem do tema, descrevendo-o com competência e lucidez. Dessa forma, cumpre destacar o fato de que se apresentam essencialmente descritivos, como é o caso, já citado, de Said Ali.

Portanto, pelo que até aqui foi demonstrado, é possível afirmar que atingimos os objetivos da retomada desses estudos. Com efeito, a própria exposição anterior desses estudos, bem como a apresentação das respectivas sínteses incluindo passagens que, não obstante integrem pontos de vistas totalmente opostos aos nossos, contribuem, de alguma forma, para sustentação de nossas hipóteses, prova isso.

Cabe, no entanto, ainda, fornecer exemplos concretos das dissonâncias entre os autores na abordagem do tema. É a isso que dedicamos parte deste capítulo, que inclui, também, como diz o título, conclusões da primeira parte do trabalho.

Então, voltando às classificações tradicionais das vozes verbais, um exemplo que comprova os problemas de abordagem do tema nos é fornecido pelas duas edições da gramática de Bechara aqui apresentadas, a de 1970 e a de 2000. Nesta última, o autor mantém a classificação ativa, passiva e reflexiva, apresentada naquela edição. Restringe, porém, a

⁶³ Conforme Cavaliere (op. cit., p. 50), muitos compêndios, realmente, não iam além disso. Porém, mesmo aqueles volumes que construíam uma estrutura de exposição dos fatos da língua numa postura metodológica, por ele denominada “descritivo-normativa”, tornaram-se, aos olhos do usuário, “meros depósitos de regras em que a prescrição abafou a descrição”.

⁶⁴ O adjetivo *tradicional* atribui, aqui, ao sintagma *alguns autores*, como já mencionamos neste trabalho, a característica *autor de gramática* normativa, diferindo, portanto, do sentido que lhe atribuímos neste estudo: *autor que, reconhecidamente, tenha elaborado obras sem influência da lingüística*.

dimensão da voz passiva, que passa a ser caracterizada, agora, somente na forma analítica, além de alterar, substancialmente, a conceituação de voz reflexiva. Essa alteração, que constitui a parte diferente do seu estudo de vozes verbais referente à edição de 1970, vai, porém, de encontro a sua posição anterior, no que se refere às questões da voz passiva e da reflexiva. A contradição evidenciada decorre do fato de o texto da edição de 1970 referente a essa categoria não haver sido atualizado pelo autor.

Retomemos a questão. Na edição de 1970 (p.126), o autor ensina que a “passiva pode ser *analítica* (formada com um dos verbos *ser, estar, ficar* seguido de particípio) ou *pronominal* (formada com verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, que se chama, no caso, *pronome apassivador*): A casa foi alugada (passiva analítica). Aluga-se a casa (passiva pronominal)”.

No entanto, na edição de 2000 (p.222), o autor altera essa sistematização: restringe o âmbito da voz passiva, definindo-a somente em termos da forma analítica. Agora, ele ensina que passiva é a “forma verbal que indica que a pessoa é o *objeto* da ação verbal. A pessoa, neste caso, diz-se *paciente* da ação verbal: A carta *é escrita* por mim, O primo *foi visitado*, A árvore *será plantada* por nós”.

Porém, na seqüência do texto, ao distinguir voz passiva e passividade, apresenta, como exemplo de voz passiva, a forma pronominal excluída na passagem anterior, na qual somente registrara como voz passiva a forma analítica. Assim, diz ser “preciso não confundir voz passiva e passividade. *Voz* é a forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação: Ele *foi visitado* pelos amigos. *Alugam-se* bicicletas” (2000, p.222).

O equívoco torna-se mais evidente, ainda, se analisarmos a seqüência do texto, na qual o autor afirma que passividade “é o fato de a pessoa receber a ação verbal [...]: Os criminosos recebem o merecido castigo”. Além disso, na página seguinte, ao distinguir a voz passiva (agora, só a analítica) da reflexiva de sentido passivo (a “passiva pronominal”), Bechara apresenta, como exemplo de voz reflexiva de sentido passivo, a construção da “passiva pronominal”, confirmando, pois, o equívoco: “A voz passiva [...] pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a reflexiva, no português contemporâneo, dispensa: Eu *fui visitado* pelos parentes. *Aluga-se* a casa (não se diz: *aluga-se* a casa pelo proprietário)”.

Convém, ainda, aqui, uma consideração a respeito das lições de Bechara, na edição de 2000 (p.222-223), quanto à definição de voz reflexiva: “é a forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio

agente (sentido reflexivo propriamente dito), atuar reciprocamente entre mais de um agente (reflexivo recíproco), sentido de “passividade com se” e sentido de impessoalidade, conforme as interpretações favorecidas pelo contexto, formada de verbo seguido do pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere”: eu *me* visto, tu *te* feriste, ele *se* enfeita”.

O confronto com a edição de 1970, na qual Bechara define voz reflexiva como a “forma verbal que indica que a pessoa é, ao mesmo tempo, agente e paciente da ação verbal, formada de verbo seguido de pronome oblíquo de pessoa igual à que o verbo se refere: eu *me* visto, tu *te* feriste, ele *se* enfeita”, mostra que o autor usou, na edição de 2000, os mesmos exemplos usados naquela edição, embora tivesse ampliado, substancialmente, seu conceito de voz reflexiva.

Assim, apesar da amplitude do conceito de voz reflexiva apresentado na edição de 2000, a sua análise revela exemplificação referente apenas ao primeiro item da definição – “forma verbal que indica que a ação verbal não passa a outro ser (negação da transitividade), podendo reverter-se ao próprio agente (sentido reflexivo propriamente dito)”.

Seria, portanto, mais coerente, dada a extensão do conceito de voz reflexiva apresentado nessa edição, que o autor citasse, ali, exemplos, também, das novas construções integradas à voz reflexiva, como, por exemplo, “Ouvem-se vozes” (sentido de “passividade com *se*) e “Vive-se bem” (sentido de impessoalidade).

A razão de apresentarmos, com tantos detalhes, a questão da classificação das vozes verbais nessas duas edições da gramática de Bechara tem o objetivo de mostrar a intensidade das contradições e discordâncias existentes em nossos compêndios gramaticais, inclusive, como aqui foi comprovado, de um mesmo autor.

Também em relação à abordagem de Chaves de Melo (1985, p.83), vale retomar um ponto. O autor, justificando a sua classificação biforme das vozes verbais, diz que “costumam alguns acrescentar ao verbo a voz reflexa, que será aquela em que o sujeito é agente e paciente ao mesmo tempo [...]: “Brincando com o canivete, Pedrinho feriu-se”. Acrescenta preferir “dizer que a voz reflexa não se distingue da voz ativa, tanto é verdade que é inteiramente acidental a circunstância de, naquele caso, o paciente se identificar com a pessoa do agente”.

Parece-nos inconsistente a argumentação do autor quanto a essa identificação da voz reflexa com a ativa. Com efeito, nesse único exemplo apresentado por ele, conforme bem demonstrou Said Ali (1966, p.177), “o ato de ferir não emana do sujeito” e significa “apenas

que ele ficou ferido”. Desse modo, a construção reflexiva identifica-se, aqui, na verdade, com a voz passiva, e não com a ativa, como pretende Chaves de Melo. Já, num enunciado como, por exemplo, “Pedrinho feriu-se de propósito, só para castigar os pais”, evidentemente, o ato de ferir é um ato rigorosamente reflexo: emana do sujeito gramatical, que o pratica sobre si mesmo, caracterizando, pois, a voz reflexiva.

Além dessas questões, pode-se apontar, também, a posição de Kury, o qual, contrariamente aos demais autores analisados, ensina que a voz ativa só se constrói com verbo transitivo direto. Assim, o autor (1991, p.34) define voz ativa como “a forma habitual que reveste o verbo transitivo direto “para denotar que o seu sujeito (...) é agente”.⁶⁵ Portanto, segundo ele, o verbo da frase “o homem viaja”, diferentemente do que ensinam os demais autores analisados, não está na voz ativa, já que é intransitivo.

Outro fator de divergência entre os gramáticos refere-se à classificação da voz passiva. Com efeito, nesse ponto, como destacamos no Quadro 3, dividem-se os gramáticos analisados. A questão básica reside em considerar voz passiva somente a forma analítica, ou estabelecer a divisão em analítica e sintética. Mas, além disso, é possível apontar, também, em relação ao assunto, contradições numa mesma obra.

Assim, com referência à relação entre voz passiva, passividade e partícula apassivadora, pode-se citar a falta de clareza nas lições de Rocha Lima. Com efeito, primeiro (1972, p.123), ele diz que a voz passiva se organiza “com verbo auxiliar *ser*, conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar”. Porém, na página 286 da mesma obra, afirma que, quando [...] “o ato não emana do sujeito, que é apenas o paciente, temos, no pronome que o representa, a *partícula apassivadora*: Despediram-se os empregados faltosos e admitiram-se alguns dos antigos funcionários”. Aqui, pode-se, evidentemente, indagar se, na sua opinião, a “a partícula apassivadora” constrói, ou não, a voz passiva sintética.

Cabe salientar, também, aspectos referentes às construções verbais com o pronome *se*, que pode ser considerado “pronome apassivador” ou “símbolo de indeterminação do sujeito” pela gramática tradicional. Com efeito, vimos que Said Ali e Luft, diferentemente dos demais autores, que mantêm a distinção tradicional entre o pronome *se* de construções como “Aceitam-se sugestões” e de “Trabalha-se muito”, por exemplo, não distinguem essas duas

⁶⁵ De acordo com o autor (1991, p. 40), como vimos, os “verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação não têm voz ativa nem passiva: são neutros”.

construções em termos de voz verbal, considerando ambas ativas, já que evidente é a idéia, aí manifesta, de um sujeito gramatical indefinido, formalizado no pronome *se*.

Concordando com esses autores, entendemos ser a diferenciação do pronome *se* dessas construções equivocada, embora seja praticada pela maioria dos gramáticos. Com efeito, a nosso ver, está muito clara, em ambas as construções, a idéia de alguém como agente, “a noção do agente humano”, segundo Said Ali, ou “a idéia de um sujeito indefinido”, segundo Luft⁶⁶. Desse modo, tanto numa quanto noutra construção, podemos dizer que há um sujeito gramatical indeterminado⁶⁷, podendo, pois, o pronome *se*, em ambos os casos, ser considerado “símbolo de indeterminação desse sujeito”, ao contrário do que ensina a maioria dos gramáticos.⁶⁸

Integrante dessa maioria, Maria Helena de M. Neves (2000, p.465) diz que, tipicamente “genéricas, isto é, de **sujeito** maximamente **indeterminado**, já que todas as **pessoas** do discurso ficam abrangidas, são as construções de **terceira pessoa do singular** com o **pronome SE** do tipo de: Pensa-SE em reduzir as importações ...”

Acrescenta – divergindo de Said Ali e de Luft⁶⁹ – que os verbos de tais construções são **verbos** intransitivos, ou verbos de complemento preposicionado, visto que, com verbos que se constroem com objeto direto, a construção com o pronome *se* tem valor passivo: “Na prática, porém, **viram-SE**⁷⁰ cenas como os dois rapazes palestinos amarrados sobre o capô dos jipes militares...” [grifos da autora]

⁶⁶ Lembramos que Luft (1979, p.133) ensina ser “mais acertado” considerar ativas construções com o pronome apassivador *se*, como “consertam-se ou remendam-se calçados”. Diz que isso “evita o divórcio dessas construções com as dos verbos não transitivos diretos (*precisa-se de, trabalha-se, corre-se, pula-se*), que seria absurdo considerar passivos. Aqui, como ali, temos a idéia de ‘sujeito indefinido’, formalizada no *se*, que pode, pois, tranqüilamente, ser analisado como sujeito...”

⁶⁷ Aponta nessa direção a inobservância da concordância verbal prescrita pela gramática tradicional. Assim, “Faz-se fretes”, por exemplo, como comprovaram os estudos de Jairo Nunes, anteriormente analisados, é a construção natural da língua portuguesa do Brasil.

⁶⁸ Também Eunice Souza Lima Pontes (1986, p.88-89) assume este ponto de vista, primeiro, ao dizer que julga coerente o fato de nossa gramática considerar que, com verbos intransitivos, tem-se indeterminação do sujeito, e não passiva impessoal. Depois, ao argumentar que “Said Ali é que estava certo ao considerar que em *Vendem-se casas* não se tem passiva impessoal, mas o *se* é um símbolo de indeterminação de sujeito, como em *Vive-se bem*. Um traço que une as construções com *se*, tanto com verbo intransitivo como com transitivo, é que elas têm um agente (indeterminado) humano. Quando se diz: *Chega-se lá rapidamente* ou *Vende-se calça*, sempre se pressupõe que há um agente humano indeterminado”.

⁶⁹ O autor (1979, p.133), como apontamos, diz que “é mais acertado” considerar ativas essas construções, “o que corresponde ao sentimento dos falantes (*conserta-se calçados, vende-se terrenos* - é como se usa na fala espontânea...)”.

⁷⁰ Temos, aqui, uma construção rara no uso da língua portuguesa brasileira. Com efeito, normalmente os falantes, indo de encontro ao que prescrevem os gramáticos, não realizam a concordância verbal.

Retornamos, pois, à posição há pouco manifestada. Julgamos incoerente estabelecer, como faz a autora (e a maioria dos gramáticos) uma dicotomia entre construções com o pronome *se* junto a verbos intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos preposicionados e de ligação e aquelas com esse pronome junto a verbos transitivos diretos, tais como: “Dorme-se pouco”, “Acredita-se nos amigos”, “Ajuda-se aos amigos”, “Quando se é bom, não se precisa dizer” e “Conserta(m)-se relógios”, respectivamente. Com efeito, parece muito claro que, em todas elas, o sujeito está “maximamente indeterminado”.

Vale notar, ainda, que, se considerarmos o fato de a autora propor-se, através da sua gramática, mostrar como está sendo usada a língua portuguesa atualmente, no Brasil, essa incoerência se intensifica. Com efeito, a questão que se apresenta, então, diz respeito ao fato de ser justamente o uso da língua que revela, como afirma Said Ali (1966, p.179) e como já foi destacado neste trabalho, ser “latente a noção do agente humano” nas construções, aqui analisadas, envolvendo o pronome *se*.⁷¹ Prova disso é o fato de os falantes, no uso espontâneo da língua, não realizarem a concordância verbal, preconizada pelas gramáticas normativas, nas construções com o pronome apassivador *se*: “Conserta-se relógios” é a construção natural dos falantes. Cabe lembrar, aqui, que Luft e Camacho, como vimos neste trabalho, também corroboram esse ponto de vista.

Além disso, se considerarmos o fato de a autora (*idem*, p.13) afirmar que “o que realmente está abrigado nas lições é [...] a língua viva, funcionando e, assim, exibindo **todas as possibilidades** (grifo nosso) de composição que estão sendo aproveitadas pelos usuários para a obtenção do sentido desejado em cada instância”, causa estranhamento o fato de ela não incluir, em sua descrição, construções com verbo de ligação, como, por exemplo, “Quando se *está* feliz, todos percebem”.

Então, mais uma vez, retomamos a lição de Said Ali, a qual, a nosso ver, é convincente. Em frases como “o prédio incendiou-se” ou “a vida extinguiu-se”, “os verbos na forma medial denotam atos espontâneos, sem agente ou causa aparente. A linguagem, aproveitando-se dessa facilidade, torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar”.

Assim, para o autor, essa é a origem de *vendem-se casas*, *aluga-se quartos*, etc. Em tais casos, porém, sendo latente a noção do agente humano, costuma-se colocar o substantivo no

⁷¹ Também Roberto Gomes Camacho (2002, p. 280) diz que, nessas construções, “o clítico *se* não apresenta relação anafórica (...) com o sujeito, estando antes em seu lugar”, endossando, portanto, o ponto de vista defendido por Said Ali e Luft.

lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes, basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em *estraga-se a roupa e a roupa estraga-se*. Acrescenta que se vai mais longe: uma vez que “se tem em mente o conceito de alguém como agente, como sujeito psicológico, não se põe dúvida em dar ao substantivo caracteres próprios de objeto e se usa o pronome *se* até com verbos intransitivos...”⁷²

Da mesma forma, cabe, também, aqui, fazer referência à descrição das construções passivas apresentada por Perini, a qual, apesar de bastante coerente, não contempla frases com verbos intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos preposicionados e de ligação acompanhados do pronome *se* (do tipo “Passeia-se muito”, “Depende-se dos outros”, “Cumprimentou-se aos noivos” e “Está-se feliz”), cuja descrição, a nosso ver, também exigiria a aplicação da R4. Desse modo, é preciso reconhecer que o texto não inclui algumas construções bastante comuns na língua portuguesa, como as que citamos, bem como frases cujos verbos têm como sujeito um nome de coisa, do tipo “O prédio incendiou-se”, significando que a ação, como diz Said Ali, “realiza-se por si mesma”.

Já, em relação à descrição de Mira Mateus et al., no que se refere à “passiva de ser”, pode-se dizer que é suficientemente ampla e convincente. Porém, quanto às construções com “se”, da mesma forma, cumpre destacar que as autoras também não contemplam as frases com verbos intransitivos, transitivos indiretos, transitivos diretos preposicionados e de ligação acompanhados do pronome *se*. Além disso, não incluem em seus estudos⁷³ a chamada “voz reflexiva ou média”.

Convém lembrar que as autoras (1989, p.212), ao analisarem a construção “Vende-se móveis usadas na Feira da Ladra”, não fazem referência à construção com o verbo no plural (“Vendem-se móveis...”). Já, mais adiante (p.225), apenas aludem à construção “Compraram-se alguns livros ontem”, omitindo a construção mais comum, que não registra a concordância verbal: “Comprou-se alguns livros ontem”.

Necessário faz-se acrescentar, ainda, que elas (op. cit., p. 225) citam, como “passiva de se”, a construção “Os livros compraram-se ontem”, que, apesar de não ser agramatical, não parece natural na nossa língua. Já Perini não menciona tais construções, limitando sua descrição a frases com sujeito posposto, do tipo “Comem-se pizzas”.

⁷² Eunice Souza Lima Pontes (1986, p. 89) diz que os únicos verbos com os quais não consegue “imaginar a construção com *se* são *existir*, *ocorrer* e *acontecer*, os dois últimos porque não admitem sujeito humano. Argumenta serem agramaticais construções como “*João aconteceu* ou *João ocorreu*”. Atribui a restrição ao fato de o *se* remeter a agente humano. Acrescenta que o verbo *existir*, apesar de aceitar agente humano, restringe bastante o sujeito, de forma que, na sua opinião, é difícil alguém dizer, por exemplo, “*João existe*”.

⁷³ Como também não o faz Perini.

Finalmente, desejamos destacar a dissonância entre Mateus et al. e Perini na descrição de sentenças do tipo “A vidraça quebrou-(se)”. Com efeito, enquanto elas (1989, p.215), ao analisarem a construção com o pronome *se*, identificam paráfrases entre frases como “A esquadra inimiga afundou o cruzador” e “O cruzador afundou-se”, ele (1996, p.272) descreve esse tipo de construção sem o pronome (“A vidraça quebrou”).

Assim, pode-se dizer que as descrições desses autores, embora apresentem inegáveis contribuições ao estudos das vozes verbais, não contemplam algumas construções comuns da língua portuguesa. Vale acrescentar que, quanto a Perini, tais omissões são compreensíveis, uma vez que o autor (1996, p.15) diz que, na gramática, apresentou “uma série de problemas, tentando formulá-los com a clareza possível”. No entanto, da parte de Mateus et al., tais omissões tornam-se estranhas, já que as autoras (1989, p.12) afirmam que a gramática “pretende abarcar, de forma global e sistemática, os fenômenos mais relevantes dos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático da língua portuguesa”.

Quanto a Camacho, desejamos destacar o fato de ele endossar o que afirmam Said Ali e Luft quanto à função do pronome *se* que a gramática tradicional considera *pronome apassivador* e *símbolo de indeterminação do sujeito*: diz tratar-se, nos dois casos, de um pronome impessoalizador, atribuindo a tais construções o rótulo de *impessoais*.

Cumprido, porém, questionar o fato de o autor (idem, p.233) afirmar, quanto à voz *impessoal*, que “a impessoalidade inerente a esses casos - em que o evento é prototipicamente transitivo – se estende a construções com verbos **intransitivos** (grifo nosso) em que nem há argumento paciente para se promover a sujeito, como em *vive-se bem aqui*”, desconsiderando construções com verbos transitivos indiretos (*precisa-se de ajuda*), com transitivos diretos preposicionados (*ama-se aos filhos*) e com verbos de ligação (*continua-se pobre*), bastante comuns, principalmente, na expressão oral.

Enfim, o que pretendemos destacar aqui é a existência, em nossos estudos gramaticais referentes às vozes verbais, de forma bastante acentuada, como temos apontado, de diversidade de pontos de vista, bem como de contradições e ambigüidades em relação à sua abordagem. O fato, em nosso entender, pode ser atribuído, dada a complexidade do tema, às diferentes formas de apreensão, por parte dos autores, dessa categoria verbal, principalmente, no que diz respeito às formas passivas e às construções com o pronome *se*.

Assim, concluídas as exposições desses estudos, verifica-se uma lacuna. Com efeito, foi constatada a existência de estudos diversos acerca das vozes verbais, passando pelos

tradicionais, pelos de transição, pelos das gramáticas modernas, pelos das publicações à luz de variados enfoques – gerativista, funcionalista, estruturalista, sociolinguístico e da lógica formal –, mas não os há sob a abordagem enunciativa. E é isso que, conforme já enfatizamos, nos propomos realizar neste trabalho: descrever as vozes verbais a partir da teoria enunciativa de Benveniste.

Queremos, entretanto, retomar um ponto já destacado neste estudo: em coerência com a teoria que dá sustentação às nossas hipóteses, não estabeleceremos critérios de classificação de vozes, diferentemente dos autores aqui analisados. Com efeito, de acordo com o referencial teórico por que optamos, é na enunciação que os sentidos se definem, sempre através de uma sintaxe própria, utilizada para transmitir a idéia do locutor. Portanto, como a enunciação é sempre única, sob esse enfoque, é impossível o estabelecimento de sentidos *a priori*: é no uso que as palavras se semantizam através de uma sintaxe singular.

Assim, tendo em vista essa perspectiva, segundo a qual a sintaxe é sempre uma e resulta da enunciação, ou seja, da língua em *emprego*, grande parte das definições estabelecidas pelos gramáticos perde sustentação: uma mesma forma pode apresentar sentidos diferentes, e um mesmo sentido pode ser expresso por diferentes formas.

Vale reiterarmos, aqui, ser o objetivo deste trabalho buscar uma teoria que possibilite uma descrição das vozes verbais a partir do sujeito que utiliza a língua, ou seja, uma teoria que contemple a situação de discurso. Desse modo, através deste estudo, pretendemos suprir a lacuna citada quanto a esse aspecto. Com efeito, a nosso ver, uma descrição adequada da categoria da voz deve levar em conta os fatores que intervêm na atividade linguística: os interlocutores e as circunstâncias de enunciação.

Quanto a esses aspectos, Flores (1999, p.14) diz que “...a linguística, ao propor a língua como sendo seu objeto, exclui uma série de questões que a este objeto retornam porque só nele adquirem existência”. Segundo o autor, “o sujeito é um elemento que, embora excluído da linguística, a ela retorna porque está constitutivamente presente em seu objeto”⁷⁴. Sob esse enfoque, faz-se necessário considerar aquele que fala, aquele que faz com que, como diz Benveniste (PLG II, p.85), “cada instância da enunciação constitua um centro de referência interno”.

⁷⁴ Trata-se, respectivamente, de hipótese e de sub hipótese defendidas pelo autor na obra *Linguística e Psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação* (1999).

Entendemos, pois, que as vozes verbais representam formas pelas quais o sujeito se marca naquilo que diz, ou seja, são marcas da subjetividade na linguagem, marcas da enunciação, que expressam o *eu*, o *aqui*, o *agora* do locutor, isto é, do sujeito da linguagem. Sob esse ponto de vista, a sua expressão aparece como consequência de uma propriedade fundamental da linguagem: a de constituição do sujeito. Essa propriedade demonstra a capacidade de o locutor, ao dizer, propor-se como sujeito de seu discurso.

Nesse sentido, nossa proposta de descrição do fenômeno das vozes verbais ultrapassa a concepção de língua como instrumento de pensamento ou como instrumento de comunicação: ela se fundamenta na teoria da enunciação benvenistiana, que atribui à linguagem função decisiva na constituição do sujeito. Assim, com base nesse referencial teórico, podemos definir língua como uma possibilidade que se concretiza no ato enunciativo, ou seja, como possibilidade de expressão de uma certa relação com o mundo. Buscamos, pois, descrever as vozes verbais como fenômeno de manifestação individual atualizado em cada enunciação.

Esses aspectos, aqui apresentados de forma rudimentar, serão retomados e aprofundados nos capítulos seguintes. Desejamos, no entanto, destacar que o fulcro de nosso trabalho é que os sentidos das vozes verbais resultam de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor para a expressão de uma idéia, a qual terá, portanto, sempre a característica de singularidade.

II PARTE

1. A TEORIA DE BENVENISTE SOBRE A ENUNCIÇÃO

Na primeira parte deste trabalho, apresentamos uma síntese e uma análise crítico-comparativa das vozes verbais nos estudos brasileiros. A exposição tornou explícita a existência, em nossos estudos referentes às vozes verbais, de diversidade de pontos de vista, bem como de contradições e ambigüidades em relação à abordagem do tema. Além disso, evidenciou uma lacuna nesses estudos, na medida em que a perspectiva enunciativa não é neles contemplada.

Creemos, então, que tal quadro nos autoriza a defender a possibilidade de pensar as vozes verbais sob o prisma da enunciação. E é essa, conforme já enfatizamos, a tarefa que nos propomos neste estudo. Dessa forma, neste capítulo, abordaremos a teoria enunciativa de Benveniste, buscando recortar dela noções e princípios que sustentem a nossa hipótese de que a voz verbal, enquanto categoria cujo sentido resulta do contexto de enunciação, é dêtica. Essa abordagem implica, pois, considerar a dêixis, diferentemente dos parâmetros referenciais ou ontológicos da linguagem, como categoria enunciativa.

Inicialmente, apresentaremos uma síntese dessa teoria. A seguir, destacaremos dela o que nos interessa para o desenvolvimento de nossa proposta.

A lingüística, ao instituir-se como ciência no início do século passado, a partir de Saussure, determinou a língua, e não a fala, como seu objeto, já que é na língua que podem ser examinadas as relações internas ao sistema. É daí, portanto, que resulta uma série de dicotomias funcionais: sincronia/diacronia, língua/fala, sentido/significação, semiótico/semântico, competência/performance, enunciado/enunciação, etc.

É evidente que as exclusões resultantes do corte epistemológico, que cindiu a linguagem em língua e fala, recaem, também, todas sobre o sujeito, na medida em que sua atividade, ligada ao exercício da linguagem, remete ao individual, ao domínio residual da fala, o qual escapa às sistematizações próprias da linguagem: “não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados” (Saussure, 1975, p.31).⁷⁵

Nesse contexto, assumem especial relevância muitos trabalhos de Benveniste nos quais o autor inclui os estudos da enunciação no objeto proposto por Saussure⁷⁶. Assim, apesar de manter o conceito de língua definido pelo genebrino, introduz na lingüística as noções de sujeito e de referência, esta decorrente da subjetividade, da instância do discurso.

Seu conceito de semântica possibilita, como vimos neste trabalho, o restabelecimento de relações entre os âmbitos semiótico, inscrito no espaço finito do sistema da língua, e semântico, “engendrado pelo discurso”, que contempla a instância do sujeito em sua própria linguagem. Assim, considera, ao mesmo tempo, o sentido do signo em face de outro signo (relação de paradigma) e o sentido resultante de uma atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento (relação de sintagma).

Para isso, Benveniste estuda a natureza dos pronomes, deles depreendendo as marcas da subjetividade, mostrando que, quando o indivíduo se apropria da linguagem, ela “se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor” (PLG II, p.281). Distinguindo *pessoa* e *não-pessoa*, propõe que *eu*, *tu* e *ele* sejam estudados a partir de *oposições*. Defende a tese de que *eu*, *tu*, *este*, *aqui* e *agora* (e correlatas) são formas lingüísticas *vazias* de significação, que se tornam plenas na enunciação, por intermédio do locutor.

A enunciação assim concebida define-se a partir de um *eu-aqui-agora*. Ela é o ato de produção do enunciado, que, dessa forma, é entendido como o seu produto. Ao realizar-se, ela

⁷⁵ Trata-se aqui de uma leitura canônica de Saussure. Segundo Bouquet (*Introdução à leitura de Saussure*, 1997), o *Cours de linguistique générale*, escrito pelos alunos de Saussure, Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de anotações de aulas, apresenta uma síntese deformada do pensamento do mestre genebrino. Conforme o autor, os discípulos fecham o *Curso*, enquanto os manuscritos apresentam diálogo com vários saberes, o que é suprimido no *Curso*. De acordo com o autor (op. cit., p.280), “seu conceito de valor in ‘*praesentia*’ delinea o programa ‘da pragmática lingüística ou da análise do discurso’ ”.

⁷⁶ No artigo *Tendências recentes em lingüística geral*, datado de 1954 (PLG II, p. 5), Benveniste diz que “a novidade do enfoque saussuriano [...] consistiu em tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma outra dimensão histórica, de que é sincronia e estrutura, e de que só funciona em virtude de sua natureza simbólica”.

deixa marcas no discurso que constrói. O que a caracteriza é o fato de ela colocar no centro da reflexão o sujeito da linguagem, ou seja, o locutor em sua relação com o alocutário.

Dessa forma, quando se diz “Eu afirmo que o índice de desemprego aumentou”, o enunciador coloca o sujeito da enunciação (*eu*) e o ato de enunciar (*afirmo*) no interior do enunciado. Já, quando se diz “O índice de desemprego aumentou”, as marcas do sujeito da enunciação não figuram no enunciado. Mas, mesmo nesses casos, a enunciação, obviamente, existe, visto que nenhum enunciado se manifesta sozinho: há sempre um *eu* que diz, que se enuncia. A língua em uso só existe a partir de um *eu*.

O processo de enunciação pode ser definido, então, como a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz. Ele abrange, ao mesmo tempo, três procedimentos: a constituição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. Benveniste diz que, anteriormente a esse processo, “a língua é apenas uma possibilidade da língua”. Após o acontecimento, ela “é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma ou outra enunciação de retorno” (idem, p.83-84).

Cabe, porém, lembrar que este trabalho, embora se inscreva nessa teoria, não tem a pretensão de explorar todo esse campo teórico, de forma que apenas nos deteremos nas noções e princípios que sustentam nossas hipóteses. Assim, lemos a obra de Benveniste, buscando nela sustentação ao que nos interessa abordar: as vozes verbais na perspectiva do uso da língua, ou seja, a língua totalmente assumida por um *eu*, que, imediatamente após assumi-la, institui um *tu* “diante de si” (PLG II, p.84).

Desse modo, a fim de alcançarmos nossos objetivos, procedemos a recortes na teoria, destacando as noções de: a) pessoa, não-pessoa, subjetividade, intersubjetividade e sui-referencialidade; b) a expressão da temporalidade; d) forma e sentido na linguagem: signo, palavra e frase; e) dupla interpretância da língua e reconhecimento, em 1970, da língua como unidade de significação. Os textos selecionados para o estudo estão agrupados em *Problemas de Lingüística I* (1976) e em *Problemas de Lingüística II* (1989).⁷⁷

Do primeiro volume (PLG I, 1976), analisamos os seguintes textos: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *Ativo e médio no verbo* (1950), *Problemas semânticos da*

⁷⁷ Segundo Normand (1996, p.229), os textos de Benveniste que tratam da enunciação têm, em relação aos outros, ao menos duas particularidades: por um lado, eles se ligam especificamente às marcas (índices) da subjetividade, enquanto os outros fazem intervir a função de sujeito apenas nas interpretações de descrições[...]; por outro lado, é apenas nesses textos que se formula, de modo sistemático, o programa de uma nova lingüística, a que deriva da *frase*, e por aí do *discurso*, lingüística da semântica, distinta da primeira (e sempre necessária) lingüística do sistema, dita *semiótica*”.

reconstrução (1954), *A natureza dos pronomes* (1956) e *A subjetividade na linguagem* (1958).

Do segundo volume (PLG II, 1989), destacamos: *A Filosofia analítica e a linguagem* (1963), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970)⁷⁸.

1.1 A pessoa e a não-pessoa: a subjetividade, a intersubjetividade e a sui-referencialidade

A teoria da enunciação benvenistiana fundamenta-se na idéia básica de uma apropriação da língua por parte de um sujeito que se constitui como tal a partir desse ato de apropriação. Nisso se resume o fundamento da subjetividade: “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (PLG I, p.286).

No texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, datado de 1946⁷⁹, Benveniste afirma que uma teoria lingüística da pessoa verbal só pode constituir-se a partir das oposições que diferenciam as pessoas, resumindo-se totalmente nessas estruturas. Dessa forma, nas duas primeiras pessoas, existe, simultaneamente, “uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa”. *Eu* refere aquele que fala e, ao mesmo tempo, implica “um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim”. A segunda pessoa – *tu* – é necessariamente designada por *eu*, não podendo ser desvinculada de uma situação proposta a partir do *eu*. Ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de *tu* (PLG I, p.250)⁸⁰. Estabelece-se, então, no ato de ele propor-se como sujeito de sua enunciação, uma estrutura de diálogo.

Já a terceira pessoa situa-se fora da relação pela qual *eu* e *tu* se definem: um predicado envolvendo *ele* somente é bem formado fora dessa relação. Assim, o autor questiona a legitimidade dessa forma como “pessoa”.

⁷⁸ Optamos por referir, aqui, as datas originais dos textos para possibilitar a visualização da cronologia da obra. Entretanto, nas citações e na bibliografia geral, fazemos referência às publicações brasileiras.

⁷⁹ Segundo Lahud (1979, p.106), a partir desse artigo, dedicado à categoria de “pessoa”, Benveniste jamais deixou de referir-se ao assunto, seja para analisar, à luz da teoria, outros fenômenos lingüísticos, seja para “reinterpretar sua significação teórica”, ou efetuar “algumas precisões ou mesmo certos retoques na caracterização inicialmente proposta”. Porém, de acordo com Lahud, o fundamental de sua teoria já está presente nesse primeiro artigo sobre a pessoa verbal.

⁸⁰ Normand (1996, p.231) diz que Benveniste se limita, nesse texto, a opor a “correlação de personalidade: ‘eu-tu’”, portanto a marca da pessoa, a *ele*, que dela é privado: ele não faz intervir nem a frase nem a referência.

As pessoas *eu* e *tu* têm como característica a *unicidade* específica: o *eu*, que profere *eu*, e o *tu*, ao qual *eu* se dirige, são sempre únicos. Porém *ele* pode ser “uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (p.253).

Outra característica das pessoas *eu* e *tu* é a sua inversibilidade. Com efeito, *eu* assim se constitui por se enunciar *eu* e, desse modo, opor-se a *tu*. Basta, porém, que *tu* se diga *eu* para que as posições se invertam. Entretanto, nenhuma relação paralela ocorre entre essas duas pessoas e *ele*, visto que *ele* – a *não-pessoa* – “em si não designa especificamente nada nem ninguém” (p.253).

Uma terceira característica das primeiras pessoas é a impossibilidade de realizar a predicação verbal”: “a ‘terceira pessoa’ é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente” (p.253).

Assim, são fornecidos todos os elementos necessários para o estabelecimento da estrutura das relações pessoais da língua. Essa estrutura comporta, primeiramente, uma oposição entre *eu-tu* e *ele*, denominada por Benveniste *correlação de personalidade: eu e tu* são marcados pelo traço *pessoa*, enquanto *ele* é privado dessa marca.

Mas o lingüista, instituindo *eu* como a pessoa *interior* ao enunciado e *exterior a tu*, introduz, na estrutura das pessoas verbais e no próprio interior da correlação anterior, uma outra correlação, a *correlação de subjetividade*, que estabelece uma oposição entre a *pessoa-eu* e a *pessoa não-eu*. Com efeito, *tu*, embora efetivamente considerado um elemento da correlação pessoalidade, é *instaurado* por *eu* fora dele, numa exterioridade que só pode ser concebida a partir de *eu*. Essa exterioridade não implica, porém, a supressão da *realidade humana do diálogo*. Assim, o autor define o *tu* como a *pessoa não-subjetiva*, contrapondo-a a *eu, pessoa subjetiva*. Conseqüentemente, ao propor definir a categoria de pessoa não somente em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas também em termos de subjetividade, atribui a ela um novo estatuto.

Além disso, conforme Benveniste, *eu* é sempre *transcendente* em relação a *tu*. Essa transcendência não significa, no entanto, hegemonia do primeiro em relação ao segundo, uma vez que, por serem inversíveis, suas posições são sempre relativas e transitórias.

No texto *A natureza dos pronomes*, datado de 1956, o autor introduz a questão da referência a propósito dos pronomes. Com efeito, nesse texto, ele acentua o fato de cada instância de emprego de um nome fazer referência “a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na

representação que desperta”. Já “as instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência”, visto não existir “objeto” que possa ser definido como *eu* e “ao qual se possam remeter identicamente essas instâncias”: cada *eu* possui referência própria, correspondendo, cada vez, a um ser único (PLG I, p.278).

A particularidade referencial dos indicadores da pessoa, colocada em evidência por Benveniste, consiste em que sentido e referência não são distinguidos:

“Qual é, portanto, a ‘realidade’ à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma ‘realidade de discurso’, que é muito singular. [...] *Eu* significa a ‘pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*’. [...] É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido. [...] A definição pode, então, precisar-se assim: *eu* é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância lingüística *eu*’.”(p.278-279)

Portanto, para o lingüista, a expressão da *subjetividade* na linguagem é assegurada pelo emprego dos pronomes pessoais. Mas o autor acrescenta que a eles estão vinculadas outras classes – não só de pronomes –, que apresentam o mesmo *status*. Trata-se dos indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, locuções adverbiais, adjetivos, que se organizam, espacial e temporalmente, a partir do “sujeito”: “isto, aqui, agora” e as suas respectivas correlações – “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. São formas únicas e *significam* enquanto palavras que *eu* profere; têm, portanto, a instância do discurso em que são proferidos como referência⁸¹ (p.288). Sua função é, pois, relacionar o enunciado e a enunciação, operando, dessa forma, através de um locutor que se declara *eu*, a inserção do sujeito na língua.

Benveniste denomina tais formas “signos ‘vazios’, não-referenciais com relação à ‘realidade’, sempre disponíveis e que se plenificam no ato de um locutor deles se apropriar em seu discurso. Com efeito, é assumindo-se como pessoa, pronunciando *eu*, que cada um dos locutores se institui, alternadamente, como sujeito de sua fala. Dessa forma, os indicadores *eu* e *tu*, diferentemente de *ele* – a não-pessoa – e dos nomes, não podem existir como signos virtuais: só existem atualizados na instância de discurso, em que expressam o processo de apropriação da língua pelo locutor.

⁸¹ De acordo com Normand (1996, p.222), “é a especificidade sui-referencial dos termos de ‘pessoa’ que permite a Benveniste tratar a referência em lingüística sem reduzir a semântica a seu modelo lógico-positivista”.

Esses signos *vazios* distinguem-se de todos os outros signos da língua (os *plenos*) por não remeterem a nenhum conceito e a nenhum indivíduo: não há, por exemplo, “conceito ‘eu’ englobando todos os *eu*” que emergem, a todo instante, na enunciação, “no sentido em que há um conceito ‘árvore’ ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*” (p.288). Benveniste separa, pois, os signos pertencentes à sintaxe da língua – os “plenos” – dos signos referentes às “instâncias de discurso” – os signos “vazios”.

Quanto à “terceira pessoa”, embora constitua a “forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa”, já que corresponde a um objeto situado fora da alocação, o autor diz que ela somente “se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como não-pessoa” (p.292). Assim, ao afirmar que ela “assume o seu valor devido ao fato integrar, obrigatoriamente, um discurso enunciado por “eu”, Benveniste já prevê um mecanismo único de referência, que será definido no texto de 1970.

No texto datado de 1958, *Da Subjetividade na Linguagem*, o autor afirma ser a linguagem integrante da natureza humana, negando, dessa forma, seu caráter instrumental. Argumenta que o sujeito não é anterior à linguagem: torna-se sujeito justamente porque fala. Assim, afirma que

“Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (PLG II, p.285)

Nesse texto, o autor (p. 286) enfoca sua perspectiva enunciativa, ao afirmar que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*”: “só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Essa subjetividade, a própria capacidade de o locutor propor-se como sujeito, é apenas “a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem”, determinada pelo *status* lingüístico da “pessoa”: é “ego” (locutor) que diz *ego* (sujeito). Assim, de acordo com o autor (PLG I, p.288), *eu* se refere “a algo muito singular, que é exclusivamente lingüístico”: refere-se “ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor”. Retoma, desse modo, a questão da referência, já introduzida no texto de 1956.

Segundo o lingüista (p.289), “A linguagem é [...] a possibilidade da subjetividade, porque contém as formas apropriadas à expressão desta”, e “o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas”. Dessa forma, já que o

fundamento da subjetividade reside no exercício da língua, não se pode conceber esta sem expressão da pessoa, sendo que as primeiras pessoas são a base para a análise da subjetividade na linguagem: “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e [...] igualmente fora da linguagem a categoria da pessoa” (p.290).

Sob essa perspectiva, o autor retoma a reflexão sobre os pronomes, ao afirmar que a linguagem somente é possível devido ao fato de cada locutor se apresentar como *sujeito*, remetendo a si mesmo como *eu* em seu discurso. A subjetividade, de acordo com ele, define-se, portanto, por existir na própria linguagem, por estar no próprio exercício da língua. Designar-se como *eu* permite ao locutor apropriar-se da língua. Dessa forma, é a subjetividade do discurso (seus indicadores) que torna possível o ato enunciativo.

Benveniste diz que as relações e oposições que marcam a subjetividade na língua podem ser examinadas a partir de verbos de atitudes proposicionais e de performativos. Destaca as particularidades de formas verbais como “eu suponho, eu presumo...”, pelas quais “eu implico o fato de que tomo uma certa atitude quanto ao enunciado que segue”: nelas, há uma atitude indicada, não uma operação descrita”, como se teria no caso de “eu raciocino”, ou “eu reflito”.

Assim, apesar de todos esses verbos expressarem operações lógicas e, portanto, parecerem “muito vizinhos”, comportam-se diferentemente quando empregados na primeira pessoa, o que, de acordo com o autor, decorre da subjetividade que aí se manifesta devido ao fato de um *eu* assumir a sua posição no discurso (p.291).

Conforme o autor, percebe-se melhor a “natureza dessa subjetividade” observando os efeitos de sentido resultantes da alteração das pessoas em certos verbos que denotam “ato individual de alcance social”, como *jurar, prometer, garantir*. Dessa forma, a enunciação *eu juro* é o próprio ato que compromete o locutor, não a descrição do ato que ele cumpre. Com efeito, dizendo *eu prometo, eu garanto*, o locutor promete e garante “efetivamente”. As conseqüências (sociais, jurídicas, etc.) do seu juramento, da sua promessa decorrem da “instância de discurso que contém *eu juro, eu prometo*. A enunciação identifica-se com o próprio ato”.

Essa condição não resulta, no entanto, do sentido do verbo: “é a ‘subjetividade’ do discurso que a torna possível”. A substituição de *eu juro* por *ele jura* permite perceber essa diferença: “enquanto *eu juro* é um compromisso, *ele jura* é apenas uma descrição”, da mesma forma que “*ele corre*”. Constata-se, portanto, aqui, que o mesmo verbo, conforme “seja

assumido por um ‘sujeito’ ou esteja colocado fora da ‘pessoa’”, assume um valor diferente, que decorre do fato de “a própria instância de discurso que contém o verbo” apresentar “o ato ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito”. Dessa forma, “o ato é cumprido pela instância de enunciação do seu ‘nome’ (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é ‘eu’)”(p.292).

Vemos, pois, que o autor rejeita qualquer possibilidade de atribuição de sentido ao verbo *a priori*: é a subjetividade do discurso que garante o seu sentido, já que é aí que se estabelece a sua referência. De fato, se há referência, e ele diz que há, ela deve ser atribuída ao sujeito que fala, ou seja, à instância da enunciação. A referência para o lingüista é, pois, o próprio uso da língua.

Em *A filosofia analítica e a linguagem*, datado de 1963, Benveniste, respondendo diretamente aos filósofos, em particular, a Austin, retoma as reflexões anteriores, ao analisar a questão da subjetividade referente ao pronome *eu*, implícita nos enunciados ditos performativos⁸², que ele opõe aos constativos. Diz que

“Um enunciado é performativo na medida em que *denomina* o ato *performador* pelo fato de *Ego* pronunciar uma fórmula que contém o verbo na primeira pessoa do presente: ‘Declaro encerrada a sessão’. – ‘Juro dizer a verdade.’ Assim um enunciado performativo deve nomear a *performância* de palavra e o seu *performador*.” (PLG II, p.303)

Nesse texto, ele precisa em que sentido e em que medida usa o termo *performativo* e, dessa forma, insiste sobre a *sui-referencialidade*:

“Isso leva a reconhecer no performativo uma propriedade singular, a de ser *sui-referencial*, de referir-se a uma realidade que ele próprio constitui, pelo fato de ser efetivamente enunciado em condições que o tornam ato. Daí decorre o ser ao mesmo tempo manifestação lingüística – uma vez que deve ser pronunciado – e fato de realidade, enquanto cumprimento de ato. O ato identifica-se, pois, com o enunciado do ato. O significado é idêntico ao referente. É aquilo de que dá testemunho a cláusula “pelo presente”. O

⁸² Referindo-se aos enunciados performativos, que, segundo ele, são sempre representados por atos de autoridade, Benveniste (PLG II, p.302) afirma que o critério para se declarar um verbo como tal fundamenta-se na pessoa do enunciadador (aquela a quem a sociedade atribui o direito de enunciar o ato) e na circunstância da enunciação. Outra condição a ser satisfeita por um performativo diz respeito à propriedade de ser único: o enunciado só pode ser realizado “em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos”.

enunciado que se toma a si mesmo por referência é realmente sui-referencial.” (p.302-303).

Em *A linguagem e a experiência humana*, datado de 1965, voltando à questão da subjetividade da linguagem, Benveniste diz que, a partir do momento em que o pronome *eu* surge num enunciado, instaurando – de forma explícita ou não – o pronome *tu* para a ele se opor conjuntamente, uma experiência humana se caracteriza novamente, revelando “o instrumento lingüístico que a funda”. Acrescenta que esse *eu* alterna seu estatuto na comunicação: aquele que o compreende o associa ao *outro* do qual ele é signo incontestável; porém, ao falar, por sua vez, “ele assume *eu* por sua própria conta” (PLG II, p.69).

No texto *O aparelho formal da enunciação*, datado de 1970, que reúne uma série de conceitos já explicitados em textos anteriores e que define enunciação como “o ato de colocar a língua em funcionamento” através de seu “aparelho formal”, o autor diz que a circunstância enunciativa se caracteriza, em geral, pela *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, independentemente das condições que a ele forem atribuídas: “real ou imaginado, individual ou coletivo”. Tal característica determina o que o autor denomina o *quadro figurativo* da enunciação, ou seja, a estrutura de *diálogo*: a enunciação institui, como forma de discurso, “duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (p.87).

É nessa relação de interlocução que está, portanto, o fundamento lingüístico da subjetividade: o locutor, ao assumir-se como *eu*, implanta, obrigatoriamente, um *tu* diante de si. Assim, explícita ou implicitamente, toda enunciação constitui uma alocação – implica sempre diálogo – e fundamenta-se na intersubjetividade.

Temos, então, que a subjetividade/intersubjetividade para Benveniste resume-se no fato de que cada locutor se mostra no discurso como um sujeito que remete a um *eu* e que, imediatamente, institui um *tu*, para o qual se dirige. Conseqüentemente, o *tu* está diretamente ligado ao *eu*, não existindo, desse modo, a oposição recíproca entre o *eu* e o *outro*, entre o *indivíduo* e a *sociedade*. E isso é tão natural, que, de acordo com o autor, não há língua que não tenha pronomes pessoais, simplesmente porque não poderia haver língua sem a expressão da pessoa (PLG II, p.287).

Pode-se concluir, também, que, conforme Benveniste, independentemente da forma de comunicação intersubjetiva utilizada, asserção, intimação, interrogação, etc. – o tipo se molda segundo a necessidade da situação, isto é, da cena enunciativa –, haverá sempre nela a idéia de um *eu*, que, através do locutor, refere, diz-se. Assim, um enunciado como *Pedro viajou*,

embora não apresente, de forma explícita, as marcas da primeira pessoa, contém implícita a idéia de que *eu*, o enunciador, afirma a viagem de Pedro.

Vemos, então, que é constante, na obra benvenistiana, a reflexão sobre a subjetividade, sempre relacionada à instância de discurso, ou seja, decorrente do *eu* que aí se enuncia e atribui referência. Quando o sujeito fala, a língua retorna sobre si mesma: ela é auto-referencial porque comporta aquilo que Benveniste chama *aparelho formal da enunciação*, que nada mais é do que essa possibilidade da língua de se auto-referenciar. A enunciação supõe, portanto, a conversão individual da língua em discurso.

Assim, percebe-se que toda a proposta de Benveniste é sui-referencial e articula-se em torno de um “eu” discursivo, que está, pois, integralmente no seu espaço, o espaço da enunciação⁸³: “cada instância de discurso constitui um centro de referência interno” (PLG II, p.84). Dessa forma, para o autor, a auto-referência integra o dispositivo enunciativo da língua. De acordo com ele (PLG II, p.63), “a língua se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar-de”.

Esse modelo de subjetividade situa-se, portanto, nos limites de uma análise lingüística. O autor, ao posicionar o sujeito no centro das grandes categorias da linguagem, ao mostrar que ele integra uma “instância do discurso”, e não uma instância da realidade, fundamenta, lingüisticamente, ou seja, cientificamente, a identidade desse sujeito e da linguagem. Vista desse prisma, a língua deve se entendida como um sistema que contém tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade dela resultante.

Vários autores corroboram essa hipótese. Flores (2001, p.11), por exemplo, diz que as marcas de enunciação no enunciado remetem “à instância” em que ele é proferido, “fazendo emergir o sujeito da enunciação”. Lembra, também, que as teorias da enunciação analisam essas marcas, e não o próprio sujeito. Para o autor (1999, p.184), a teoria benvenistiana é concebida a partir de um sujeito “constituído justamente por utilizar essas formas contidas na língua”.

Dahlet (1997, p.74), por sua vez, diz que Benveniste “inscreve radicalmente o sujeito na língua”. Acrescenta que o programa do autor, dito indicial, “se desenvolve de fato como auto-referencial e articula provavelmente assim seu conceito maior, o de um sujeito ‘realidade do discurso’ que não é mais identificado a nenhuma coisa, mas à contingência de um ato na

⁸³ Segundo Dahlet (1997, p. 70), trata-se do espaço em que ocorre o “ato de inserção do sujeito falante na língua”, do qual resultam “marcas lingüísticas (pessoas, tempo, lugar e modalidades da interlocução essencialmente)”.

necessidade maleável de uma estrutura”. Afirma que Benveniste coloca a auto-referência no interior do dispositivo enunciativo, ao anunciar, sobretudo, que “cada instância de discurso constitui um centro de referência interna (PLG II, p.84).

Lahud (1979, p.125), não se referindo especificamente à teoria benvenistiana, diz que *o sujeito da enunciação* corresponde ao “conjunto dos signos aos quais se aplicam as expressões ‘indicadores de subjetividade’, ‘índices do discurso’, ‘signos da enunciação’...”. Diz, também, que “em Benveniste a principal linha demarcatória é aquela que separa os termos conforme seu sentido contenha ou não uma referência necessária à enunciação e ao sujeito falante” (idem, p.118).⁸⁴

Barthes (1984, p. 182) afirma que Benveniste, ao mostrar que o sujeito “jamais pode distinguir-se de uma ‘instância de discurso’, diferente da instância da realidade”, fundamenta lingüisticamente a identidade do sujeito e da linguagem”. Acrescenta que ele funda “a lingüística da interlocução” – a linguagem –, e que o mundo inteiro se articula sobre esta forma: *eu/tu*. “Eis aí o porquê da insistência de Benveniste em analisar, ao longo de sua obra, os pronomes pessoais, a temporalidade, a diátese, a composição. Segundo ele, compreende-se “também por que, bem cedo, Benveniste soube estabelecer uma ponte entre a lingüística e a psicanálise”.

Ainda segundo Barthes (p.182), para Benveniste, “a enunciação [...] é o ato renovado, pelo qual o locutor toma posse da língua: o sujeito não é anterior à linguagem; só se torna sujeito na medida em que fala; em suma, não há ‘sujeitos’ (e, portanto, não há ‘subjetividade’), há apenas locutores; bem mais [...], só há *interlocutores*”.

Os estudos de Benveniste referentes à enunciação evidenciam, pois, que muitos aspectos atribuídos por Saussure à fala poderiam ser estudados em sua regularidade, possibilitando identificar as marcas da atividade do homem na língua. Dessa forma, fundam uma nova relação com a língua, “a língua enquanto assumida pelo homem que fala”, condicionada à intersubjetividade, sem a qual é impossível a comunicação lingüística.

A teoria da enunciação de Benveniste é, portanto, a teoria da representação lingüística do sujeito e, como tal, fundamenta-se na definição da categoria lingüística de pessoa. Dessa categoria resulta a subjetividade humana, subordinada à intersubjetividade. Com efeito, é *na* e

⁸⁴ Para Lahud (1979, p.106), a definição da categoria de “pessoa” de Benveniste “permaneceu a pedra de toque de seus vinte e cinco anos de estudo sobre a “subjetividade na linguagem”.

pela enunciação que *eu* se estabelece como sujeito, estabelecendo, também, um *tu*, pois, antes disso, como vimos, a língua é somente possibilidade. Assim, sob esse ponto de vista, a língua exerce função decisiva na constituição da identidade: é, acima de tudo, o lugar da subjetividade e da intersubjetividade, o lugar onde o *eu* encontra o *tu*, que o constitui e do qual é também constitutivo.

1.1.1 A solidariedade da forma verbal com a instância enunciativa

No texto *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste afirma que, facilmente, pode-se perceber que o domínio da subjetividade se estende à expressão da temporalidade, já que, “seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização lingüística da noção de tempo” (PLG I, p.289). Com efeito, de um ou de outro modo, uma língua distingue sempre “tempos”, que, no caso da língua portuguesa ou da francesa, correspondem a um passado e a um futuro separados por um “presente”. A linha de participação é, no entanto, “uma referência ao ‘presente’”, o qual, de acordo com o autor, tem, por sua vez, “como referência temporal um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve”. Dessa forma, para Benveniste, a marca temporal do presente é sempre “interior ao discurso”.

O autor, lembrando que “O *Dicionário geral* define o *presente* como ‘o tempo em que se está’”, afirma não existir “outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se *está*’”, a não ser tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’”. De fato, o tempo da fala “é o momento eternamente ‘presente’”, apesar de não se referir jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia ‘objetiva’, uma vez que é determinado pelo locutor para cada uma das “instâncias de discurso referidas”. Portanto, para Benveniste, “o tempo lingüístico é *sui-referencial*”. Conforme o autor, “a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”.

Nessa mesma linha de pensamento, o autor distingue, no texto *A linguagem e experiência humana* (PLG II, p.71), o *tempo crônico*, “que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos”, e o *tempo lingüístico*, cujo presente coincide com o momento da enunciação:

“O que o tempo lingüístico tem de singular é [...] o fato de se definir e de se organizar como função do discurso. [...]. Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular.” (p.74)

De acordo com Benveniste (idem, p.69), esse presente é “reinventado” cada vez que alguém fala, pois constitui-se, “literalmente”, um momento novo sempre novo. Desse modo, “o ato de discurso que enuncia *eu*, para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos” (idem, p.69).

O autor observa que, na realidade, a língua dispõe apenas de uma forma de expressão temporal, o presente, que, “assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é, por natureza, implícito”. Assim, a instância de discurso representa o eixo a partir do qual a língua ordena o tempo. Benveniste diz que o tempo lingüístico emerge “no seio da instância de discurso que o contém em potência e que o atualiza”.

De acordo com ele, a forma verbal é manifestada pelo locutor em consonância com a instância individual de discurso, estando, pois, em constante processo de atualização e sob a dependência do ato de enunciação. Não pode, portanto, ser concebida objetiva ou virtualmente:

a ‘forma verbal’ é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e ‘objetiva’. [...] **Todas as variações do paradigma verbal**⁸⁵, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso. (PLG II, p.281)

Do mesmo modo, no texto *A forma e o sentido na linguagem* (PLG II, p.230), o lingüista destaca a estreita ligação da forma verbal com a instância enunciativa, ao afirmar que a frase expressa um sentido sempre particular, decorrente de relações estabelecidas por

⁸⁵ Grifo nosso.

um sujeito em face da situação de discurso, e apresenta, portanto, uma configuração singular para a manifestação da singularidade da idéia:

“O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado **destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do ‘aqui e agora’**. [...] **Toda forma verbal, sem exceção**⁸⁶, em qualquer idioma que seja, está sempre ligada a um certo presente, portanto a um conjunto cada vez único de circunstâncias, que a língua enuncia numa morfologia específica.”

Finalmente, em *O aparelho formal da enunciação* (PLG II, p.85), o autor situa as *formas temporais* como categorias centrais na enunciação. Assim, diz que

“Uma [...]série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – freqüentemente vasto e complexo – das **formas temporais, que se determinam em relação EGO, centro da enunciação**. Os tempos verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário.” [grifo nosso]

Pode-se dizer, então, que, de acordo com essa perspectiva, a apreensão dos sentidos está ligada à atribuição, por parte do locutor, de referência. Assim, captar o sentido de um enunciado implica detectar, nesse enunciado, produto da enunciação, marcas do *eu-aqui-agora*, buscando verificar a atribuição de referência a uma determinada situação. Dentre essas marcas, podemos, de acordo com Benveniste, destacar as formas do verbo, ou seja, as vozes verbais: “Definiremos o verbo como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito” (PLG I, p. 166).

Portanto, apenas “possibilidade” (de língua) antes da enunciação, a partir desse “acontecimento”, a língua passa a ser discurso, podendo manifestar, por intermédio do locutor, na sintagmatização, uma forma verbal, que se atualiza, obrigatoriamente, na instância enunciativa. Isso significa que as variações que ocorrem no paradigma do verbo são decorrentes desse processo de atualização frente à situação de discurso: a forma verbal – e, por conseguinte, a voz verbal –, é solidária com a instância enunciativa.

⁸⁶ Grifo nosso.

Então, nos termos de Benveniste, dizer que a forma verbal é solidária com a instância enunciativa significa conceber a existência de um centro de referência único, representado pelo presente do indicativo (*aqui/agora*), instaurado por um *eu*. Esse centro, que se manifesta no domínio da subjetividade, inclui a organização lingüística da noção de tempo. Assim, como essa se marca, principalmente, através da atualização das formas verbais, é possível afirmar ser a voz verbal decisiva na expressão da subjetividade inerente à linguagem.

Desse modo, o fato de o tempo lingüístico estar organicamente ligado ao discurso, ou seja, de definir-se e organizar-se como sua função, permite afirmar que ele se vincula a um *eu-tu-aqui-agora*, sendo, portanto, dêitico. Nessa perspectiva, de acordo com Flores e Silva (2000, p.53), “o ponto de referência dêitica não é o falante, mas o sujeito ‘eu’”. Desse modo, acrescentam não considerarem presente o tempo concomitante ao momento da fala, mas aquele que o sujeito elege como tal em sua enunciação. Sob esse prisma, pode-se dizer, portanto, ser o sujeito enunciador que estabelece a dimensão do presente e, portanto, a da voz verbal.

Queremos acrescentar, aqui, que endossamos o ponto de vista desses autores (op. cit., p.36), que dizem que, embora Benveniste, no texto *A natureza dos pronomes*, tenha afirmado que todas as categorias do paradigma verbal decorrem de uma atualização “em face da instância de discurso”, por dedicar-se, com exaustão, às categorias de pessoa e tempo, não amplia essas questões, mas que é possível fazê-lo à luz de sua teoria enunciativa. Portanto, no que diz respeito à categoria das vozes, esta é a proposta deste trabalho.

1.2 Forma e sentido na linguagem: signo, palavra e frase

A preocupação de Benveniste com o sentido é muito presente na sua obra. Assim, já no texto *Problemas semânticos da reconstrução*, datado de 1954, inteiramente consagrado a problemas de etimologia, o autor, afastando, de saída, a possibilidade de tratar da significação a partir de uma perspectiva teórica, afirma apresentarem-se “as noções semânticas sob uma forma tão vaga” que, para dar conta de um dos aspectos, seria preciso começar por definir um corpo de definições rigorosas. Acrescenta que essas definições demandariam, porém, por sua vez, “uma discussão sobre os próprios princípios da significação”(PLG I, p.319).

Nesse texto, o autor manifesta a possibilidade de descrever o sentido a partir de um comparatismo estrutural:

“O problema consiste sempre – em todos os níveis da análise, no interior de uma mesma língua ou nas diferentes etapas de uma reconstrução comparatista – em determinar se, e como, dois morfemas formalmente idênticos ou comparáveis podem ser identificados pelo seu sentido. O único princípio de que nos serviremos [...] é que o ‘sentido’ de uma forma lingüística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes. Na presença de morfemas idênticos providos de sentidos diferentes, devemos perguntar-nos se existe um emprego no qual esses dois sentidos recobram a sua unidade. A resposta jamais se apresenta de antemão.”(PLG I, p.319-320)

Ele expressa, também, nesse texto, o problema referente à identificação dos traços distintivos (função ou sentido) por oposição às variantes (as formas) através de relações recíprocas estabelecidas no interior de um enunciado. A questão é verificar como um sentido tido como diferente de outro pode representar apenas uma de suas variantes; como a variante de um sentido se “semantiza” e se torna uma unidade distinta. “Entretanto, as noções semânticas, muito mais complexas, mais difíceis de objetivar e sobretudo de formalizar, por estarem implicadas na ‘substância’ extralingüística, chamam em primeiro lugar uma descrição dos empregos, únicos que permitem definir um sentido” (PLG I, p.339). Trata-se aqui da noção de *semiótica* e *semântica*, que Benveniste formulará mais tarde.

É, porém, apenas a partir de 1964, com o texto *Os níveis da análise lingüística* (PLG I, 1964), que Benveniste situa o sentido em uma lingüística da frase. Nesse texto, o autor afirma que a grande mudança acontecida em lingüística residiu no reconhecimento de que linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que tal descrição exigia, primeiramente, o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados. Argumenta que a noção de *nível* é fundamental na determinação do procedimento de análise: só ela é capaz de “fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos” (PLG II, p.127).

Segundo o autor, o *sentido* é a condição essencial que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para a obtenção de *status* lingüístico. Sublinha que uma unidade lingüística somente será concebida como tal se puder ser identificada em uma unidade mais alta.

Para ele (p.133), um signo “é materialmente função dos seus elementos constitutivos”, porém a única forma de definir tais elementos constitutivos “consiste em identificá-los no

interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função *integrativa*". Assim, uma unidade será considerada distintiva num determinado nível superior "se puder identificar-se como 'parte integrante' da unidade de nível superior, da qual se torna *integrante*".

Em relação ao alcance dessa distinção entre *constituente* e *integrante* no sistema de signos da língua, o autor diz que ela funciona entre dois limites. O limite superior é determinado pela frase, que comporta constituintes, mas que "não pode integrar nenhuma unidade mais alta". Já o limite inferior corresponde ao do "merisma, traço distintivo do fonema", que não contém "nenhum constituinte de natureza lingüística". Dessa forma, a frase só se define pelos seus constituintes; o merisma, como integrante. Entre os dois, sobressai "um nível intermediário, o dos signos, autônomos ou sin-nomos, palavras ou morfemas" (p.134), que, ao mesmo tempo, comportam constituintes e funcionam como integrantes⁸⁷.

O autor acrescenta que a função a ser determinada para essa distinção entre *constituente* e *integrante* é da máxima importância, visto estar relacionada ao "princípio racional que governa, nas unidades de diferentes níveis, a relação entre forma e sentido". Propõe, então, que "forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua". As suas relações parecem implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que ele designa "*constituente* e *integrante*". Assim, define *forma* de uma unidade lingüística como "a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior". Quanto ao seu *sentido*, define-o como "a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior" (p.134-135).

A frase é, pois, conforme Benveniste, o último nível da análise, já que não integra nenhuma unidade mais alta. Ela pertence ao discurso: é a sua unidade. Com ela, afasta-se do domínio da língua como sistema de signos e entra-se no universo da língua em funcionamento. De acordo com Benveniste, comprova isso o fato de existirem três modalidades de frases – assertiva, interrogativa e imperativa –, as quais "refletem os três comportamentos fundamentais do falante em relação ao seu interlocutor" (p.139).

Vemos, então, que, nesse texto, Benveniste, ao definir dois níveis extremos, o merisma e a frase, e um nível intermediário, o signo, demonstra a sua preocupação com o método de análise da língua para chegar à significação. Agora, o autor situa o sentido em uma lingüística

⁸⁷ Quanto a essa divisão sintática, Portine (1997, p.92) considera que Benveniste não atribui à fórmula "nível intermediário" (nível dos signos) o sentido de patamar intermediário, mas o de nível possuidor da dupla propriedade de conter constituintes e de ser um integrante, ou seja, um nível onde tem lugar uma verdadeira ruptura. Assim, conclui que a sintaxe em Benveniste é triestratificada, enquanto a sintaxe do movimento gerativo é poliestratificada.

da frase⁸⁸, já que é ele que permite segmentar as unidades em cada nível, de forma que o critério distribucional apenas se acrescenta à “condição lingüística do sentido a qual deve satisfazer a delimitação da nova unidade de nível superior. O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* lingüístico”. Assim, o autor diz que, “em vez de zigzaguear com o ‘sentido’ e de imaginar processos complicados – e inoperantes – para deixá-lo fora do jogo, retendo somente os traços formais, é preferível reconhecer francamente que ele é uma condição indispensável da análise lingüística” (PLG I, p.130).

Quanto à perspectiva semântica expressa pelo autor, cabe lembrar que, em 1956, com o texto *A natureza dos pronomes*, ele apenas estabelece uma distinção entre “sintaxe da língua” e “instâncias do discurso”:

“os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor”. (PLG I, p. 277)

Agora, porém, diz que “a frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação”. Assim, ao atribuir a frase ao nível do discurso, ele declara, pela primeira vez, a necessidade de duas lingüísticas distintas:

“Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora abarquem a mesma realidade e possibilitem duas lingüísticas diferentes, embora os seus caminhos se cruzem a todo instante. Há de um lado a língua, conjunto de signos formais, destacados pelos procedimentos rigorosos, escalonados por classes, combinados em estruturas e em sistemas; de outro, a manifestação da língua na comunicação viva.” (PLG I, p. 139)

Assim, o autor já precisa, nesse texto, a idéia que norteia sua concepção do sentido: “É no discurso, atualizado em frases, que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Pode-se dizer, repetindo uma fórmula clássica, nada está na língua que não tenha passado pelo discurso” (PLG I, p.140).

⁸⁸ De acordo com Normand (1966, p.223), é apenas a partir de 1964 que a propriedade fundamental da lingüística é apresentada, nos textos benvenistianos, como um problema fundamental da lingüística, exigindo novos conceitos e modificação do método de descrição.

No texto *A forma e o sentido na linguagem*, datado de 1967, Benveniste retoma a proposta anterior, agora, principalmente, com a preocupação com o lugar a ser atribuído ao sentido nos estudos da linguagem, e não mais com o método de análise, como em 1964. Afirmando pretender ultrapassar Saussure no que se refere à análise da língua como sistema significante, remete ao problema da significação, dizendo que “o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”: “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano”. Com efeito, “se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar”(p.222).

Segundo o autor, o fato de as manifestações do sentido parecerem “tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*”, parece justificar a preferência dos lingüistas pelo segundo termo. Para ele,

“numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; e a forma é, do ponto de vista lingüístico (a bem dizer do ponto de vista dos lógicos), ou a matéria dos elementos lingüísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos ao nível significante”. (p.222)

Acrescenta que essa oposição entre forma e sentido é uma convenção banal, mas, em face da tentativa de reinterpretá-la no uso da língua, “integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade [...]: eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação” (p.222).

Distingue, então, duas maneiras de ser língua no sentido e na forma. Uma delas é a *semiótica*; a outra, a *semântica* (PLG II, p.222).

O âmbito do semiótico tem como unidade o signo. O conceito de signo aqui mobilizado é o da vertente saussuriana dos estudos lingüísticos: uma entidade de dupla face, constituída por um significante e um significado, isenta de referência ao mundo. Assim, essa concepção de signo exclui da língua a referencialidade em termos ontológicos. Cada signo integra uma rede de relações e de oposições com outros signos, que o definem no interior da língua. Significa, pois, em oposição a outro signo, é no uso da língua que tem existência: “A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é

não, rejeitemo-la, e tudo está dito também. ‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não” (p.227).

Dessa forma, para Benveniste,

“tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. [...] Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa”. (p.228)

Disso advêm três conseqüências. A primeira diz respeito à inexistência de relação do signo com as coisas denotadas, bem como entre a língua e o mundo. A segunda refere-se ao fato de o signo apresentar “sempre e somente valor genérico e conceptual”. A terceira está relacionada ao fato de as oposições semióticas serem binárias: “os signos se dispõem sempre e somente em relação dita paradigmática” (p.228).

O âmbito do semântico, por sua vez, para o autor, corresponde ao domínio da *língua em emprego e em ação*. Na sua base, está a subjetividade. É o âmbito que possibilita a vida em sociedade. Essa maneira *de ser língua* decorre da enunciação, do fato de o locutor colocar a língua em funcionamento. Aqui a unidade não é o signo, mas a *palavra*, unidade semântica, necessária para a codificação de idéias. Assim, sobre a base semiótica, “a língua-discurso” constrói uma semântica própria, resultante da sintagmatização das palavras, processo em que cada uma delas mantém apenas “uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (p.234).

Porém, de acordo com Benveniste, a *expressão* semântica não é a palavra: é a frase. Com efeito, o sentido de uma palavra é seu *emprego*, enquanto o sentido da frase é sua idéia e implica referência à *situação de discurso* e à atitude do locutor. Para exprimi-la, o locutor *agencia* palavras (signos) no campo semiótico – as quais, no respectivo emprego, apresentam um “sentido específico” – e as introduz no semântico. Não se trata, aqui, do significado do signo, porém daquilo que o locutor deseja dizer, “da atualização lingüística de seu pensamento”.

Assim, o sentido da frase decorre precisamente do modo de organização das palavras na cadeia sintagmática, da “ação que elas exercem umas sobre as outras”, de forma que ela não pode ser entendida como o somatório de palavras (p.230). Desse modo, a semiótica

caracteriza-se por ser uma “propriedade da língua”, enquanto a semântica é resultado de uma atividade do locutor que põe a língua em funcionamento (p.230). Por conseguinte, o signo diz respeito à realidade intrínseca da língua, ao passo que a frase “implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor”, de forma que é sempre única.

O sentido da frase é, portanto, “a *idéia* que ela exprime”. Com efeito, a partir de uma *idéia* sempre particular, o locutor procede ao agenciamento de palavras que, em cada emprego, têm um sentido sempre novo. A frase, sob esse olhar, pertence ao “aqui e agora”, ou seja, ao discurso. Assim, o locutor, desejando referir uma situação sua, referência portanto, única, embora mantendo a significação própria da língua, por intermédio da sintaxe, atribui sentido às palavras enunciadas e ao enunciado (ou à frase), estabelecendo referência a uma situação singular.

Por conseguinte, a frase expressa a situação de discurso, que é sempre imprevisível, irrepetível, particular. É cada vez um fato único e diferente. Ela existe somente no instante em que é enunciada e desaparece nesse mesmo instante, pois participa sempre do “aqui e agora” (p.231). Desse modo, enquanto o signo se caracteriza por possuir o significado como parte integrante, a ele inerente, “o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (p.230). Não se trata mais do significado do signo, mas do “intencionado”. Benveniste não diferencia, portanto, sentido e referência, particularidade condicionada unicamente à presença de um sujeito marcado no enunciado. Diz que “o sentido [...] se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico, que se define por uma relação de paradigma. De um lado, a substituição, de outro, a conexão, tais são as operações típicas e complementares” (p.234).

Pode-se dizer, pois, que, para Benveniste, o sentido resulta da relação entre as particularidades formais dos enunciados e a circunstância enunciativa. Identifica-se com a sintaxe que emana da enunciação, de modo que não se submete a formas preestabelecidas. E é essa concepção de sentido que está na base da formulação pelo autor, de modo sistemático, de uma nova lingüística, que deve tratar da frase e, portanto, do discurso. Trata-se, pois, da lingüística da semântica, distinta da lingüística do sistema, ou semiótica.

1.3 Da dupla interpretância da língua à unidade de significação

Vimos que, no texto *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste apresenta sua perspectiva de estudo da língua (sua semântica estrutural), opondo nela dois níveis de significação: um semiótico e o semântico. Vimos, também, que, de acordo com o autor, do nível semiótico ao semântico, há uma total alteração *de perspectiva*. Com efeito, a semiótica tem, como característica, ser uma propriedade da língua: a de *significar*. Já a semântica decorre do fato de o locutor colocar a língua em ação: caracteriza-se por *comunicar*.

Benveniste acrescenta que esses dois sistemas se sobrepõem na língua em uso. Com efeito,

“Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo.” (p.233-234)

Assim, o autor demonstra (p.232) a cumplicidade existente entre as palavras na língua em uso. Mostra que conceitos antagônicos como *ter* e *perder* assumem sentido de apoio recíproco em *eu tenho perdido*. Da mesma forma, opostos como *dever* e *receber* se unem semanticamente em *ele deve receber*. Lembra que todo esse processo é tão comum, que se torna praticamente imperceptível à maioria das pessoas.

Na conclusão do texto *Ativo e médio no verbo*, datado de 1950, o autor, ao opor “língua” e “palavra”, já prevê a oposição *semiótica/semântica*, fundamento da sua perspectiva semântica:

“Assim se organiza em ‘língua’ e em ‘palavra’ uma categoria verbal da qual tentamos esboçar, com a ajuda de critérios lingüísticos, a estrutura e a função semânticas, partindo das oposições que as manifestam. Está dentro da natureza dos fatos lingüísticos, uma vez que são signos, o fato de se realizarem em oposições e somente assim significarem.” (p.191)

Vemos, então, que, mesmo em estudos sintáticos, o lingüista mantém a idéia básica de sua teoria: a língua articula uma “dupla significância”, os níveis semiótico e semântico. O primeiro é da ordem do estável, do fixo: diz respeito ao espaço finito do sistema da língua; já

o segundo corresponde à língua em uso: é engendrado pelo discurso. Percebe-se que o que realmente Benveniste deseja é dar conta da significação, ou do sentido.

Em *Semiologia da língua*⁸⁹, texto também datado de 1969, o lingüista retoma a questão dos níveis semiótico e semântico, traçando um paralelo entre a língua e os demais sistemas de signos. Preferindo a teoria de Saussure à de Pierce, já que aquele, diferentemente deste, propõe “que todos os signos não podem funcionar identicamente nem pertencer a um sistema único”, diz que a língua é “o interpretante de todos os sistemas semióticos”: ela “pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (PLG II, p.64)⁹⁰.

Para ele, a língua combina dois modos distintos de significância: o semiótico e o semântico. O primeiro caracteriza “o modo de significação que é próprio do signo lingüístico e que o constitui como unidade”; o segundo, “o modo específico de significância” engendrado pelo discurso. Ao afirmar que a língua comporta, ao mesmo tempo, a significância dos signos – nível semiótico – e a da enunciação – nível semântico –, ele parece resolver, se bem que provisoriamente, as questões referentes ao modo de proceder à lingüística do discurso ou da enunciação, pendentes no texto *A forma e o sentido na linguagem*.⁹¹ Assim, diz que,

“Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo lingüístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e definições. [...]A semiologia da língua foi bloqueada, paradoxalmente, pelo instrumento lingüístico que a criou: o signo. Não se poderia descartar a idéia do signo lingüístico sem imprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima.” (p.67)

Seu conceito de semântica restabelece uma série de mediações entre o modo fechado dos signos – nível semiótico – e a ação da linguagem sobre o real – nível semântico. A vontade de ultrapassar a lingüística das unidades em direção de uma lingüística da frase

⁸⁹ Normand (1996, p.233) diz que esse texto expõe uma teoria da linguagem: nele “se resume *processo da apropriação da língua* pelo sujeito, graças ao *aparelho formal da enunciação* precedentemente descrito. O duplo programa da lingüística é desde então fixado, de modo quase dogmático: dar conta dessa especificidade única da língua”: ela “está investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA”.

⁹⁰ Também no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, datado de 1969, Benveniste atribui à língua a capacidade de tudo categorizar e interpretar.

⁹¹ Segundo Normand (1996, p.145), o problema de Benveniste era, explicitamente, a significação. Ele encontrava, porém, obrigatoriamente, “o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido”. Assim, nesse texto, o lingüista apresenta uma solução: eliminá-lo totalmente do semiótico e introduzi-lo no semântico, já que, sem sujeito, não existe frase.

obriga-o a destacar a questão da referência: “ela (a língua) se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar é sempre falar-de” (PLG II, p.63).

Quanto a esses níveis, de acordo com Flores (2001, p.26), é preciso enfatizar, em relação ao tratamento dado à referência, a diferença entre ambos. No semiótico – nível em que o signo deve ser reconhecido –, “ela está ausente”. Já, no semântico, nível em que o signo deve ser compreendido, “ela é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as idéias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso”.

Em *O aparelho formal*⁹² da enunciação, datado de 1970, Benveniste, retomando conceitos expostos em textos anteriores, estabelece uma distinção entre a lingüística das formas e a lingüística da enunciação. À primeira compete descrever as regras que estabelecem as condições *sintáticas* da língua; à segunda, as condições de emprego da língua.

O autor define a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Conseqüentemente, é a relação do locutor com a língua que determina os caracteres lingüísticos da enunciação: “Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por sua conta” (p.82). Assim, o autor situa o sistema de referenciação como constitutivo da língua, agenciado pelo sujeito e a ele subordinado:

“Enquanto *realização individual*, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um *processo de apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição por meio de índices específicos [...]. Por fim, na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa idéia em relação ao mundo [...]. A referência é parte integrante da enunciação.” (PLG II, p.84)

Essa apropriação não se efetua apenas por agenciamento, mas também por sintagmatização e semantização. A organização das palavras no enunciado reflete a atitude do sujeito e o contexto. É através da sintaxe que o sujeito constrói o enunciado, é ela que determina a organização dos sintagmas, determinando possibilidades de construções. O que se entende por isso é um conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas

⁹² Flores (2001, p.12) explica que, de acordo com Dillinger (1991), “os formalistas tratam a língua como objeto descontextualizado, enfatizando aspectos internos de seus constituintes e das relações entre eles, mas sem abordar as relações entre os constituintes e seus significados. Nessas perspectivas são comuns afirmações como *a língua é um sistema de sons, ou a língua é um conjunto de frases* ou ainda *a língua é um sistema de signos*. Assim, tudo indica que tanto a Gramática Gerativa [...] como o estruturalismo saussuriano [...] parecem suportar a formalização do objeto língua. No que tange à *lingüística da enunciação*, esse objeto passa a ser visto com referência à singularidade da ocorrência contextual e, portanto, o adjetivo ‘formal’ deixa de significar imanência para caracterizar o estudo dos mecanismos de enunciação no quadro (formal) de sua realização”.

podem ou devem normalmente aparecer, uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis” (PLG II, p.81).

Benveniste define, portanto, nesse texto – o de 1970 – sua teoria enunciativa: agora, tanto os signos “plenos” quanto os “vazios” estão submetidos à enunciação. Com efeito, na medida em que essa é “o ato mesmo de produzir um enunciado”, é “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” (p.82), a distinção entre a sui-referencialidade, única em cada ato de enunciação, e a referência aos termos “que têm seu estatuto pleno e permanente” não mais se sustentam: toda relação à referência, na língua em uso, depende da sui-referencialidade. A referência diz respeito apenas à situação cada vez única do locutor.

Desfaz-se, portanto, assim, a oposição entre a categoria de pessoa, que era definida por apresentar referência dêitica, e a categoria da não-pessoa, que, segundo o autor, apresentava referência não-dêitica: toda a língua passa a ser regida por um mecanismo único de referência: o sujeito e sua enunciação.

Podemos dizer, pois, que Benveniste, buscando introduzir a problemática da significação em um quadro mais completo – como vimos, sua constante preocupação –, propõe a dicotomia semiótico/semântico, que apresenta a dupla finalidade de manter o interno, o intralingüístico, numa fidelidade ao princípio saussuriano do sistema, ao mesmo tempo em que realiza a abertura/ultrapassagem no nível semântico. Tal dicotomia desaparece, no entanto, com esse texto, no qual a unidade de significação passa a ser caracterizada como o próprio ato de enunciação.

Ainda de acordo com o lingüista (p.86-87), a enunciação, além das formas, fornece as condições exigidas pelas grandes funções sintáticas. Com efeito, a partir do instante em que o enunciador utiliza a língua para exercer algum tipo de influência sobre o comportamento do alocutário, ele tem a sua disposição, para tal fim, um aparelho de funções.

Uma dessas funções é a da *interrogação*, “uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo lingüístico que é, ao mesmo tempo, um processo de comportamento com dupla entrada”. Assim, todas as formas lexicais e sintáticas interrogativas têm origem nesse aspecto da enunciação.

Outra função, semelhante à anterior, é a da *intimação*, caracterizada por ordens, apelos expressos em categorias como o imperativo, o vocativo. Essas formas, segundo Benveniste, estabelecem “uma relação viva e imediata” do enunciador com o *outro*, remetendo,

necessariamente, ao tempo da enunciação. Assim, a frase nominal *imperativa*, que integra nossas análises, desempenha essa função.

Também a *asserção*, segundo o lingüista, pertence a esse conjunto de funções. Com efeito, tanto em seu arranjo sintático quanto em sua entonação, ela objetiva “comunicar uma certeza”, sendo a “manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação”(p.86).

De acordo com Benveniste, fazem parte ainda desse repertório todos os tipos de modalidades formais. Alguns se referem aos verbos, como os “modos” (optativo, subjuntivo), que enunciam atitudes do enunciador a partir daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão), outros, à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “possivelmente”), indicando incerteza, possibilidade, indecisão, etc., ou, deliberadamente, negativa de asserção.

Então, conforme a teoria assim definida, a língua possui um “aparelho formal” que integra os dois sistemas, o semiótico e o semântico. A partir das relações estabelecidas no interior das frases, as palavras transformam-se em indicadores de subjetividade – *eu-tu/ele* –, uma vez que implicam, na e pela enunciação, referência à situação enunciativa, à atitude do locutor. Dessa forma, a relação entre dois níveis – um semiótico (que significa na língua) e outro semântico (que significa no uso da língua) – é englobada pelo ato de enunciação, onde atitude do locutor e contexto – *eu, tu, aqui, agora* – tornam-se inseparáveis. Portanto, com esse texto, Benveniste situa todos os signos, lexicais e gramaticais, em oposição formal, estabelecendo que o significado previsto no sistema semiótico não pode ser determinado sem referência ao uso das palavras.

Conseqüentemente, desfeita a distinção dicotômica entre os âmbitos semiótico e semântico da língua, ou seja, não havendo mais duas formas de significância, toda a língua passa a ser submetida à enunciação: toda ela é dêitica. Esse pressuposto implica, porém, considerar a dêixis não segundo os parâmetros referenciais da linguagem, mas enquanto categoria enunciativa. Com efeito, de acordo com a proposta de Benveniste, a dêixis estabelece uma relação entre os signos da língua e o sujeito que os enuncia, e não uma relação entre os signos da língua considerados vazios e o mundo.

A respeito da dêixis segundo a teoria da enunciação de Benveniste, no artigo *Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil* (2000, p.36), Flores e Silva dizem que

“A teoria da enunciação de Benveniste considera que a dêixis não é um mecanismo que põe em relação os signos da língua considerados vazios (pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios, etc.) e um mundo objetivo. Ao contrário disso, Benveniste propõe que a dêixis seja um mecanismo que põe em relação esses signos e o sujeito que os enuncia. Ou seja, um dêitico não é uma palavra (ou categoria) que adquire sentido quando referida a uma situação no mundo real, mas quando referida a quem enuncia.”

Esses mesmos autores (idem, p.41), citando Rosário (1999), afirmam que, no texto *Da subjetividade na linguagem*, datado de 1958, o autor já previra o mecanismo único de referenciação da língua, ao dizer que

“É preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocução. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’. Esse é o seu *status*. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’.” (PLG I, p.292)
[grifos do autor]

Assim, nessa mesma linha de pensamento, Flores e Silva (op. cit., p.49) fazem referência a esse mecanismo único de referenciação da língua, ao definirem a categoria *aspecto*: “estamos definindo aspecto como categoria que emana desse ‘**centro único de referência**’⁹³ que é o EU, o qual (...) é inaugurado pela língua exatamente no momento em que *eu* fala”.

A enunciação implica, pois, um *eu* que diz, instaurando um *tu*. É o ato de o locutor apropriar-se da língua toda, expressando tanto subjetividade quanto intersubjetividade e processa-se num presente que delimita todas as demais relações espaço-temporais. Essa apropriação diz respeito, então, à atitude do locutor, que, de acordo com seus objetivos e a circunstância enunciativa, embora mantendo significações próprias da língua, agencia palavras e organiza-as no enunciado, promovendo uma sintaxe única e estabelecendo referência também única a uma determinada situação.

Desse modo, o sujeito da enunciação benvenistiano é um sujeito lingüístico: é a representação daquele que fala e, dessa forma, deve ter pessoa, tempo e lugar. É sempre um *eu*, que, tendo como referência um *tu*, opera, durante o processo da enunciação – ou durante o processo de produção do enunciado –, no espaço do *aqui* e no tempo do *agora*.

⁹³ Grifo nosso.

Dessa forma, conforme a teoria enunciativa de Benveniste, a língua é um sistema que comporta o mecanismo de seu uso, ou seja, reflete seu próprio emprego. Não é uma virtualidade existente fora do uso, já que tanto os signos “plenos” quanto os “vazios” se submetem à enunciação. Isso nos autoriza, então, a propor que a voz verbal, como categoria enunciativa, seja considerada dêitica.

2 A SINTAXE NA ENUNCIÇÃO

No capítulo anterior, apresentamos o referencial teórico de Benveniste sobre a enunciação, buscando destacar noções e princípios que norteiam a organização deste trabalho. Neste capítulo, analisaremos alguns textos do autor com o objetivo de verificar sua concepção de sintaxe. Nossa hipótese é a de que existem dois conceitos de sintaxe na obra benvenistiana: a) sintaxe enquanto mecanismo gramatical, estabelecida nas relações mórfico-sintáticas dos constituintes frasais; b) sintaxe enquanto enunciado, manifesta nas relações entre o sentido do enunciado e a base mórfico-sintática. Neste segundo caso, trata-se de uma sintaxe que emerge na enunciação, em virtude de relações mórfico-sintático-semânticas que aí são estabelecidas pelo locutor e que determinam o sentido dos enunciados. Assim, tentaremos mostrar que, para Benveniste, sintaxe e sentido se identificam.

Nosso objetivo, aqui, é, pois, fundamentar uma sintaxe da enunciação, a fim de sustentar nossas hipóteses, que, vale lembrar, são as seguintes: a voz verbal é dêitica, ou seja, é categoria do discurso, estabelecida a partir do sujeito que a enuncia; seu sentido não se submete, totalmente, ao critério de uma forma estabelecida *a priori*: ele resulta de uma sintaxe que se manifesta na enunciação⁹⁴, em decorrência do contexto e da atitude do sujeito frente a ele; essa categoria verbal pode, na língua em funcionamento, romper com as definições tradicionais, as quais se atêm, predominantemente, ao critério da forma.

⁹⁴ No texto *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (PLG I, p.27), o autor, ao descrever a relação entre os interlocutores no uso da língua, usa o sintagma *sintaxe da enunciação*. Usamos, neste estudo, esse mesmo sintagma para designar a sintaxe manifesta na enunciação, em decorrência de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor.

Primeiramente, apresentaremos reflexões de Portine ⁹⁵ (1997) e de Lazard ⁹⁶ (1997) acerca do lugar da sintaxe na obra de Benveniste. Na seqüência, destacaremos o ponto de vista de Normand (1996) a respeito da tentativa, por parte de Benveniste, de dar conta do conceito de significação indo além dos traços formais. A seguir, analisaremos alguns textos do autor, integrantes das diversas partes de PLG I e de PLG II, buscando verificar de que forma ele trata a sintaxe nesses artigos. Com efeito, como bem lembra Portine (1997, p. 82), diversos textos de PLG I e de PLG II apresentam “uma verdadeira dimensão sintática”, e não somente os da quarta parte, *funções sintáticas*.

De PLG I selecionamos: *A frase nominal* (1950), *Problemas semânticos da reconstrução* (1954), *A frase relativa, problema de sintaxe geral* (1957), *As relações de tempo no verbo francês* (1959) e *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (1963).

De PLGII destacamos: *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido* (1966), *Esta linguagem que faz a história* (1968) e *O aparelho formal da enunciação* (1970).

Portine (1997, p.90) afirma não haver, nos textos de Benveniste, programa sintático, ou seja, um programa de análise propriamente fundamentado no estudo das formas do enunciado. Diz existir, na sua obra, quando muito, um projeto sintático, isto é, o cuidado de dar conta dos modos de agenciamento e das formas de superfície na análise.

Segundo ele, abordar as questões de sintaxe na obra de Benveniste pressupõe que se trate, ao menos rapidamente, de três aspectos: a) do uso do termo *estrutura*; b) da oposição entre *forma* e *função*; c) da noção de sintagma.

Considera que, para Benveniste, o termo *estrutura* remete à estrutura do sistema, ou seja, está estreitamente ligado à idéia de *relação* no interior do sistema (PLG I, p.100). Lembra que o autor se refere, freqüentemente, às formas e à função, relacionando-as: “o que dá à forma o caráter de uma estrutura é que as partes preenchem uma *função*”⁹⁷ (PLG I, p.24). Aquelas são diversas, variáveis, enquanto esta parece corresponder a uma invariante e representar a unicidade sob a diversidade⁹⁸.

⁹⁵ “Benveniste et la question de la fondation d’une syntaxe.” In: NORMAND, C. ARRIVÉ, M. (orgs.). *Émile Benveniste vingt ans après*. Colloque de Cerisy. Paris: Linx, 1997.

⁹⁶ “Benveniste et la syntaxe générale”. In: NORMAND, C. ARRIVÉ, M. (orgs.). *Émile Benveniste vingt ans après*. Colloque de Cerisy. Paris: Link, 1997.

⁹⁷ As partes assumem sentidos, portanto.

⁹⁸ Nos termos de Benveniste, é “a relação sempre diferente entre a função sintática e os elementos formais que a exprimem” (PLG I, p.228).

Chama, porém, a atenção para o fato de que, em se procedendo a uma leitura atenta dos textos de Benveniste, percebe-se que o termo *função* é utilizado em contextos que tornam sua apreensão bastante difícil. Cita, como exemplo, o enunciado “A função verbal assegura uma função coesiva e uma função assertiva” (PLG I, p.163), onde há três usos, *a priori* muito diferentes, da palavra *função*: o primeiro designa a forma verbal, o segundo define um papel global interno ao enunciado, e o terceiro, um papel externo ao enunciado, de algum modo, aplicado ao real. Por outro lado, “o termo *forma* designa constantemente as manifestações de superfície”.

Já a noção de sintagma, para Portine, tem dado lugar a dois enfoques totalmente divergentes. De um lado, ela permite suprir, em uma certa medida, a sintaxe em uma teoria do signo, fornecendo um modo de agenciamento de signos em unidades maiores, uma *sintagmática*. De outro lado, ela fornece um patamar intermediário às teorias sintáticas (*stricto sensu*): entre o nível do lexema e o da frase situa-se o nível dos *sintagmas remarcáveis*: grupo nominal (o mais estável), grupo adjetival, grupo verbal e, talvez, outros ainda⁹⁹.

De acordo com o autor, Benveniste nos designa um objeto a trabalhar: “a constituição de uma sintaxe não como programa de explicitação da linguagem, mas enquanto **meio a serviço da significação**” (p.93).¹⁰⁰ Trata-se, aqui, portanto, de uma sintaxe produzida pelo locutor, resultante da atualização lingüística do seu pensamento. Referimo-nos a uma sintaxe “intencionada”, decorrente da escolha e do agenciamento das palavras pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Essa concepção de sintaxe tem como pressuposto a ultrapassagem das marcas formais para a definição do sentido. É, portanto, essa sintaxe que sustenta nossas análises.

Conforme Lazard (1997, p.97), Benveniste considera a língua como um conjunto de signos, os quais se definem em oposição aos demais, e, como tal, deve ser objeto de um estudo puramente semiológico. Mas, ao mesmo tempo, esse conjunto “de signos, unidades de sentido, numerosas, mas sempre em número finito”, possibilita “a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas” (PLG II, p.99). É, então, de acordo com ele, a tentativa de explicar o processo da transformação da língua em discurso a tarefa a que se dedica Benveniste em grande parte de sua obra.

⁹⁹ Portine acrescenta que, em “GGT”, um exemplo seria o grupo preposicional.

¹⁰⁰ Grifo do autor.

Porém, evocando aspectos sobre a concepção de Benveniste em relação à lingüística, diz que esse se mostra profundamente consciente dessa dificuldade, ou seja, do problema relativo “à conversão da língua em discurso”: “O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a língua como sistema de signos e a língua assumida como exercício pelo indivíduo”. Segundo Lazard, todos os trabalhos de lingüística geral referentes à última etapa de sua carreira são dominados por esse problema. Isso se evidencia no interesse por ele revelado pelos compostos, pelas perífrases, pela auxiliação, pois essas seqüências complexas têm essa particularidade, ou seja, são formadas no discurso, mas tomaram lugar no sistema da língua: “elas parecem assim oferecer uma via de acesso ao estudo das relações entre a língua como sistema semiológico e o discurso como processo de comunicação” (p.97).

Lembra, também, que, dentro desse espírito e guiado pelo esforço de fundar uma ciência lingüística, Benveniste, na mesma época, elaborou sua famosa distinção entre “semiótica” e “semântica”, designando, assim, dois “modos de significância”. O modo semiótico é próprio do signo lingüístico. O semântico é o modo de significância do discurso. Segundo ele, essa distinção é a contribuição de Benveniste a uma concepção fundamentalmente saussuriana.

Acrescenta que, em suas comparações e análises, Benveniste insiste, freqüentemente, sobre o caráter “formal” dos fatos considerados. Para ele, o lingüista tem uma consciência sempre mais viva da especificidade formal desses fatos. É que a forma, por si só, permite identificá-los e, por conseguinte, percebê-los: “As manifestações do sentido parecem ser tão livres, fugidias, imprevisíveis, como são concretos, definidos, descritíveis, os aspectos da *forma*” (PLGII, p.221). Essa atitude está de acordo com a definição saussuriana de signo: um significado existe, ou seja, é distinto de outros significados somente se estiver ligado a um significante distinto de outros significantes.

Assim, para Lazard, é, indubitavelmente, essa concepção de língua, concepção segundo a qual cada elemento deve ser definido pelo seu lugar no sistema e por suas relações com os outros elementos, que é preciso reconhecer nos numerosos epítetos “lingüísticos” que Benveniste emprega com predileção, quando, a outras descrições, tradicionais ou não, opõe suas próprias análises:

“o problema da frase nominal deve ser ‘posto nos termos lingüísticos’ (PLGI, p.158); trata-se do ‘princípio de uma distinção propriamente lingüística’; demanda ‘um critério puramente lingüístico’ (*ibid.*, p.173); constata-se ‘um traço cuja natureza lingüística é preciso definir (*ibid.*, p.232); os compostos são definidos em suas relações intralingüísticas

(PLGII, p.160). Um artigo é intitulado: ‘Ser’ e ‘ter’ em suas funções lingüísticas’”. (p.101).

Então – pergunta Lazard (p.101) –, estando entendido que é preciso partir da forma e que não se pode jamais perder de vista sua natureza significante, como proceder para dar conta das invariantes através da observação das línguas? Argumenta que, evidentemente, essas invariantes não são formas, nem mesmo categorias: são funções ou relações¹⁰¹.

Para o autor, todas essas discussões semânticas envolvem uma mesma questão, ou seja, a identificação dos traços distintivos por oposição às variantes: como definir a distribuição e as capacidades combinatórias de um “sentido”; como a variante de um sentido tido por diferente de outro pode representar apenas uma de suas variantes; como a variante de um sentido se “semantiza” e torna-se uma unidade distinta. Segundo ele, é na diacronia que Benveniste procura a origem dos diferentes sentidos de uma mesma forma; é nela que uma mesma unidade pode encontrar-se cindida em duas.

Quanto à sincronia, afirma não crer que algo autorize a pensar que Benveniste pretendia que todos os sentidos de uma palavra qualquer fossem apenas variantes de uma significação fundamental. Diz que a posição do autor lhe parece claramente representada pelo princípio, por ele mesmo afirmado, de que **o “sentido” de uma forma lingüística é definido “pela totalidade de seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligação resultantes”**.¹⁰² Em presença de morfemas idênticos, dotados de sentidos diferentes, deve-se perguntar se existe um emprego em que esses sentidos recuperam sua unidade: a resposta jamais é dada *a priori* (PLG I, p.320).

Lembra que, sob esse prisma, uma mesma forma pode ter sentidos muito diferentes uns dos outros, sem que sua unidade seja rompida. Explica que essa unidade semântica, de acordo com Benveniste, reside nas ligações que existem gradualmente entre os diferentes sentidos. Acrescenta que ela é rompida apenas no caso de desaparecimento dos empregos em que se estabelece uma dessas ligações. Têm-se, nesse caso, duas unidades distintas: a polifonia dá lugar à homonímia.

¹⁰¹ Trata-se, de acordo com Benveniste, de relações mórfico-sintático-semânticas que determinam o sentido dos enunciados.

¹⁰² Grifo nosso.

Vemos, então, que as idéias apresentadas por Lazard¹⁰³ acerca da sintaxe nos textos benvenistianos corroboram os pontos de vista defendidos por Portine. De acordo com ambos, Benveniste concebe uma sintaxe que emerge da sintagmatização e da semantização das palavras, que, na língua em uso, podem romper com sentidos que lhes são atribuídos *a priori*. Obviamente, uma sintaxe assim definida não admite regularidades, uma vez que resulta das relações mórfico-sintático-semânticas a que procede o locutor na tentativa de transmitir seu pensamento em face de uma situação determinada.

Assim, esses dois autores destacam o constante interesse de Benveniste, tanto pelo controle das formas quanto pela análise semântica. Com efeito, em sua concepção semiológica da língua, concepção sempre fortemente afirmada, ele não negligencia nenhuma das duas faces do signo. Se é o significante que possibilita percebê-lo, é o significado que faz sua razão de ser: “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura ao meio humano” (PLG II, p.222).

Normand (1996, p.129), por sua vez, afirma que Benveniste, em todos os seus trabalhos, “associa a reflexão epistemológica ao detalhe das análises empíricas”. Para a autora, a preocupação de ultrapassar Saussure resulta, especificamente, de seu desejo de dar conta da função, ou da significação. De acordo com ela, percebe-se, em muitos textos benvenistianos, a tentativa de, através de um modo operatório, chegar a esse conceito, insistindo sempre sobre a necessidade de ir além dos traços formais, procurando o fundamento dessas diferenças, ou o que as provoca.

Ainda com referência a essa identificação entre *função* e *significação*, a autora (1996, p.139) diz haver um certo número de trabalhos de Benveniste que,

“analisando a estrutura de um fenômeno lingüístico, colocam que não se deve parar na descrição morfossintática das diferenças formais, que é necessário procurar o que fundamenta estas diferenças, o que as leva a existir e este ‘impulso’ aponta para a *função*, quer dizer a *significação*. Os pronomes pessoais, a frase nominal, os verbos delocutivos, praticamente todos os exemplos de análise morfo-sintática seguem o mesmo esquema: **ressaltar através de uma análise empírica a ligação sintaxe-semântica com as conseqüências que isso implica**”. [grifo nosso].

¹⁰³ Lazard, como Portine, analisa questões referentes à sintaxe geral em Benveniste, dentre elas, a da *frase relativa* e a da *frase nominal*.

Para Normand (1996, p.147), portanto, a “dupla unidade forma-sentido”, segundo Benveniste, requer que “não nos atenhamos à descrição de diferenças formais, mas que estas sejam fundamentadas na razão; este fundamento deve ser procurado nos problemas que ‘a língua deve resolver’, portanto na significação”.

Percebe-se, pois, que a autora insiste no fato de que, para Benveniste, apreender o sentido dos enunciados pressupõe ultrapassar os traços formais. De fato, o autor (PLG II, p.32) afirma que é preciso ir além de um estruturalismo formal e insuficiente para poder explicar as questões referentes à significação:

O estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a significação. Nós a colocamos entre parênteses. Supomos que todo mundo compreende se dizemos: ‘*Você tem fome*’. Colocamos *tem* por causa de *você*. Há, pois, uma combinatória com certas correlações que são codificadas, fixadas por um código de convenção: *você* vai com *tem* e não com *temos*. Mas o que significa ‘ter’? Quando digo: ‘*Você tem razão*’, o verbo ‘ter’ significa a mesma coisa do que quando digo: ‘*Você tem frio*’? Isto não interessa de forma nenhuma ao estruturalismo: isto interessa à semiologia.

Esse desejo de dar conta da significação indo além dos traços formais manifesta-se, também, no texto *A frase relativa, problema de sintaxe geral*, datado de 1957. Assim, já na introdução desse texto, o autor explica claramente o princípio do método a ser utilizado para análise da sintaxe da frase relativa, destacando a “relação sempre diferente” entre função – ou significação – e os elementos formais:

“O que se tenta aqui é um método de comparação apoiado num certo modelo de frase estudado em línguas de famílias diferentes. O problema é o da frase relativa (...). Não se trata de comparar entre elas as expressões formais de semelhantes frases através de línguas variadas, o que seria destituído de sentido: **a diferença entre os tipos lingüísticos manifesta-se justamente na organização diferente das partes da frase e na relação sempre diferente entre a função sintática e os elementos formais que a exprimem.**” [grifo nosso] (PLG I, p.228)

O método é, portanto, conforme Benveniste, totalmente outro: trata-se de trazer à luz uma “relação interna”. O autor explica que, nas diversas línguas, consideradas cada uma segundo seu funcionamento próprio, a análise da frase relativa manifesta uma estrutura formal organizada por uma função nem sempre visível. O problema consiste em desvendar essa função, o que pode ser realizado observando-se que, com freqüência, essa frase tem, no sistema lingüístico considerado, as mesmas marcas formais que outro sintagma, de denominação totalmente diferente e que não se julgaria que pudesse ser-lhe aparentado:

“É uma relação *interna* que nos propomos focalizar em primeiro lugar. Se chegarmos a mostrar, além do mais, que essa mesma relação existe idêntica no interior de línguas diferentes, ficará estabelecida a possibilidade de um modelo de comparação sintática entre línguas heterogêneas.” (PLG I, p.228)
[grifo do autor]

Na análise da *frase relativa*, Benveniste conclui que essa frase, “de qualquer modo como seja ligada a um antecedente (por um pronome, uma partícula, etc.), comporta-se como um adjetivo sintático determinado, da mesma forma que o pronome relativo exerce a função de um artigo sintático determinativo”. Isso significa que, para o autor, independentemente do tipo de estrutura, o sintagma *frase relativa* equivale a um adjetivo¹⁰⁴. Percebe-se, pois, novamente, aqui, que o autor destaca a idéia de que é preciso distinguir forma e função e que esta não se submete totalmente àquela.

Na conclusão do artigo, reforçando esse ponto de vista, ele diz que o que existe “de comparável em sistemas lingüísticos completamente diferentes entre si são funções, assim como as relações entre essas funções, **indicadas por marcas formais**”¹⁰⁵ (PLG I, p.244). Essa perspectiva é reafirmada quando afirma que

“o ‘sentido’ de uma forma lingüística se define pela totalidade dos seus empregos, pela sua distribuição e pelos tipos de ligações resultantes¹⁰⁶. Na presença de morfemas idênticos providos de sentidos diferentes, devemos perguntar-nos se existe um emprego no qual esses dois sentidos recobram a sua unidade. A resposta jamais se apresenta de antemão”. (PLG I, p.320)

¹⁰⁴ De acordo com Portine (1997, p.88), a designação *adjetivo sintático* destaca a diferença entre categoria adjetival e função adjetival.

¹⁰⁵ Grifo nosso.

¹⁰⁶ Grifo nosso.

O texto *A frase nominal* (PLG I, p.163) também evidencia a tentativa, por parte de Benveniste, de considerar, na descrição dos fatos da língua, tanto os aspectos morfológicos e sintáticos quanto a relação semântica entre eles. Nesse texto, o autor observa que a frase nominal se caracteriza por conter um predicado nominal, sem verbo e sem cópula.

Na tentativa de explicar o fenômeno, primeiramente, afirma ser impossível distinguir verbo e nome através de uma oposição entre “processo” e objeto, “a qual não tem em lingüística nem uma validade universal, nem critério constante, nem mesmo sentido claro”.

Rejeita, também, a possibilidade de estabelecer tal distinção a partir da expressão do tempo, considerada traço distintivo do verbo, argumentando não ser o tempo uma expressão necessária do verbo. Acrescenta ser “igualmente incontestável” a impossibilidade de estabelecer essa diferença entre o nome e o verbo “sobre a análise empírica dos fatos da morfologia”:

“Se pudéssemos descrever uma a uma todas as morfologias, comprovaríamos somente que verbo e nome são aqui distintos, lá não, com um certo número de modalidades intermediárias. Os fatos não esclareceriam a razão dessa diferença – quando se manifesta –, nem a sua natureza.” (PLG I, p.166)

Constata-se aqui, mais uma vez, portanto, que Benveniste insiste nas questões relacionadas à forma e à função (uso da língua): “todas as morfologias”, por si mesmas, não explicariam as razões da diferença entre um verbo e um nome, nem o momento ou a natureza de sua manifestação. Assim, segundo ele, não é possível estabelecer a oposição entre o verbo e o nome a partir de noções de objeto e processo, de categorias como tempo ou diferenças morfológicas. O critério existe, no entanto, e é de ordem sintática: **diz respeito à função do verbo no enunciado**¹⁰⁷. [grifo nosso].

Define, então, verbo “como o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito”, que ele descreve segundo sua forma e segundo a função do verbo. Do ponto de vista da forma, “um enunciado assertivo finito possui ao menos dois caracteres formais independentes: é produzido entre duas pausas e tem uma entonação específica final que se opõe em cada idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa, etc.)” (PLG I, p.166).

¹⁰⁷ Percebe-se, aqui, que o autor remete *função* a significação ou sentido.

Quanto à função, defende a idéia de que ela, em certa medida, permanece independente da forma verbal, ainda que, muitas vezes, as duas coincidam. Diz que, “no seio do enunciado assertivo, a função verbal é dupla: função coesiva, que consiste em organizar numa estrutura completa os elementos do enunciado; função assertiva, que consiste em dotar o enunciado de um predicado de realidade”. Acrescenta que “o conteúdo do enunciado é dado como conforme à ordem das coisas”¹⁰⁸ (PLG I, p.166).

A estrutura sintática da asserção finita permite distinguir, pois, dois planos: o plano da coesão gramatical, em que o verbo serve de elemento coerente, e o plano da asserção de realidade, em que recebe sua função de elemento assertivo. O verbo, num enunciado assertivo finito, possui essa dupla capacidade. Cumpre lembrar que essa definição se apóia na função sintática essencial do verbo, não na sua forma material. **A função verbal é assegurada, sejam quais forem os caracteres morfológicos da forma verbal.** [grifo nosso]

Assim, o autor explica que a estrutura funcional da forma verbal no enunciado assertivo compreende dois elementos, um explícito e variável – uma variável –, outro implícito e invariável – uma invariante. A variável é a forma verbal como dado material: variável na expressão semântica, variável no número e na natureza das modalidades que encerra, tempo, pessoa, aspecto, etc. Essa variável é a sede de uma invariante, inerente ao enunciado assertivo: a afirmação de conformidade entre o conjunto gramatical e o fato afirmado. Acrescenta que **é a união de uma variável e de uma invariante que fundamenta a forma verbal na sua função de forma assertiva de um enunciado finito.** [grifo nosso]

Desse modo, Benveniste, ao descrever *o enunciado assertivo finito*, caracterizando-o segundo sua forma e sua função, apresenta seu método de chegar à significação: é preciso partir das formas para chegar à função, ou seja, ao sentido, que só se manifesta na língua em uso. Só nesse momento, a frase participa do “aqui e agora” e exprime uma idéia, sempre única, de um locutor. Dito de outro modo, para o autor, o estudo da sintaxe da língua, que, segundo ele, se identifica com o estudo da significação, depende do emprego da língua, das suas funções.

Nesse texto (PLG I, p.166), o autor, a partir da definição de frase nominal como aquela que apresenta um predicado nominal, ou que não possui verbo¹⁰⁹, analisa a oposição entre

¹⁰⁸ Portine (1997, p.87) pergunta-se a respeito da possibilidade de haver um dispositivo sintático do tipo *quase-gerativo* na obra de Benveniste. Diz que, apesar de a data desse artigo (1950) impedir uma aproximação com a escola gerativa, é preciso reconhecer que *o enunciado assertivo finito* de Benveniste se coloca muito próximo da noção de *frase simples declarativa* de Chomsky (1975).

¹⁰⁹ O autor recusa a denominação *frase nominal* à frase formada com o verbo *ser*. Tal recusa diz respeito ao fato de, para ele, a ocorrência do verbo caracterizar a frase verbal.

nome e verbo para caracterizá-la. Perguntando-se como identificar, lingüisticamente, “objetos e processos”, já que “a análise empírica não fornece nenhum critério do que constitui sua diferença”, contesta a hipótese de que a dessemelhança entre verbo e nome possa ser atribuída, respectivamente, a essas noções referentes à semântica. Rejeita, também, a hipótese de tal oposição poder ser atribuída à “marcação” ou à não-marcação de tempo” – ligada à morfologia. Com efeito, de acordo com ele, mesmo supondo uma descrição exaustiva das morfologias, “os fatos não ensinariam a razão desta diferença, quando ela se manifesta, nem sua natureza”. Assim, segundo Benveniste, o único critério para estabelecer tal distinção é o sintático, ligado à função do verbo no enunciado. Essa função, de acordo com ele, pode ser assegurada, ou não, por uma forma verbal, ou seja, independe da forma verbal, ainda que ambas possam, às vezes, coincidir.

Portanto, em todas essas análises de estruturas lingüísticas, percebe-se o movimento de Benveniste apontando para a necessidade de ultrapassar as descrições morfossintáticas das diferenças formais na descrição dos fenômenos lingüísticos. Isso conduz à hipótese de que análise dos fatos da língua, de acordo com essa teoria, não pode ater-se apenas às questões morfológicas, ou a uma morfologia derivacional: cumpre considerar, também, aspectos ligados à outra sintaxe, ligados à enunciação.

No parágrafo introdutório do texto *A linguagem e a experiência humana* (PLG II, p.68), percebe-se que o autor manifesta, mais uma vez, seu desejo de dar conta do sentido dos enunciados, ao destacar que as formas da língua assumem as mais variadas funções¹¹⁰ no discurso, ou seja, na língua em uso:

“Todas as formas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.”

Nota-se, por conseguinte, que a preocupação de Benveniste é sempre com o sentido, que, na sua concepção, está vinculado à categoria de pessoa, a um *eu/tu/aqui/agora* que constitui o ato enunciativo¹¹¹. De fato, é o sujeito que refere, que atribui sentido. Tudo se estabelece a

¹¹⁰ Ou seja, significações.

¹¹¹ Conforme Normand (1996, p.222), “é a especificidade sui-referencial dos termos de ‘pessoa’ que permite a Benveniste tratar a referência em lingüística, sem reduzir a semântica a seu modelo lógico-positivista”.

partir dele, que, ao se declarar *eu* e instituir um *tu* diante de si, assume toda a língua, transformando-a em discurso e referindo uma situação sempre particular.

Assim, constata-se que o autor retoma constantemente o termo *função*, que, como vimos, para ele, está ligado a *sentido*. Desse modo, ao definir o sentido de uma unidade lingüística como “a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior”, ele está, ao mesmo tempo, definindo a função¹¹² dessa unidade lingüística. Evidencia-se, portanto, em seus textos, a concepção de que *forma e função* – ou *forma e sentido* – integram tanto a língua quanto o discurso, sem, no entanto, constituírem aspectos dissociados, pelo contrário: estão totalmente imbricados. Pode-se dizer, portanto, que função, para o autor, corresponde a significação ou a sentido.

Vemos, então, que, na obra de Benveniste, a sintaxe pode remeter tanto a mecanismo gramatical quanto a enunciado. O segundo sentido é identificado pelo autor como *função* e remete à significação e à referência da frase. Implica uma morfologia, mas não se submete, integralmente, a ela. Por conseguinte, de acordo com o autor, é através das formas da língua, agenciadas e organizadas sintaticamente, que o sujeito refere, atribui sentido a uma dada situação. A sintaxe, sob esse prisma, está a serviço da significação: é o sujeito que se manifesta a partir de suas intenções e das circunstâncias que se apresentam.

Uma vez que este trabalho tem, como objeto, as vozes verbais, vale lembrar, aqui, o texto por excelência em que Benveniste aborda esse tema, ou seja, *Ativo e médio no verbo*, datado de 1950. Nele, o autor explica que, no indo-europeu histórico, o passivo é apenas uma modalidade do médio e que a oposição fundamental de diátese nas línguas antigas dessa família é entre ativo e médio, sendo a diátese expressa pela forma da desinência verbal. Atribui, portanto, *status* sintático à categoria de voz:

“...‘voz’ [...] é a diátese fundamental do sujeito no verbo; denota uma certa atitude do sujeito relativamente ao processo, e por meio dessa atitude esse processo se encontra determinado no seu princípio. [...] No ativo, os verbos denotam um processo que se efetua a partir do sujeito e fora dele. No médio, que é a diátese que se definirá por oposição, o verbo indica um processo do qual o sujeito é a sede; o sujeito está no interior do processo. [...] O ativo, então, não é mais somente a ausência do médio, é realmente um ativo, uma produção de ato, revelando mais claramente ainda a posição *exterior* do

¹¹² De acordo com Portine (1997, p.87), o autor atribui à função verbal “um papel fundador”.

sujeito relativamente ao processo; e o médio servirá para definir o sujeito como *interior* ao processo”. (p.185 -189) [grifo do autor]

É possível afirmar, por conseguinte, quanto a esse texto, que o autor analisa as vozes verbais a partir da concepção de signo, isto é, através de uma rede de relações e de oposições com outros signos que o definem: voz ativa/voz média (relação de paradigma). Assim, o critério fundamental utilizado, nesse artigo, por Benveniste para classificar as vozes é o sintático: relação da desinência verbal com o sujeito gramatical, ou afetamento ou não-afetamento desse pelo processo verbal. Mas cabe, também, destacar a conclusão desse texto, na qual o autor ratifica o percurso que apontamos aqui: é preciso ir além da descrição morfossintática das diferenças formais:

“Assim se organiza em ‘língua’ e em ‘palavra’ uma categoria verbal da qual tentamos esboçar, com a ajuda de critérios lingüísticos, a estrutura e a função semânticas, partindo das oposições que as manifestam. Está dentro da natureza dos fatos lingüísticos, uma vez que são signos, o fato de se realizarem em oposições e somente assim significarem.” (p.191)

Pode-se dizer, pois, que essa conclusão remete ao que até aqui apresentamos sobre a sintaxe em Benveniste: retoma a estrutura do fenômeno lingüístico, reafirmando a necessidade de procurar fundamentar as diferenças formais ultrapassando a descrição morfossintática dessas diferenças.

No texto *O aparelho formal da enunciação* (1989, p.81), o autor manifesta duas concepções de sintaxe: a sintaxe das formas (a lingüística das formas) e a sintaxe da enunciação (a lingüística da enunciação). A primeira diz respeito à descrição das regras imanescentes à organização sintática da língua. A segunda emerge da primeira, nela introduzindo as circunstâncias de enunciação e com ela constituindo um mecanismo único, “total e constante”:

“Gostaríamos [...] de introduzir aqui uma distinção em um funcionamento que tem sido considerado somente sob o ângulo da nomenclatura morfológica e gramatical. As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua. [...] O emprego das formas, parte necessária de toda descrição, tem dado lugar a um grande número de modelos, tão variados quanto os tipos lingüísticos dos quais eles procedem. [...] Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira.” (PLG II, p.81-82)

Desse modo, podemos dizer que, sob a perspectiva da enunciação, conforme Benveniste, há dois conceitos de sintaxe. O primeiro deles refere-se à sintaxe enquanto mecanismo gramatical, manifesta nas relações mórfico-sintáticas estabelecidas entre os elementos frasais (sujeito, verbo e complementos), ou seja, numa forma adequada à expressão de uma determinada idéia. Mas, de acordo com o autor, a expressão da idéia deve sofrer a restrição de leis de agenciamento: há, necessariamente, “uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem” (PLG II, p.232).

O segundo conceito diz respeito à sintaxe enquanto enunciado, manifesta nas relações mórfico-sintático-semânticas estabelecidas entre a base mórfico-sintática e a presença de um *eu-tu-aqui-agora* da enunciação. Sob essa ótica, pode-se definir a sintaxe como um arranjo de palavras promovido pelo sujeito para manifestar uma certa idéia.

Cada uma dessas concepções de sintaxe colabora para a definição do *sentido* do enunciado: as relações sintagmáticas requerem, por parte do locutor, de acordo com seus objetivos e as circunstâncias enunciativas, a escolha de uma forma, e esta refere um sentido, tanto pela oposição quanto pela solidariedade estabelecidas com as outras palavras do enunciado. Essas relações, que estão, evidentemente, inter-relacionadas – são relações mórfico-sintático-enunciativas –, imprimem ao enunciado caráter de singularidade: se a enunciação é única, o enunciado, seu produto, também o é.

Assim, de acordo com a teoria de Benveniste, é a disposição das palavras no enunciado, resultado de uma opção do locutor para expressão de uma determinada idéia, que determina o seu sentido. Desse modo, esse sentido resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento, ou seja, decorre da sintaxe da enunciação, que se integra à sintaxe do sistema, fazendo emergir um “eu” que atribui sentido a uma determinada instância enunciativa.

Então, embora a expressão de uma idéia requeira a sintaxe das formas, enquanto mecanismo gramatical, a apreensão do sentido do enunciado dá-se através da sintaxe da enunciação, que implica a sintaxe das formas e que inclui no objeto de estudo um *eu/tu/aqui/agora*. Assim, o locutor, para expressar uma idéia, organiza o enunciado mantendo

inter-relações entre as palavras que o integram¹¹³ e definindo o seu sentido. Sob essa perspectiva, estudar a língua é estudar a sua sintaxe, que é sempre uma e emana da enunciação.

Cabe, porém, lembrar que o estabelecimento dessa distinção tem somente a finalidade de mostrar o processo de constituição do sentido segundo a teoria de Benveniste. Com efeito, as duas sintaxes estão imbricadas: a sintaxe da enunciação, que resulta do “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”, isto é, a sintaxe da língua *enquanto atividade de um locutor*, manifesta-se na sintaxe da língua, que oferece formas adequadas para essa manifestação. A diferenciação entre ambas é feita, portanto, apenas com a finalidade de expor as relações que ocorrem no sistema, visto ser impossível dissociá-las.

O estudo da sintaxe, segundo a teoria de Benveniste, exige, portanto, em primeiro lugar, que nos detenhamos no enunciado, que resulta da língua em uso e que não é um somatório de palavras: é uma unidade de sentido, *arranjo* de palavras *promovido* pelo sujeito, a fim de expressar uma idéia relativa à situação de discurso. Então, sob esse enfoque, apreender o seu significado implica buscar o entendimento das inter-relações que se estabelecem entre as suas partes, as quais promoverão o seu sentido como um todo.

A frase – ou o enunciado –, segundo essa concepção, expressa um sentido sempre particular, resultante da atitude de um sujeito e de um contexto, e exprime, dessa forma, uma organização sintática também particular para a manifestação da singularidade da idéia. Benveniste (PLG II, p.231) diz que ela é “cada vez um acontecimento diferente; não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece”. Na opinião do lingüista, a ela cabe a atribuição de referência. E a “referência da frase é o estado de coisas que ela provoca”.

É preciso não esquecer – como foi exposto neste trabalho – que as palavras¹¹⁴, instrumentos de expressão semântica, são materialmente, os signos do repertório semiótico. Assim, na condição de “palavras”, esses signos, “em si mesmos conceptuais, genéricos, não-circunstanciais”, atualizam-se na enunciação, a partir de um locutor, quando são usados para expressar “noções sempre particulares, específicas, circunstanciais”, conforme a situação do

¹¹³ Segundo Dahlet (1997, p.70), uma definição clássica de “perspectiva indicial” é a “concepção de enunciação como produção da língua por sujeitos”. Esse estudo, de acordo com o autor, visa, então, ao “ato de inserção do sujeito falante na língua, como ele se enuncia, através do levantamento e da análise de marcas lingüísticas desta atividade (pessoas, tempo, lugar e modalidades da interlocução essencialmente)”.

¹¹⁴ O termo *palavra* remete, aqui, portanto aos signos atualizados na instância enunciativa, e não à terminologia gramatical.

discurso. Segundo Benveniste (idem, p.233), isso explica por que “os signos menos delimitados no interior do repertório semiótico da língua, como ‘ser’, ‘fazer’, ‘coisa’, ‘isto’, tenham como palavras a mais alta frequência de emprego”.

A sintaxe, de acordo com a teoria enunciativa de Benveniste, decorre, por conseguinte, da organização de sujeitos que se apropriam da língua toda, colocando-a em funcionamento, atualizando-a e atribuindo sentidos a suas falas. Sob essa perspectiva, para o lingüista (PLG II, p. 230),

“O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada.”

O sentido do enunciado está, portanto, na totalidade da *idéia* percebida por uma compreensão global. Este processo de compreensão, por sua vez, que, como foi aqui demonstrado, é sempre novo, resulta, precisamente, da maneira como são combinadas as palavras no enunciado, de modo que não apresenta regularidade. Conseqüentemente, uma determinada forma pode expressar, em diferentes enunciados, sentidos distintos, eis que distintas são as relações que aí se estabelecem.

Então, a análise de qualquer fenômeno lingüístico deve partir das formas – da sintaxe concebida enquanto mecanismo gramatical constante, em suas relações de identidade e de diferença –, a fim de verificar um sentido geral do fenômeno estudado (as relações entre sujeito, verbo e complementos) e, após, observar essas formas em uso, buscando identificar no enunciado as marcas resultantes das relações que aí se estabelecem através de um locutor e de um interlocutor (as marcas da enunciação). Apenas nesse segundo momento, a frase passa a ser considerada relativamente à enunciação, ou seja, relativamente ao sentido ou à referência a uma instância de um *eu-tu-aqui-agora*.

No texto *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística* (PLG I, p. 19), datado de 1963, Benveniste, ao analisar a função da linguagem, usa o sintagma *sintaxe de enunciação*: “Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo” (PLG I, p.27). Com efeito, de acordo com ele, “É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí

começa a linguagem” (PLG I, p.140). O autor concebe, portanto, uma sintaxe que emerge da sintagmatização e da semantização das palavras, as quais, na língua em uso, rompem, muitas vezes, com sentidos que lhes são atribuídos *a priori*.

Da mesma forma, para Portine (1997, p.93), a sintaxe não é “lugar de engendramento: ela participa da constituição discurso”. De acordo com o autor,

“É o discurso que, de algum modo, convoca os quadros sintáticos que configuram, em retorno, o discurso. Eles apenas formam um dado primeiro para o locutor que os encontra desde então aí. Eles não resultam de um mecanismo de engendramento mas de formas à disposição da produção de significações¹¹⁵ e constituídas na e pela própria produção de significações.”
(idem, p.93)

A leitura desses artigos permitiu-nos, pois, compreender como se dão, segundo Benveniste, as relações referentes ao processo de articulação língua-discurso, que resultam sempre de um sujeito que refere, que atribui sentido. Neles, o autor apresenta propostas que visam a situar, de maneira operatória, o problema da significação. Assim, de um lado, é preciso destacar os modelos sintáticos inerentes ao sistema da língua; de outro, a produção do sentido através da atribuição, por parte do locutor, de referência e de co-referência a uma situação de discurso¹¹⁶.

Portanto a análise desses textos de Benveniste evidencia sua convicção de que, embora se deva partir das formas para buscar apreender o sentido dos enunciados – retomando a teoria saussuriana do signo, é preciso não perder de vista sua natureza significante –, pode-se relativizar a sua primazia. Com efeito, existem diferenças enunciativas que não podem ser consideradas secundárias na identificação do sentido dos enunciados. Pelo contrário: são elas que, em grande parte, vão determinar esse sentido, na medida em que definem o ponto de vista do locutor e as condições da enunciação.

O autor propõe, portanto, “a constituição de uma sintaxe não como programa de explicitação da linguagem”, porém como “meio a serviço da significação”. Sugere uma sintaxe produzida pelo locutor, decorrente da escolha e do agenciamento das palavras, pela

¹¹⁵ Portine diz que, sem fazer um paralelo infeliz, assinala aí uma certa analogia com: “‘Longe de mim a idéia de minimizar a importância da forma sintática, mas eu me concentrarei quase que exclusivamente sobre a *função* [...] (J. S. Bruner: *Acts of meaning*. Harvard Univ. Press, 1990). Portine destaca, aqui, pois, a importância que Bruner atribui à noção de significação.

¹¹⁶ Pode-se dizer que, ao contrário de Saussure, o interesse de Benveniste não é a língua, mas o sentido, o discurso.

ação que elas exercem umas sobre as outras. Trata-se, portanto, de uma sintaxe resultante da atualização lingüística do pensamento do locutor, de uma sintaxe “intencionada”, ou seja, de uma sintaxe da enunciação. Essa concepção de sintaxe tem como pressuposto a ultrapassagem das marcas formais para a definição do sentido.

É possível afirmar, pois, que a sintaxe manifesta na obra de Benveniste é uma sintaxe que, emergindo da língua enquanto sistema de formas – conforme a acepção saussuriana –, emana da enunciação. Desse modo, tal sintaxe remete, ao mesmo tempo, ao sistema da língua e ao discurso.

Sob esse prisma, pode-se dizer que buscar a concepção de sintaxe manifesta na obra de Benveniste é procurar ver, aí, como o autor concebe o sentido, já que ele identifica sintaxe com sentido ou significação. Então, se o estudo da língua depende de seu emprego por um locutor, ou seja, se depende das relações mórfico-sintático-semânticas por ele estabelecidas, estudar uma língua – na busca do sentido – é estudar a sintaxe dessa língua (a das formas), articulando-a, de acordo com a proposta de Benveniste, com a sintaxe – ou a lingüística – da enunciação. Assim, segundo Flores (2001, p.59),

“...enunciação é processo que indica simultaneamente o produto, ou seja, o enunciado. A *lingüística da enunciação* toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-se ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. A *lingüística da enunciação* deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas.

Desse modo, é possível afirmar que a sintaxe da enunciação, de acordo com Benveniste, emana das marcas formais presentes no enunciado, as quais, por sua vez, remetem ao processo de sua produção, que inclui um *eu-tu-aqui-agora*. Refere-se, pois, ao sujeito “realidade do discurso”, ao sujeito lingüístico, e não ao sujeito falante, como bem escreve Flores.

3 AS VOZES VERBAIS ENUNCIÇÃO

No capítulo anterior, analisamos a questão da sintaxe na obra de Benveniste. Os estudos apresentados revelam que, para o autor, sintaxe e sentido identificam-se: este resulta de uma sintaxe que se estabelece através de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor no ato de enunciação e que se marcam, de alguma forma, no enunciado. Sob este enfoque, o sentido resulta da inscrição do sujeito no próprio seio da língua, de modo que as formas dessa adquirem sentido pelo dizer desse sujeito, que, promovendo uma sintaxe, manifesta, por intermédio do enunciado, referência única, relativa à sua atitude ou à situação do discurso.

Esses estudos revelam, por conseguinte, que, embora a expressão do sentido requeira uma sintaxe (mecanismo gramatical), esta, por si só, não atribui sentido ao enunciado. Com efeito, o sentido é promovido pela atividade de um locutor que assume a língua, portanto resulta de uma sintaxe da enunciação, que emerge da sintaxe enquanto mecanismo gramatical, como resultado dos objetivos desse locutor e das circunstâncias enunciativas. Dessa forma, de acordo com essa perspectiva, não existe regularidade no que diz respeito à sintaxe. Ela é sempre única, uma vez que advém da manifestação de um sujeito na língua.

O estudo da obra de Benveniste mostra, ainda, que o autor se mantém fiel ao princípio saussuriano de que “na língua há somente diferenças”. Mas constata-se que sua concepção de língua difere da proposta por Saussure¹¹⁷, na medida em que seu conceito de enunciação como

¹¹⁷ Benveniste (PLG II, p.228) diz que “Instauramos na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala. Parece-nos que se deve traçar, através da língua inteira, uma linha que distingue duas espécies e dois domínios do sentido e da forma, mesmo que, eis ainda aí um dos paradoxos da linguagem, sejam os mesmos elementos que se encontrem em uma e em outra parte, dotados, no entanto, de estatutos diferentes”.

“o ato de colocar a língua em funcionamento”, ou seja, de tornar fala a língua, subverte a dicotomia língua/fala estabelecida pelo genebrino. Assim, ao propor que os elementos constitutivos do aparelho formal da enunciação pertencem tanto à língua quanto à fala, ele rompe a dicotomia entre os dois níveis, proposta por Saussure. A partir desse rompimento, o mecanismo da referência é único: a língua, enquanto totalidade, está relacionada ao *eu/aqui/agora*.

Quanto a esse processo de transformação da língua em discurso, em primeiro lugar, cabe citar os pronomes pessoais, que são básicos na fundamentação dessa teoria. Conforme autor (PLG I, p.288), eles “são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem”. Com efeito, no momento em que “o pronome *eu* aparece no enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento lingüístico que a funda” (PLG II, p.68).

Em segundo lugar, cumpre fazer referência ao verbo: “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria de pessoa” (PLG I, p.247). Assim, segundo a teoria benvenistiana da enunciação, a categoria verbal alia-se à dos pronomes pessoais para assegurar a expressão da subjetividade da linguagem, ou seja, para permitir ao sujeito expressar-se, fazendo referência a uma determinada situação. Nesse sentido, de acordo com Benveniste (PLG I, p.289), “o tempo lingüístico é *sui-referencial*”. Em última análise, **“a temporalidade humana com todo seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”**.¹¹⁸

Cumpre lembrar, ainda, que, no texto *Da subjetividade na linguagem*, datado de 1958, o autor sustenta uma distinção entre categorias do discurso e categorias da língua, ou seja, uma dupla referenciação: a subjetiva, referente às formas “vazias”, auto-referenciais, constitutivas da categoria de *pessoa*, das quais cada locutor, no ato da enunciação, “se apropria”, instituindo-se como *eu* e, ao mesmo tempo, instaurando um *tu*, e a objetiva, ligada às formas “plenas” do paradigma *ele*, referentes à não-pessoa.

Mas, como bem apontam Flores e Silva (2000, p.41) – e como vimos neste trabalho –, essa dupla referenciação “parece se desfazer nos últimos textos de Benveniste”. Assim, em *O aparelho formal da enunciação*, datado de 1970, lê-se que a referência integra a enunciação:

¹¹⁸ Grifo nosso.

“na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação”. (PLG II, p.84)

Com referência à forma verbal, no texto *A natureza dos Pronomes* (PLG II, p.281), como vimos no primeiro capítulo da segunda parte deste trabalho, Benveniste diz que ela

“é solidária da instância individual de discurso quanto ao fato de que é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato. Não pode comportar nenhuma forma virtual e ‘objetiva’. [...] **Todas as variações do paradigma verbal, aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. resultam dessa atualização e dessa dependência em face da instância de discurso**”. [grifo nosso]

De acordo com o autor, em decorrência desse processo de atualização frente à instância enunciativa, “toda forma verbal, sem exceção, em qualquer idioma que seja, está sempre ligada a um certo presente¹¹⁹, portanto a um conjunto cada vez único de circunstâncias, que a língua enuncia numa morfologia específica” (PLG I, p.230). Evidentemente, se a categoria temporal do presente só pode ser interior ao discurso, o mesmo sucede com a categoria das vozes, pois ambas estão ligadas ao processo verbal relacionado ao sujeito da enunciação, caracterizado por todas as circunstâncias que são estabelecidas a partir desse sujeito e que definem o sentido do enunciado.

Portanto, de acordo com Benveniste, já que a categoria verbal resulta dessa atualização e dessa dependência em face da instância enunciativa, o sentido não preexiste ao discurso: este é que é doador de sentido. Com efeito, no processo de passagem do âmbito da língua para o do discurso, o signo dá lugar à palavra, e esta, ao mesmo tempo em que se relaciona com o signo, mantendo seu valor lexical, expressa, a partir de seu emprego, um sentido particular, resultante da sintaxe promovida pelo locutor. Então, sob esse enfoque, a forma verbal integra-se à instância individual de enunciação, uma vez que é sempre e necessariamente atualizada.

¹¹⁹ Grifo nosso.

Retomando o texto *O aparelho formal da enunciação*, é oportuno citar, ainda, a sua conclusão, em que o autor, ao expressar a possibilidade de serem feitas, a partir da sua teoria enunciativa, análises das formas da língua, aponta na direção deste estudo: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (PLG II, p.90).

Podemos dizer, pois, que nosso estudo encontra amparo nos dizeres do próprio Benveniste, segundo o qual, como vimos, todas as variações do paradigma verbal – aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. – provêm de uma atualização e da dependência em face da instância enunciativa. Assim, é possível afirmar que a teoria de Benveniste sobre a enunciação dá suporte à tese que defendemos: as vozes verbais, sob o enfoque enunciativo, não se submetem, integralmente, ao primado das formas e assumem referência na enunciação, pois estão ligadas a um *eu/tu/aqui/agora*, ou seja, integram a subjetividade/intersubjetividade do discurso.

Então, à luz dessa teoria, pode-se dizer que a categoria de voz, como as demais categorias verbais, não se estabelecem *a priori*: tudo se define, tudo se expressa na e pela enunciação, já que, de acordo com esse referencial teórico, toda a língua é dêitica. Com efeito, seu emprego decorre de um ato individual de apropriação da língua pelo locutor e faz emergir o mundo da presente instância de discurso. Assim, toda a língua, posta em funcionamento, organiza-se, espacial e temporalmente, a partir do sujeito. O que sucede é que, nas constantes situações de discurso do nosso dia-a-dia, muitas vezes não nos damos conta de que, sempre que um *eu* se apropria da língua e institui um *tu*, essa comunicação intersubjetiva, que se concretiza em enunciados, ocorre conforme a situação enunciativa desses interlocutores.

Podemos, portanto, como sugere Benveniste, associar o fenômeno lingüístico representado pelas vozes verbais a todas essas questões teóricas e dizer que, conforme sua teoria enunciativa, essa categoria só adquire sentido na língua em uso. A tradição gramatical, entretanto, estabelece classificações *a priori* para ela. Como já nos manifestamos a respeito, não temos, aqui, a pretensão de contestar tais classificações, até porque o referencial teórico por nós movimentado é outro.

O objetivo deste estudo é, então, à luz da proposta de Benveniste, verificar como se processa a articulação das formas das vozes verbais com o sentido resultante do seu emprego pelo locutor numa dada circunstância enunciativa. Com efeito, se, na e pela enunciação, a partir do *eu-tu-aqui-agora*, o sujeito se apropria da língua toda e a coloca em funcionamento – a língua em uso só existe na perspectiva de um *eu* –, é também na e pela enunciação que as

vozes se definem como ativa, passiva ou reflexiva. Desse modo, sob a perspectiva da enunciação, estudá-las é procurar, em cada enunciado, marcas do sentido que o sujeito lhes atribui, estabelecendo uma referência singular em relação à situação enunciativa. Essa referência diz respeito, portanto, à instância de discurso em que se inserem os locutores, à realidade decorrente da subjetividade de um *eu*.

Para Benveniste, como já mencionamos neste trabalho, uma análise enunciativa da linguagem deve contemplar três aspectos: o ato individual de enunciação, a situação em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Dessa forma, o estudo das vozes verbais deve considerar o ato de seu aparecimento – instância de discurso instituída por um *eu* –, a situação em que aparecem – o *aqui* e o *agora* – e os instrumentos lingüísticos utilizados no processo. Para tal, é necessário que tomemos, como unidade de análise, o enunciado, isto é, a realização concreta produzida a partir do ato de utilização da língua por um sujeito.

Finalmente, cabe lembrar que não pretendemos reconceituar as vozes verbais, mas situá-las em um contexto de ocorrência. Assim, é preciso ter em vista, por exemplo, que, se, por um lado, existe o verbo *levar*, com valor, a princípio [+ativo], é possível, no uso, torná-lo [-ativo]. Isso significa que é no funcionamento da língua que se produzem os sentidos, ou seja, é somente com relação ao sujeito que se pode dizer, no que tange às vozes verbais, que traços são estabelecidos por ele para expressar cada instância enunciativa. Dessa forma, um exemplo dessa atualização pode ser oferecido pelo seguinte enunciado, ouvido em situação corriqueira, no qual o locutor quer significar que alguém foi agredido com uma cesta: *Ele levou uma cesta na cabeça*. Aqui, o verbo *levar* tem uma forma ativa e um sentido passivo, ligado ao ato enunciativo. Essa passividade é engendrada pela instauração de um *eu*, que promove um rearranjo das formas em cada situação de uso. O traço [-ativo] atualiza-se na instância em que é proferido e para o respectivo contexto: é somente em relação a esse que podemos afirmar a passividade atribuída à forma verbal.

Mas não se pode deixar de reconhecer que a língua, enquanto virtualidade, prioriza a atualização do traço [+ativo] para o verbo *levar*. Assim, o enunciado *Ele levou uma cesta na cabeça* pode ser também atribuído a alguém que carregou uma cesta na cabeça. No entanto, no ato da enunciação, em determinado contexto, a atualização poderá ser [-ativo], como no exemplo anterior, devido a um rearranjo promovido pelo locutor na oposição axial [+ativo] ou [-ativo] de um verbo. Desse modo, é somente com relação ao sujeito que se pode dizer qual dos dois traços foi utilizado para descrever o processo.

O verbo *ferir-se*, que parece estar inscrito no léxico com os traços [+ativo] e [-ativo], também nos oferece exemplos dessa atualização na instância enunciativa. De fato, num enunciado como *Ela, para chantagear o namorado, feriu-se com a faca*, percebe-se, facilmente, que o enunciador atribui a esse verbo o traço [+ativo] e o [-ativo], previstos no sistema da língua, que cumprem a função de expressar que o sujeito gramatical feriu a si próprio. Já, num enunciado como *Ao descascar as frutas, feriu-se com a faca*, pode-se dizer que o locutor atribui a esse verbo apenas o traço [-ativo], que, nesse contexto, desempenha a função de significar que o sujeito gramatical acidentalmente resultou ferido, ou seja, esse sujeito não praticou a ação de ferir.

Portanto, de acordo com a concepção enunciativa, podemos dizer que, apesar de a língua conter o indicativo de um traço mais comum na atualização decorrente do ato enunciativo, sempre é possível prever uma situação de uso em que esse indicativo não se concretize, em que se verifiquem outras possibilidades. Desse modo, se, de acordo com o referencial teórico proposto por Benveniste, o sujeito intervém no processo, podendo transformar os traços [+ativo] e [-ativo] de uma forma verbal em [-ativo], e vice-versa, é possível afirmar, também, que, sob tal perspectiva, a voz verbal pode ser estudada como marca de subjetividade – e Benveniste, como vimos, diz isso textualmente. Definimos, pois, essa categoria, neste trabalho, como aquela que emana do “centro de referência interno” instaurado pelo locutor ao tomar posse da língua e instituir-se como *eu* (PLG II, p.84).

Assim, sendo o enunciado o produto da enunciação, ou seja, a materialidade que possibilita apreender a língua em uso, as vozes verbais são vistas, neste estudo, como estratégias do locutor para a expressão de uma idéia. Isso significa, pois, que a forma do verbo não define, *a priori*, seu sentido, que é expresso em solidariedade com os outros elementos do enunciado. Sob essa perspectiva sintática, pode-se dizer, então, que o sentido dessa categoria verbal será sempre único, uma vez que resulta do arranjo, também único, promovido pelo locutor, que, a partir de seus objetivos e das circunstâncias enunciativas, visa à expressão de uma idéia.

É possível afirmar, por conseguinte, com base nesses pressupostos, que a instância de discurso é constitutiva das vozes verbais: é na e pela enunciação que são produzidas as formas da língua para a expressão de uma idéia referente à atitude do locutor e à situação de discurso. Assim, vista desse prisma, a voz verbal deixa de ser considerada categoria limitada à frase¹²⁰ e

¹²⁰ *Frases* remete, aqui, pois, à definição tradicional: “estrutura formada, normalmente, por sujeito e predicado, ou “unidade mínima de comunicação”.

passa a ser reconhecida como categoria interna ao discurso, ou seja, como categoria dêitica, já que se submete a um agenciamento enunciativo do sujeito. Para Benveniste, o dêitico é uma palavra – ou categoria – que adquire sentido a partir do sujeito que a enuncia, e não a partir de uma situação no mundo real. De acordo com Flores e Silva (2000, p.36), para o autor, “os dêiticos são categorias vazias porque, enquanto signos concretos, adquirem estatuto pleno na e pela enunciação, embora possuam um lugar na língua. Os dêiticos não existem como signos virtuais, mas como signos na enunciação inaugurada por um EU”.

Analisamos, pois, as vozes nesta perspectiva: de um ponto de vista que concebe a língua como um sistema que depende, para sua manifestação, do uso de um sujeito em face de uma instância enunciativa, portanto como um sistema que possibilita a expressão da subjetividade. Conseqüentemente, a fim de contemplar a ancoragem situacional dessa categoria, nossas análises consideram o sujeito que a enuncia.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Sobre o *corpus*

Nosso corpus, embora constituído, predominantemente, de textos de jornais e revistas, contemplando uma tipologia variada, reunindo textos de editoriais, de reportagem, publicitários, humorísticos e crônicas, inclui, também, textos orais, extraídos de programas e de comercial de TV, bem como de conversas informais, de forma que atinge situações enunciativas diversas. Dessa forma, acreditamos que essas modalidades textuais, por expressarem uma gama variada do uso das vozes verbais, ou seja, uma variedade de situações enunciativas, garantem, de certo modo, a apreensão do fenômeno de uma forma ampla, contemplando a língua *em emprego*.

Para constituição do *corpus*, selecionamos, aleatoriamente, num primeiro momento, cerca de duzentos textos. A seguir, tendo como critério a variedade das construções de vozes e a formação de paradigmas, buscamos constituir o *corpus*, selecionando vinte recortes para as análises. Mas, à medida que o trabalho tomava corpo, novos textos foram sendo incorporados ao *corpus*, inclusive, textos orais, captados em decorrência de nossa constante atenção ao mecanismo da língua em uso, disso resultando um *corpus* constituído por 34 enunciados.

Na realização dos recortes, não nos ativemos à frase enquanto estrutura formada, normalmente, por sujeito e predicado, como é definida pela tradição gramatical, mas à frase enquanto enunciado, produto da enunciação, portanto lugar em que o locutor organiza as palavras e promove sentidos. Desse modo, há, em nosso *corpus*, alguns enunciados mais extensos, outros mais curtos, tendo em vista nosso objetivo de apreender, neles, as relações mórfico-sintático-semânticas estabelecidas entre seus elementos, ou seja, o sentido atribuído

pelo sujeito às vozes verbais. Os recortes foram efetuados, portanto, de modo a possibilitar a verificação das inter-relações que as formas verbais mantêm com as demais palavras do enunciado, definindo o sentido das vozes.

Por conceituarmos enunciado, neste estudo, como produto da enunciação, ou seja, expressão de palavras que promovem sentido através do dizer do sujeito e que têm a instância de discurso como referência, compartilhamos do ponto de vista de Lichtenberg (2001, p.152), que afirma que todas as ocorrências constatadas na seleção do *corpus* de uma pesquisa poderiam ser analisadas, já que “cada enunciado é único e não-repetível”. Assim, mesmo uma análise quantitativa não esgotaria todas as possibilidades de emprego das formas da língua. Por essa razão e também devido ao fato de este trabalho ter extensão limitada, optamos por analisar trinta e quatro enunciados somente.

Assim, não temos – nem poderíamos ter – a pretensão de explorar, com as análises, todas as possibilidades de uso das vozes verbais, visto ser, segundo a teoria que dá suporte a este trabalho, cada emprego único. O objetivo dessas análises é, portanto, verificar os sentidos que os interlocutores atribuem às construções de vozes, tratando as vozes verbais sob a perspectiva desses interlocutores, identificando relações mórfico-sintático-semânticas por eles estabelecidas e que promovem o sentido do enunciado.

4.2 Sobre a análise do *corpus*

O objetivo geral deste trabalho, como destacamos na introdução, é propor uma sintaxe que considere o sentido como elemento central no dispositivo sintático da língua, ou seja, constituir uma sintaxe vinculada à enunciação. Essa sintaxe, conforme também destacamos anteriormente, é a que se depreende da teoria enunciativa de Benveniste: arranjo de palavras promovido pelo locutor para a expressão de uma idéia. Trata-se, pois, de sintaxe que se constitui na enunciação e que, conseqüentemente, não apresenta regularidades. Com efeito, se cada enunciado manifesta uma idéia singular, se é único, exige, também, um arranjo único. Assim, a nossa proposta é, como sugere Benveniste, chegar ao sentido das vozes verbais ultrapassando a descrição sintática das diferenças formais, mostrando que ele resulta da intenção do locutor que se expressa através do enunciado.

Tendo em vista esse objetivo e os objetivos específicos do trabalho, a partir da leitura de Benveniste, estabelecemos um princípio metodológico para a realização das análises: as vozes verbais têm conceito na língua. O nível semiótico prevê a significação de voz *ativa*, de voz

passiva e de voz reflexiva (média ou medial). Mas, quando se passa a focar a língua em uso, esses conceitos, embora mantidos em sua generalidade, atualizam-se em cada enunciação, no dizer do sujeito, que é sempre singular, de forma que não se pode definir, *a priori*, uma sintaxe para a expressão dessas vozes: cabe ao locutor escolher o arranjo apropriado para sua expressão em cada situação de discurso.

Quanto a isso, vale destacar que nos comunicamos com frases¹²¹ – não com palavras –, embora, muitas vezes, “truncadas, embrionárias, incompletas” (PLG II, p.228), mas sempre através delas. Desse modo, a frase, presente na língua em uso, difere do signo, unidade semiótica. Segundo Benveniste, do semiótico ao semântico, ocorre “uma mudança radical de perspectiva” (PLG II, p.229). O signo expressa a realidade intrínseca da língua, de forma que não se aplica a situações particulares. A frase liga-se a cada instância enunciativa: enquanto “o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (idem, p.230).

Assim, a análise que propomos, embasada no referencial enunciativo de Benveniste, não pode se deter apenas na forma do verbo: analisar o processo verbal implica analisar toda a frase, ou todo o enunciado, buscando verificar o sentido que o locutor atribui a esse processo. É preciso, portanto, que se identifiquem, no enunciado, os sinais que expressam a referência à instância enunciativa e à atitude do locutor. Desse modo, as análises não terão, por foco, somente formas verbais, mas também nominalizações decorrentes dessas formas e, inclusive, frases nominais imperativas.

Sob essa perspectiva, descrever as vozes é procurar verificar no enunciado as formas de atualização dos signos da língua usados pelo locutor para expressão da idéia atinente ao processo verbal. E essa atualização implica, como vimos, referência sempre única a um *eu-tu-aqui-agora*, de acordo com a circunstância enunciativa. Com efeito, tanto pela oposição quanto pela solidariedade estabelecida entre as palavras do enunciado, o locutor se expressa. Essa expressão resulta das relações mórfico-sintático-semânticas que definem o sentido do enunciado, atribuindo-lhe caráter de unicidade: ele é único, já que única é a instância de enunciação.

As análises a que procederemos no próximo capítulo fundamentam-se, pois, no pressuposto de que é no uso da língua que os sentidos se instauram. A perspectiva aqui assumida, a da língua em uso, considera, pois, que o sentido das vozes se estabelece pelo

¹²¹ A luz da teoria da enunciação de Benveniste, o termo *frases* remete, aqui, a enunciados, ou a discursos, e não ao sentido canônico que lhe é atribuído pela teoria gramatical.

dizer do sujeito, que atribui referência à instância do discurso. Assim, segundo essa concepção, o sujeito é visto como constituinte, e não mais como exterioridade da lingüística: *eu* é essencialmente lingüístico: é a palavra que coloca a língua em funcionamento. Esse modelo de subjetividade cabe, pois, dentro dos limites de uma análise lingüística.

Portanto, a partir do pressuposto segundo o qual a apreensão de sentidos está ligada à atribuição de referência – em qualquer manifestação da língua o sujeito diz-se: a língua só existe na perspectiva de um *eu* –, buscamos, no enunciado, marcas dessa subjetividade, a fim de verificar a atribuição, por parte do locutor, de referência a uma determinada situação.

Cabe lembrar, no entanto, não ser nosso objetivo negar as concepções dos gramáticos acerca das vozes verbais, até porque o quadro teórico que movimentamos é outro. O que pretendemos é proporcionar uma descrição do tema sob um novo ponto de vista, sob um enfoque ainda não explorado no estudo da categoria de voz: a enunciação. Lembramos, também, que não elaboraremos novos conceitos de vozes verbais. Partiremos dos conceitos tradicionais, buscando reorganizá-los à luz da teoria da enunciação de Benveniste.

Desse modo, não visamos, com este trabalho, a refutar as teorias tradicionais ou reformulá-las. O que pretendemos é verificar os sentidos das vozes que se manifestam no enunciado e que, a cada instância de discurso, são promovidos pelos locutores através de uma sintaxe que emana de relações mórfico-sintático-semânticas por eles promovidas. Buscamos, pois, mostrar, confirmando hipóteses, que é no uso, ou seja, no ato individual em que o locutor profere *eu* e se apropria de toda a língua, que esta tem referência única que se manifesta por meio da sintaxe da enunciação.

Do mesmo modo, conforme destacamos na introdução, não temos o objetivo de estabelecer critérios de classificação das vozes verbais, o que seria incoerente com a teoria que fundamenta nossas análises, a qual não comporta uniformizações: cada enunciado é singular. Assim, de acordo com esse contexto teórico, qualquer tentativa de estabelecer semelhantes critérios seria estéril, já que visaria a controlar o incontrolável.

Em virtude desse modelo teórico adotado, não procederemos, também, a quantificações das construções de vozes. Isso iria de encontro à teoria que embasa nossas análises, segundo a qual o sentido das vozes verbais é atualizado em cada instância enunciativa, definido pela idéia que o sujeito deseja expressar e pela situação de discurso, não se submetendo, pois, totalmente, ao critério das formas e não preexistindo ao discurso.

Uma observação faz-se, ainda, necessária. A fim de nos tornarmos compreensíveis e de não sermos acusados de menosprezar toda a tradição gramatical, bem como por não pretendermos proceder a um estudo profundo da categoria das vozes, mas estabelecer relações mórfico-sintático-semânticas que nos possibilitem tratá-la sob a perspectiva de um *eu-tu-aqui- agora*, manteremos, nas análises, a nomenclatura da morfologia e da sintaxe tradicionais. Para estabelecermos a diferença entre o termo *sujeito* da teoria da enunciação e o mesmo termo da sintaxe tradicional, quando se tratar do segundo caso, acrescentaremos o adjetivo *gramatical* ao termo. Para distinguirmos as transcrições das paráfrases, aquelas serão registradas em itálico, e estas, na forma arial.

Assim, reafirmamos as hipóteses deste trabalho:

- a) a voz verbal é dêitica, ou seja, é categoria do discurso, que resulta do sujeito que a enuncia.
- c) o sentido da voz verbal não se submete, totalmente, ao critério de uma forma estabelecida *a priori*: ele resulta de uma sintaxe que se manifesta na enunciação, em decorrência do contexto e da atitude do sujeito frente a ele.

Analisaremos o *corpus* a partir do que definimos como mínimo necessário para a análise enunciativa da linguagem: o ato individual de enunciação, a situação em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. Em cada enunciado, serão, pois, considerados:

- a) os recursos lingüísticos utilizados para a realização das vozes verbais: a estrutura dos sintagmas nominais e dos verbais, os complementos verbais e os sintagmas adverbiais;
- b) as relações mórfico-sintático-semânticas que os interlocutores estabelecem no enunciado, ao movimentarem a categoria das vozes verbais..
- c) o sentido das vozes verbais produzido pelo sujeito face à situação espaço-temporal.

Sob esse prisma, as vozes serão analisadas sempre em um contexto de ocorrência. Isso implica definir como unidade de análise não mais a forma verbal, porém o enunciado, isto é, o produto concreto do ato de utilização da língua por um sujeito.

5 ANÁLISES DO CORPUS

Vimos, neste trabalho, que a atribuição de sentido ou de referência requer uma sintaxe, mas que essa não define, *a priori*, o sentido do enunciado. Vimos, também, que Benveniste, buscando dar conta da significação, concebe a existência de duas sintaxes: a da língua e a da enunciação. A primeira se manifesta através de uma base mórfico-sintática: é a sintaxe enquanto mecanismo gramatical, ou seja, a sintaxe das formas, que serve à expressão de uma determinada idéia. A segunda é uma sintaxe que emerge em cada enunciação e que determina o sentido do enunciado, ou seja, é uma sintaxe como manifestação de um sujeito¹²² dessa enunciação, sintaxe como enunciado, manifesta na anterior, através de relações promovidas por esse sujeito na base mórfico-sintática.

Ainda que a concepção dessas duas sintaxes possibilite a compreensão da linguagem como “atividade significante” ou da “língua em emprego e em ação” (PLGII, p.223-229), cabe lembrar que o estabelecimento dessa distinção se deve apenas à tentativa de mostrar como se dá o processo de constituição do sentido segundo a teoria de Benveniste. Com efeito, as duas sintaxes estão inter-relacionadas: a sintaxe da enunciação – o sentido – manifesta-se na sintaxe da língua, que, por sua vez, oferece formas adequadas para essa manifestação, ou seja, para a expressão de uma determinada idéia pretendida pelo locutor. Assim, é através das formas da língua, agenciadas e organizadas sintaticamente, que o locutor atribui sentido a uma dada situação. Sintaxe, sob esse prisma, está a serviço da significação: é o sujeito que se expressa a partir de suas intenções e das circunstâncias que se apresentam.

¹²² Neste estudo, usamos os termos *locutor*, “*eu*”, *sujeito* e *enunciador* com o mesmo valor semântico.

Neste capítulo, procuraremos assumir os procedimentos metodológicos delineados anteriormente. As análises a que aqui procederemos contemplarão, pois, as duas concepções de sintaxe, visto não ser possível separá-las. Assim, procuraremos identificar, em cada enunciado, as marcas da enunciação deixadas pelo locutor, buscando, através delas, apreender o sentido sempre novo por ele atribuído às vozes verbais, resultante da instância enunciativa.

Cabe lembrar, também, que a concepção de sentido que integra este estudo está na base da formulação por Benveniste, de modo sistemático, de uma nova lingüística, que deve tratar da frase discursivamente: a lingüística da semântica, distinta da lingüística do sistema, ou semiótica. Concebemos, pois, neste estudo, o sentido como resultante da relação entre as particularidades formais dos enunciados e a circunstância enunciativa. Visto dessa perspectiva, ele se identifica com a sintaxe que emana da enunciação, de modo que não se submete, totalmente, a formas preestabelecidas.

Destacamos, ainda, o fato de que as análises a seguir não têm a pretensão de serem exaustivas, o que, como já enfatizamos, de acordo com o modelo teórico que elegemos para este trabalho, seria inviável. Devem ser vistas, no entanto, como sendo de caráter ilustrativo da proposta defendida, fundamentada na perspectiva enunciativa de estudo da linguagem. Essas análises implicam, pois, que procuremos, em cada enunciado, traços reveladores do sentido que o sujeito atribui às vozes verbais através do estabelecimento de referência única relacionada ao *eu-tu, aqui e agora*.

Dividimos os enunciados das análises em cinco grupos. O primeiro deles, o mais numeroso, é formado por enunciados cujo foco de análise é a construção com verbos acompanhados do pronome *se*. Já o segundo grupo apresenta enunciados cujo objeto de análise é a construção ativa. O terceiro grupo reúne enunciados cujo centro de análise é a construção passiva canônica. O quarto grupo contempla as nominalizações, e o quinto, outras construções.

5.1 Análises de construções verbais com o pronome *se*

Trata-se do grupo mais numeroso, já que oferece mais possibilidades de análise devido ao fato de poderem ser identificados, nessas construções, o traço [+ativo], o [-ativo]¹²³ e os traços, ao mesmo tempo, [+ativo] e [-ativo]¹²⁴.

¹²³ Construção denominada *voz passiva sintética* ou *pronominal* pela gramática tradicional.

¹²⁴ Construção denominada *voz reflexiva* pela gramática tradicional.

5.1.1 Construções com traço [+ativo]

5.1.1.1 *Que bom seria se, ao menos no mundo dos negócios, as pessoas fossem mais enfáticas. Mais seguras. Em vez de eu acho, usar eu sei, eu assumo. Mas para isso tem que ter coragem, estar preparado, ter estudado. Ao tratar da questão da qualidade, lidamos com a morte do “eu acho”. Empresas cujos sistemas de gerenciamentos estão amadurecidos, não têm mais espaço para suposições. (...) A lição é clara. Qualidade não se acha. Se constrói. Com investimentos, perseverança e um plano claro e disseminado. E o mais importante: com uma equipe que não ‘acha’ que é capaz. Tem certeza.* (Pires, Zero Hora, 16 de nov. de 2003, p.17)

Nesse recorte, entre outros, temos os verbos *achar* e *construir*, transitivos diretos, acompanhados do pronome *se*, integrando uma construção que a maioria dos gramáticos tradicionais denomina voz *passiva sintética ou pronominal*.

Assim, do ponto de vista tradicional, o pronome *se*, nessas construções, é *apassivador*, de forma que os verbos que as integram apresentam o traço [-ativo]. Se analisarmos, então, o enunciado sob essa perspectiva, diremos que o sentido expresso por ele é o de que qualidade não é achada: é construída com trabalho e competência.

Mas alguns autores, como Said Ali e Luft, conforme pp. 25 e 36 deste trabalho, respectivamente, vêm a possibilidade de considerar ativas tais construções, analisando, em tais casos, o pronome *se* como sujeito dessas construções ou como *índice de indeterminação* desse sujeito. Dessa forma, atribuiriam a esse enunciado o seguinte sentido: *qualidade as pessoas não acham: constroem-na*. De acordo com essa concepção, o sintagma *qualidade* seria o objeto direto dos verbos *achar* e *construir*, e não sujeito, como pretendem os gramáticos tradicionais.

Já, sob a perspectiva enunciativa, tais verbos, acompanhados do pronome *se*, contêm tanto o traço [+ativo] quanto o [-ativo]. A manifestação de um ou de outro dependerá da forma como o sujeito agencia os elementos do enunciado.

Assim, nesse recorte, pode-se dizer que o locutor atribui aos verbos *achar* e *construir* o traço [+ativo]. Uma das marcas que apontam para essa possibilidade é a presença dos outros verbos do enunciado, que apresentam, como sujeito gramatical, os sintagmas *as pessoas*, *eu*, *nós*, *empresas* e *uma equipe* (representada pelo pronome relativo *que*): *as pessoas (fossem mais enfáticas, mais seguras)*; *eu (acho, sei, assumo)*; *nós (lidamos com a morte do “eu*

acho”); *empresas (não têm mais espaço para suposições)*; *uma equipe (que não acha que é capaz. Tem certeza)*, que indicam a presença do traço [+ativo] nos respectivos verbos.

Igualmente, destacamos a anteposição do sintagma nominal *qualidade (Qualidade não se acha)*, que, a nosso ver, contribui, também, para a identificação do traço [+ativo] nos verbos *achar* e *construir*, já que tal fato sintático põe em destaque o referido sintagma, causando o efeito de sentido previsto por Luft e Said Ali: *as pessoas não acham qualidade: constroem-na*. Mas cabe enfatizar que mesmo a posposição poderia indicar, aqui, a presença do traço [+ativo].

Pode-se citar, ainda, como evidência de que esses verbos expressam o traço [+ativo], a presença, no enunciado, do sintagma adverbial *com investimentos, perseverança e um plano claro e disseminado, com uma equipe que não ‘acha’ que é capaz. (Tem certeza)*, de modo que se poderia reescrever desta forma a parte final do recorte: *As pessoas não acham qualidade, mas a constroem com investimentos, perseverança e com uma equipe que tem certeza da sua competência*.

Portanto, no quadro do aparelho formal da enunciação, percebe-se que, por meio do agenciamento sintático dos elementos desse enunciado, o locutor atribui ao pronome *se* o sentido de um agente indeterminado humano, que inclui todas as pessoas, não só ele e o interlocutor (*as pessoas não acham qualidade, mas a constroem*), definindo, pois, o traço [+ativo] dos verbos *achar* e *construir*. Tal agenciamento produz o seguinte efeito de sentido: no mundo empresarial, para haver qualidade, as pessoas devem ser enfáticas, seguras do que querem e do que dizem.

5.1.1.2 *Ir ao encontro de uma geleira na Patagônia chilena é um longo caminho, mas cheio de encantos. Primeiro é preciso pegar um vôo de Santiago até Balmaceda. As duas horas pelo ar passam rápido, pois do avião é possível acompanhar a Cordilheira dos Andes com seus picos nevados. Chegando ao sul do território chileno, é preciso pegar uma van e andar 180 Km até a cidade de Puerto Chacabuco. No trajeto, não é possível tirar os olhos da janela, na pouco povoada região (0,8 habitante por Km). A rápida mudança de cenários em que se pode observar pampas, cadeias de montanha, vales, cachoeiras e vegetação faz o passageiro perder a noção do tempo.* (MONET - Revista NET, mar. de 2004, p.34)

A locução verbal *pode observar*, formada pelo verbo auxiliar *poder* e pelo principal *observar* (verbo transitivo direto), é núcleo do predicado *em que se pode observar pampas*,

cadeias de montanhas, vales, cachoeiras e vegetação, formando a oração adjetiva restritiva, que tem, como principal, *A rápida mudança faz o passageiro perder a noção de tempo*. Está acompanhada do pronome *se*, integrando uma construção que a maioria dos gramáticos tradicionais considera “errada”, visto não ser feita a concordância com o sujeito gramatical *pampas, cadeias de montanhas, vales, cachoeiras e vegetação*.

Mas, justamente em virtude do fato de, na maioria das vezes, pelo menos no nível coloquial, o locutor não realizar a concordância com o sintagma nominal posposto ao verbo, é que alguns autores vêem, aqui, a possibilidade de se considerarem ativas tais construções.¹²⁵ Desse modo, segundo tal ponto de vista, nesse enunciado, os sintagmas *pampas, cadeias de montanhas, vales, cachoeiras e vegetação* seriam complementos verbais do verbo *observar*, e não sujeitos gramaticais.

De acordo com a teoria enunciativa, verbos transitivos diretos como *observar*, acompanhados do pronome *se*, podem apresentar o traço [+ativo], o [-ativo] ou os dois ao mesmo tempo. A manifestação desses traços dependerá, portanto, da forma como o sujeito agencia os elementos do enunciado.

Assim, segundo essa perspectiva, pode-se dizer que tanto o locutor quanto o interlocutor atribuem, nesse recorte, à locução *pode observar* o traço [+ativo]. Percebe-se esse movimento através de evidências formais. Uma delas diz respeito ao fato da não-ocorrência de concordância do verbo auxiliar *poder* (*se pode observar*) com os sintagmas *pampas, cadeias de montanha, vales, cachoeiras e vegetação*. Outra se refere ao fato de os demais verbos do recorte que remetem ao elemento humano (*ir, pegar, acompanhar, chegar, andar, tirar e perder*) apresentarem, também, o traço [+ativo]. Pode-se destacar, ainda, a presença, no enunciado, da construção *fazer perder* (*A rápida mudança faz o passageiro perder a noção de tempo*), que contribui, igualmente, para o seguinte efeito de sentido: *A rápida mudança de cenários em que as pessoas podem observar pampas, cadeias de montanha, vales, cachoeiras e vegetação, fá-las perder a noção do tempo*.

Cabe ressaltar, além disso, um aspecto que também faz parte das circunstâncias de produção desse enunciado. Trata-se do fato de ele integrar um informativo turístico da revista, de modo que fica implícita a intenção do locutor de persuadir um possível interlocutor a

¹²⁵ Said Ali, conforme p. 25 deste trabalho, diz que aqui é “latente a noção de agente humano”. Da mesma forma, Luft, conforme p. 36, vê, em tais casos, “um sujeito indefinido”, formalizado no *se*, que, segundo ele, pode, tranquilamente, ser analisado como sujeito.

realizar uma viagem ao Chile, onde poderá *observar* belas paisagens, de forma a *perder a noção de tempo*.

5.1.1.3 *Capa de Zero Hora de 12 de março: ‘O terror ataca...’, ‘O horror mata...’ Um, em Madri; outro, em Viamão, RS. Um atacou adultos trabalhadores; o outro matou crianças. De um não se sabe a idade; do outro, que ainda é uma ‘criança’ de 18 anos. Um atacou milhares, feriu mil e matou quase duzentas. O outro atacou seis e matou cinco, para ferir uma. De um não se conhece a cara; do outro, já se viu até fotografia.* (Corazza, Zero Hora, 13 de mar. de 2004, p.15)

Os verbos *saber*, *conhecer* e *ver* são transitivos diretos e integram, nesse recorte, uma construção com o pronome *se*, a qual a gramática tradicional denomina *voz passiva sintética ou pronominal*, considerando sujeitos gramaticais os sintagmas pospostos a eles e identificando, pois, em tais verbos, o traço [-ativo]. Assim, se analisássemos essas construções sob tal perspectiva, diríamos que o verbo *saber* tem, aqui, como sujeito gramatical, o sintagma *a idade de um*; o verbo *conhecer*, *a cara de um*, e o verbo *ver*, *fotografia de outro*.

Outra possibilidade de análise, referendada, como demonstramos neste trabalho, por Luft e Said Ali, é considerar tais construções ativas, interpretando o pronome *se* como *índice de indeterminação* do sujeito dessas construções ou como o seu próprio sujeito gramatical e atribuindo, portanto, o traço [+ativo] a elas.

Já, sob o prisma enunciativo, o traço dos verbos de tais construções pode atualizar-se, na instância em que é proferido, tanto como [-ativo] quanto como [+ativo], de forma que caberá ao locutor, através de um arranjo sintático, determinar qual deles caracterizará os verbos em seus respectivos enunciados.

Assim, pode-se dizer que o locutor desse recorte atribui a um sintagma implícito e indeterminado (as pessoas em geral, entre as quais se inclui), representado pelo pronome *se*, o fato de não *saber a idade do criminoso*, o de não *lhe conhecer a cara* e o de *já ter visto o outro criminoso até em fotografia*. Para tal, agencia, sintaticamente, os elementos que integram o enunciado, atualizando o traço [+ativo] das construções *saber-se*, *conhecer-se* e *ver-se*.

Evidências formais e semânticas conduzem a essa leitura. Dentre as primeiras, podem-se citar as várias ocorrências, no enunciado, de dois sintagmas nominais com sentido, também,

indeterminado: *um* (cinco ocorrências) e *outro* (quatro ocorrências). Quanto às segundas, manifestam-se no modo como o enunciado pode ser reescrito: *De um as pessoas em geral (nós) não sabem (sabemos) a idade; (...) De um as pessoas as pessoas (nós) não conhecem (conhecemos) a cara; do outro, já viram (vimos) até fotografia.*

De acordo com o quadro do aparelho formal da enunciação, o traço [+ativo] manifesto nas construções verbais *se sabe*, *se conhece* e *se viu* têm, nesse recorte, a função de estabelecer uma idéia de generalidade: *as pessoas, em geral, não sabem a idade de um dos marginais nem lhe conhecem a cara; de outro, sabem que ainda é uma criança de 18 anos e já viram até fotografia.* Desse modo, o processo descrito no enunciado situa o locutor e um possível interlocutor frente ao problema da violência, uma vez que todos estamos envolvidos com essa questão.

5.1.1.4 *Quando a verdade última é a última verdade, quando a convicção do dogma é irreversivelmente determinada, quando se despreza em si mesmo a existência do outro e a ação destrutiva gratifica a sombra da alma, estamos na adição inconsciente à destruição.* (Osório, Zero Hora, 13 de mar. de 2004, p.15)

O verbo *desprezar*, transitivo direto, está, nesse enunciado, acompanhado do pronome *se*, que a gramática tradicional, dependendo da construção, considera *apassivador* ou *reflexivo*. No sistema da língua, esse verbo apresenta, pois, tanto o traço [-ativo] quanto, concomitantemente, os traços [-ativo] e [+ativo].

Mas, como mostramos anteriormente, há outra possibilidade de análise para esse tipo de construção, embora não referendada pela gramática tradicional, que consiste em considerar o pronome *se* sujeito gramatical do respectivo verbo, ou *índice de indeterminação* desse sujeito, atribuindo ao verbo – no caso, *desprezar* – o traço [+ativo]. Portanto, de acordo com esse ponto de vista, nesse recorte, o sintagma *a existência do outro* seria objeto direto, e não sujeito.

Sob o enfoque enunciativo, ambos os traços podem ser atualizados, cabendo ao locutor definir qual deles utilizar para a expressão de sua idéia. Tudo depende, portanto, das suas intenções, ou do arranjo a que ele procederá na construção de cada enunciado.

Dessa forma, pode-se dizer que o locutor engendra como [+ativo] o verbo *desprezar* no enunciado em análise: atribui às pessoas em geral, entre as quais ele e o interlocutor se incluem, o ato de desprezar a existência do outro. Apontam para isso marcas lingüísticas,

como o sintagma adverbial *em si mesmo* e o verbal *estamos*. Assim, através da atribuição do traço [+ativo] ao verbo *desprezar*, o locutor expressa a convicção de que, *quando desprezamos em nós mesmos a existência do outro e a ação destrutiva gratifica a sombra da alma, estamos na adição inconsciente à destruição*.

5.1.1.5 No FSM¹²⁶, *a Capital acolhe artistas, intelectuais, novas vanguardas e militâncias; um grande caldeirão de riquezas e misérias que jamais vira Torre de Babel, pois todos têm como eixo o contraponto à lógica individualista do neoliberalismo. O Fórum amplia visões de mundo, pois não apaga diferenças, reconhece o outro em suas singularidades. Aqui ou na Índia, valoriza-se a opinião pública crítica e autônoma, pois omissão e silêncio legitimam mais desigualdade e destruição*. (Moraes, Correio do Povo, 25 de jan. de 2005, p. 04)

Valorizar é verbo transitivo direto e está acompanhado, nesse enunciado, do pronome *se*. Apesar de alguns autores descritivos, conforme já destacamos neste estudo, atribuírem traço [+ativo] a tal tipo de construção, considerando, aí, o pronome *se* seu sujeito gramatical ou *índice de indeterminação* desse sujeito, a maioria dos gramáticos denomina-a *passiva sintética* ou *pronominal*, conferindo-lhe, portanto, o traço [-ativo] e considerando a partícula *se* apassivadora. Assim, se analisarmos o enunciado em questão sob essa perspectiva, diremos que o sujeito gramatical do predicado *Aqui ou na Índia, valoriza-se* é o sintagma *a opinião pública*, ou seja, o sentido que se estabelece é o de que, *aqui ou na Índia, a opinião pública é valorizada*. Canonicamente, a construção *valorizar-se* pode conter, também, ao mesmo tempo, o traço [+ativo] e o [-ativo], caracterizando a construção denominada *voz reflexiva* pela gramática tradicional.

Mas, em contraposição a esses pontos de vista, de acordo com a teoria enunciativa benvenistiana, pode-se dizer que outra possibilidade de leitura a ser feita desse recorte é a de que o locutor atribui a esse verbo unicamente o traço [+ativo], usando o pronome *se* com o sentido de *nós (as pessoas em geral)*, ratificando, pois, as análises descritivas. Evidências tanto formais quanto semânticas levam a essa conclusão. Quanto às primeiras, pode-se citar a ocorrência do traço [+ativo] nos verbos do período anterior (*ampliar, apagar e reconhecer*) e no outro verbo do período (*legitimar*), podendo-se afirmar existir, aí, uma forma de contaminação quanto à presença do traço [+ativo] em tais verbos. Em termos semânticos, essa

¹²⁶ Fórum Social Mundial, que teve a sua quinta edição mais uma vez realizada em Porto Alegre, em janeiro de 2005.

análise é respaldada pelo modo como é possível reescrever o enunciado: *Aqui ou na Índia, as pessoas valorizam a opinião pública crítica e autônoma, pois omissão e silêncio legitimam mais desigualdade e destruição.*

Pode-se, então, dizer que o locutor, ao atribuir, nesse recorte, o traço [+ativo] a *valorizar-se*, tem a intenção de destacar o fato de que os brasileiros, assim como os indianos, valorizam *a opinião pública crítica e autônoma.*

Porém, como já manifestamos neste trabalho, não é a forma do verbo que expressa os traços [+ativo], [-ativo] ou os dois ao mesmo tempo, mas o sujeito e o interlocutor é que lhe atribuem tais traços. Por conseguinte, interlocutores desse recorte poderão fazer outra leitura da forma *valorizam-se*, atribuindo-lhe o traço [-ativo], previsto no sistema da língua, e gerando, pois, uma outra reescritura do recorte: *Aqui ou na Índia, é valorizada a opinião pública crítica e autônoma.*

5.1.1.6 *Não é possível que esta sinistra metástase vá levar por diante também um dos últimos baluartes do governo Lula que ficaram em pé: Antonio Palocci. Não restará pedra sobre pedra? Não há quem não torça neste instante dramático, nem o mais empedernido antipetista, para que Palocci se salve deste vendaval. Porque, se ele fenecer, o país pode entrar em parafuso.* (Sant'ana, Zero Hora, 20 de ago. de 2005, p.55)

Salvar é verbo transitivo direto e, aqui, é núcleo do predicado *se salve deste vendaval*. Seu sujeito gramatical é o sintagma nominal *Palocci*, anteposto a ele. No léxico, esse verbo, acompanhado do pronome *se*, contém, simultaneamente, os traços [+ativo] e [-ativo], ou o [-ativo] apenas, podendo, pois, integrar tanto construções que os gramáticos tradicionais denominam voz *reflexiva* quanto aquelas por eles denominadas *passiva sintética* ou *pronominal*.

Sob o prisma enunciativo, é possível afirmar que, nesse enunciado, o locutor atribui, concomitantemente, o traço [+ativo] e o [-ativo] a *salvar-se*. Marcas formais e semânticas possibilitam tal leitura. Quanto às primeiras, pode-se citar a anteposição de seu sujeito gramatical, *Palocci*, bem como a seqüência do enunciado, que apresenta um sintagma oracional adverbial constituído pelo verbo *fenecer* (*se ele fenecer*), de traço [+ativo]. Em relação às segundas, destaca-se a possibilidade de reescritura do recorte: *Não há quem não torça neste instante dramático, nem o mais empedernido antipetista, para que Palocci escape deste vendaval. Porque, se ele não resistir, o país pode entrar em parafuso.*

Assim, o modo como o locutor agencia os elementos desse enunciado promove um sentido de flexibilidade, e não de passividade, para *salvar-se*: todos torcem para que Palocci salve a si mesmo, e não para que seja salvo por outros. Tal agenciamento tem, pois, a função de pôr em evidência a figura de *Palocci*, chamando a atenção do interlocutor para a importância da sua permanência no cargo de ministro da Fazenda.

5.1.2 Construções com traço [-ativo]

5.1.2.1 *Apenas em dois momentos específicos da história, no ciclo do açúcar e no do café, o Brasil controlou amplamente o comércio global de um produto agrícola como acontece agora com o mercado mundial de laranja. De acordo com os números mais recentes, 70% do suco consumido no mundo é plantado e industrializado por brasileiros. E esse mercado notável tem um rei. É José Luís Cutrale, detentor de uma marca fabulosa.(...) Analisados os ramos de atividade com alguma expressão na pauta de exportações nacional, em nenhum outro setor da economia se encontram empresários brasileiros operando nesse patamar.* (Revista *Veja*, 14 de mar. de 2003, p.39)

O verbo *encontrar*, transitivo direto, apresenta-se, aqui, acompanhado do pronome *se*. É núcleo do predicado *em nenhum outro ramo da economia se encontram*. Seu sujeito gramatical, segundo a gramática tradicional, é o sintagma nominal *empresários brasileiros*, o qual se encontra posposto a ele e determina sua forma de plural. Virtualmente, a forma *encontrar-se* apresenta tanto os traços [+ativo] e [-ativo] ao mesmo tempo quanto o [-ativo] somente.

À luz da teoria enunciativa, distinguimos, aqui, duas possibilidades de análise dessa forma. Uma delas nos leva a identificar nela apenas o traço [-ativo]. Entre as marcas lingüísticas que conduzem a essa visão, pode-se destacar a ocorrência de concordância desse verbo com o sujeito gramatical *empresários brasileiros*, bem como sua anteposição a ele. Respalda, também, tal análise a evidência semântica manifesta na possibilidade de reescritura desse enunciado: *Analisados os ramos de atividade com alguma expressão na pauta de exportações nacional, em nenhum outro setor são encontrados brasileiros operando nesse patamar.*

Mas, devido à presença, no enunciado, do sintagma adverbial oracional *operando nesse patamar*, que apresenta o verbo *operar*, de traço [+ativo], é possível que outro interlocutor veja, nessa ocorrência do verbo *encontrar*, o traço [+ativo], fazendo a seguinte leitura do

respectivo recorte: *Analisados os ramos de atividade com alguma expressão na pauta de exportações nacional, em nenhum outro setor da economia estão empresários brasileiros operando nesse patamar.*

Percebe-se, então, que a maneira como o sujeito agencia, sintaticamente, os elementos que integram esse enunciado, possibilita que se interprete, aqui, a forma *encontrar-se* como ativa ou como passiva. Desse modo, nesse contexto discursivo, ou seja, em sua reflexão sobre o mercado mundial de produtos agrícolas, o locutor promove um arranjo sintático, de forma a destacar o *mercado mundial da laranja*, possibilitando analisar o sintagma *empresários brasileiros* tanto como passivo quanto como ativo em relação ao fato de encontrar-se (*operando* no referido patamar): somente no setor do mercado mundial de laranja *são encontrados* (ou estão) empresários brasileiros *operando* num patamar de total controle sobre o comércio global.

5.1.2.2 *O conflito é mediado muitas vezes pelas nações mais ricas da Terra, mas nada convence a rivalidade. Não há acordo, só ódio e vingança, as vítimas vão se empilhando e nos enterros delas há gritos furiosos por vingança no lado palestino, providências prontas de revide sangrento no lado israelense. O confronto Israel-Palestina é a síntese desanimadora de que a história humana é inseparável da guerra e da destruição.* (Sant’ana, Zero Hora, 26 de mar. de 2004, p.71)

A construção *vão se empilhando* é formada pelo verbo auxiliar *ir* e pelo principal *empilhar*, transitivo direto, acompanhado do pronome *se*, que a gramática tradicional considera, dependendo da situação, *reflexivo* ou *apassivador*, identificando, portanto, nessa construção, tanto os traços [+ativo] e [-ativo] concomitantemente quanto o [-ativo]. Essa locução tem, aqui, como sujeito gramatical, *as vítimas*.

Assim, canonicamente, a forma *empilhar-se* contém, ao mesmo tempo, os traços [+ativo] e [-ativo], ou somente o [-ativo]. No primeiro caso, trata-se da construção denominada *voz reflexiva* pela gramática tradicional. No segundo, geralmente caracterizado pela posposição do sujeito gramatical, temos a construção que os gramáticos classificam como *voz passiva sintética ou pronominal*.

Porém, sob o prisma enunciativo, pode-se dizer que, nesse enunciado, embora o sujeito gramatical esteja anteposto ao verbo, o “eu” atribui a *empilhar* apenas o traço [-ativo].

Apontam para essa possibilidade a ocorrência do sintagma adverbial *nos enterros delas* e o sentido lexical passivo do sujeito gramatical *as vítimas*.

Assim, o modo como o sujeito agencia, sintaticamente, os elementos desse enunciado promove um efeito de passividade, e não de reflexibilidade para *empilhar-se: as vítimas vão sendo empilhadas, ou seja, seus corpos vão sendo colocados em montes*. Cabe notar, então, que, através da atribuição do traço [-ativo] a essa construção, bem como por meio do próprio agenciamento desse termo, cujo sentido lexical é “pôr em pilha”, “amontoar”, o locutor chama a atenção para existência da guerra e da destruição, que coisificam o ser humano.

5.1.2.3 *De 2001 a 2003, mostra a pesquisa, o ganho médio dos paulistanos caiu 18,8% e a oferta de trabalho declinou em 22%, enquanto nas ruas os furtos e roubos a transeuntes aumentaram quase na mesma proporção, 23%. Além disso, nas grandes cidades, os que perdem em renda ou se desempregam, continuam a conviver com as vastas ofertas de prazer, de conforto ou até mesmo de sobrevivência nos shoppings, nos supermercados e nos restaurantes, constituindo-se muitas vezes em tentação obter ganhos através do crime, outras vezes em absoluta necessidade.* (Sant’ana, Zero Hora, 6 de abr. de 2004, p.47)

O verbo *desempregar* tem, nesse recorte, como sujeito gramatical, o pronome relativo *que* (subentendido), que, por sua vez, possui como antecedente o pronome demonstrativo *os* (também subentendido: *ou (os que) se desempregam*). É núcleo do predicado de uma oração adjetiva restritiva que se apresenta coordenada à anterior – *que perdem* – através da conjunção *ou*. É transitivo direto e está acompanhado, aqui, do pronome *se*, que a gramática tradicional considera *reflexivo* ou *apassivador*. Com efeito, no sistema lingüístico, a forma *desempregar-se* contém, simultaneamente, os traços [+ativo] e [-ativo], ou apenas o traço [-ativo], conforme se trate da construção denominada *voz reflexiva* pela gramática tradicional, ou da construção classificada como *voz passiva sintética ou pronominal*, que se caracteriza pela posposição do sujeito gramatical.

Nesse recorte, sob o enfoque enunciativo, o locutor atribui a esse verbo apenas o traço [-ativo]. Apontam para essa possibilidade as marcas lingüísticas constituídas pelos sintagmas oracionais *a oferta de trabalho declinou em 22% e continuam a conviver com as vastas ofertas de prazer, de conforto ou até mesmo de sobrevivência nos shoppings, nos supermercados e nos restaurantes, constituindo-se muitas vezes em tentação obter ganhos através do crime, outras vezes em absoluta necessidade*.

Assim, nesse contexto discursivo, em sua reflexão sobre o mercado de trabalho, percebemos que o modo de o sujeito proceder ao agenciamento dos elementos que integram o enunciado, define o traço [-ativo] para *desempregar-se*, produzindo um efeito de passividade, e não de flexibilidade, em relação a esse verbo. Então, através de tal agenciamento, o sujeito diz que os indivíduos sofrem a ação de *desempregar-se*: são desempregados pelo sistema, sendo levados, muitas vezes, ao crime como forma de sobrevivência, de maneira que a criminalidade se torna uma consequência desse processo de exclusão social.

5.1.2.4 *Um choque entre um caminhão e um Chevette caindo aos pedaços, com umas sete pessoas dentro, entre elas duas crianças. Nada que precisasse de remoção com equipe especializada, mas era preciso socorrê-las. O que fiz? Saltei do carro em que estava, interrompi o trânsito e ajudei a distribuir os feridos entre os outros carros que se ofereceram para ajudar — as duas crianças e a mãe delas vieram comigo. Levei-as ao hospital (estávamos pertinho de Torres) e, apesar da sangueira, soube no dia seguinte que salvaram-se (sic) todos.* (Medeiros, DONNA ZH, 28 de mar. de 2004, p.22)

Salvar é verbo transitivo direto e apresenta-se, nesse recorte, acompanhado do pronome *se*. É núcleo do predicado *salvaram-se*. Seu sujeito gramatical é *todos*, o qual se encontra posposto a ele e determina a sua forma plural.

No sistema da língua, esse verbo, acompanhado do pronome *se*, contém, concomitantemente, o traço [+ativo] e o [-ativo], ou o [-ativo] somente, podendo, pois, aparecer tanto em construções que os gramáticos tradicionais denominam *voz reflexiva* quanto em construções denominadas *voz passiva sintética* ou *pronominal*.

Sob o prisma enunciativo, nesse recorte, locutor e o interlocutor atribuem o traço [-ativo] à forma *salvar-se*. Possibilitam essa leitura tanto marcas formais, como, por exemplo, a ocorrência do sintagma oracional *Levei-as ao hospital*, a concordância de *salvar-se* com o sujeito gramatical *todos* e a posposição desse sujeito, quanto evidências semânticas, expressas na possibilidade de reescritura do enunciado: *Levei-as ao hospital (estávamos pertinho de Torres) e, apesar da sangueira, soube, no dia seguinte, que todos haviam sido salvos*.

Assim, o modo como o “eu” agencia os elementos desse enunciado confere um sentido de passividade para a forma *salvar-se*, cujo traço [-ativo] possibilita ao locutor expressar que o ato de salvamento, no caso, não é realizado pelas vítimas do acidente, mas é praticado por

outras pessoas, entre as quais ele se insere: *O que fiz? Saltei do carro em que estava, interrompi o trânsito e ajudei a distribuir os feridos entre os outros carros que se ofereceram para ajudar – as duas crianças e a mãe delas vieram comigo. Levei-as ao hospital (estávamos pertinho de Torres) e, apesar da sangueira, soube no dia seguinte que salvaram-se todos.*

No quadro do aparelho formal da enunciação, podemos dizer, pois, que as relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor nesse recorte definem o traço [-ativo] para *salvar-se*, produzindo o efeito de sentido por ele pretendido com o agenciamento dessa forma verbal: destacar o fato de que as vítimas do acidente foram salvas, o que ocorreu graças à atitude altruísta de algumas pessoas, entre as quais ele se inclui.

5.1.3 Construções com traços [+ativo] e [-ativo]

5.1.3.1 *No fundo, aquela demora angustiante para atender o quero-quero que teve sua perna quebrada por um jogador, numa disputa de bola no Gre-Nal, revelou-se um atestado eloqüente de como os seres humanos desprezam os animais. O quero-quero se contorcia em dores e não conseguia apoiar-se no solo com a perna quebrada.(...) O jogo tinha que prosseguir. Mas como é que o jogo não prosseguiu quando três jogadores, em ocasiões diferentes, caíram no gramado lesionados? Nos três instantes, o juiz percebeu os jogadores caídos e logo acionou o carrinho-socorro. Foram perdidos alguns minutos com os três atendimentos. Por que não queria se perder um só instante do jogo para atender o quero-quero? Por que nenhuma daquelas pessoas que ficam à beira do gramado – e duas delas manifestaram claramente a sua apreensão com a dor do quero-quero – teve o assomo de invadir o campo e recolher o quero-quero, mesmo que isso acarretasse a paralisação do jogo?*

Aí é que eu quero chegar. Aquela nervosa demora em atender ao quero-quero se deu porque nós não temos consciência da solidariedade que devemos prestar aos animais e de que é responsabilidade dos homens a vida dos animais. A mentalidade que nos preside é a seguinte: ‘Parar três vezes um Gre-Nal por 20 segundos por causa de um quero-quero? Parou três vezes por causa de três jogadores lesionados, mas parar o jogo pela quarta vez por causa de um quero-quero intrometido que se feriu quando atrapalhava o espetáculo é uma demasia. Que ande o jogo e rale-se_o quero-quero’.

Um veterinário colou a perna do quero-quero e o animalzinho se recupera. Mas garanto que não tiveram o cuidado de fazer uma ressonância magnética. (Sant’ana, Zero Hora, 09 de mar. de 2004, p.47)

A forma verbal *ferir-se* apresenta, no léxico, tanto os traços [+ativo] e [-ativo] simultaneamente quanto o traço [-ativo] somente, caracterizando, portanto, as construções denominadas pelos gramáticos *voz reflexiva* e *voz passiva sintética*, respectivamente.

De acordo com a teoria enunciativa, nesse recorte, o sujeito confere, ironicamente, a esse verbo, ao mesmo tempo, os traços [+ativo] e [-ativo], produzindo um efeito de sentido que responsabiliza o pássaro pelo seu ferimento. Além da idéia global do recorte, possibilita tal leitura a marca da presença, no enunciado, tanto do adjetivo *intrometido* quanto do sintagma verbal *atrapalhava (o espetáculo)*. Igualmente contribui para essa análise o fato de o sujeito contrapor ao ato de o juiz *parar (o jogo)* três vezes devido a lesões de alguns jogadores o fato de não *parar* por mais vinte segundos em virtude da lesão do quero-quero. Assim, de acordo com essa passagem irônica, o quero-quero se feriu porque se intrometeu no jogo, ou porque o estava atrapalhando, sendo, pois, responsável por seu ferimento.

Desse modo, os traços [+ativo] e [-ativo], manifestos, aqui, pela forma *ferir-se*, atualizam-se na instância enunciativa: o locutor, ironicamente, expressando a mentalidade das pessoas em geral, responsabiliza o pássaro pela lesão sofrida. Portanto, através da atribuição desses traços a essa forma verbal, ele reforça o caráter irônico dessa parte do enunciado, expressando que o animal provocou sua lesão, já que se intrometera no jogo e que o atrapalhava quando se lesionou, de forma que não se justificaria interromper o jogo para socorrê-lo: isso seria “uma demasia”.

Para sustentação dessa análise, podemos contrapor à forma *se feriu*, a nosso ver, aqui, com traços [+ativo] e [-ativo], não equivalendo, portanto, a *foi ferido*, a forma *teve sua perna quebrada por um jogador* (ou seja, *foi ferido por um jogador*), de traço [-ativo], da primeira frase do recorte, passagem desprovida da ironia depois manifestada pelo locutor e que conduz à idéia que ele sustenta ao longo do enunciado: a ave, ferida por um jogador, não foi socorrida imediatamente, como ocorreu no caso da lesão dos jogadores, indicando a total insensibilidade dos homens ao sofrimento dos animais.

Cabe notar, também, que a forma optativa *rale-se* (o quero-quero), de traços, ao mesmo tempo, [+ativo] e [-ativo], contribui, igualmente, para expressão da idéia de ter sido o pássaro responsável pelo seu ferimento, reforçando a mentalidade que o locutor destaca com ironia:

que prossiga o jogo e, quanto ao quero-quero, que “sofra as conseqüências de haver adentrado o gramado para atrapalhar o Gre-Nal”.

Por outro lado, ao usar a forma *se recupera*, de traços [+ativo] e [-ativo] – traços manifestados, nesse caso, sem ironia pelo locutor –, o sujeito estabelece um contraste com a forma *se feriu*, pois destaca o pássaro, agora seguro, agente da recuperação da lesão de que foi vítima.

É importante enfatizar, no entanto, que não é o verbo que apresenta os traços [+ativo], [-ativo] ou os dois ao mesmo tempo, mas, sim, que o falante e o ouvinte é que lhe atribuem esses traços¹²⁷. Assim, um interlocutor desse enunciado poderá fazer outra leitura da forma *se feriu*, atribuindo-lhe apenas o traço [-ativo]: o quero-quero *foi ferido* por ser intrometido e estar atrapalhando o jogo.

No quadro do aparelho formal da enunciação, podemos dizer, portanto, que as relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo sujeito definem o sentido que esse atribui ao enunciado e, conseqüentemente, os traços [+ativo], [-ativo], ou ambos ao mesmo tempo, das formas verbais. Desse modo, é possível afirmar que é somente a partir do sujeito que enuncia que se podem apreender os traços e, conseqüentemente, os sentidos das vozes verbais.

5.1.3.2 *Milhares de fiéis se despediram, ontem, de Meca, ao final da peregrinação anual a este lugar santo do Islã, que transcorreu sem grandes incidentes, apesar da forte tempestade do dia anterior. Depois de cumprir todos os ritos, os peregrinos realizaram no sábado à noite um último “tawaf”, o ato de circular a Caaba, um edifício cúbico coberto por um manto negro bordado de fios de ouro, em torno do qual se orientam os islamitas para suas orações.* (Correio do Povo, 24 de jan. de 2005, p.10)

Nesse recorte, temos a ocorrência de uma construção do verbo transitivo direto *orientar*, que, canonicamente, acompanhado do pronome *se*, apresenta tanto a presença simultânea dos traços [+ativo] e [-ativo] quanto a presença exclusiva do traço [-ativo].

Sob o enfoque enunciativo, pode-se dizer que o locutor desse recorte atribui à forma *orientar-se*, ao mesmo tempo, os traços [+ativo] e o [-ativo]. Apontam nessa direção marcas formais, como, por exemplo, o traço [+ativo] dos demais verbos do enunciado que remetem

¹²⁷ Ou, de acordo com a teoria de Halliday e Hasan (*Coesion in spoken and written English*, 1973), não é o elemento que é *coesivo*: o falante e o ouvinte é que determinam sua coesão num todo coerente.

ao elemento humano (*despedir-se, cumprir, realizar e circular*), bem como evidências semânticas, comprovadas no modo como se pode reescrever o enunciado, antepondo o sintagma *os islamitas*: *Depois de cumprir todos os ritos, os peregrinos realizaram no sábado à noite um último “tawaf”, o ato de circular a Caaba, um edifício cúbico coberto por um manto negro bordado de fios de ouro, em torno do qual os islamitas se orientam para suas orações.*

Assim, o locutor, atribuindo à forma *orientar-se* os traços [+ativo] e [-ativo] ao mesmo tempo, ou seja, remetendo aos próprios islamitas o ato de *orientar-se no “tawaf” – orientam a si mesmos* –, confere-lhes uma característica de autonomia e de liberdade em relação ao ato de circular em torno de Caaba para suas orações.

5.1.3.3 *A cada semestre, milhares de jovens chegam com seus objetivos, sonhos e esperanças à Universidade Luterana do Brasil, que comemora seus 33 anos neste 16 de agosto. Vêm em busca de novos conhecimentos, do aprendizado de uma profissão e com a intenção de encaminhar o seu projeto de vida.*

A ULBRA, em suas escolas, campi e hospitais, dedica-se ao desenvolvimento das ciências, letras e artes, à pesquisa e à formação de profissionais de nível médio e universitário que se inserem na comunidade como verdadeiros empreendedores. (Informativo ULBRA. Zero Hora: 16 de ago. de 20005, p.12)

O verbo *inserir*, transitivo direto, encontra-se, aqui, acompanhado do pronome *se*. É núcleo do predicado *se inserem na comunidade como verdadeiros empreendedores*. Seu sujeito gramatical é o pronome relativo *que*, que tem, como antecedente, o sintagma nominal *profissionais de nível médio e universitário*.

No léxico, esse verbo, acompanhado do pronome *se*, apresenta os traços [+ativo] e [-ativo] concomitantemente, ou o [-ativo] somente, podendo integrar, portanto, tanto construções que os gramáticos tradicionais denominam *voz reflexiva* quanto as denominadas *voz passiva sintética* ou *pronominal*.

De acordo com a perspectiva enunciativa, uma possibilidade de leitura desse recorte leva a concluir que o locutor confere à forma *inserir-se*, ao mesmo tempo, os traços [+ativo] e [-ativo], que cumprem a função de situar profissionais formados pela ULBRA como agentes do processo de sua inserção na sociedade como verdadeiros empreendedores. Respalda essa análise, entre outras marcas, a ocorrência, no enunciado, do sintagma oracional *Vêm em busca*

de novos conhecimentos, do aprendizado de uma profissão e com a intenção de encaminhar o seu projeto de vida, bem como a presença do sintagma nominal como verdadeiros empreendedores.

Mas, como temos enfatizado neste estudo, um interlocutor pode fazer outra leitura desse enunciado, identificando, na forma *inserir-se*, o traço [-ativo] somente, de forma que o recorte poderia, sob essa interpretação, ser assim reescrito: *A ULBRA, em suas escolas, campi e hospitais, dedica-se ao desenvolvimento das ciências, letras e artes, à pesquisa e à formação de profissionais de nível médio e universitário que, dessa forma, são inseridos na comunidade como verdadeiros empreendedores.*

Assim, o modo como o “eu” agencia os elementos do enunciado promove um sentido de reflexibilidade, ou de passividade, para *inserir-se*: os profissionais formados pela ULBRA *se inserem – ou são inseridos – na comunidade como verdadeiros empreendedores*. É possível afirmar, pois, que tanto a atribuição dos traços [+ativo] e [-ativo] ao mesmo tempo quanto a do traço [-ativo] para a forma *inserir-se* têm, aqui, a função de expressar a exitosa introdução dos alunos da ULBRA no mercado de trabalho, destacando, portanto, a excelência do ensino dessa universidade.

No quadro do aparelho formal da enunciação, podemos dizer, portanto, que as relações mórfico-sintático-semânticas a que procede o locutor nesse recorte definem os traços simultâneos [+ativo] e [-ativo] para *inserir-se*, ou apenas o traço [-ativo]. Desse modo, é possível afirmar que uma análise que não leve em consideração tanto o sujeito que refere como o interlocutor que co-refere, inseridos num *aqui* e *agora* – no caso, publicitários e institucionais –, não pode apreender o sentido das vozes verbais.

5.1.3.4 *Aldo Rebelo acaba de ser eleito. Os mensalistas atiram-no para o alto. Todos os deputados com quem falei o consideram um perfeito idiota. Por isso estão tão felizes. Por isso não o deixam se espatifar no chão.* (Mainardi, Revista Veja, 05 de outubro de 2005, p.123)

Nesse recorte, temos o verbo transitivo direto *espatifar*, que, canonicamente, acompanhado do pronome *se*, dependendo da situação, tanto pode manifestar o traço [+ativo] e o [-ativo] simultaneamente, constituindo a chamada *voz reflexiva*, quanto pode apresentar o traço [-ativo] somente, formando o que os gramáticos denominam *voz passiva sintética*. A forma *espatifar-se* é, nesse enunciado, juntamente com o pronome pessoal *o*, objeto direto do

verbo *deixar*, tendo, como sujeito gramatical, esse pronome. Trata-se, aqui, da construção denominada pela gramática tradicional *sujeito acusativo*, na qual um pronome pessoal átono – no caso, *o* –, que, normalmente, exerce a função de objeto direto, ou seja, é acusativo, desempenha a função de sujeito de um infinitivo – no recorte em análise, *espatifar*.

Enunciativamente, pode-se dizer que o locutor atribui, nesse enunciado, à forma *espatifar-se*, ao mesmo tempo, os traços [+ativo] e [-ativo]. Aponta para essa direção, entre outras marcas, a presença, no enunciado, do sintagma verbal *o consideram um perfeito idiota*, bem como a possibilidade de se fazer a seguinte paráfrase da última frase do recorte, na qual ocorre essa forma verbal: Por isso não deixam que ele se espatife no chão.

5.2 Análises de construções verbais com a forma ativa

Este estudo revelou ser essa forma verbal a mais presente na língua em uso. Revelou, também, que ela, contrapondo-se ao previsto no sistema da língua, que lhe confere o traço [+ativo], pode manifestar, ainda, o traço [-ativo], ou apresentar o traço [+ativo] mitigado¹²⁸.

5.2.1 *A tragédia foi de um tipo raro na história da aviação: as portas da aeronave se abriram em pleno vôo e os passageiros foram jogados para fora a 10.000 metros de altitude. Estima-se que mais de duas centenas de pessoas, na maioria militares e suas famílias, estivessem a bordo do Ilyshin 76MD. O avião, fretado da Ukranian Cargo Airlines pelo governo do Congo, contava com apenas 45 minutos de vôo quando as portas traseiras se abriram inteiramente. Esse espaço no Ilyshin é enorme, com 15 metros de largura, o suficiente para permitir a entrada de um tanque de guerra. A maior parte dos passageiros saiu por ali, arrastada para fora pelo violento deslocamento de ar causado pela diferença de pressão atmosférica dentro e fora do avião.* (Revista Veja, 14 de mai. de 2003, p.80)

Sair é verbo intransitivo, integrando, aqui, o predicado *saiu por ali, arrastada para fora pelo violento deslocamento de ar causado pela diferença de pressão atmosférica dentro*

¹²⁸ No texto *Da subjetividade na linguagem* (PLGI, p.290), Benveniste usa o adjetivo *mitigada*, ao se referir à forma *eu creio* (*eu creio que o tempo vai mudar*), distinguindo-a de *eu sinto* (*eu sinto que o tempo vai mudar*). De acordo com ele, ao dizer *eu sinto que o tempo vai mudar*, o “eu” descreve uma impressão que o afeta. Já, ao proferir *eu creio que o tempo vai mudar*, apesar de existir uma completa simetria com *eu sinto que o tempo vai mudar*, a operação de pensamento não é, evidentemente, o objeto do enunciado: através dessa expressão, o locutor não apresenta uma descrição de si próprio, como o faz em *eu sinto que o tempo vai mudar*. O autor destaca que a verdadeira proposição em *eu creio que o tempo vai mudar* é, pois, *que o tempo vai mudar*, e não a forma verbal pessoal (*eu creio*) que a introduz. Assim, ao dizer *eu creio* (que...), o locutor converte numa enunciação subjetiva – “mitigada” – um fato asseverado impessoalmente, ou seja, “o tempo vai mudar”, que é a verdadeira proposição.

e fora do avião. Seu sujeito gramatical é o sintagma nominal *A maior parte dos passageiros*. Lexicalmente, esse verbo apresenta o traço [+ativo].

Mas, enunciativamente, nesse recorte, o locutor, assim como o interlocutor, atribui a ele o traço [-ativo]. As principais marcas que indicam essa atualização estão presentes na primeira frase do recorte – *as portas da aeronave se abriram em pleno vôo e os passageiros foram jogados para fora a 10.000 metros de altitude* – e na seqüência *arrastada para fora pelo violento deslocamento de ar causado pela diferença de pressão atmosférica dentro e fora do avião*, a qual expressa o modo como a maior parte dos passageiros “saiu” – “foi saída” – do avião: lançada da aeronave. É possível apontar, ainda, como marca da presença do traço [-ativo] nesse verbo, a posposição do seu sujeito gramatical *todos*: *Sáiram todos*.

Assim, a atribuição, pelo “eu”, do traço [-ativo] ao verbo *sair* tem, aqui, a função de destacar o fato de os passageiros terem sido jogados para fora do avião. Nesse caso, o locutor promove, portanto, uma inversão no que se refere à descrição formal, que atribui o traço [+ativo] a esse verbo. Tal engendramento apenas pode ser explicado à luz da teoria enunciativa, segundo a qual é somente com referência ao contexto da enunciação que podemos identificar os traços das formas verbais – ou as vozes verbais.

5.2.2 *No consultório pediátrico, o médico dirige-se ao pai da criança, um senhor de, aproximadamente, quarenta anos, e pergunta:*

– *Há quantos anos o senhor não troca fraldas?*

– *Há quarenta anos – responde ele.* (Diálogo ouvido num consultório pediátrico, em Porto Alegre, em 2005)

Nesse enunciado, ocorre duas vezes o verbo *trocar* (*fraldas*), transitivo direto, que, virtualmente, apresenta o traço [+ativo]. Na primeira ocorrência, o “eu” atribui a ele o traço [+ativo], previsto na língua, destacando a ação do pai no atendimento ao filho. Já, na segunda ocorrência, o locutor promove uma atualização desse traço, atribuindo ao referido verbo o traço (-ativo) e promovendo um efeito de sentido que remete o pai à situação de bebê, quando lhe eram trocadas as fraldas.

5.2.3 *No consultório, o médico diz à paciente, que está sofrendo um processo de descolamento de unhas:*

– *Tu estás soltando as unhas.* (Observação feita em um consultório médico, em Porto Alegre, em 2005)

Soltando, forma gerundiva, integra a locução *estás soltando*, que tem, como auxiliar, o verbo *estar*. *Soltar* é verbo transitivo direto e tem, como complemento, nesse recorte, o sintagma nominal *as unhas* e, como sujeito gramatical, o sintagma pronominal *tu*. Lexicalmente, apresenta o traço [+ativo].

Tendo como base a teoria enunciativa, podem ser feitas diferentes leituras desse enunciado. Uma delas corresponde à identificação de um locutor que atribui ao verbo *soltar* (*as unhas*) tanto o traço [+ativo] quanto o [-ativo], desde que se considere a intenção desse locutor de caracterizar não só o pensamento do médico, mas também o da paciente em relação ao seu quadro clínico. Assim, é possível afirmar que, se, por um lado, o locutor, através da atribuição do traço [+ativo] ao verbo *soltar*, produz um efeito de sentido que remete, por parte do médico, a uma certa “responsabilização” da paciente pelo quadro de soltamento das suas unhas, por outro lado, através da atribuição do traço [-ativo] a esse verbo, ele produz efeito de sentido contrário, que remete à percepção, por parte da paciente, de seu problema de saúde e que a exime da “responsabilidade” por tal quadro.

Mas pode-se dizer, também, que o locutor do enunciado em análise somente atribui o traço [+ativo] ao verbo *soltar* (*as unhas*), resultando uma certa identidade entre a concepção do médico acerca do “agente” do descolamento das unhas e a da paciente: ela admite a “responsabilidade”, sugerida pelo médico, pelo fato de soltamento de suas unhas.

Por outro lado, talvez se possa, ainda, perceber, nesse enunciado, apenas o traço [-ativo] no verbo *soltar* (*as unhas*), identificando-se, aí, um locutor que, novamente, aproxima a concepção do médico e a da paciente acerca do “agente” do descolamento das unhas: o médico não atribui a sua paciente responsabilidade por esse descolamento, da mesma forma que a paciente não se sente responsável pelo fato.

5.2.4 *No ambulatório, o médico diz a seu paciente:*

– *Você fez um quadro viral.* (Observação feita em um consultório médico, em Porto Alegre, em 2005)

Fazer, verbo transitivo direto, possui, como complemento, nesse recorte, o sintagma nominal *um quadro viral* e, como sujeito gramatical, o sintagma pronominal *você*. Virtualmente, contém o traço [+ativo].

De acordo com a teoria enunciativa, pode-se dizer que o locutor atribui a esse verbo, nesse exemplo, tanto o traço [+ativo], relacionado à concepção do médico acerca da origem da enfermidade de seu paciente, quanto o [-ativo], relacionado à concepção do paciente a respeito da sua doença. Assim, o traço [+ativo] cumpre a função de remeter a um médico que parece crer que seu paciente é, de certa forma, “responsável” pela enfermidade desenvolvida. Já, por intermédio do traço [-ativo], o locutor introduz no contexto enunciativo um paciente, isto é, um ser que se reconhece apenas como vítima de uma enfermidade, para a qual não crê, pois, haver colaborado.

Assim, o modo como o sujeito agencia, sintaticamente, os elementos desse enunciado, conferindo o traço [+ativo] ou o [-ativo] ao verbo *fazer*, tem a função de relacionar o ato de *fazer* (uma enfermidade) ao pensamento, acerca da enfermidade, tanto do médico quanto do paciente. Tal arranjo promove, portanto, um efeito de sentido que afasta a concepção do médico acerca do “agente” do quadro clínico apresentado por seu paciente, da visão que este possui sobre esse “agente”.

Mas é possível, também, dizer que, nesses enunciados, o locutor somente atribui o traço [+ativo] ao verbo *fazer*, produzindo um efeito de sentido que aproxima a concepção do médico acerca do “agente” da doença que acomete o seu paciente: este aceita a “responsabilidade”, sugerida pelo médico, pelo seu quadro clínico.

Finalmente, talvez se possa, ainda, perceber, nesse recorte, apenas o traço [-ativo] no verbo *fazer*, identificando, novamente, um locutor que aproxima a concepção do médico e a do paciente acerca do “agente” da enfermidade: o médico não “responsabiliza” seu paciente pela doença desenvolvida, assim como o paciente não se sente responsável pelo desenvolvimento dessa doença, já que, de acordo com sua concepção, ele fora acometido por ela.

5. 2.5 *Um imigrante da antiga União Soviética tenta mostrar a um amigo como é a vida numa ditadura:*

– *Me conta – diz o amigo –, como se vivia na União Soviética?*

– *Olha, meu amigo, eu não podia me queixar...*

– *E a economia?*

– *Pois olha, a gente não podia se queixar...*

– *E a qualidade de vida? O lazer, o trabalho...*

– *Bem, eu não podia me queixar.*

– *Mas então, por que fugiste de lá?*

– *Pois, porque não podia me queixar!* (Almanaque Gaúcho. Zero Hora: 02 de set. de 2005, p.62)

A locução (*não*) *podia queixar-se (me)* é formada pelo verbo auxiliar *poder* e pelo principal, *queixar-se*, sintaticamente transitivo indireto e morfologicamente pronominal, sendo considerado, pela gramática tradicional, verbo *essencialmente pronominal*, pois o pronome integra-se a ele. O sistema lingüístico confere a esse verbo o traço [+ativo].

Do ponto de vista enunciativo, podemos dizer que o locutor desse enunciado atribui à construção (*não*) *podia queixar-me* tanto o traço [-ativo] quanto o [+ativo]. O primeiro tem a função de situar o imigrante soviético como alguém subjugado pelo sistema comunista, sem liberdade de expressão. Já o segundo, atualizado pelo locutor na colocação em cena do interlocutor (“eu”₂) do referido imigrante, cumpre o papel de expressar o sentido com que esse recebia a fala de seu interlocutor (“eu”₁): a ditadura possibilitara ao amigo viver satisfatoriamente, com qualidade de vida, trabalho e lazer.

Assim, do ponto de vista enunciativo, a atribuição de ambos os traços à construção *não podia me (se) queixar* possibilita ao locutor situar personagens numa instância enunciativa em que conferem sentidos distintos a essa expressão.

5.2.6 *Um homem dirige-se ao segurança de um prédio:*

– *O que um segurança faz?*

– *Toma conta.*

– *Então toma conta do telefone, da água, do gás....* (Texto extraído do programa *Zorra Total*, da Rede Globo, às 22h30 min do dia 22 de outubro de 2005)

Temos, nesse enunciado, duas vezes a ocorrência da construção *toma conta*, formada pelo verbo transitivo direto *tomar* e pelo seu complemento *conta*. Na primeira ocorrência, esse verbo encontra-se flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo; na segunda, na segunda pessoa do singular do imperativo afirmativo. Virtualmente, apresenta o traço [+ativo].

Do ponto de vista enunciativo, podemos dizer que, na primeira circunstância, o locutor atribui a essa construção o traço [+ativo], situando a personagem como alguém que, questionado sobre as atribuições de um profissional de segurança, responde, deixando subentendido o complemento nominal do substantivo *conta*, ou seja, *do prédio*, que elas consistem em zelar pela segurança do prédio, tomando-o sob sua responsabilidade.

Já, em relação à segunda ocorrência dessa expressão, pode-se dizer que o locutor atribui a ela um traço [+ativo] *mitigado*, pelo menos, em relação à ocorrência anterior da construção, que manifesta a característica ativa em um grau mais forte. Assim, esse traço [+ativo] suavizado cumpre a função de situar uma personagem que depreende da resposta de seu interlocutor que, como segurança do prédio, ele deveria receber as diferentes contas do condomínio, conferindo, pois, ao substantivo *conta* o sentido de nota do que se deve. A marca que aponta para essa direção é a própria forma imperativa de *tomar* acrescida de complementos que remetem a notas de dívidas: *toma conta do telefone, da água, do gás...*

5.3 Análises da forma passiva canônica

De acordo com Benveniste (PLG II, p.90), a chamada *passiva analítica* constitui a voz passiva por excelência.¹²⁹ Mas este estudo revelou que essa construção pode apresentar o traço [-ativo] *mitigado* em virtude de complementos presentes no enunciado.

5.3.1 Construções sem mitigação

5.3.1.1 *São tão disseminadas, triunfantes e arraigadas estas discriminações, que existem empresas cujos proprietários têm cerca de 80 anos de idade e determinam que suas*

¹²⁹ Segundo Benveniste (PLG II, p.190), “se, do ponto de vista lógico, a passiva é a forma conversada da ativa, também em sua forma lingüística em francês ela apresenta uma particularidade que não tem análogo na ativa: é precisamente a auxiliacão. Não existe forma passiva que não seja realizada por meio da auxiliacão”.

empresas não admitam empregados com mais de 40 anos. São velhinhos de bengala que passaram a vida inteira discriminando e vão discriminar até o fim de suas vidas, até mesmo porque, antes, muitas pessoas que eles discriminam tiveram findas suas vidas quando foram atingidas pelas suas discriminações. (Sant'ana, Zero Hora, 09 de mar. de 2004, p.47)

A locução *foram atingidas*, formada pelo verbo auxiliar *ser* e pelo particípio de *atingir*, verbo transitivo direto, caracteriza, de acordo com a gramática tradicional, a *voz passiva analítica*. Seu sujeito gramatical é, nesse recorte, *elas* (subentendido: *muitas pessoas discriminadas e que tiveram suas vidas findas*). O agente da passiva é o sintagma preposicional *pelas suas discriminações*.

Essa construção desempenha, aqui, o papel de expressar o processo de discriminação de foram vítimas muitas pessoas cujas vidas foram destruídas. Percebe-se, pois, que a enunciação mantém o traço [-ativo] dessa forma, previsto no sistema da língua.

5.3.1.2 *O verdadeiro poder está em não levar-se tão a sério, em ter consciência das próprias fragilidades e repartir o que fazemos de honesto, mas como convencer disso os alucinados de si mesmos? Nada mais justo do que sermos enterrados deitados, esparramados, descansando, finalmente, depois de termos nos divertido muito na vida, e não em posição de sentido, ainda trabalhando como guardião da eternidade.* (Medeiros, DONNA ZH, 20 de nov. de 2005, p.22)

A locução *sermos enterrados*, formada pelo verbo auxiliar *ser* e pelo particípio de *enterrar*, verbo transitivo direto, é a forma da *voz passiva analítica*. Apresenta, aqui, como sujeito gramatical, o pronome *nós*, manifesto na desinência número-pessoal do auxiliar *sermos*. O agente da passiva não se faz presente no enunciado, e tal ausência não interfere na compreensão do enunciado, o que corrobora o ponto de vista de Luft (1979, p.38), que afirma ser o agente da passiva um termo acessório da oração, e não um termo integrante, como pretende a gramática tradicional: “o agente da passiva é tão desnecessário (...), que em muitos casos nem aparece...”

A locução *sermos enterrados* desempenha, aqui, o papel de expressar o processo de discriminação de foram vítimas muitas pessoas cujas vidas foram destruídas. Percebe-se, pois, que a enunciação mantém o traço [-ativo] dessa forma, previsto no sistema da língua.

5.3. 1.3 *Vi presidente de farda e de fardão,*

Um que não foi e um que foi saído.

Vi o poder...

Eu já vi muito, mas não vi tudo. (Publicidade do Correio do Povo, TV Guaíba, 17 de fev. de 2006, 20h05min)

O verbo *sair*, por estar inscrito, no sistema da língua, como verbo intransitivo, de acordo com esse sistema, numa observação *a priori*, não poderia ocorrer numa construção passiva canônica. Mas temos, aqui, justamente essa ocorrência, o que, à primeira vista, leva, pois, a pensar estar a língua em uso, nesse caso, contrariando o que determina o sistema da língua, ou seja, que a voz passiva analítica ocorra exclusivamente com verbos que apresentem objeto direto, portanto verbos transitivos diretos ou transitivos diretos e indiretos ao mesmo tempo.

Entretanto é preciso lembrar que a atualização da linguagem não é, de modo algum, soberana em relação às exigências da sintaxe do sistema: esta tem regras, às quais o locutor deve submeter-se, sob pena de não conseguir pôr, com sucesso, a língua em funcionamento¹³⁰. Uma dessas regras é a que exige um objeto direto para a constituição da voz passiva canônica, já que esse complemento verbal exercerá a função sintática de sujeito gramatical, de forma que, sem tal complemento, torna-se realmente impossível a formação desse tipo de voz.

Cumpre, pois, perceber que esse emprego do verbo *sair* numa construção passiva canônica não ocorre à revelia da sintaxe do sistema lingüístico, muito pelo contrário. Tal emprego é possível porque, primeiramente, o locutor abre um espaço nesse sentido, transitivando esse verbo, atribuindo-lhe um objeto direto – ou direto preposicionado –, como ocorre no seguinte enunciado, ouvido certa vez:

– *Ele saiu do emprego?*

– *Não, saíram-no, quer dizer, saíram com ele.*

Portanto, no enunciado em análise, o verbo *sair*, ao integrar uma construção passiva canônica, recebe do locutor o traço [-ativo], que cumpre a função de expressar a ação de

¹³⁰ Quanto a isso, Benveniste (PLGII, p.232) diz que “a idéia deve sofrer a restrição de leis de agenciamento”. Explica que existe, necessariamente, aqui, “uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma desse enunciado, que é uma condição de toda a atualização da linguagem”.

retirar do poder sofrida pelo sujeito gramatical *que*, cujo antecedente é o pronome indefinido *um* (*presidente de farda e de fardão*). Tal é comprovado pela seguinte possibilidade de reescritura do segundo verso do enunciado: Vi um que não foi (presidente) e um *que foi retirado do poder*.

Constata-se, então, que, na língua em uso, no que diz respeito à forma passiva canônica, é mantido o traço [-ativo] inscrito no sistema da língua.

5.3.2 Construções com mitigação

5.3.2.1 *A decisão do governo estadual de fechar escolas rurais com reduzido número de alunos provocou imediata reação das comunidades atingidas e deflagrou uma polêmica nos meios educacionais. Deve o Estado continuar investindo numa estrutura escolar que atende meia dúzia de crianças quando pode deslocá-las para uma escola maior em outro centro?*

Parece mesmo absurdo que uma escola pública seja colocada em funcionamento para atender a apenas um aluno – conforme relato do secretário José Fortunati sobre um caso do município de São José do Sul (Zero Hora, 23 de jan. de 2005, p.12).

A locução *seja colocada* caracteriza, de acordo com a gramática tradicional, a voz *passiva analítica*. É formada pelo verbo auxiliar *ser* e pelo particípio do verbo *colocar*. Seu sujeito gramatical é *uma escola pública*. O agente da passiva não se faz presente no enunciado, mas é identificado pela interpretação da passagem: *Parece absurdo que uma escola pública seja colocada em funcionamento pelo governo para atender a apenas um aluno*.

Essa locução é, aqui, núcleo do predicado *seja colocada em funcionamento*, que apresenta, pois, o complemento nominal *em funcionamento*. O enunciado inclui, ainda, uma oração reduzida de infinitivo – *para atender a apenas um aluno* –, que expressa circunstância de finalidade, e um sintagma adverbial, que expressa conformidade e que identifica o autor do relato em questão, secretário José Fortunati.

Sob o enfoque enunciativo, pode-se dizer que o locutor, ao empregar o sintagma *seja colocada em funcionamento*, expressa, referindo o *relato do secretário José Fortunati sobre um caso do município de São José do Sul*, o *absurdo* que representa o fato *de uma escola pública* ser posta a funcionar *para atender a apenas um aluno*. Desse modo, embora mantendo o traço [-ativo] que a forma *seja colocada* possui na língua, ele acrescenta ao

sintagma *seja colocada em funcionamento* o traço [+ativo], que caracteriza um início de processo desencadeado pelo complemento *em funcionamento* e que mitiga, pois, o traço [-ativo] da forma *seja colocada*. Assim, para ele e para o interlocutor, a construção *seja colocada em funcionamento* expressa a possibilidade – do absurdo – de *uma escola pública* funcionar (ativamente) *para atender a apenas um aluno*.

5.3. 2.2 Segundo a notícia, a entrada para o vestibular se encerrava às 8h30min, quando os jovens foram abordados e detidos pelos policiais militares, eram 8h15min. Pelo relato dos dois estudantes, dada a proximidade de 10 metros da escola em que foram detidos, a demora em desembarçar os jovens por parte dos PMs caracterizou-se como lamentável arbitrariedade. Tem-se assim que, pelo depoimento dos jovens, eles foram coagidos pelos policiais a chegar atrasados. (Sant’ana, 12 de jan. de 2005, p.55)

A locução *foram coagidos*, núcleo do predicado *foram coagidos pelos policiais*, é constituída pelo verbo auxiliar *ser* e pelo particípio de *coagir*, verbo transitivo direto. Conforme a gramática tradicional, é forma de voz passiva analítica, tendo, como sujeito gramatical, o pronome *eles* (*os dois jovens*). *Coagir* é verbo transitivo direto e indireto. Nesse enunciado, seu objeto indireto é a oração subordinada reduzida de infinitivo *a chegar atrasados*. O agente da passiva é o sintagma nominal *pelos policiais*.

Enunciativamente, essa locução, apesar de manter o traço [-ativo] previsto no sistema da língua, o qual desempenha a função de expressar que os jovens sofreram a coação por parte dos policiais, apresenta-o suavizado devido ao agenciamento, pelo locutor, do complemento *a chegar atrasados*, de forma que o sentido resultante é o de que *os jovens chegaram atrasados por terem sofrido a coação por parte dos policiais*.

Desse modo, a locução *foram coagidos* (*a chegar atrasados*) distingue-se das outras duas locuções passivas presentes no enunciado – *foram abordados* e *foram detidos* –, as quais não apresentam suavização do traço [-ativo], uma vez que a sintaxe promovida, nesses casos, pelo “eu” não contempla o agenciamento de complementos. Dessa forma, o locutor, ao atribuir o traço [-ativo] sem mitigação às formas *foram abordados* e *foram detidos*, confere à passagem que apresenta essas locuções o seguinte sentido: *os jovens apenas sofreram os atos de abordagem e detenção executados pelos policiais, não advindo disso nenhuma ação por parte desses jovens*.

5.3.2.3 *Diante do cheiro insuportável que exala da água do Dmae que está jorrando do meu chuveiro, passei a gastar um tubo de desodorante depois de cada banho que tomo. (...) Como o abastecimento de água em Porto Alegre é monopólio do Dmae, sendo impossível aos consumidores fugir desta exclusividade, vemos então que estamos sendo forçados a consumir esse produto que não é do nosso agrado, tanto pelo cheiro quanto pelo sabor. Então como é que fica? Isto não é água. (Sant’ana, 22 de jan. de 2005, p.47)*

O sintagma *estamos sendo forçados* é formado por dois verbos auxiliares, *estar e ser*, e pelo principal, *forçar*, na forma canônica do particípio. *Forçar* é, nesse caso, verbo transitivo direto e indireto. Assim, o fato de apresentar um objeto direto, o pronome pessoal *nos*, possibilita a construção da forma passiva. Seu objeto indireto é o sintagma oracional *a consumir esse produto*, que, por sua vez, tem como adjunto adnominal a oração adjetiva *que não é do nosso agrado, tanto pelo cheiro quanto pelo sabor*. O sujeito gramatical de *estamos sendo forçados* é o pronome *nós* (elíptico). O agente da passiva está oculto, porém poderia ser explicitado: *estamos sendo forçados pelo Dmae a consumir esse produto que não é do nosso agrado, tanto pelo cheiro quanto pelo sabor*.

O locutor desse enunciado, embora mantenha o traço [-ativo], já inscrito no sistema da língua, da locução *estamos sendo forçados*, apresenta-o mitigado em virtude do agenciamento do complemento *a consumir*. Assim, a atribuição de um traço [-ativo] suavizado à construção *estamos sendo forçados a consumir* cumpre o papel de expressar a circunstância a que todos os porto-alegrenses – entre os quais se insere o locutor – estão sendo submetidos: *estão sendo obrigados pelo Dmae a consumir — ativamente — um produto que não desejam*. Essa idéia se evidencia, também, nas marcas formais *estamos (nós)* e *nosso*, as quais mostram que o locutor, integrando-se a toda a população porto-alegrense, define-a como consumidora de um produto indesejado.

Pode-se dizer, pois, que a presença do traço [-ativo] *mitigado* na construção *estamos sendo levados a consumir*, através do estabelecimento de relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo sujeito em torno dessa construção, contribui para que o enunciado em questão manifeste o seguinte efeito de sentido: (em virtude do fato de o abastecimento de água em Porto Alegre ser monopólio do Dmae), os consumidores estão consumindo, a contragosto, um produto – a água.

Cabe notar, ainda, que a produção desse sentido é reforçada pela ocorrência, no enunciado, das passagens *depois de cada banho que tomo* e *sendo impossível aos consumidores fugir desta exclusividade*, ambas de traço [+ativo].

5.3.2.4 *O destino de Antonio Palocci depende mais da reação do mercado do que simplesmente da vontade do presidente Lula. Diante disso, o timoneiro da economia foi induzido a se explicar na tentativa de acalmar investidores em pânico com as declarações de Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto.*

Não há prova das acusações. As fitas com gravações de conversas entre Buratti e assessores diretos do ministro da Fazenda são insuficientes para condenar Palocci. Buratti pode ter citado o nome do ministro apenas para mostrar influência. A oposição percebeu isso e até elogiou a postura de Palocci.

Diante desse quadro, a blindagem do ministro arquitetada pelo governo torna-se mais fácil. Ontem, quando veio a público para se explicar, Palocci seguiu o roteiro gestado no Planalto. Falou com sinceridade e, com isso, tentou induzir o mercado a amanhecer calmo, como sua própria fala. Daqui para a frente, porém, a tendência é de o governo tornar a política econômica ainda mais ortodoxa. (Sant'ana, 22 de ago. de 2005, p.04)

A locução *foi induzido*, de acordo com a gramática tradicional, caracteriza a voz *passiva analítica*. É formada pelo verbo auxiliar *ser* e pelo particípio de *induzir*. Seu sujeito gramatical é o sintagma nominal *o timoneiro da economia*. *Induzir* é verbo transitivo direto e indireto e, portanto, por apresentar um objeto direto, o pronome pessoal *o*, pode integrar a construção passiva, cujo agente não se faz presente, mas pode ser facilmente identificado: *foi induzido pelo Planalto*. Seu objeto indireto é o sintagma oracional *a se explicar*.

O enunciado em análise inclui, ainda, uma oração reduzida de infinitivo que expressa circunstância de finalidade: *na tentativa de acalmar investidores em pânico com as declarações de Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto*.

Sob o prisma enunciativo, pode-se dizer que o locutor, através do emprego da forma *foi induzido (a se explicar)*, de traço [-ativo], já inscrito no léxico, situa Palocci como paciente da ação de *induzir*. Mas é possível afirmar, também, que, através da ocorrência da construção *a se explicar*, de traço [+ativo], o sujeito atribuí ao sintagma nominal Palocci a característica de agente, suavizando, de certa forma, o efeito de sentido decorrente do emprego da forma passiva *foi induzido*. Evidências formais apontam para esse movimento, como, por exemplo, a presença dos sintagmas *na tentativa de acalmar investidores*, *para se explicar* e *tentou induzir o mercado a amanhecer calmo*, todos de traço [+ativo].

5.4 Análises de nominalizações

Sob o prisma enunciativo, do mesmo modo que as formas verbais, também as nominalizações resultantes dessas formas apresentam os traços [-ativo] ou [+ativo]. Desse modo, por julgarmos que a análise dessas formas quanto à presença desses traços contribui para a ilustração do procedimento metodológico proposto, analisamos, aqui, dois casos dessas construções.

5.4.1 *Atirei-me a esta bandeira com entusiasmo redobrado por ter constatado, através de pungentes relatos de vítimas dessa discriminação, que são socialmente supliciadas pela recusa das empresas em empregarem-nas por terem mais de 40 anos.* (Sant'ana, 20 de nov. de 2005, p.55)

A forma *recusa* resulta de um processo de nominalização do verbo *recusar*, processo que a gramática tradicional denomina *derivação regressiva*, já que o substantivo¹³¹, nesse caso, é formado através da supressão da desinência nominal *-r* do verbo.

Percebe-se facilmente que, nesse enunciado, o locutor atribui a essa nominalização o traço [+ativo], que cumpre, aqui, pois, a função de expressar o ato de recusar praticado pelas empresas. Assim, a manifestação desse traço nessa forma contribui para a produção do seguinte efeito de sentido do enunciado: *as empresas se recusam a empregar pessoas com mais de 40 anos, fato que suplicia essas pessoas.*

Porém, num enunciado como, por exemplo, *A recusa de um filho, por parte da mãe, é cruel*, o locutor atribui a essa nominalização, no que diz respeito ao complemento *um filho*, o traço [-ativo], possibilitando a seguinte paráfrase da passagem: *É cruel o fato de um filho ser recusado pela mãe.*

5.4.2 *Duas impressoras¹³² estavam no maior papo, até que uma diz à outra:*

– *Me diga uma coisa.*

– *Fala aí...*

¹³¹ O substantivo assim formado será sempre abstrato.

¹³² Trata-se aqui de equipamento periférico para imprimir em papel os resultados de um processamento em computador.

– *Esta folha é sua ou é impressão minha?* (Gazeta do Sul. *Bazar*, 07 de nov. de 2005, p. 6)

Temos, nesse enunciado, a ocorrência de ambigüidade, manifesta na forma *impressão*, que pode significar, aqui, tanto opinião quanto o ato de imprimir. Neste segundo caso, representa, portanto, uma forma nominalizada do verbo *imprimir*.

A nós interessa analisar a segunda possibilidade, a nominalização de imprimir, que apresenta, no caso, o traço [+ativo]. Sustentam essa leitura algumas evidências, como a presença do pronome *minha* no enunciado e a possibilidade de ser assim reescrita a sua última frase: Não sei se esta folha é sua ou se fui eu quem a imprimiu.

Já, num enunciado como, por exemplo, *A impressão daquelas páginas foi rápida*, temos a ocorrência da nominalização *impressão* com o traço [-ativo], que pode ser considerada, aqui, uma estratégia de ocultação do agente por parte do locutor.

É possível afirmar, portanto, a partir dessas análises, que é somente na língua em uso que as nominalizações de formas verbais – assim como as formas verbais – assumem o traço [+ativo] ou o [-ativo].

5.5 Análises de frases nominais

Benveniste, no texto *O aparelho formal da enunciação* (1970)¹³³, destaca a *intimação*, a *interrogação* e a *asserção* como “condições necessárias às grandes funções sintáticas” – condições essas fornecidas pela enunciação. A frase nominal *imperativa* desempenha, pois, de acordo com o autor, a função de *intimação*. Assim, embora existam outras modalidades de frases nominais – *declarativas*, *exclamativas*, *interrogativas* e *optativas*¹³⁴, como não pretendemos aprofundar o estudo dessa tipologia frasal, mas apenas apresentar mais um caso que corrobora a tese que defendemos, deter-nos-emos, aqui, somente na frase nominal *imperativa*.

¹³³ PLG II, p.86.

¹³⁴ Luft (1979, p.11) apresenta exemplos dessas frases: *declarativas* (*Tudo calmo, nada de novo.*), *imperativas* (*Atenção!*), *exclamativas* (*Socorro!*), *interrogativas* (*Tudo bem?*) e *optativas* (*Boa viagem!*).

5.5.1. *Chega um mascarado a um estande da Praça da Alfândega e, apontando um revólver, diz para o balconista:*

– *A féria ou a vida!*

– *Quem é o autor?* (Zero Hora, 08 de novembro de 2005, p.50)

Do ponto de vista enunciativo, quanto à frase nominal *A féria ou a vida!*, pode-se dizer que ambos os locutores conferem a ela traço [+ativo], porém distinto no que diz respeito à sua intensidade. Assim, locutor₁ atribui a ela um traço [+ativo] forte, inscrito na sintaxe da língua, como fica provado pela possibilidade de reescritura da passagem: *Dá-me a féria, ou eu te mato!*

Já o locutor₂, embora também atribua a ela o traço [+ativo], apresenta-o *mitigado*, pelo menos, se comparado com o locutor₁, que lhe confere esse traço em um grau bem mais intenso. Essa distinção é ratificada pela possibilidade da seguinte paráfrase da passagem final do texto: *Qual é o autor dessa obra?*

5.5.2 *O sujeito liga para a companhia aérea:*

– *Por favor, pode me informar se o vôo entre Rio e Porto Alegre está atrasado?*

– *Posso sim, um minuto.*

– *Obrigado.* (Zero Hora, 06 de fev. de 2006, p.42)

Sob o enfoque enunciativo, quanto à construção *um minuto* desse enunciado, pode-se afirmar manifestarem-se dois locutores. O locutor₁ confere a ela um *status* de mero complemento do verbo *informar*, caracterizando uma personagem que julga haver recebido a informação de que o vôo entre Rio e Porto Alegre estava atrasado um minuto. Tal fica evidenciado pela possibilidade de assim se parafrasear a última fala desse locutor: – *Agradeço a informação recebida.*

Mas, numa prova de que não é a sintaxe do sistema que determina o sentido que uma construção assume no enunciado, mas que é o locutor que lhe atribui sentido, o locutor₂ confere a essa construção o *status* de frase nominal imperativa, atribuindo-lhe, pois, o traço [+ativo]. Este traço cumpre a função de situar uma personagem que solicita que seu interlocutor aguarde um minuto para obter a informação desejada. Isso fica evidente na possibilidade de paráfrase de sua fala: – *Sim, posso informá-lo, aguarde um minuto.*

Este estudo revelou, pois, que as frases nominais *imperativas*, na medida em que subentendem uma forma verbal imperativa e, portanto, “implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro, numa referência necessária ao tempo da enunciação” (PLG II, p.86), parecem manifestar o traço (+ativo) inscrito na sintaxe da língua. Mas foi constatado, também, que, na língua em uso, tal como ocorre com as formas verbais, esse traço pode-se apresentar *mitigado*.

5.6 Análises de outras construções

A riqueza da língua em uso revela inúmeras ocorrências de formas verbais que fogem aos modelos morfológicos e sintáticos previstos no léxico, podendo manter, ou não, em tais casos, os traços priorizados virtualmente. Assim, concluindo as análises, enfocaremos três ocorrências dessas formas verbais, que divergem das respectivas construções canônicas.

5.6.1 *Em 11 de março de 2004, mais de um ano antes do escândalo do mensalão, escrevi no Jornal da Tarde, de São Paulo: “Se por um motivo qualquer o PT cair em descrédito e não tiver mais condições de governar, entrará em ação o Plano B: suicidar o governo alegando que falhou porque estava muito ‘à direita’ e aproveitar-se da oportunidade para acelerar a transformação revolucionária do país, seja radicalizando a política oficial, seja reciclando o partido dominante por meio de expurgos e autocríticas, seja transferindo sua militância para outra e mais agressiva organização de esquerda”.* (Carvalho, Zero Hora: 04 de set. de 2005, p.20)

O locutor desse enunciado emprega o verbo *suicidar* em uma forma ativa, contrapondo-a à forma canônica, que determina seu registro com o pronome *se*. Com efeito, *suicidar-se*, sintaticamente intransitivo e morfológicamente pronominal, é considerado, pela gramática tradicional, verbo *essencialmente pronominal*, pois o pronome *se* aparece integrado a ele¹³⁵. Segundo Antônio Houaiss (2004, p.2634), esse verbo é formado pelo radical *cida* (que mata), acrescido do prefixo *sui* (genitivo do pronome *reflexivo se*) e do sufixo *ar*. Assim, considerando-se que o sentido de reflexibilidade já se encontra expresso pelo seu prefixo *sui*, pode-se dizer que a presença do pronome *se* junto a esse verbo constitui uma redundância¹³⁶.

¹³⁵ Conforme Kury (1991, p.39), o pronome *se* é, nesse caso, uma forma *fossilizada*, já que é integrante do verbo, que nunca se conjuga sem ele.

¹³⁶ Os pronomes *comigo*, *contigo* e *consigo* nos fornecem outros exemplos de redundância de morfemas, pois apresentam duplamente a preposição *com*. Assim, Macambira (1982, p.63), ao analisar a redundância expressa no pronome *comigo* — segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986, p. 351), formado por “*com* + o arc.

No léxico, *suicidar-se* apresenta, pois, simultaneamente, os traços [+ ativo] e [-ativo]. Mas, comprovando que não é o verbo que apresenta determinados traços, mas que o locutor é que lhe atribui tais características, o “eu” desse enunciado, eliminando o pronome *se* da forma canônica *suicidar-se*, atribui a esse verbo apenas o traço (+ativo), usando-o transitivamente, com o complemento *o governo* e com o sentido de matar. Assim, desfaz a redundância resultante da concomitância do prefixo *sui* com o pronome *se* e anula o valor semântico desse prefixo. Essa atualização tem a função de destacar que não é o governo que *se suicidou*: *suicidaram-no*, isto é, mataram-no.

5.6.2 Entrevistada por um repórter a respeito da poluição no rio Corumbá, uma autoridade da região assim se manifesta:

“*O turista vem é banhar no rio Corumbá, e, se o rio estiver poluído, o turista não pode banhar, e não vem.*” (Jornal Televisivo Brasil TV, da Rede Globo, em conexão com a TV Anhangüera¹³⁷, dia 06 de jan. de 2006, às 19horas)

5.6.3 Um repórter, ao realizar uma reportagem sobre um surto de cegueira em crianças na cidade de Araguatins, às margens do rio Araguaia, conversa com uma delas, que, também empregando a forma *banhar(-se)*, expressa-se deste modo:

“*Não vou banhar mais não; eu banhava lá, mas meus olhos...*” (Programa Domingo Espetacular, TV Bandeirantes, 15 de jan. de 2006, às 19h20min)

O sujeito de cada um desses dois recortes emprega o verbo *banhar(-se)* em uma forma ativa, opondo-a à forma desse verbo prevista no sistema da língua, que determina seu emprego com o pronome *se*. Com efeito, *banhar(-se)*, de acordo com a tradição gramatical, na acepção em que está sendo empregado nesses dois enunciados, ou seja, na de tomar banho, é verbo sintaticamente intransitivo e morfologicamente pronominal. Canonicamente, apresenta, pois, concomitantemente, nessa acepção, o traço [+ativo] e o [-ativo].

mego, ‘comigo’, do lat. *mecum* —, que já encerra a preposição”, diz que “o sistema lingüístico envereda pelo caminho que lhe apraz, e ninguém consegue obstá-lo”.

¹³⁷ Atinge a região acima de Santa Catarina.

Corroborando, porém, a idéia, aqui defendida, de que não é uma forma preestabelecida no sistema da língua que apresenta determinados traços, mas que é o sujeito que atribui a ela tais características, os locutores desses dois enunciados, embora procedendo a alteração na forma do verbo *banhar-se* através da eliminação do pronome *se*, usam-no intransitivamente, como se preservada estivesse a presença do pronome junto a ele, mantendo, pois, a presença dos seus traços [+ativo] e [-ativo].

Conduz a tal análise a evidência semântica manifesta na possibilidade de se poder acrescentar à forma *banhar* o pronome reflexivo, recuperando, pois, a construção prevista no sistema da língua: O turista vem é banhar-se no rio Corumbá, e, se o rio estiver poluído, o turista não pode banhar-se e não vem.; Não vou mais banhar-me; eu me banhava lá...

6 FECHANDO AS ANÁLISES

As análises realizadas corroboram, pois, a nossa hipótese: não é a forma verbal que apresenta os traços [+ativo], [-ativo] ou ambos ao mesmo tempo, mas o locutor e o interlocutor, ou o falante e o ouvinte, é que lhe conferem esses traços na enunciação. Com efeito, uma forma virtualmente ativa, como foi demonstrado aqui, na língua em uso, pode apresentar o traço [-ativo], do mesmo modo que uma forma verbal que, canonicamente, apresenta, ao mesmo tempo, os dois traços, o [+ativo] e o [-ativo], pode assumir somente o traço [-ativo], tudo dependendo, portanto, da atitude do locutor e da situação enunciativa.

Cabe lembrar, também, haver este estudo revelado que as formas passivas canônicas conservam, na língua em uso, ou seja, na enunciação, o traço [-ativo] inscrito no sistema da língua. Com efeito, não encontramos ocorrência dessas formas com sentido ativo, mas apenas, como demonstraram as análises realizadas, construções cujo traço passivo é suavizado em virtude de apresentarem um complemento com forma verbal ativa.

Percebe-se, portanto, que as formas (mecanismo gramatical) não determinam, integralmente, os traços ou os sentidos das vozes verbais: são as relações mórfico-sintático-semânticas promovidas pelo locutor que determinam esses traços ou esses sentidos.

Têm-se, então, conforme as análises aqui realizadas, os seguintes paradigmas para o tratamento enunciativo das vozes verbais:

a) Verbos transitivos diretos, acompanhados do pronome *se*, integrando uma construção denominada, pela gramática tradicional, *passiva sintética* ou *pronominal* e apresentando o traço [-ativo], podem, na língua em uso, ter esse traço atualizado como [+ativo].

b) A construção canonicamente identificada como *voz reflexiva* ou *medial*, caracterizada pelos traços [+ativo] e [-ativo] simultaneamente, na língua em funcionamento, pode perder o traço [+ativo], mantendo apenas o traço [-ativo].

c) Verbos integrantes da construção tradicionalmente denominada *passiva analítica*, mantêm, na enunciação, o traço [-ativo] inscrito na língua, mas podem apresentá-lo mitigado.

d) Formas verbais que, lexicalmente, apresentam o traço [+ativo], podem, na instância enunciativa, ter esse traço atualizado pelo locutor como [-ativo], ou, ainda, manifestá-lo mitigado.

e) Formas verbais podem, na língua em funcionamento, apresentar uma morfologia e/ou uma sintaxe diversas das previstas no sistema da língua, mantendo ou atualizando os traços preestabelecidos no léxico.

f) Nominalizações de formas verbais, enunciativamente, podem apresentar, também, tanto o traço [+ativo] quanto o [-ativo].

g) Frases nominais imperativas podem apresentar, na língua em uso, o traço [+ativo] suavizado.

O Quadro 6 mostra, esquematicamente, essas possibilidades, por nós detectadas, de atualização do sentido das formas verbais, das nominalizações resultantes dessas formas e das frases nominais na língua em funcionamento. Uma observação, porém, faz-se necessária. A língua, como diz Normand (1996, p.137), “escapa a uma descrição integral, bem como a uma explicação funcional”. Assim, é possível que essas formas ou construções por nós analisadas, possam, no emprego da língua, manifestar traços distintos dos que aqui arrolamos. Entretanto, no que diz respeito a este estudo, com base no *corpus* constituído, foram esses os paradigmas que pudemos elaborar.

Quadro 6: Formas verbais, nominalizações, frases nominais imperativas e respectivos traços detectados na língua em funcionamento

FORMAS	TRAÇOS
Construções com <i>se</i>	[+ativo], [-ativo], ou os dois simultaneamente
Ativas	[+ativo], [-ativo], ou [+ativo] mitigado
Passivas canônicas	[-ativo], ou [-ativo] mitigado
Nominalizações	[+ativo] ou [-ativo]
Frases nominais imperativas	[+ativo] ou [+ativo] mitigado

CONCLUSÃO

Neste trabalho, valendo-nos do referencial teórico de Benveniste, defendemos a tese de que a categoria de voz, na medida em que se submete a um agenciamento do sujeito, é dêitica, entendida, aqui, a dêixis, pois, como categoria submetida ao sujeito enunciador. Assim, buscamos demonstrar que as formas verbais que a gramática denomina ativas, passivas ou reflexivas, podem, na língua em uso, ultrapassar esses limites gramaticais e apresentar sentidos opostos.

Para consecução de tal empresa, descrevemos as vozes verbais como categoria do discurso, isto é, da língua em uso, procurando verificar, no enunciado, marcas da enunciação deixadas pelo locutor, resultantes de relações mórfico-sintático-semânticas por ele promovidas. Assim, fundamentamos as análises na perspectiva teórica que considera a relação *eu/tu/aqui/agora*, segundo a qual todas as formas do paradigma verbal estão sempre unidas a um certo presente, representado por um conjunto cada vez único de circunstâncias, formalizado pelo locutor através de uma organização específica, ou seja, por meio de uma sintaxe.

Desse modo, embasadas nessa teoria, as análises aqui apresentadas prevêm a ultrapassagem do nível semiótico, inscrito no espaço finito do sistema da língua – que é da ordem do estável, do fixo, do repetível –, para o nível semântico, domínio da língua em funcionamento, do não-repetível, caracterizado pela subjetividade e pela intersubjetividade. Essas análises evidenciam, portanto, que os traços [+ativo] ou [-ativo] da categoria de voz não são dados *a priori*, por sua estrutura formal, mas pelo sentido que ela assume na língua em uso.

Desejamos, porém, reafirmar que não é objetivo deste trabalho desqualificar o que as gramáticas defendem, contestar suas teorias ou propor a elas modificações. Isso seria mostrar desconhecimento dos pontos de vista por elas assumidos. Com efeito, elas lidam com conceitos, tratando a língua como um conjunto de signos, atendo-se ao nível semiótico, domínio em que não há referência e em que o signo é apenas identificado. Desse modo, ao estabelecerem um quadro de classificação das vozes verbais, ignoram a língua em uso, não dando conta da multiplicidade de sentidos promovidos pelos locutores e que emergem a cada enunciado. Atêm-se à língua enquanto organização semiótica, conjunto de signos que devem ser reconhecidos.

Mas, segundo a teoria da enunciação de Benveniste, como vimos, é somente no âmbito semântico, o do discurso, que todos os matizes da língua emergem através da atitude do locutor, que assume toda a língua ao enunciar *eu* e instituir, conseqüentemente, um *tu*. Com efeito, é nesse nível que o signo deve ser compreendido e em que há referência à situação enunciativa e à atitude desse locutor. Procuramos, pois, neste estudo, contemplar também esse âmbito, a fim de descrever a *língua em emprego*.

Assim, embora não tenhamos o objetivo de negar os princípios defendidos pelas gramáticas, cabe reconhecer, com base no estudo realizado, que a classificação das vozes verbais por elas apresentada não se sustenta sob o enfoque da teoria enunciativa. Com efeito, a partir do pressuposto de que cada enunciação – ato de colocar a língua em funcionamento – é única, irrepetível, não é possível estabelecer, *a priori*, se determinado verbo é ativo, passivo ou reflexivo. Essa caracterização dependerá da instância do discurso e da atitude do locutor em relação a ela.

Pode-se dizer, então, que os traços [+ativo] e [-ativo] das formas verbais se atualizam a cada enunciação: há sempre uma nova instância discursiva, um novo locutor que, para expressar sua idéia relativa à situação enunciativa, promove uma sintaxe, definindo o seu sentido. Desse modo, tentar estabelecer uma classificação das vozes verbais virtualmente é tentar controlar o incontrolável: essa categoria não é passível de nenhum processo prévio de classificação, já que, como categoria do discurso, ou como expressão de subjetividade, define-se no ato enunciativo, através da manifestação das intenções do locutor.

Portanto, a partir do pressuposto de que a língua em uso é sempre uma e de que esta unicidade diz respeito, entre outros aspectos, à atualização dos traços das formas verbais a cada enunciação, processo decorrente do arranjo sintático promovido pelo locutor do enunciado para a expressão de uma idéia, desejamos destacar o objetivo maior desta tese: dar

conta do sentido da língua, mostrando que ela pode ser abordada de um ponto de vista que contemple o emprego que o sujeito realiza de suas formas e as rupturas de sentido disso resultantes. Sob esse prisma, especificamente no que diz respeito às vozes verbais, nossa posição é a de que não é somente a forma do verbo que determina o sentido que elas assumem no enunciado, mas também seu emprego pelo sujeito.

Para finalizar este trabalho, convém que sintetizemos o caminho feito até aqui. Primeiramente, procedemos a um levantamento de estudos sobre a categoria das vozes verbais, desde os tradicionais até publicações mais recentes. Tal procedimento, além de pôr em evidência divergências e contradições na abordagem do tema e de proporcionar alguns elementos que, de certa forma, contribuíram para a comprovação de nossas hipóteses, evidenciou, também, a ausência de um estudo das vozes verbais que leve em consideração o sujeito que enuncia.

Posteriormente, além da leitura de textos de Benveniste, procedemos à leitura de artigos de Portine e de Lazard a respeito da sintaxe em Benveniste e, também, de Normand acerca do constante desejo, expresso por Benveniste, de conceituar significação. Dessas leituras extraímos aspectos para embasamento e sustentação de nossa tese. Dentre esses aspectos, destacamos como fundamentais para a realização deste trabalho os seguintes:

- a) Enunciação é o ato de “colocar a língua em funcionamento, sendo, pois, “um ato individual de utilização”.
- b) A frase – ou o enunciado – expressa a situação de discurso – a enunciação –, que é sempre imprevisível e irrepetível.
- c) Todas as variações do paradigma verbal resultam da atualização em face da instância enunciativa. Assim, a forma verbal é sempre e necessariamente atualizada pelo ato de discurso e em dependência desse ato, de forma que está sempre ligada a um certo presente, a um conjunto único de circunstâncias expressas pela língua através de uma morfologia específica.
- d) Há dois conceitos de sintaxe, mas ambos são indissociáveis. O primeiro deles refere-se à sintaxe enquanto mecanismo gramatical, manifesta nas relações mórfico-sintáticas estabelecidas entre os elementos frasais (sujeito, verbo e complementos), ou seja, numa forma adequada à expressão de uma determinada idéia. O segundo conceito diz respeito à sintaxe enquanto enunciado, manifesta nas relações mórfico-sintático-semânticas estabelecidas entre a base mórfico-sintática e a presença de um

eu-tu-aqui-agora da enunciação. A sintaxe assim constituída apresenta-se como um meio a serviço da significação. Trata-se de uma sintaxe produzida pelo locutor, decorrente da escolha e do agenciamento das palavras, pela ação que elas exercem umas sobre as outras.

- e) Tanto os signos “plenos” quanto os “vazios” estão submetidos à enunciação, pois toda a língua é regida por um mecanismo único de referência: o sujeito e sua enunciação.
- f) O sentido da frase – ou do enunciado – identifica-se com a sintaxe que emana da enunciação, não se submetendo, portanto, totalmente, a formas preestabelecidas.

Por fim, efetuamos as análises, através das quais buscamos demonstrar que a categoria de voz está submetida a um agenciamento do sujeito e, portanto, não se encontra prevista no léxico ou na sintaxe da língua. Acreditamos que os mecanismos estratégicos empregados tenham atingido o objetivo proposto: a tentativa de elaborar um modo de analisar o fenômeno das vozes verbais sob a perspectiva da língua em uso e do reconhecimento da linguagem como forma de o homem constituir sua identidade, situando-se como sujeito de seu dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966.
- . *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1955.
- AZEVEDO, Leodegário A. de. “Aspectos do Português do Brasil”. In: *Ensaaios de Lingüística, Filologia e Ecdótica*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Língua e Literatura: Universidade do Rio de Janeiro, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas (19): 25-42, jul./dez. 1990.
- . “Duas ou três coisas sobre as relações da língua com o que não é ela”. In: *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*: Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- . “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”. In: *DRLAV*, n..26, 1982.
- BADER, Françoise. “Actif et moyen dans le verbe”. In: NORMAND, C. & ARRIVÉ, M. (Orgs.). *Emile Benveniste Vingt Ans Après*. Paris: LINX. 1997, p.41-57.

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- BARTHES, R. “Por que gosto de Benveniste”. In: *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.
- . *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BENVENISTE, Emile. “Tendências recentes em lingüística geral”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 1, p. 3-18.
- . “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 2, p.19-33.
- . “Natureza do signo lingüístico”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 4, p.53-59.
- . “Estrutura” em lingüística”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 8, p.97-104.
- . “Os níveis da análise lingüística”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 10, p.127-140.
- . “A frase nominal”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 13, p.163-182.
- . “Ativo e médio no verbo”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 14, p.183-191.
- . “A construção passiva do perfeito transitivo”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 15, p.192-203.
- . “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções lingüísticas”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 16, p.204-217.

- “A frase relativa, problema de sintaxe geral”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 17, p.228-244.
- “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 18, p. 247-259.
- “As relações de tempo no verbo francês”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 19, p. 260-276.
- “A natureza dos pronomes”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 20, p. 277-283.
- “Da subjetividade na linguagem”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. In: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 21, p. 285-293.
- “A filosofia analítica e a linguagem”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 22, p.294 -305.
- “Os verbos delocutivos”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991, cap. 23, p.307-315.
- “Problemas semânticos da reconstrução”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, cap. 24, p.319-339.
- “Estruturalismo e lingüística”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 1, p.11-28.
- “Esta linguagem que faz a história”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 2, p.29-40).
- “Semiologia da língua”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 3, p.45-65.
- “A linguagem e a experiência humana”. In: —. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 4, p. 68-79.
- “O aparelho formal da enunciação” In: —. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 5, p. 81-90.

- . “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 6, p.93-104.
- . “Estrutura das relações de auxiliaridade”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 13, p.181-198.
- . “A forma e o sentido na linguagem”. In: — . *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989, cap. 15, p.241.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- CAMACHO, Roberto Gomes. “Construções de Voz”. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. & RODRIGUES, Angela C. S. (Orgs.). *Gramática do Português Falado* (Vol. VIII: *Novos estudos descritivos*). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p.227-309.
- CÂMARA, J. Mattoso Jr. *Dicionário de Filologia e Gramática*. São Paulo: J. Ozon + Editor, 1968.
- . *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- . *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: 1980.
- . *História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- . *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- . *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- . *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1998.
- CASTILHO, Ataliba T. de. “A gramaticalização”. In: *Estudos Lingüísticos e Literários. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia*. Número 19/março 1997, p. 25-60.

- CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.
- CERVONI, Jean. *A Enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARAUDEAU, Patrick. “L’Action e os Actantes”. In: *Grammaire du sens et de expression*. Paris: HACHETTE, 1992, p.375-412.
- CHOMSKY, N. “Linguagem”. In: *Enciclopédia Einaudi: linguagem-enunciação*. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.11-56.
- . *Linguagem e Mente*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, José Carlos. *Pragmática, Lingüística e Didática das Línguas*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 1991.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. “Motivações discursivas para o uso das passivas”. In: *D.E.L.T. A.*, vol. 10, n.º 1, 1994, p. 21-27.
- D’ALESSANDRO, Roberta. “Agreement in Italian impersonal *si* constructions: a derivational analysis”. In: *Revista da ABRALIN*, vol. 1, n.º1, julho de 2002, p. 35-72.
- DAHLET, P. “Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito”. In: BRAIT, B. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- DUARTE, Yara. “As passivas do português e do inglês: uma análise funcional”. In: *D.E.L.T. A.*, vol. 6, n.º 2, 1990, p. 139-167.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística e gramática*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- . “Énoncé et énonciation”. In: *Langages*, n.13. Paris: Didier/Larousse, 1969.
- DUCROT, Oswald. TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIORIN, José LUIZ. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 1990.
- FLORES, Valdir do Nascimento. SILVA, Silvana. “Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no português no Brasil”. In: *Letras de Hoje*, n. 35, p.36-67. Porto Alegre: EDIPUCRS, setembro de 2000.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: 1999.
- . “Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução” (primeira parte). In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- FUCHS, Catherine. *La paraphrase*. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.
- GARCIA, Janete Melasso. *Língua Latina*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- GREIMAS, A. – J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- HAUY, Amini Boainain. *Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.
- . *Vozes Verbais. Sistematização e Comentário*. São Paulo: Ática, 1992.
- HJELMSLEV, L. *Ensaio Lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva: 1992.
- HOLENSTEIN, Elmar. *Introdução ao Pensamento de Roman Jakobson*. Rio de Janeiro: Zahar Editore, 1978.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1984.
- ILARI, Rodolfo. GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1987.

- JAKOBSON, R. “Les embrayeurs verbales et le verbe russe”. In: *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Minuit, 1969.
- JUCÁ, Cândido. *O Fator Psicológico na Evolução Sintática*. Rio de Janeiro, GB: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- KIM, Sungdo. “Benveniste et le paradigme de l'énonciation”. In: NORMAND, C. ARRIVÉ, M. (orgs.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Université Paris X – Nanterre: LINX, 1997.
- Köpke, Carlos Burlamáqui. *Ensaio de Lingüística Geral*. São Paulo: Edições Quíron, 1975.
- KURY, Adriano da Gama. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. São Paulo: Lisa, 1972.
- . *Gramática Objetiva da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- . *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 1991.
- . *Pequena Gramática*. Rio de Janeiro: Agir, 1959.
- LAHUD, Michel. *A Propósito da Noção de Dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- LAZARD, Gilbert. “Benveniste et la syntaxe générale”. “Benveniste et le paradigme de l'énonciation”. In: NORMAND, C. ARRIVÉ, M. (orgs.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Université Paris X – Nanterre: LINX, 1997.
- LICHTENBERG, Sônia. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- LUFT, Celso Pedro. *Gramática Resumida*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- . *Moderna Gramática Brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional da Universidade de São Paulo, 1979.

- , *Semântica*. São Paulo: Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.
- MACAMBIRA, José Rebouças. *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MACIEL, Maximiano. *Grammatica Descriptiva*. Rio de Janeiro e São Paulo: Livraria Francisco Alves. Paulo de Azevedo e Cia., 1931.
- MARTINET, André. *Elementos de Lingüística Geral*. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1968.
- MATEUS, Maria Helena M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MOINO, Ruth Elisabeth Lopes. “Passivas nos discursos oral e escrito”. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, SP: Pontes: Editora da UNICAMP, 1989.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- , *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- NEVES, Maria Helena de Moura. “A Questão da Ordem na Gramática Tradicional”. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). *Gramática do Português Falado* (Vol. I: A Ordem). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- , *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- , *Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- , *Gramática na Escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- NORMAND, Claudine. “Emile Benveniste: quelle sémantique?”, LINX, *Du dire et du discours*. Hommage à Denise Maldidier, 1996, p.221-238.
- , “Le sujet dans la langue”. In: *Langages* 77. Paris: Larousse, 1985.
- , “Os termos da enunciação em Benveniste”. In: OLIVEIRA, SL PARLATO, E. M. RABELLO, S. (Orgs.). *O Falar da Linguagem* (Série Linguagem). São Paulo: Lovise, 1996.

- NUNES, J. “Se apassivador e se indeterminador: o percurso no Português brasileiro”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, vol. 20, 1991, p.33-58.
- . “Ainda o famigerado *se*”. In: D.E.L.T.A., vol. 11, n.º 2, 1995, p. 201-240.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 1996.
- . *Gramática Gerativa*. Belo Horizonte: Vigília, 1979.
- PALMER, F. R. *A Semântica*. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso*. São Paulo: Ática, 1986.
- PORTINE, Henri. “Benveniste et la question de la fondation d’une syntaxe”. In: NORMAND, C. ARRIVÉ, M. (orgs.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Université Paris X – Nanterre: LINX, 1997.
- RAVIZZA, João Padre. *Gramática Latina*. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958.
- RÉCANATI, François. *La transparence et l’énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- TAVARES, Eduardo. *Teoria de gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- TODOROV, T. “A poética de Jakobson”. In: —. *Teorias do Símbolo*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- . “Freud e a enunciação”. In: —. *Teorias do Símbolo*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- TORRES, Artur de Almeida. *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- VALENTE, Milton. *Gramática Latina*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.

VOGT, Carlos. *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.

—. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

REFERÊNCIAS DO *CORPUS*

ATRASSO. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 fev. 2006. Almanaque Gaúcho, p.42.

A VERDADEIRA prioridade. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 jan. 2005. Editoriais, p.12.

CARVALHO, Olavo. Aí vem tudo de novo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 set. 2005. Editoriais, p.20.

CENTO e trinta pessoas jogadas para fora do avião. *Veja*, São Paulo, p. 80, 14 mai. 2003.

CORAZZA, Sandra Mara. O terror e o horror. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 mar. 2004. Editoriais, p.15.

ENTREVISTA a respeito da poluição no rio Corumbá. *Jornal Televisivo Brasil TV*, da Rede Globo, em conexão com a TV Anhangüera, dia 06 jan. 2006, 19 h.

MAINARDI, Diogo. Minha viagem a Brasília. *Veja*, São Paulo, p.123, 05 out. 2005.

MEDEIROS, Martha. Até que chega a nossa vez. *DONNA ZH*, Porto Alegre, p.22, 28 mar. 2004.

MEDEIROS, Martha. Enterrado em pé. *DONNA ZH*, Porto Alegre, p.22, 20 nov. 2005.

MERCADO Mundial de Laranja. *Veja*, São Paulo, p.39, 14 mai. 2003

MORAES, Margareth. Outro mundo é necessário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.04, 25 jan. 2005.

NA FEIRA. *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 nov. 2005. Almanaque Gaúcho, p.50.

- OSÓRIO, João. Apocalipse Psíquico. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.04, 13 de mar. 2004.
- PAPO de impressoras. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 07 nov. 2005. Bazar, p.06.
- PEREGRINOS se despedem da cidade santa de Meca. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 jan. 2005. Nacional/Internacional, p.10.
- PIRES, Luciano. Qualidade não se acha. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.17, 16 nov. 2003.
- PUBLICIDADE do Correio do Povo. *TV Guaíba*, 17 de fev. 2006, 20h05min.
- QUADRO do Programa Zorra Total. *Rede Globo*, 22 out. 2005, 22h35min.
- QUEIXAR-SE. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 set. 2005. Almanaque Gaúcho, p.62.
- REPORTAGEM sobre um surto de cegueira em crianças na cidade de Araguatins. *Programa Domingo Espetacular*. TV Bandeirantes, 15 jan. 2006, 19h20min.
- SANT'ANA, Paulo. Omissão de socorro. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.47, 09 mar. 2004.
- . Abaixo as discriminações. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.55, 20 nov. 2005.
- . Desemprego e crime. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.47, 06 abr. 2004.
- . Isto não é água. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.47, 22 jan. 2005.
- . Lamentável incidente. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.55, 12 jan. 2005.
- . O capitalismo brasileiro. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.51, 08 nov. 2005.
- . Uma eterna guerra. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.71, 26 mar. 2004.
- . Um presidente mutilado. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.55, 20 ago. 2005.
- SANTOS, Klécio. Calmante dominical. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.04, 22 ago. 2005.
- ULBRA 33 anos acreditando em você sempre. *Zero Hora*, Porto Alegre, p.55, 12 ago. 2005.
- VIAGEM Chile. MONET, *Revista NET*, São Paulo, Globo, n.10, p.34. mar. 2004.

